

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

KARINE FERREIRA SANCHEZ

**CATIVEIROS DE ANIMAIS PARA EXIBIÇÃO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
IMPLICAÇÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS**

Rio Grande, junho de 2018.

KARINE FERREIRA SANCHEZ

**CATIVEIROS DE ANIMAIS PARA EXIBIÇÃO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
IMPLICAÇÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Calloni.

Linha de Pesquisa: Fundamentos da Educação Ambiental.

Rio Grande, junho de 2018.

Ficha catalográfica

S211c Sanchez, Karine Ferreira.
Cativeiros de animais para exibição e a Educação Ambiental:
implicações éticas contemporâneas / Karine Ferreira Sanchez. – 2018.
312 p.

Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG,
Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS,
2018.
Orientador: Dr. Humberto Calloni.

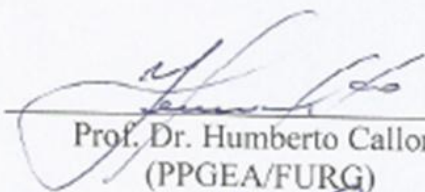
1. Educação Ambiental 2. Ética 3. Direitos dos animais
4. Cativeiro de animais I. Calloni, Humberto II. Título.

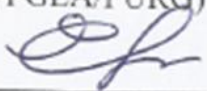
CDU 504:37

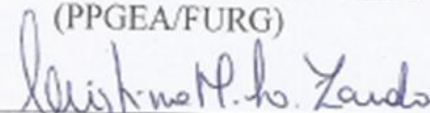
Karine Ferreira Sanchez

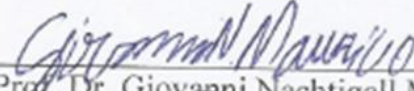
"Cativeiros de animais para exibição e a Educação Ambiental: Implicações éticas contemporâneas"

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:


Prof. Dr. Humberto Calloni
(PPGEA/FURG)


Prof.^a. Dr.^a. Elisabeth Brandão Schmidt
(PPGEA/FURG)


Prof.^a. Dr.^a. Cristina Maria Loyola Zardo
(FURG)


Prof. Dr. Giovanni Nachtigall Mauricio
(UFPEL)


Prof.^a. Dr.^a. Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros
(UNILASALLE)


Prof. Dr. Alfredo Guillermo Martin Gentini

Dedico este trabalho à **Enilda Teixeira Ferreira**, minha avó:

Pela inspiração que representa no valor e na busca da Liberdade;

Pelo exemplo de Resistência e Afeto, sentimentos necessários a esta minha caminhada;

Por ter dignificado e ensinado na prática a premissa de que *hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás*;

Por me deixar o dever de honrá-la pela grande mulher que foi, e que ainda é em mim, cuja força sem medida, fundamental simplicidade, entendimento da vida e amor incondicional, impulsionam-me a querer também ser uma mulher assim;

E porque minha saudade não passa, nunca.

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro, Ottoni, pela amizade, carinho, paciência e compreensão, pela sua intelectualidade genuína e inspiradora, pela sua inteligência sem medidas ou limites, pela sua colaboração sensível e prática, pelo seu caráter de excelência em tudo o que faz, por estar comigo agora, antes e sempre, pelo estímulo, por acreditar em mim, pelo amor, por existir.

À minha mãe, Zoraia, pela sua dedicação, por sua inteligência e cultura, pela sua maternidade sem fronteiras temporais, pelo valor que dá e demonstra à minha vida e pessoa, pelos cuidados, pela presença constante, pela força, equilíbrio e determinação que representa e oferece sendo terra firme e porto seguro, pelas traduções, pela compreensão e apoio nesta etapa decisiva, por acreditar em mim, pelo amor, por existir.

Ao meu pai, Jeferson, pela presença antes, agora, sempre, por sua inteligência e cultura, por sua racionalidade encharcada de emoção, dando voz a entendimentos complexos do mundo e das pessoas, pelo orgulho e confiança, pelos cuidados e preocupações de uma vida toda, pela minha educação, pelos incentivos, pela valorização que dá a tudo o que sou e faço, por ser meu pai em todos os momentos, por acreditar em mim, pelo amor, por existir.

À minha irmã, Érika, por ser a primeira pessoa de quem cuidei, além de mim, pela inspiração mútua que compartilhamos, pelo companheirismo nas instâncias mais importantes da vida, por ser a “pequena” que também é muito grande, pela inteligência que mescla potência e docilidade, pela confiança, por me fazer querer ser melhor e maior a cada dia, por acreditar em mim, pelo amor, por existir.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Humberto Calloni, pela inteligência e intelectualidade autênticas, propulsoras e entusiásticas que nos contaminam em seus ensejos filosóficos, pelo seu caráter impecável como pessoa e como professor, pela ética com que lida com sua profissão, pela confiança e autonomia que me concedeu nesta pesquisa, por todas as colaborações e atenção despendida, pela sua humanidade e compreensão.

À minha escola, E.M.E.F. Porto Seguro, por representar exatamente o que diz seu nome. Pelo apoio incondicional, pelas incontáveis compreensões sobre ausências, pelo coleguismo e senso de coletivo, por tudo o que aprendo e vivencio neste espaço, e pelas amizades verdadeiras. Não seria possível concluir um doutorado trabalhando em outro local. Minha gratidão, especialmente à Carmen, à Márcia, à Luciane, à Nádia, à Janise e à Marisa.

Aos membros de minha Banca multidisciplinar (advogada, pedagoga, biólogo, e psicólogo):

Prof^a. Dr^a. Fernanda Medeiros, por ser uma inspiração à luta pelos Direitos Animais, por dedicar seus estudos a esta área, compreendendo seu valor e nobreza, mesmo quando grande parte do resto do mundo e academia ainda não a percebe. Pelo acolhimento ao meu trabalho e suas relevantes sugestões e contribuições à pesquisa.

Prof^a. Dr^a. Elisabeth Schmidt, pelo apoio à minha pessoa que antecede este momento, pelo carinho à minha família e estímulo aos meus estudos, pelas aulas brilhantemente ministradas no PPGEA. Pelo acolhimento à minha pesquisa nesta fase final, o que demonstra uma confiança, segurança e pedagogia singulares, dignas da grande mulher e professora que é.

Prof. Dr. Giovanni Maurício, pela sua simplicidade extraordinária, inspiradora e reflexiva, pelo compartilhamento de seu conhecimento fecundo e profundo que conecta os valores do mundo físico e espiritual, pelas contribuições singulares e reveladoras à minha pesquisa, pelo acolhimento tão imediato e afetuoso ao meu trabalho e minha pessoa.

Prof. Dr. Alfredo Martin, pelo ensino supremo da empatia e da ética, pelas suas estratégias promotoras de reflexão e humanidade, pelo valor e respeito que sempre deu ao meu trabalho, pelas relevantes contribuições ao meu texto, pela disponibilidade e acolhimento neste momento decisivo, continuidade daquilo que já acompanha, e para o qual sua presença é imprescindível.

À prof. Dr^a. Cristina Zardo por, tão corajosamente e repentinamente, aceitar o desafio de compor esta Banca; pela sua abertura de horizontes em ler e avaliar um trabalho que defronta algumas óticas e particularidades de sua área de atuação; pela compreensão, paciência, disposição, valorização, prudência e contribuições a este estudo.

À minha amiga Dayse, pessoa raríssima de coração gigante, entusiasta de amizade e companheirismo, fornecedora e geradora de um carinho incondicional e atenção surpreendente, ignorando fronteiras e distâncias geográficas, por ser essa pessoa, por me incluir em sua vida sempre, pela ajuda sem a qual este trabalho não seria finalizado.

À Simone, por ser essa pessoa única, família de coração, pela amizade, companheirismo e presença com seu cuidado e carinho fraternal tão acolhedor nesta etapa decisiva de meus estudos.

À minha amiga Bianca, inspiração de tudo: conhecimento, ideologia, simpatia, potência de ação... pelo companheirismo e acolhimento nas viagens e eventos durante esta trajetória, pelo precioso contato com a Prof^a Fernanda, pela valorização que dá e representa no tema dos Direitos Animais.

À minha prima e amiga Paula e ao Roberto, pela amizade, consideração e colaboração nos momentos finais de minha pesquisa de campo, presenteando-me com apoio de tantas formas: estadia, segurança, privacidade e motivação, essenciais à conclusão deste trabalho.

Ao meu primo e amigo Washington, pela parceria nas escritas e longas conversas que aspiram projetos futuros, cada vez mais criativos e necessários em nossa realidade.

Ao senhor Santos Braz e demais colaboradores do Criadouro São Braz, que me possibilitou a experiência mais profunda desta pesquisa, por meio de trabalho, observação e entrevista, sem os quais não haveria suportes empírico, teórico ou prático, complexos para corporificar o presente trabalho.

À Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, nas pessoas de Eliane, Márcia e Vanessa, pela segurança que possuem em seu trabalho e convicções, pela atenção despendida a mim e ao meu trabalho, através do diálogo e participação aos meus questionamentos.

Ao senhor Rafael Golzer, proprietário da Quinta da Estância, pela entrevista concedida.

Aos colegas e amigos membros do Grupo de Estudos da Complexidade – GEC, pela partilha de leituras e reflexões que me mantiveram conectada aos estudos da modernidade e da nossa espécie, propiciando diálogos brindados por um coletivo de horizontes abertos.

À Camilla Porto, pelo diálogo e relato de experiência que se configuraram em indicação e sugestão prévias à tese, e ajudaram a estruturar a base do que veio a ser esta pesquisa.

Aos meus familiares e amigos que, direta ou indiretamente, me apoiaram neste percurso, em especial: Janini, Héber, Margareth, Milena e Josef.

Às funcionárias e funcionários da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, em especial, à Dani e à Bruna, do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, e à Bia, da portaria, pela solicitude e gentilezas sempre prestadas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa em um dos anos de meu doutorado, o que aumentou e fomentou minhas possibilidades de pesquisa, sendo um apoio que facilitou o trabalho em um período importante de minha carreira de estudos.

RESUMO

A presente pesquisa teve por escopo um estudo de caso acerca da vida e permanência de animais em cativeiros, verificando e problematizando em que medida a noção de Educação Ambiental, assim entendida nesses ambientes, pode nos despertar certa perplexidade ao constatarmos a manutenção de ambientes cativos que insistem em servir a uma cultura antropocêntrica que já não se coaduna com os novos paradigmas em curso na atualidade que presumem, dentre outros entendimentos, a responsabilidade moral para com os demais seres vivos, bem como e especialmente, a salvaguarda da ética e dos Direitos Animais. Com efeito, o presente estudo teve como questão central o seguinte enunciado: Como se justifica a permanência do domínio humano sobre a natureza no comportamento contemporâneo de manutenção dos animais em cativeiro e qual a função da Educação Ambiental neste tema? A partir do problema/questão da pesquisa formulou-se a hipótese/Tese de que a Educação Ambiental pode/deve desconstruir noções e conceitos que normatizam/normalizam tanto a permanência quanto a exploração de animais vivos em cativeiros. Para confirmar a referida hipótese, este estudo de caso valeu-se de uma metodologia compatível com os seus propósitos: mapeamento e seleção dos locais a serem estudados; formação de um banco de imagens; observações presenciais; entrevistas com os responsáveis pelos locais; análise dos projetos de Educação Ambiental existentes com suas justificativas e políticas internas. Neste sentido, foram realizados registros de ambientações animais em cativeiros situados no estado do Rio Grande do Sul, tais como zoológicos e criadouros legalizados a seguir discriminados: o Criadouro Conservacionista São Braz, em Santa Maria; o Criadouro Conservacionista da Quinta da Estância, em Viamão; o GramadoZoo, em Gramado e a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, em Sapucaia do Sul. A hipótese da pesquisa foi confirmada no sentido de que não existem justificativas que estabeleçam a legitimidade da manutenção da cultura de animais em cativeiro para entretenimento, pesquisa, conservação ou Educação Ambiental, sempre que levarmos em conta a consideração ética. Os resultados demonstram que a justificativa de manutenção dos animais cativos, que escape à pura salvaguarda destes animais, ou se aproveite dela para outros fins, ignorando a natureza dos animais, permanece como um “retrocesso moral” na nossa sociedade, sendo agravada pela cumplicidade de determinados enfoques de Educação. Desta forma, postula-se a abolição progressiva desses locais de cativeiro como atitude ética pertinente e adequada ao nosso século. Por outro lado, o referencial teórico foi estabelecido com os conceitos de Ética de Edgar Morin, Albert Schweitzer e Carlos Naconecy; Estudos sobre o Homo sapiens, e sua relação com outros seres a partir de Yuval Harari, Charles Darwin e Keith Thomas, além das considerações fundamentais de Peter Singer, Gary Francione, Tom Reagan e Fernanda de Medeiros acerca dos Direitos Animais. A justificativa da pesquisa se dá na preocupação com a vida de outros seres sencientes – e não somente os humanos – que diariamente se encontram em estado de grande sofrimento.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Direitos Animais. Ética. Cativeiros de animais.

ABSTRACT

The present research had as scope a case study about life and permanence of animals in captivity, checking and questioning to what extent the concept of Environmental Education, thus understood in these environments, can awake us some perplexity when we note the maintenance of captive environments that they insist on serving an anthropocentric culture that no longer fits with the new paradigms currently underway that presume, among other understandings, moral responsibility towards other living beings, as well as, especially, the safeguarding of ethics and Animal Rights. Indeed, the present study had as central question the following statement: How can the permanence of human domination over nature in contemporary behavior of keeping animals in captivity be justified, and what the role of environmental education in this subject? From the problem/research question the hypothesis/Thesis was formulated that Environmental Education can / should deconstruct notions and concepts that normalize / standardize both the permanence as the exploitation of live animals in captivity. In order to confirm this hypothesis, this case study drew on a methodology compatible with its purposes: mapping and selection of sites to be studied; formation of an image bank; observations in person; interviews with those responsible for the sites; analysis of existing Environmental Education projects with their justifications and internal policies. In this sense, records of animal environments were carried out in captives located in the state of Rio Grande do Sul, such as zoos and breeding sites legalized as follows: the Conservationist Breeding Site São Braz, in Santa Maria; the Conservationist Breeding Site Quinta da Estância, in Viamão; the Gramado Zoo, in Gramado; and the Zoo Botanical Foundation of Rio Grande do Sul, in Sapucaia do Sul. The hypothesis of the research was confirmed in the sense that there are no justifications that establish the legitimacy of the continued culture of animals in captivity for entertainment, research, conservation or Environmental Education, whenever we take into account ethical consideration. The results show that the justification for the maintenance of captive animals, which escapes the pure safeguard of these animals, or uses it for other purposes, ignoring the nature of animals, remains a "moral setback" in our society and is aggravated by the complicity of certain education approaches. In this way, it is postulated the progressive abolition of these places of captivity as a pertinent and appropriate ethical attitude to our century. On the other hand, the theoretical framework was established with the concepts of Ethics of Edgar Morin, Albert Schweitzer and Carlos Naconecy; Studies on Homo sapiens, and their relationship with other beings from Yuval Harari, Charles Darwin and Keith Thomas, as well as the fundamental considerations of Peter Singer, Gary Francione, Tom Reagan and Fernanda de Medeiros on Animal Rights. The justification of the research is in concern for the lives of other sentient beings – and not only humans – that are daily in a state of great suffering.

Keywords: Environmental Education. Animal Rights. Ethics. Captivity of animals.

RESUMEN

La presente investigación ha tenido por alcance un estudio de caso sobre la vida y la permanencia de animales en cautiverios, verificando y problematizando en qué medida la noción de Educación Ambiental, así entendida en esos ambientes, puede nos despertar cierta perplejidad al constatar el mantenimiento de ambientes cautivos que insisten en servir a una cultura antropocéntrica que ya no se coaduna con los nuevos paradigmas en curso en la actualidad que presumen, entre otros entendimientos, la responsabilidad moral para con los demás seres vivos, así como y especialmente, la salvaguardia de la ética y los derechos de los animales. En efecto, el presente estudio ha tenido como cuestión central el siguiente enunciado: ¿Cómo se justifica la permanencia del dominio humano sobre la naturaleza en el comportamiento contemporáneo de mantenimiento de los animales en cautiverio, y cuál es la función de la Educación Ambiental en este tema? A partir del problema / cuestión de la investigación se ha formulado la hipótesis / Tesis de que la Educación Ambiental puede / debe deconstruir nociones y conceptos que reglamentan / normalizan tanto la permanencia como la explotación de animales vivos en cautiverios. Para confirmar esta hipótesis, este estudio de caso se ha valido de una metodología compatible con sus propósitos: mapeo y selección de los lugares a ser estudiados; formación de un banco de imágenes; observaciones presenciales; entrevistas con los responsables de los locales; análisis de los proyectos de Educación Ambiental existentes con sus justificaciones y políticas internas. En este sentido, se realizaron registros de ambientaciones animales en cautiverios ubicados en el estado de Rio Grande do Sul, como zoológicos y criaderos legalizados que se presentan a continuación: el Criadero Conservacionista San Braz, en Santa María; el Criadero Conservacionista de la Quinta de la Estancia, en Viamão; el Gramado Zoo, en Gramado; y la Fundación Zoobotánica de Rio Grande do Sul, en Sapucaia do Sul. La hipótesis de la investigación ha sido confirmada en el sentido de que no existen justificaciones que establezcan la legitimidad del mantenimiento de la cultura de animales en cautiverio para entretenimiento, investigación, conservación o Educación Ambiental, siempre que tenemos en cuenta la consideración ética. Los resultados demuestran que la justificación del mantenimiento de los animales cautivos, que escape a la pura salvaguardia de estos animales, o se aproveche de ella para otros fines, ignorando la naturaleza de los animales, sigue siendo un "retroceso moral" en nuestra sociedad, agravada por la complicidad de determinados enfoques de Educación. De esta forma, se postula la abolición progresiva de esos lugares de cautiverio como actitud ética pertinente y adecuada a nuestro siglo. Por otro lado, el referencial teórico se ha establecido con los conceptos de Ética de Edgar Morin, Albert Schweitzer y Carlos Naconecy; los estudios sobre el homo sapiens, y su relación con otros seres a partir de Yuval Harari, Charles Darwin y Keith Thomas, además de las consideraciones fundamentales de Peter Singer, Gary Francione, Tom Reagan y Fernanda de Medeiros sobre los Derechos de los Animales. La justificación de la investigación se da en la preocupación por la vida de otros seres sintientes – y no sólo los humanos – que diariamente se encuentran en estado de gran sufrimiento.

Palabras clave: Educación Ambiental. Derechos animales. Ética. Cautiverios de animales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Árvore Filogenética.....	36
FIGURA 2 - Árvore Filogenética – <i>Tree of Life</i> – representando a variação da vida no planeta.....	37
FIGURA 3 - Cacatuas transportadas em garrafas pet, em contrabando na Indonésia.....	117
FIGURA 4 - Papagaios-verdadeiros apreendidos no Sertão de Pernambuco.....	118
FIGURA 5 - 85 jabutis resgatados pelo IBAMA em uma criação comercial ilegal no município de Goianésia/Pará.....	118
FIGURA 6 - Jacaré, jabuti e uma cobra apreendidos pela Polícia na Paraíba.....	119
FIGURA 7 - Placa informativa dos prêmios/brindes do jogo da pescaria.....	121
FIGURA 8 - Peixes da raça Betta, em copos plásticos, à venda e em exposição para eventual premiação.....	121
FIGURA 9 - Pôster-propaganda sobre a exposição de humanos-animais.....	177
FIGURA 10 - Guillermo Antonio Farini posa com pigmeus no Royal Aquaryum de Londres, em 1888.....	178
FIGURA 11 - Mulher da etnia Ashanti, exibida no Jardim Zoológico da Acclimatation de Paris junto com seu filho, 1903.....	178
FIGURA 12 - Anúncio publicitário do grande “espetáculo” de Guillermo Antonio Farini, onde adultos e crianças da tribo Boschiman (de Botswana, Namíbia e África do Sul) seriam exibidos em Paris entre 1898 e 1905.....	179
FIGURA 13 - Índios Galibi, que viviam no Oiapoque são exibidos na jaula em um espetáculo etnológico no jardim zoológico da Acclimatation, em Paris, em 1893.....	179
FIGURA 14 - Monumento da Liberdade.....	222
FIGURA 15 - Nichos onde foram carregados pequenos pássaros.....	222
FIGURA 16 - Bugios.....	223
FIGURA 17 - Veado-campeiro.....	225
FIGURA 18 - Gavião-de-rabo-branco.....	225
FIGURA 19 - Papagaio “falante”.....	226
FIGURA 20 - Papagaio “falante”, chegado há pouco no Criadouro, ainda na “Enfermaria”.....	227
FIGURA 21 - Recintos das corujas.....	228
FIGURA 22 - Corujas.....	229
FIGURA 23 - Sagui.....	230
FIGURA 24 - Macacos-prego.....	231
FIGURA 25- Gatos-do-mato.....	232
FIGURA 26 - Puma.....	233
FIGURA 27 - Leão.....	233
FIGURA 28 - Tigre.....	234
FIGURA 29 - Jaula onde viveu o casal de tigres durante os dez anos de trabalho no circo.....	235
FIGURA 30 – Leoa.....	240

FIGURA 31 - Urso-pardo americano.....	241
FIGURA 32 - Jaula onde o urso viveu durante dez anos de trabalho no circo.....	241
FIGURA 33 - Jaguatiricas.....	243
FIGURA 34 - Sorro (Graxaim do Mato).....	244
FIGURA 35 - Crianças tocando no corpo de sapo vivo.....	253
FIGURA 36 - Uma das fotos de capa do <i>site</i> oficial do GramadoZoo e Parque Gaúcho.....	263
FIGURA 37 - Placa de chão antiga na entrada do zoo.....	264
FIGURA 38 - Rinocerontes deitados.....	265
FIGURA 39 - Chimpanzés caminhando em sintonia em direção à sombra.....	266
FIGURA 40 - Camelo, curioso tanto quanto aquele que o observa.....	266
FIGURA 41 - Zebra, vivendo sozinha em recinto.....	267
FIGURA 42 - Recinto de patos e cisnes.....	268
FIGURA 43 - Recinto do urubu-rei.....	271
FIGURA 44 - Vários urubus em liberdade pousados muito próximo ao recinto do urubu.....	272
FIGURA 45 - Arara em recinto a céu aberto.....	272
FIGURA 46 - Banner educativo, colocado ao lado de recinto de pássaros.....	275
FIGURA 47 - Placas informativas.....	278
FIGURA 48 - Cartaz informativo sobre projeto de preservação à biodiversidade, colocado no Centro de Educação Ambiental.....	279
FIGURA 49 - Painéis para fotografia, no Centro de Educação Ambiental.....	280
FIGURA 50 - Cartaz informativo alertando sobre a violência contra os bugios em função da febre amarela.....	280

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – IMPLICAÇÃO DA AUTORA NO TEMA DE PESQUISA	16
1. INTRODUÇÃO	25
1.1 Problemática	28
1.2 Hipótese	29
1.3 Objetivos	30
1.4 Justificativa	30
1.5 Procedimentos	31
1.6 Capítulos	32
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	34
2.1 O <i>Homo sapiens</i> e os outros	34
2.1.1 Uma ancestralidade comum – Árvore Filogenética.....	35
2.1.2 A dominação absoluta do <i>Homo sapiens</i> – barbáries históricas ou indumentárias racionais?....	41
2.1.3 Existencialidades do humano – fragilidades e atualidades.....	51
2.1.4 <i>Homo sapiens</i> e sua relação com a natureza em outras perspectivas – os ameríndios.....	58
2.1.5 Empatia, fisiologia e etologia – pilares para o respeito pela similaridade.....	63
2.2 Ética – Preceito unifactual no mundo plural	76
2.2.1 Ética e Moral – distinções pertinentes à autonomia.....	90
2.2.2 Bem e Mal ou Bom e Mau – a <i>ação</i> em relações de autoridade, liberdade e responsabilidade	97
2.2.3 Albert Schweitzer e a Ética do respeito à vida.....	107
2.3 Direitos animais fundamentais	115
2.3.1 Negação dos direitos fundamentais no caso dos cativeiros.....	116
2.3.2 Direitos Animais na Filosofia.....	125
2.3.2.1 <i>Os Pensadores sobre Direitos Animais</i>	131
2.3.3 Direitos Animais no Direito.....	150
2.4 Educação Ambiental	165
2.4.1 A Educação Ambiental como fundamento.....	166
2.4.2 Direitos Animais na Educação – um nicho para Educação Ambiental.....	170
2.4.3 Os Zoológicos.....	176
2.4.3.1 <i>Dilemas acerca do enriquecimento ambiental e da Conservação – Serão os cativeiros o mal necessário?</i>	181
2.4.4 Educação Ambiental ou aula de ciências?.....	190
2.4.5 Por que animais presos não são recursos para Educação Ambiental?.....	194
3. METODOLOGIA	204
4. ANÁLISE DE DADOS	211
4.1 Análise de dados: Criadouro Conservacionista São Braz – Santa Maria- RS	218

4.1.1 Entrevista.....	237
4.2 Análise de dados: Quinta da Estância – Viamão/RS.....	250
4.3 Análise de Dados: GramadoZoo – Gramado/RS.....	255
4.4 Análise de dados: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul – FZB/RS – Zoológico de Sapucaia.....	263
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	282
REFERÊNCIAS.....	298
BIBLIOGRAFIA.....	301
APÊNDICE A - Registros dos Projetos de Educação Ambiental e Direitos Animais na Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF Porto Seguro em 2014.....	302
APÊNDICE B - Registros dos Projetos de Educação Ambiental e Direitos Animais na E.M.E.F. Porto Seguro em 2015.....	304
APÊNDICE C - Registros dos Projetos de Educação Ambiental e Direitos Animais na E.M.E.F. Porto Seguro em 2017.....	305
ANEXO A - Termo de consentimento do Criadouro Conservacionista São Braz – Santa Maria-RS.....	307
ANEXO B - Termo de consentimento da Quinta da Estância – Viamão/RS.....	308
ANEXO C - Termo de consentimento da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.....	309
ANEXO D - Lei dos Zoos.....	310

APRESENTAÇÃO – IMPLICAÇÃO DA AUTORA NO TEMA DE PESQUISA

Sendo esta pesquisa de uma temática que explicita subjetividade e sentimentalidade, ao invés de basear-se apenas na razão, julgo bem vindo uma breve apresentação de meu histórico pessoal no que diz respeito à relação com os preceitos deste trabalho. Na minha dissertação de mestrado, já me prolonguei em relatar este histórico, visto que meu trabalho abarcou a problemática de abandono e maus tratos de cães, e minha posição em relação aos Direitos Animais e a ética também levou em conta o detalhamento da minha cumplicidade com o tema. Aqui o farei novamente, renovadamente.

A Educação Ambiental e os Direitos Animais fazem parte da minha vida há certo tempo. Desde pequena, assuntos ligados à natureza e seus propósitos espontâneos têm minha atenção e encantamento. Isto proveio de minha cultura familiar, já que meus pais sempre demonstraram interesse, respeito e carinho para com os animais com os quais convivíamos e assim me ensinaram. Também eles eram encantados pela ideia de natureza a partir de uma percepção de paisagem, pureza e serenidade, e procuravam transmitir esta importância para mim e minha irmã, bem como fazer com que nós pudéssemos presenciar esta atmosfera e compreendê-la como algo a ser respeitado por si só.

Em 1993, aos oito anos de idade tomei conhecimento, despropositadamente, de como se dava o abate de bovinos para a produção de carne. Eu desconhecia o processo, e o choque levou-me a abdicar da alimentação de carne vermelha, pelo resto da vida, mesmo que até este dia fosse minha favorita. A partir daí, pouco a pouco, fui tomando conhecimento de que a exploração animal na indústria da carne era muito pior do que eu podia imaginar. Passei um longo tempo utilizando somente a carne de peixes, para chegar ao ovo-lacto-vegetarianismo, do qual fui adepta por cinco anos, e finalmente ao veganismo, ao qual sou adepta há um ano. Esse véu que circunda a exploração animal na indústria alimentícia faz com que muitas pessoas, de todas as idades, sejam completamente alienadas da verdade inconveniente em que é baseado esse comércio. Também as tradições ratificam, injustificadamente, que o consumo da proteína animal é da maior importância, e não há o que se possa fazer a respeito desse tipo de exploração. Para aqueles que trabalham diretamente nos abatedouros é revigorada uma cultura que os convence de que estão manuseando nada mais do que coisas, que estão produzindo alimento para as pessoas e que isso é uma necessidade, da qual dependem também seus próprios empregos.

Tomar conhecimento não apenas do processo capitalista que explora o trabalhador humano, mas da agonia, do sofrimento e da dor do animal que nasce projetado à própria

morte, pode ser o desencadeador de novas conexões no nosso espírito-mente, ampliando nossa visão da vida e do mundo. Creio que as crianças tenham ainda mais facilidade a tomar decisões mais éticas, se tiverem acesso à verdade e liberdade de escolha. No meu caso, em um tempo no qual abdicar da carne não representava sequer um modismo, sei que causei preocupação e assombro em alguns adultos. Mas com o andar do tempo fui apoiada e compreendida pela maioria daqueles que participam da minha vida.

Apesar de já apreciar muito a companhia de cães, gatos e qualquer outro bichinho antes dos meus oito anos, entendo que a adaptação de meu estilo de vida sem carne abriu as portas para outros testemunhos de compaixão e senso de justiça que me acompanharam por toda a juventude. O fato de nunca ter sido sacrificante abandonar o hábito de sentir este gosto, que outrora me trouxe tanto prazer, no seio de uma família de churrasqueiros, representa que meu abalo e comoção diante dos fatos seriam mais do que uma fase. E, a partir daí, o sofrimento animal nunca passou batido por mim, e não creio que ninguém devesse acostumar-se a ele.

Outras formas de aproximação da natureza sempre me acompanharam. Sendo criada, desde nascida, em profundo contato com a praia do Cassino (Rio Grande, Rio Grande do Sul/Brasil), considero-me parte deste espaço e como tal sinto-me acolhida por ele, tanto como invadida se o vejo desrespeitado, servindo de cenário efêmero e passivo, sugado pela violência residual, sonora e visual da exploração portuária e, em menor grau, também da exploração turística. Por tratar-se de um oceano, é comum pensarmos que sua renovação natural é colossal e invisível, e creio que muito já o tenha sido. Hoje, porém, já não tenho tanta certeza.

Outro espaço “selvagem” que sempre tive oportunidade de vivenciar foi a zona colonial da cidade de Pelotas, mais precisamente o Distrito da Cascata (Rio Grande do Sul/Brasil) por ter familiares moradores neste local. Lá a paisagem é outra, também encantadora e surpreendente, e sempre me fez imergir em uma certeza poética de que toda a vida que nos circunda possui em si um valor insubstituível. Apesar de hoje eu defender que deveria haver um afastamento, no sentido de uma desocupação, entre humano e natureza (do ponto de vista da exploração do primeiro), confesso que a proximidade, ou melhor, a presentificação nos ambientes intocados pelo ser humano no que diz respeito à insensatez do asfalto, da arquitetura cumulativa e das engenhocas digitais, propicia ativar sensações corpóreas de incrível bem-estar subjetivo e ambiental. Trata-se de uma cumplicidade com algo muito maior do que nós mesmos, e que ali se faz, quase que magicamente, ativo e presente apesar de abstrato, isto é, uma força vital proveniente de um contexto quase

“virgem”, da areia, da terra, das folhas, das pedras, das sombras, da água e da onipresente presença das luzes do céu (Sol, Lua e estrelas). Também este sentimento individual e transcendental foi definitivo para que eu me apaixonasse pelo tema ambiental e não limitasse minha visão de natureza à ideia de recurso ou local de simples visitação em busca de saciar a curiosidade sobre o exótico.

Quando era pequena, como uma infinidade de crianças até hoje, eu desejava ser médica de bicho. Lembro de me sentir importante quando descobri que a profissão que eu almejava tinha um nome só para ela: v-e-t-e-r-i-n - -r-i-a. Era lindo! Agora eu falava com ainda mais propriedade. Minha profissão dos sonhos existia consolidada. Eu tinha certeza absoluta do que queria. O motivo que me levou a desejar ser isto? Gostar de animais, querer salvá-los ou preservá-los da dor. Na idade certa para minha tomada de decisão de profissão, eu desisti; não tinha mais certeza de que queria ser veterinária. O motivo? Gostar de animais, querer salvá-los ou preservá-los da dor. Em que tipo de mundo isso acontece?

Até completar o Ensino Médio, meu desejo profissional, então era tornar-me médica veterinária ou ocean loga. Mas, como coloquei, entrei em um conflito interior, pois, como se sabe, o curso universitário de Veterinária abarca muitas contradi es perigosas, atividades dissonantes do próprio propósito de cuidar dos animais. Estas dúvidas e receios acabaram tendo um peso maior e acabei indo em outra dire o. Após completar a gradua o e a Pós-gradua o em Artes Visuais, e perpassar também a faculdade de Música sem conclui-la, vislumbrei a possibilidade de retornar aos meus anseios de infância através da sele o para mestrado em Educa o Ambiental.

Antes disto, porém, meus estudos focavam-se todos na área das Artes e da Música que, por sua vez, representavam outros sonhos de infância, concentrados na possibilidade de trabalhar como artista e de poder trabalhar com Cinema, uma grande paixão de toda minha juventude. Trabalhei ministrando aulas de piano durante oito anos, até assumir minha vaga no concurso do município para professora de Artes. Minha atua o   na Educa o de Jovens e Adultos (EJA) no turno noturno, e complemento algumas horas com turmas diurnas também, por isto já trabalhei nos anos iniciais e anos finais, pela manhã. Hoje tenho a Música em minha vida apenas como espectadora, além da aproxima o natural com este contexto, já que meu companheiro   profissional dessa  rea. Diga-se de passagem, que ele, que trabalhava apenas com Música, inquietou-se com várias questões sociais e ambientais há algum tempo, e hoje está concluindo o Curso Tecnólogo em Gestão Ambiental. Cercamo-nos um do outro também nos estudos sobre temas socioambientais. Assim temos tentado escrever e pensar muitas questões juntos.

Na época em que entrei no mestrado, meu pré-projeto aprovado na seleção consistia em fazer um trabalho educativo acerca da preservação da fauna das dunas do Balneário Cassino – Rio Grande (Rio Grande do Sul/Brasil). Com o ingresso no curso, as primeiras conversas com minha orientadora e a realidade do *campus* universitário que apresentava, como ainda apresenta, grande número de cães abandonados, percebi que este era um problema ambiental e que sua pesquisa e solução perpassavam, obrigatoriamente, a Educação. Além de atingir as instâncias urbanas, rurais e litorâneas, o problema considerava a própria existência que estava ali “sobrando”, em nossa sociedade descuidada da vida do Outro.

As vidas dos cães abandonados, ao contrário do discurso de biodiversidade, abarcam uma negação, ou seja, a população de cães de rua não é desejável a ninguém. E este é um problema de duas faces: é necessário considerar os direitos, o bem-estar e a ética para com a vida do animal abandonado; e, de um ponto de vista antropocêntrico, o grande número de animais moribundos nas ruas “atrapalha” a sociedade. Mas pouco se testemunhava, nas instâncias responsáveis, medidas éticas que promovessem uma melhora neste cenário. E o que se via, até muito pouco tempo aqui em nossa cidade, como em todo o Estado, e mesmo no Brasil (a Lei Estadual da proibição da “eutanásia”, 13.193, data de 30/06/09), era uma tentativa de amenização do problema a partir de uma solução ignorante, ineficaz e hostil, o sacrifício de animais em Centros de Controle de Zoonoses. Logicamente essa tentativa de solução, além de não funcionar para controle populacional dos animais, levava em conta somente a segunda face do problema, a face antropocêntrica, sem qualquer senso de ética, empatia, justiça ou responsabilidade. Hoje o cenário tem mudado em todo nosso Estado, bem como em nossa cidade, onde podemos presenciar uma maior atenção das políticas públicas e maior possibilidade de voz dos ativistas pelos Direitos Animais.

Foi a partir destes fatos, da entrevista com o atual prefeito, da entrevista com as protetoras, da história da domesticação, de experiências em viagens e de bibliografia fundamental em ética que aprofundei minha reflexão acerca do abandono e maus tratos de animais, em especial os cães, para escrever e defender minha dissertação, em março de 2013. Entreguei também uma cópia deste trabalho à Coordenadoria Municipal de Direitos Animais.

Tenho tido cada vez mais oportunidade de acercar-me de pessoas e leituras que me ajudaram a compreender aspectos mais intelectuais da temática dos Direitos Animais, e entendo, necessariamente, que essa busca não é finita. Em 2016, tive a valiosa oportunidade de assistir à disciplina de Direitos Animais, oferecida pela primeira vez em nossa universidade, a partir da Faculdade de Direito, e brilhantemente ministrada pela estudiosa autora Bianca Pazzini. Esta participação/audição me ajudou a selecionar ainda mais leituras

pertinentes e oportunizar debates e diálogos emergentes. Em 2017, organizamos e realizamos um pequeno evento sobre Direitos Animais, conectado ao Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental – PPGEA.

Hoje me honra, também, que eu possa deixar registrada minha percepção, minha minúscula colaboração neste campo em crescimento e que dá voz a uma verdadeira ética. O estudo, que aqui está, representa parte da continuidade desta minha caminhada, em forma de texto, onde filtrei o que pude construir e vivenciar acerca de uma ínfima, entretanto pulsante, parcela de um número inesgotável de animais que são reduzidos a uma subexistência por intermédio da cultura humana. Entendo que somos todos parte da mesma natureza, e dentro dela encontram-se também as nossas culturas e que, como tudo que está vivo, também devem ser mutáveis, saber rejuvenescer e saber envelhecer.

Em tempo, percebi uma conexão inquestionável entre a área de minha formação inicial – as Artes – e os Direitos Animais, onde me lanço agora. Ambas as áreas, como diversas outras ciências humanas, necessitam operar entre a objetividade e a subjetividade, entre a racionalidade e as emoções, entre a razão e o sentimento. O desconforto humano diante do sofrimento animal possivelmente teve origem na empatia, no horror sentido por alguém diante da crueldade, instigando assim seus sentimentos de compaixão e dó. Porém, com o passar do tempo e a necessidade de solidificação de uma teoria que rejeitasse as antigas tradições de exploração, foi necessário apelar e apoiar-se na racionalidade, apontando as brechas morais de uma sociedade que se recusava a ver os fatos. Esses dois meios de percepção e edificação de uma nova reflexão estão corretos, mas não são absolutos. Hoje se voltou a aceitar que os Direitos Animais também se baseiam nos sentimentos humanos, e não apenas em noções prontas de certo e errado. E isso, em nosso século, não desvaloriza o movimento em defesa e respeito aos animais; ao contrário, o legitima a partir das várias faces da percepção.

Também a Arte tem esse diferencial. Podemos estudá-la como um campo infinito de conhecimentos, podemos categorizar, historicizar, medir e reproduzir. Mas nunca vamos conceber a sua essência, a razão de sua existência, se não cogitarmos as emoções que deram vazão a ela, e as emoções que poderão constantemente nascer dela. Para captá-la ou participar das sensações possíveis, devemos dar liberdade à nossa imaginação, ao que não está posto, e fomentar uma comunicação entre mente e coração. A arte é ciência, mas também é abstração, é subjetiva, leva-nos à inconstância e à transcendência a partir dos efeitos que motiva dentro de cada artista ou espectador. E aquilo que sentimos, facilmente apreendemos. A intensidade do empirismo e do choque emocional é certamente um meio de Educação, às vezes mais fecundo do que os estabelecimentos unilaterais e frios das diversas ciências. Talvez seja por

isso que as Artes não consigam responder a seus significados com exatidão, mas tais significados são presentes e pulsantes. E talvez seja por isso que, apesar de embrionários em nossa sociedade, os Direitos Animais tenham uma força tão intensa naqueles que se propõem a conhecê-lo. Essa assimilação contribuiu para uma autoavaliação acadêmica que eu necessitava e, de certa forma, tenta responder o que estou fazendo aqui e por quê.

Muitos estudos, como este e muito melhores, são necessários para continuarmos o discurso acadêmico dos Direitos Animais, para fins de enraizamento na filosofia de nosso tempo. Acredito que os alicerces da ideia já estejam sólidos e edificados, mas pelas vias racionais ainda falta a construção das “paredes”. Ainda há muitos ataques contra esse campo de conhecimento e percepção e precisamos estar preparados. Não nos admira que quase todas as obras sobre Direitos Animais ocupem-se em grande parte em rebater argumentos. Como “relutantes” buscamos a verdade que deve nos guiar, até que ela seja translúcida. E depois disso poucos de nós estão abertos a mudar de ideia.

Hoje não temo em rebater, nem me sinto desconfortável e, muito menos, intimidada. Tenho uma clareza interna que me deixa segura diante das hostilidades deste campo. Entretanto, no meu íntimo, não estacionei: reconheço contradições e estremeço ao pensar que, por vezes, posso ter sim que abrir exceções em minhas escolhas de consumo, ou repensar afirmações previamente concebidas. Mas isto pertenceria somente a mim como sujeito, ao meu despertar, à minha metamorfose, medidas causas e consequências de uma determinada situação específica. Não à toa observamos que a indústria alimentícia de grãos também mata milhares de animais todos os dias. Os dilemas são muitos...

No entanto as diversas hostilidades ao tema – religiosas, morais, científicas, acadêmicas e filosóficas e de senso comum, já são muito fracas perto da compreensão a que creio ter chegado. E, paradoxalmente, depois de ter dedicado alguns estudos fundamentais da minha vida a este tema, sustento que eles não são necessários para a clareza pessoal e interior acerca do respeito à vida.

Voltando às origens emocionais subjetivas, e com sua licença para um *clinamen* astrológico, considerando minha *Lua em Virgem*, o que me torna perfeccionista em relação ao sentimento, afirmo: Tudo isso será compreendido se as pessoas olhassem nos olhos dos animais, se puderem se interessar, por um segundo, às suas vontades. Se puderem passar trinta segundos em pé, sob o Sol, no asfalto ardente, em um dia de 36° C, olhando para o cavalo que ali está atrelado à carroça e que ali permanecerá não por trinta segundos, mas por oito horas, ou mais, de onde só sairá para puxar uma carga, movimentando-se embaixo do mesmo Sol, encilhado pelos mesmos instrumentos. A maioria deles provindos da doma tradicional

“quebra-queixo”, cujo nome, infelizmente, não é só força de expressão. Citei aqui o caso dos cavalos urbanos só como exemplo. Os olhares animais estão por todo o lado.

Na ocasião de minha qualificação, o prof. Alfredo Martin, leitor e banca, novamente, deste mesmo texto que aqui está, prestou gentilmente um elogio a certa passagem de meu texto, onde, disse ele, eu fui corajosa. Trata-se da parte em que assumi que às vezes em ambientes hostis a gente aprende mais. Ao retornar à leitura de Tom Reagan, filósofo dos Direitos Animais, para concluir este texto, reli sua passagem quando remonta uma experiência em que ele estava em um Congresso muito importante de Filosofia e apresentaria um artigo sobre Direitos Animais. Ele conta que estava muito nervoso com a situação e pasmo com o alcance do evento. O colega do lado, procurando acalmá-lo, disse que não se preocupasse tanto com sua apresentação, pois o critério de admissão dos artigos havia se deteriorado. Desta vez havia até um artigo sobre animais e a lei! Que era justamente o trabalho que Reagan apresentaria.

Jamais poderia me comparar ao Reagan, sob qualquer aspecto intelectual, mas impossível não fazer esta relação para lembrar que, ao estudarmos um tema que é ainda pouco comum, ou extremamente desconfortável às demais pessoas, passamos por diversas situações como essa, e temos que ser fortes porque sabemos estar representando algo de muito valor. No dia ao qual me refiro no texto, em que estava em um evento onde quase tudo em que acredito era completamente incompatível ao pensamento das outras pessoas tenho certeza de que os olhares de advertência e desdém que recebi são também moradas de um devir sobre a verdade inconveniente, ou assim o desejo.

Morin afirmou que rumamos ao Abismo, e infelizmente concordo com ele. Mas isto não significa que posso viver minha vida tranquilamente, apenas usufruindo de todos os prazeres materiais, sem me importar com nada, afinal não viverei até ver o fundo do abismo que nos espera. Por que então lutar por algo tão polêmico? Por que ir contra os grandes poderes com toda nossa força, quase que sabendo do massacre que a moral sofre todos os dias, em prol do capital? Por que perder o tempo sagrado de minha vida individual, finita, jogando palavras ou lições ao vento, ocupando-me de leituras, debates e estudos deste assunto tão pouco apoiado pelos mais de sete bilhões de meus irmãos de espécie, muitos deles vítimas do mesmo processo do qual reclamo seu não apoio? Por que procurar saber dos horrores aplicados a seres frágeis e tentar, na prática ou em pensamento, um meio para ajudá-los, se isso me causa mais tristeza e frustração do que resultados? Se no fundo não acredito no restabelecimento, nem do planeta nem da minha espécie? Se tudo vai acabar mesmo?

Com o perdão pelo pessimismo, sei que esse é o sentimento de muita gente que gostaria de ver um mundo diferente, que está repugnado da banalização do mal e da alienação humana. Mas respondo aos meus questionamentos, sabendo que tanto eles como minha resposta é comum a várias pessoas, tanto pela minha busca ao veganismo, quanto pela realização de estudos como este, a resposta é: Porque perdi a inocência¹. Porque não sinto que posso ficar inerte, porque tudo isso é importante para mim, é importante para os outros, e é importante que eu faça agora, que é quando estou aqui.

Espiritualmente sinto-me melhor sabendo que minha vida tem um propósito de troca de energia em todos os níveis, que não vim apenas para receber e usufruir, e que o que faço ou penso em relação aos animais não me impede, de forma alguma, de receber e usufruir ainda mais desta vida. A mesma autora que acabo de citar em rodapé também disse que ninguém consegue ser totalmente vegano. E isso é absolutamente verdadeiro. As contradições são muitas, e os inimigos são os mesmos: modo de produção de comida, indústrias de objetos, de medicamentos, de cosméticos, valores invertidos na educação tradicional, tradições... Mas como disse Reagan: não poder fazer tudo não significa que não possamos fazer nada.

Conectando minha infância com minha atual profissão, encontro um dilema: conto ou não conto para as minhas várias alunas do 5º ano, que têm certeza que querem ser veterinárias, e o querem pelo mesmo motivo que eu queria, como é que são as coisas no mundo dos adultos? Acabo não contando. Coisa feia fazer alguém deixar de sonhar. Desmantelar o brilho nos olhos delas, aniquilar a possibilidade de que, diferentemente da maioria, elas poderão se formar e seguir gostando de animais, mesmo os que não forem cães e gatos de estimação? Eu não. Fico quietinha, na torcida. Gosto muito do lugar que ocupo hoje, parece mais pacato, mais inerte do que botar a mão nos animais para ajudá-los. Mas não há nada pacato em botar a mão na massa ao estar com dezenas de “serumaninhos” abertos ao que tenho a dizer. Cabe a mim fazer isto com equilíbrio e ética, sem abandonar meus ideais, e considerando, profundamente, as necessidades destes sujeitos, bem como de nosso meio socioambiental.

Hoje tenho a felicidade e a segurança de pertencer ao mundo acadêmico das ciências humanas e de poder contar com avaliação e apoio dos professores que permitem que as subjetividades transpareçam, visionários que são de permitir *clinamens* ao romper com um

¹ Em palestra do Encontro de Direitos Animais da UFSC, em 2015, Sônia Felipe disse a frase: “Acabou a inocência”, após assistirmos a um filme que, entre muitos outros temas, apresentou o método da indústria leiteira e suas consequências morais e ambientais, desmascarando qualquer possível suavidade que possamos desejar ter lido antes disso. Utilizo a frase aqui para simbolizar o despertar de várias questões, e a impossibilidade de “voltar atrás”.

Cartesianismo mais duro e puro, abrindo ainda mais as possibilidades de entendimento do Outro. Nossa luta constante, frequentemente esmagada por nós mesmos ao aderirmos às autoridades, sempre tem respiros. Espero poder usufruir deles quando tenho a chance.

Desejo ao leitor, especialmente, que o contato com estas páginas que, em número, ultrapassaram um pouco meu plano, não seja cansativo; que as partes amargas sejam compreendidas na força de sua essência de verdade; que em algumas partes seja encontrada alguma inspiração ou cumplicidade. E que o presente texto possa lhe passar um pouco do que vivi, descobri e pude relatar neste processo contínuo que me constitui, assim espero e sempre um pouco mais, uma educadora ambiental.

1. INTRODUÇÃO

... Portanto, vamos meditar sobre sua oferta de comprar nossa terra. Se decidirmos aceitar, imporei uma condição: o homem branco deve tratar os animais desta terra como seus irmãos; Sou um selvagem e não compreendo qualquer outra forma de agir. Vi um milhar de búfalos apodrecendo na planície, abandonados pelo homem branco que os alvejou de um trem ao passar. Eu sou um selvagem e não compreendo como é que o fumegante cavalo de ferro pode ser mais importante que o búfalo, que sacrificamos somente para permanecer vivos; O que é o homem sem os animais? Se todos os animais se fossem o homem morreria de uma grande solidão de espírito; Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo. (Resposta do Cacique Seattle ao Governo dos Estados Unidos que tentava comprar as suas terras, 1854).

O desvelar de vários mundos sempre pode nos causar um aperto no peito, um nó na garganta e um frio na barriga; mas depois presenciamos a mágica da metamorfose, enchemos nossos olhos, reconfiguramos nossas almas e nos fortalecemos ou sucumbimos diante de suas hostilidades. A catarse é certa. No mito da caverna de Platão, as sombras não tinham cor, textura nem tato, eram só luz e contraluz. Quando saímos da caverna, estamos expostos à dor, ao susto, ao medo, à descoberta, mas não mais à comodidade. As coisas são explícitas e exigem nossa interação. Tal como a fruta da Eva, provinda da Árvore do Conhecimento, fazendo com que tudo mudasse para sempre. O preço foi o fim da inocência e o ônus um mundo complexo e inevitável aos nossos pés (e mãos, e cabeça, e coração...). Uma pesquisa é uma investigação e, como tal, nos transforma um pouco. Se isso configura um crescimento acadêmico, não seria absurdo supor que a abertura ao novo promova um crescimento social às culturas e tradições humanas também.

E adentramos, finalmente, numa era em que antigas tradições podem ser questionadas em alguns lugares do mundo, sem que isso signifique que aquele que reclama seja sempre excluído e impedido de dar voz à sua opinião. Assim, diferentes pontos de vista são vislumbrados, hoje, como numa estante, acessíveis a quase todos que souberem da variedade de informações e verdades reveladas, bem como de instintos de solidariedade que vencem sobre a barbárie e a racionalidade “dura” do século XVII. A Educação Ambiental entra como ciência-ação estremecendo os estigmas do humano como dominador da natureza. A exploração animal, parte dessa natureza, é uma problemática da idade do humano na Terra e sua evidenciação, ainda que inconveniente na maioria das culturas, tem tomado forma e se tornado cada vez um pouco mais visível a olhos nus e às almas desavisadas. Isto tem sido muito positivo para a luta, que não é recente, da busca efetiva pelos Direitos Animais.

A história da humanidade é indecifrável se nos abstermos de admitir a profunda relação de dominação dos mais fracos, humanos e animais, em prol de tradições, religiões e progressos científicos. Mas, em tempo, devemos lembrar, nunca em prol da moral. Essa dominação é também a exploração, e não se deu somente na vitória do mais forte sobre o mais fraco, e não é – pelo menos não mais – questão de cadeia alimentar. A vitimização dos dominados não consistiu apenas na licença de deixá-los à margem das sociedades, ou de aproveitar algo que eles pudessem oferecer sob força bruta. Essa exploração, quando absoluta, escravizou e assassinou (o que continua acontecendo) bilhões de vidas inocentes entre humanos e outros animais, sem que isso soasse um absurdo a ser combatido. Esse relato trágico é muito conhecido, porém é impossível não resgatá-lo, se quisermos explicar as motivações de nascimento de novas consciências.

Esses nascimentos e desenvolvimentos de consciências revolucionárias não se dão pela bondade requerida nas religiões, muito menos nas tradições pagãs ou científicas. Eles se dão a partir da busca da nudez de uma verdade fatídica, baseada no testemunho da ciência, mas também na reflexão e no questionamento daquilo que vem sido dado como pronto no decorrer dos séculos de civilização humana. Essa nova racionalidade tem um diferencial; ela pode emergir das emoções, e não necessita erudição, tal como não possui limitações no que diz respeito a gênero, raça, faixa etária ou classe e, como veremos, nem à espécie. E apesar disso tem contaminado, no melhor sentido da palavra, pequenas massas de pessoas das diversas instâncias que têm se ocupado então, senão por compaixão, pelo menos por curiosidade a pesquisar mais sobre o assunto, o que pode significar considerar a solidariedade como forma de inteligência, ou que nos arrebatam com a novidade de que animais possuem direitos legais tanto quanto seres humanos, o que, baseado nas considerações morais que nos construíram, não é difícil comprovar através do Direito e da Ciência, se assim quisermos.

Apesar de minha profunda perturbação ao conhecer a realidade de injustiça social entre os povos; a permanente dominação dos ricos e as barbáries de que são capazes para manter seu *status*; a vergonhosa e crescente corrupção político-empresarial; as doenças que através de vírus perigosos ou mortais misteriosamente voltam a assolar especialmente os menos favorecidos; a secreta e milionária indústria farmacêutica e suas possíveis armadilhas; a superpopulação de seres humanos que tem alimentado um mercado que aumenta a degradação de áreas intocadas, a exploração de recursos, e diminuído a qualidade de vida; a ignorante violência de gênero e intolerâncias religiosas, medievalmente atuais, e tantos outros problemas que só não são inacreditáveis porque saltam aos nossos olhos, detenho-me neste trabalho a focar nos Direitos Animais. E, prontamente, afirmo que todas as tragédias que

acabo de citar neste parágrafo estão conectadas com a problemática desta pesquisa, que trata também da mentalidade e da ética humanas.

Esta é uma tese sobre Educação Ambiental, largo e recente campo do conhecimento que apesar de dever abarcar os Direitos Animais o tem, frequentemente, ignorado. Aqui pretendemos apontar e erguer essa conexão a partir do fato de que nossa relação com outros animais insere-se no dualismo sociedade-natureza. A mesma terceirização da natureza é percebida, quando nós, humanos, não nos admitimos animais que somos, com propriedades comuns a tantos outros animais. Esta constatação científica, de que pertencemos ao Reino *Animalia*, Filo *Chordata*, Subfilo *Vertebrata*, Classe *Mammalia*, Ordem *Primates*, Família *Hominidae*, Gênero *Homo*, Espécie *Homo Sapiens*, comprova-nos não apenas nossa semelhança com os outros animais, mas nossa própria animalidade. E se assim o somos, não seremos tão diferentes no que diz respeito a todas as outras coisas, como comportamentos, hábitos e até culturas. Não creio que fosse necessária a utilização da classificação biológica do ser humano, mas ela dá base para compreendermos um conceito um pouco mais abstrato, mas não menos forte: a empatia.

A empatia, enquanto capacidade de nos colocarmos no lugar do outro, desperta os sentidos de afinidade e sintonia entre os seres, contribuindo com uma compreensão ética do outro. Etologicamente, na história, vamos perceber que há muito se comprovou que diversos animais possuem maneiras de demonstrar emoções e estímulos físicos negativos ou positivos muito semelhantes aos nossos. Independente desse reconhecimento, e mesmo sem percepção científica apurada, muitas pessoas puderam verificar essa informação, através da empatia com a semelhança dos corpos e atitudes dos diversos animais, ou com as ferramentas que eram utilizadas neles causando-lhes sofrimento ou morte.

Dentre as diversas explorações animais existentes, esta pesquisa atém-se a uma questão antiga, porém com roupagem muito atual a qual, por vezes, colabora no disfarce da perpetuação da exploração referida. Tratam-se dos animais em cativeiro que, inicialmente, existiram para o entretenimento humano e, hoje, são vistos como material de pesquisas acadêmicas, como se isso fosse algo “menos ruim”, bancos genéticos ambulantes para a dita conservação e justificativas vivas para uma suposta Educação Ambiental. Sabemos que vários zoológicos estão deixando de existir, indo à falência ou, no mínimo, estão sendo considerados um retrocesso do progresso humano em pleno século XXI. Em outras palavras, a existência de um lugar onde pagamos para observar animais presos, limitados aos desejos humanos, é um acontecimento cada dia mais constrangedor e inconveniente à nossa moral, e muitas pessoas já estão percebendo isso, outras tantas ainda não. Mas qual a saída para aqueles que já estão

envolvidos há tantos anos com esse tipo de trabalho? Diretores, tratadores, veterinários, donos de estabelecimentos? O que fariam de suas vidas? E, por Deus, o que fariam com os elefantes e leões que sobraram dessa história? Essas questões estão sendo vencidas, respondidas pouco a pouco, tranquilizando o mercado do espetáculo e atenuando esse clima desagradável.

A premissa agora pode estar sendo que o espetáculo pode não ser apenas para fazer rir e distrair. Pode ser para ensinar, mas continua sendo um espetáculo. Hoje, a criança tem começado a deixar de sorrir ao ver macaquices dentro de quatro paredes de tela, substituindo a gargalhada divertida por um respeito passivo e certa melancolia, ao saber que o serelepe macaco não está no lugar onde deveria, que sua mãe foi morta, que livre ele seria ainda mais serelepe e que, pior de tudo, está sofrendo por nossa causa, tanto ele, na ausência da liberdade, quanto seus primos da floresta que têm cada vez menos espaço para chamar de lar. Esse terrorismo, muito comum na Educação Ambiental midiática, não tem ajudado civilizações humanas ou animais, muito menos tem sido efetivo para a economia de recursos naturais. É baseado na “culpa católica”, que nos faz sentir péssimos, sem sabermos muito bem por que, e nos promete que, em um dado momento, teremos a redenção, pois sentir-se culpado é melhor do que não sentir nada. Além disso, a culpa nos cega e imobiliza; porém, por não ter fundamento, não marca nossa percepção verdadeira e empatia para que possamos pesquisar mais, e quem sabe fazer alguma coisa, deixar de fazer, ou apenas pensar e falar no assunto.

Assim, as criancinhas se sentem péssimas pelo coitado do macaco, mas não entendem muito bem o que elas têm a ver com isso. E se acharem que o animal está “bem” ali no recinto, alimentado e não doente, então será ótimo, e poderão até ter o desejo de afagá-lo e levá-lo para casa. Essas são ideias perigosas, possivelmente emergentes em uma Educação Ambiental mal conduzida. Tanto a tristeza sem reflexão da criança, quanto a conclusão bem-estarista de que se o animal estiver passando bem, então tudo bem, são fenômenos negativos. Não quero com essas críticas estar sendo derrotista, muito menos resumindo todas as ações a práticas inúteis. Mas é por essas possibilidades, infelizmente viáveis, que a pesquisa se configura também como investigação dos fundamentos e defesas das atividades realizadas, ainda hoje, em grandes locais de cativeiros animais.

1.1 Problemática

A pesquisa propôs-se a fazer um levantamento das justificativas que legitimam os cativeiros de animais que são mantidos presos sob pretextos principalmente de conservação e Educação Ambiental, problematizando essas questões e contrapondo esses resultados com a

literatura pertinente, especialmente no que se refere à Ética, à Educação Ambiental e aos Direitos Animais. Também foi feita uma breve observação das condições dos locais e da atenção que é dada ao bem-estar dos animais, e o quanto isso se vincula aos interesses humanos diretos.

O problema norteador deste trabalho centra-se na questão: Como se justifica a permanência do domínio humano sobre a natureza no comportamento contemporâneo de manutenção dos animais em cativeiro, e qual a função da Educação Ambiental neste cenário? O recorte do *corpus* de pesquisa é o estado do Rio Grande do Sul, onde foram visitados zoológicos e Centros de Recuperação e Conservação de animais.

A problematização da Educação Ambiental feita pelos e nos locais de cárcere de animais dá-se a partir das seguintes questões sobre a Educação Ambiental: Ela é baseada em quê? Construída por quem? Depende de quê? É destinada a que público? Para quê? Até quando será necessária? É necessária? Quem adota, propõe, apossa, utiliza o conceito? Quem o ratifica, retifica, legitima, fiscaliza ou critica o conceito? Quais as perdas e ganhos derivados dessa “Educação Ambiental”? Em que medida ela funciona? Seu propósito está claro para seu proponente e para seu público?

São objetivos específicos as buscas de respostas para as seguintes questões diretamente relacionadas à problemática central deste trabalho: Mesmo sendo feitas pesquisas científicas de animais em cativeiro, em que medida essas pesquisas podem colaborar para a qualidade de vida daquele animal ou do grupo selvagem de sua espécie? Em que medida uma ética em relação à vida e bem-estar do animal é aplicada nas instalações dos cativeiros para fins de entretenimento humano? Que visão e políticas de Educação Ambiental têm os idealizadores/gerenciadores dos locais de exibição de animais? Que pensamentos e comportamentos na contemporaneidade fortalecem a continuação da cultura da utilização dos animais em cativeiro para fins de entretenimento humano? Quais as possibilidades de o animal em cativeiro usufruir de uma qualidade de vida, levando em conta seus instintos e necessidades? Até que ponto se justifica a permanência dos pressupostos do domínio do ser humano sobre a natureza, justificados por uma filosofia de base religiosa no comportamento contemporâneo de manutenção de animais em cativeiro?

1.2 Hipótese

Minha hipótese é que é papel da Educação Ambiental desconstruir os conceitos que normalizam a permanência da exploração animal, principalmente para fins inúteis ou

injustificáveis, no que tange ao cativeiro, bem como outras formas de exploração. Não existem justificativas que estabeleçam a manutenção da cultura de animais em cativeiro para entretenimento, pesquisa e Educação Ambiental; por isso, a abolição desses locais poderá ser uma medida ética pertinente e adequada ao nosso século, salvo se esses locais apresentarem propostas que levem em conta, em caráter prioritário, o bem-estar de animais que, por problemas anteriores, não possam estar em liberdade.

1.3 Objetivos

O objetivo geral foi buscar compreender que pensamentos e comportamentos na contemporaneidade fortalecem a continuação da cultura da utilização dos animais em cativeiro para fins de entretenimento humano, pesquisa, conservação e Educação Ambiental, através de consultas bibliográficas e pesquisa de campo: entrevistas e visitas. A produção de um banco de imagens dos locais visitados (fotografias e filmagens) também foi pretendida e realizada.

1.4 Justificativa

A justificativa do estudo prevê a própria preocupação com a vida de outros seres sencientes, que não somente os humanos, seres que diariamente encontram-se em estado de grande sofrimento. Acredito que os valores de uma sociedade estão ligados às possibilidades/capacidades de empatia e ética, à fraternidade e solidariedade para com as necessidades dos seus próximos, sejam eles humanos ou não. A permanência dos espetáculos envolvendo a utilização dos animais traz um dilema entre ética e tradição que precisa ser superado. Essas atividades estão descontextualizadas se levarmos em conta o desenvolvimento e estágio das ciências e das novas correntes filosóficas. As possíveis “forças maiores” permissivas e fomentadoras desse tipo de atitude parecem se apoiar em argumentos religiosos, capitalistas e tradicionais que precisam ser problematizados por estarem sendo, na prática, postos à frente de uma ética básica, a da vida.

Outra preocupação é o vínculo de ações que perpetuam a coisificação da vida à qualidade de “Educação Ambiental”. Como educadores devemos intervir sobre essa apropriação indevida, pois a educação, há muito, já se sabe, não deve ser só para aprender conteúdos, não deve ser bancária, como nos ensinou Freire, mas dialógica e ética. Não há

ética numa educação que coisifica a vida. É a educação que deve contrariar e enfrentar os paradigmas que ainda demonstrem a falta de respeito e a legitimação do sofrimento alheio.

Esses fatos, a apreensão dos animais e manutenção dos cativeiros, apoiados em conceitos convencionais, ou mesmo patrimoniais, são difusores e promotores de movimentos turístico-econômicos que refletem a alienação e o atraso de uma sociedade que se destaca pela rápida e constante dominância de, até então, inimagináveis recursos materiais e tecnológicos. Entretanto não progride tão rapidamente no que diz respeito a repensar o modo como se trata a vida em si e seu entorno.

Entendendo que o exercício do poder é um fruto distorcido da cultura, é necessário compreender a história no âmbito da dominação humana sobre a natureza e sobre seus próprios semelhantes. Observa-se, assim, que, ao contrário das ciências duras, a educação e as demais ciências humanas, assim como o pensamento majoritário das populações, não acompanharam os avanços científicos que se referem à medicina, à informática e às mais diversas engenharias, por exemplo. Portanto, a justificativa central da realização deste trabalho baseia-se no fato de que milhões de vidas sencientes encontram-se em estado de grande sofrimento em prol de uma cultura ultrapassada e mantida no século XXI, que não tem por objetivo qualificar a vida, seja ela humana ou não humana, mas trazer duvidosas maneiras de se ter lazer, conhecimento, conservação de espécies e “educação ambiental”.

O vínculo com a Linha de Pesquisa “Fundamentos da Educação Ambiental”, à qual pertença no Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, dá-se, principalmente, nos estudos teóricos de cada uma das áreas de conhecimento estudadas, nas quais tentei aprofundar minhas reflexões dialogando com os fundamentos principais destas ciências. Além disto, a problematização dos próprios fundamentos da educação ambiental praticada nos zoológicos e criadouros analisados por mim está intrincada com a linha de pesquisa apresentada por trabalhar com as contradições éticas entre a prática e a nomenclatura dos métodos utilizados.

1.5 Procedimentos

Nesta pesquisa, considerei diversas fontes de conhecimentos a que tive acesso. Além da revisão bibliográfica, convencional e obrigatória, utilizei anotações minhas de diversas experiências de estudos. Foram elas, eventos acadêmicos, um pequeno estágio de trabalho e uma disciplina que assisti como ouvinte, do curso de Ciências Biológicas. Considerei importante tramar estes dados a fim de proceder com a busca de um resultado complexo,

melhor adquirido se for considerada essa diversidade de informações e meio de registros, já que se trata de uma pesquisa que não é exclusivamente teórica. O método foi dividido em análise de literaturas nas áreas afins do meu problema, e a pesquisa *in loco*, nas visitas e entrevistas diretamente nos locais propostos, quais sejam: Criadouro Conservacionista São Braz, em Santa Maria; Criadouro Conservacionista da Quinta da Estância, em Viamão; GramadoZoo, em Gramado; e Parque Zoológico da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, em Sapucaia do Sul.

Aproveito para complementar, já que o lugar de onde falamos é a cidade de Rio Grande, que o minizoo de nossa Praça Tamandaré foi desativado no último ano, tendo alguns de seus animais transferidos para o zoológico de Sapucaia. Desde 2014 há uma polêmica dividindo opiniões na comunidade acerca da retirada ou não desses animais da Praça. Finalmente foi decidido pelo esvaziamento do local e realocação dos animais em outras instituições, especialmente porque as dependências do minizoo não cumpriam as leis ambientais para abrigá-los. De fato, a qualquer olhar, os animais estavam em péssimas condições. Essa é uma vitória da proteção animal no município, muito embora os comentários da população em redes sociais, que publicaram o processo, demonstrem grande insatisfação, fruto de uma mentalidade conservadora, que não nos surpreende pela natureza que a constitui: estamos acostumados a ver os animais quando quisermos. Logo no princípio da pesquisa foi considerada a hipótese de o minizoo de nossa praça constituir o *corpus* deste estudo. Mas tendo em vista o critério que privilegiou a escolha por zoológicos ou criadouros maiores, e que oferecessem “educação ambiental”, logo a hipótese foi abandonada. Assim apenas retomo esta questão para não furtar-me dos acontecimentos que se desenrolam tão perto de nós e acerca do mesmo tema.

1.6 Capítulos

A partir do sumário, é possível ver com mais clareza a distribuição dos capítulos a seguir, a fim de situar e organizar a leitura. Basicamente a fundamentação teórica conta com quatro momentos de aprofundamento: na primeira parte: *O Homo sapiens* e os outros; na segunda parte: Estudos sobre Ética e Moral; na terceira parte: Direitos Animais; na quarta parte: Educação Ambiental. Após a Fundamentação, o leitor encontrará a Metodologia, seguida da Análise de dados, dividida em quatro partes, cada uma contemplando um dos locais onde foram produzidos dados para o *corpus* de pesquisa; E finalmente as Considerações Finais. Os apêndices são anunciados no corpo do texto, nas partes a que se

referem. E nos anexos encontram-se os Termos de Consentimento devidamente preenchidos e assinados pelos sujeitos que colaboraram na pesquisa de campo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de adentrar os resultados desta pesquisa e também por realizar este doutorado na Linha de Fundamentos da Educação Ambiental, faz-se pertinente um estudo de cada uma das células teóricas que são inerentes à problemática apresentada. Os capítulos a seguir dividem-se em quatro momentos e tratam, respectivamente: 2.1 – do aspecto histórico-biológico da espécie humana; 2.2 – da potência da Ética criada e aplicada pela espécie humana; 2.3 – da compreensão dos Direitos Animais, fruto natural desta potência; 2.4 – da Educação Ambiental, como medida moral para honrar esta potência. A divisão em subcapítulos, de cada um desses capítulos, tem como objetivo renovar o fôlego dos temas trabalhados, organizar a argumentação e adentrar em algumas particularidades tocantes a eles. Cada uma destas partes também revela princípios adormecidos, alarmantes, emergentes, evidentes ou subjetivos que favoreceriam uma revisão sobre nossa relação com os outros animais em nosso tempo-espaço.

2.1 O *Homo sapiens* e os outros

A folha

A natureza são duas.
Uma,
tal qual se sabe a si mesma.
Outra, a que vemos. Mas vemos?
Ou é a ilusão das coisas?

Quem sou eu para sentir
o leque de uma palmeira?
Quem sou, para ser senhor
de uma fechada, sagrada
arca de vidas autônomas?

A pretensão de ser homem
e não coisa ou caracol
esfacela-me em frente à folha
que cai, depois de viver
intensa, caladamente,
e por ordem do Prefeito
vai sumir na varredura
mas continua em outra folha
alheia a meu privilégio
de ser mais forte que as folhas.

Carlos Drummond de Andrade

2.1.1 Uma ancestralidade comum – Árvore Filogenética

Sendo esta uma tese na área de Educação Ambiental, se bem que trabalhando outros temas que podem lhe parecer externos ou, pelo menos, anteriores a ela, dou por primordial iniciarmos a fundamentação em um breve estudo de nossa espécie e suas relações. Afinal, nosso tema principal é o ser humano, suas possibilidades, suas fragilidades, suas origens e seus destinos. Embora foquemos, nesta tese, em tratar da relação insustentável que o *Homo sapiens* tem com muitos animais, é a ele que se educa, e dele que se espera o crescimento e ampliação da civilização moral. Ouso aventurar-me, então, nos desvendares e encantos das ciências biológicas ao iniciar este capítulo onde discorro algumas teorias.

A ideia da Árvore da Vida, ou Árvore Filogenética, nos diz que ao longo dos milhões de anos em que existe vida na Terra, a evolução das espécies deu-se num processo estreado em uma ancestralidade comum que conecta todos os seres vivos. Nossas pernas e braços evoluíram de nadadeiras especializadas, por exemplo, bem como cada membro do nosso corpo teve uma origem em outro corpo. Se isso é verdade, todas as criaturas vivas são parentes. Em *A Origem das Espécies*, cuja edição original data de 24 de novembro de 1859, o próprio Charles Darwin nos coloca que:

Recentemente, o Professor Ernst Haeckel, na sua *Generelle Morphologie der Organismen*, e noutras obras, empregou os seus grandes conhecimentos e capacidades para se debruçar sobre o que ele chama de filogenia, ou seja, as linhas de ascendência de todos os seres vivos. (DARWIN, 2009, p. 377).

Mais abaixo explicito a foto do esboço do próprio Darwin em representar a filogenia das espécies, anterior, é claro, à publicação de sua obra célebre que mudou o entendimento da biologia para sempre. Deslumbrado, ele descreve as semelhanças morfológicas entre os vários animais:

Vimos que os membros da mesma classe, independentemente dos seus hábitos de vida, se assemelham entre si no plano geral da sua organização. Esta semelhança é muitas vezes expressa pelo termo unidade de tipo, ou dizendo-se que as diversas partes e órgãos nas diferentes espécies de uma classe são homólogas. Estas questões são abrangidas pelo termo geral morfologia. É uma das áreas mais interessantes da história natural, e pode quase dizer-se que é a sua alma. Haverá algo mais curioso que o fato de a mão do homem (feita para agarrar objetos), a garra da toupeira (apta para escavar a terra), a perna do cavalo, a barbatana do golfinho e a asa do morcego, tenham todos sido construídos segundo o mesmo padrão, e incluam ossos semelhantes, situados nas mesmas posições relativas? (DARWIN, 2009, p. 377, 378).

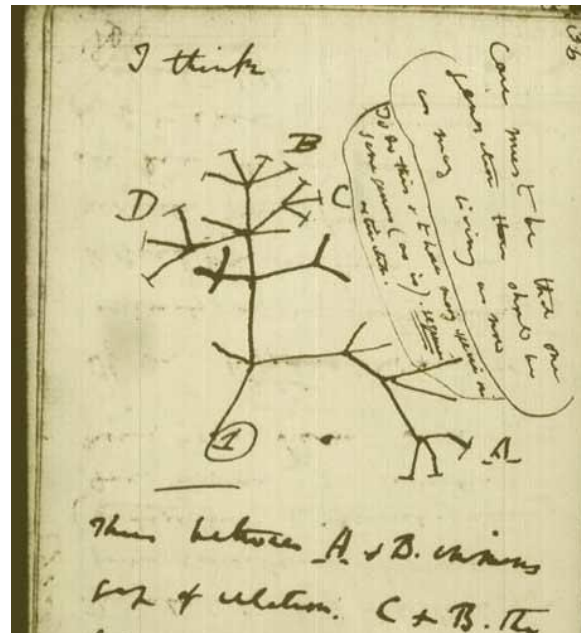


FIGURA 1 - Árvore Filogenética.

Fonte: Desenho de Charles Darwin, em seu Notebook B, de 1837-38².

Assim nos confirmam Charbel Niño El-Hani e Diogo Meyer, docentes dos Institutos de Biologia e Biociências, das Universidades de São Paulo e Bahia, respectivamente, e autores de obras como “Evolução: o sentido da biologia”. Os autores, em artigo publicado³, afirmam que:

Em *A origem das espécies*, Darwin buscou documentar a ideia de que todos os seres vivos são aparentados uns aos outros e de que novas formas vivas se originam a partir das pré-existentes. Ele chamou esse processo de "descendência com modificação" e propôs que todos os seres vivos estariam conectados uns aos outros através de uma "árvore da vida". (EL-HANI e MEYER, 2009).

Guardados os milênios de distância que nos separam de nossos antepassados, podemos inferir que existe, biologicamente, um ponto em comum, ainda hoje, o ponto principal. É claro que, para nós, isso é mais evidente nos primatas. É sabido que a semelhança genética entre o ser humano e alguns macacos de grande porte ultrapassa os 98%, informação que se presta a tornar indubitável o que muitos de nós já percebem apenas ao olhar para eles. Os autores supracitados confirmam ainda que

Hoje, quase 150 anos depois, as evidências de que a evolução ocorre são mais fortes do que nunca. Novas descobertas em todos esses campos apoiam a ideia de que

² Disponível em: <<https://biologos.org/blogs/ted-davis-reading-the-book-of-nature/darwin-free-market-economics-and-evolution-by-natural-selection>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

³ Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542009000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 jan. 2018.

todos os seres vivos são aparentados entre si e descendem de ancestrais comuns. Além disso, novos campos do conhecimento, inexistentes na época de Darwin, vieram reforçar as evidências de que a evolução ocorre. (EL-HANI e MEYER, 2009).

Elejo também outra imagem, mais didática e complexa, da Árvore Filogenética, ou Árvore da vida, para ilustrar a proposta do fundamento de que deveríamos respeitar todas as outras espécies vivas, pelo menos, sob a égide de que temos uma familiaridade genética inevitável, e poder introduzir assim, paulatinamente, a ideia de uma *Ética Filogenética*, a qual retomarei na conclusão deste trabalho.

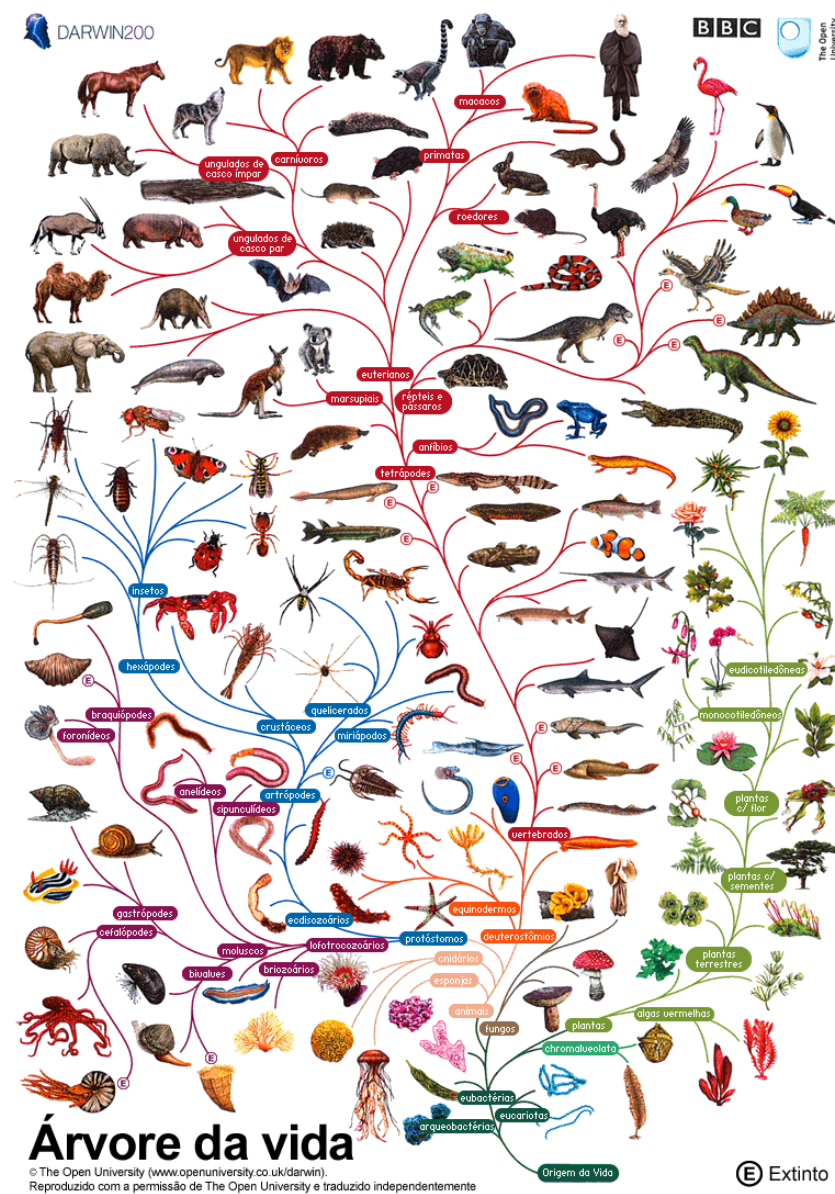


FIGURA 2 - Árvore Filogenética – *Tree of Life* – representando a variação da vida no planeta
 Fonte: Site OpenLearn – Free Learning from de Open University⁴

⁴ Disponível em: <<http://www.open.edu/openlearn/nature-environment/natural-history/tree-life#>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

Douglas Futuyma, biólogo, professor do Departamento de Ecologia e Evolução da Universidade de Stony Brook, em Nova Iorque, e pesquisador do Museu de História Natural da mesma cidade, em sua obra “Biologia Evolutiva” coloca que existem duas teses principais na origem das espécies. São elas: ancestralidade comum na história da descendência de organismos vivos; e a seleção natural como principal mecanismo da evolução. Ele explica que “*Seja ou não expressa em uma classificação, uma árvore filogenética constitui uma hipótese sobre a história evolutiva*” (FUTUYMA, 1992, p. 309). E ainda:

A evolução, um fato e não uma hipótese, é o conceito central e unificador da biologia. Ela afeta, por extensão, quase todos os outros campos do conhecimento e deve ser considerado um dos conceitos mais influentes do pensamento ocidental. Seus princípios têm sido, frequentemente, mal interpretados (“evolução”, por exemplo, geralmente é igualada a “progresso”) e a ciência objetiva da biologia evolutiva tem sido muitas vezes estendida para o reino subjetivo da ética e, ilegitimamente, utilizada como justificativa tanto para políticas perniciosas quanto humanitárias nos campos social e científico. (FUTUYMA, 1992, p. 16).

A afirmação de Futuyma nos encaminha para um segundo momento deste percurso, focando agora mais precisamente o *Homo sapiens*, no que se refere ao fato de que a teoria da evolução tem, ludibriamente, fornecido aparatos argumentativos às ciências políticas no que concerne à capacidade de adaptação e exploração dos seres humanos.

Assim como os ambientes variam, também o fazem os agentes da seleção natural – deste modo, embora tendências possam ser percebidas na evolução de certos grupos de organismos, não existe razão necessária para se esperar uma direção consistente na evolução de qualquer linhagem, muito menos uma direção que todos os seres vivos devam seguir. Além do mais sendo a seleção natural tão mecânica quanto a gravidade, ela não é moral nem imoral. (FUTUYMA, 1992, p. 8).

Almejando apresentar resumidamente as características fundamentais da espécie humana, para o seguimento de nossas inferências, sob um ponto de vista mais etológico, coloco, novamente, o autor que afirma:

As evidências anatômicas, macromoleculares e cromossômicas indicam que os humanos são mais intimamente relacionados com os macacos do Velho Mundo, tendo divergido de um ancestral comum provavelmente há 4-8 milhões de anos. Embora as relações detalhadas entre os fósseis hominídeos ainda estejam em discussão, os registros dos fósseis indicam que os hominídeos surgiram na África, que a evolução do bipedalismo precedeu as mudanças importantes nas mãos e no crânio e que a capacidade craniana aumentou uniformemente, se não estavelmente, durante os últimos três milhões de anos. (...) Não há nenhuma evidência de que as populações humanas diferem geneticamente na inteligência ou, outras características comportamentais. (...) Existem pouquíssimas evidências inequívocas de que grande parte da variação nas qualidades comportamentais humanas tenha uma base genética

e nenhuma evidência de que as características comportamentais sejam limitadas geneticamente de modo significativo. (FUTUYMA, 1992, p. 564, 565).

Desta forma, infelizmente, e reforçando a lógica antropocêntrica e burguesa sob as quais vivemos, Futuyma (1992) relembra-nos que os “Darwinistas Sociais”, do século XIX e início do século XX, defendiam a disputa econômica, o capitalismo e o imperialismo sob custódia de que tais atitudes humanas pertenciam a um princípio ético da seleção natural, o que Darwin, no entanto, negara veementemente.

Também Edgar Morin (1923-), em *Ciência com Consciência*, reconhece nossa similitude biológica com outros animais, quando disserta sobre a dependência e autonomia, além de afirmar que os animais computam:

Foi por meio desse circuito de dependências/autonomias que se desenvolveu a vida animal, isto é, também o aparelho neurocerebral dos animais, sua capacidade de computar e conhecer o ambiente, sua aptidão para elaborar estratégias de ação. O desenvolvimento dos vertebrados, dos mamíferos, dos primatas e da hominização é inseparável do desenvolvimento neurocerebral. (MORIN, 2005, p. 286).

Por muito tempo buscou-se compreender semelhanças e diferenças entre o *Homo sapiens* e os outros animais. O comportamento da natureza humana já teve, na história, muitas defesas e pretextos que lhes deram, no campo das ciências e das religiões, suficiente apoio moral para que se justificassem, autorizassem e legitimassem ações que ao observador comum pudessem parecer erradas eticamente. Porém, afirma o biólogo:

Com a aquisição do raciocínio, cultura e do cérebro mais complexo do reino animal, os humanos penetram claramente numa zona adaptativa extraordinária e é especificamente no âmbito do comportamento que devemos esperar que eles fossem menos atados pelas limitações genéticas de seus ancestrais. (FUTUYMA, 1992, p. 556).

Essa posição de Futuyma, por sua vez, parece otimizar nossas expectativas, se o interpretamos no sentido que crê na transcendência do instinto do *Homo sapiens*, instinto esse que, predominantemente, age no intuito de ganhar, retirar, submeter, subjugar, e assim por diante, como muitos animais na condição de predadores fariam, se bem que, a maioria deles, somente quando precisassem. A positividade na afirmação de Futuyma então é considerar a ideia de que o comportamento humano não está amarrado, necessariamente pré-determinado, pela sua genética. De fato não tem sido fecunda a busca pela essência da natureza humana do ponto de vista genético no que diz respeito à dominação pela agressividade. O autor apresentado nos dá, então, duas alternativas para a natureza humana:

A tradicional é lembrar que os humanos se desenvolveram bem recentemente com outros primatas a partir de ancestrais comuns e chamar a atenção para as semelhanças entre o comportamento humano e o de outros primatas, ou ainda, de espécies mais distantemente relacionadas. A territorialidade é comum entre os mamíferos e, por isso, ela é considerada como fundamento evolutivo de nossas inclinações agressivas (...). A segunda alternativa para a determinação genética da “natureza humana” é centrada na adaptação. (FUTUYMA, 1992, p. 556).

De toda maneira o estigma do “natural” e do “não natural” se enfraquece quando estudamos os genes de nossa espécie, porque basicamente tudo o que vemos o ser humano fazer pertence à natureza do mesmo. “*A ‘natureza humana’ inclui qualquer coisa que os seres humanos façam*” (FUTUYMA, 1992, p. 555). Assim, é redundante e estéril determinar, moralmente, que tal coisa é natural e outra é não natural, ou, pior ainda, que devemos combater o “não natural”, pois esse “não natural” não existe, já que:

Na realidade é óbvio que a variação humana engloba quase todos os comportamentos que possamos imaginar. As diferenças comportamentais entre humanos e o orangotango, incluindo as diferenças nas habilidades mentais, são conseqüências de diferenças genéticas. Por outro lado também é verdade que nosso comportamento é uma conseqüência do ambiente; cada característica fenotípica é determinada pela resposta do genótipo às condições ambientais. (FUTUYMA, 1992, p. 555).

É comum delegar ao *Homo sapiens* uma natureza agressiva, com forte tendência à violência. Não à toa, depois que soubemos quantas outras espécies de homínídeos viveram nos primórdios, até que restasse somente uma, a qual se acredita que eliminou seus irmãos, imaginamos que não de maneira gentil. De qualquer forma existem muitos seres humanos, bem como grupos culturais inteiros nos quais a violência não é tão presente. Essas pessoas não são menos *Homo sapiens* que o mais violento dos *Homo sapiens*. O que ocorre é que devido ao arrebatamento com que os estudiosos das ciências humanas encaram a história da humanidade não é possível suprimir o registro dos “talentos do mal” do *Homo sapiens*, sua *barbárie interior*, a começar pelas causas e conseqüências das guerras, por exemplo. Sabemos que foi esse instinto de agressão que construiu quase tudo o que conhecemos hoje, em relação ao mundo material disponibilizado para e pela nossa espécie. De qualquer forma não é definitivo afirmar que a violência é culpa dos genes desse homínídeo, quando sabemos que:

A agressão, nas suas mais variadas formas, pode ser relativamente comum, mas muitos indivíduos e inclusive algumas tribos inteiras não se enquadram nesse conceito e não há nenhuma razão para se acreditar que as diferenças sejam genéticas – sendo assim como pode a “agressividade” ser de alguma forma mais “natural” do que sua ausência? (FUTUYMA, 1992, p. 558).

Da mesma forma que podemos perceber a necessidade de um repensar nosso denunciamento em relação à nossa espécie, um tipo de “perdão sociobiológico”, podemos também nos certificar de que se a tendência à agressão hedionda não está, necessariamente, intrínseca nos genes humanos. Ela não pode ser admissível em hipótese alguma, do ponto de vista natural e moral. Assim esgotam-se as possibilidades de justificações para a violência sob a proteção de ser a brutalidade condição intrínseca e “inocente” em cada um de nós. Futuyama nos garante que o comportamento individual não pode ser totalmente determinado pelos genes (1992).

Em relação ao domínio exacerbado de nossa espécie sobre todas as outras, tema do próximo subcapítulo, vale salientar um último termo do ponto de vista genético, qual seja a “exploração”. Não precisaríamos de um conceito biológico do termo “exploração”. As ciências humanas dão conta de usá-lo apropriadamente. De qualquer forma, por ser essa uma palavra muito reiterada nesta pesquisa, considerarei interessante importar o termo no que consiste a um subcapítulo da obra de Futuyama, sobre a relação entre os animais (e obviamente, utilizo-o aqui, considerando o ser humano como animal que é). O termo *exploração* encontra-se no nicho de interação chamado *Competição entre Espécies*, e “*ocorre quando um indivíduo consome um recurso e o torna não disponível a outros; os indivíduos que competem podem realmente nunca se encontrar*” (FUTUYMA, 1992, p. 32). O conceito aqui apresentado é ameno demais para decifrar a relação direta do *Homo sapiens* com os outros animais. Mas coube bem para exemplificar a exploração indireta que encontramos, especialmente a exploração dos habitats (problemática transversal do tema desta pesquisa), que acabam sendo recursos esgotados nesta relação.

Partimos agora para um âmbito mais *humano*, do ponto de vista da não exatidão e da complexidade provindas das relações sociais de nossa espécie, buscando compreender a colossal exploração do *Homo sapiens* para com o resto do mundo (incluindo seus pares) o que nos levou à crise ecológica, e o que sempre nos ambientou em uma crise moral.

2.1.2 A dominação absoluta do *Homo sapiens* – barbáries históricas ou indumentárias racionais?

Neste subcapítulo utilizarei, principalmente, a obra *SAPIENS: uma breve história da humanidade*, e *HOMO DEUS: uma breve história do amanhã*, ambas do autor Yuval Noah Harari, historiador que se dedicou a compreender a relação da humanidade, tal como a conhecemos, desde os primórdios das civilizações humanas, da vida nômade, assim como de

outras categorias de seres humanos extintos ao longo do tempo. Hoje o panorama que temos (nós, *sapiens*) é o de estarmos acima, de sentirmos desprezo ou solidariedade pelos seres considerados inferiores. Quando estudamos a origem dos *sapiens* percebemos que, em um primeiro momento, éramos nada além de mais um animal, lutando pela sua sobrevivência, o que de fato ainda somos, agora com requintes construídos através da cultura e da hierarquia.

A questão é tentar compreender por que, ou em que momento, a racionalidade e a linguagem, tal como as conhecemos, tornaram-se valores tão centrais na nossa espécie o que inevitavelmente nos levou ao desequilíbrio ambiental de convivência com outros seres. Há, ainda, uma negação desse passado, avaliado como constrangedor ou vergonhoso, que nos coloca ao lado de todos os outros animais. Talvez essa busca pela diferenciação dos outros seres seja uma das causas do progressismo e da negação da nossa condição natural. E hoje aqui estamos lutando, intelectualmente, para desenvolver um entendimento acerca de nossos próprios instintos tão empíricos e tão comuns na natureza.

Além disto, o problema dos avanços científicos, tecnológicos e, conseqüentemente, mercadológicos brutais, causas do desequilíbrio, demandam uma adaptação ambiental à força e mais uma vez depende da mão humana para se solidificar. Concordamos que não há sustentabilidade possível para mais de sete bilhões de habitantes, e que o impulso da superpopulação pode encontrar origem na própria pré-história, em especial na Revolução Agrícola, citada a seguir. Harari empenha-se em explicitar os principais fatos das três revoluções responsáveis por termos chegado da forma que, e aonde, chegamos hoje. São elas: a Revolução Cognitiva, a Revolução Agrícola e a Revolução Científica. Cada uma delas representa um degrau da história que constitui nossos hábitos ainda hoje. Seus relatos comunicam-se com as considerações de Morin acerca do indivíduo humano: suas barbáries, suas limitações e evoluções. Também é autor referenciado neste segmento, Keith Thomas, a partir de sua obra: “O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)”.

São questões básicas para esse entendimento a problemática ética, porém, necessariamente, biológica, a lei do mais forte, assim como questões de poder e trajetórias ao topo da cadeia alimentar. Somente a partir de um estudo introdutório relativo à própria espécie humana é possível estudar todas as outras questões que tratam de suas ações e de seu papel no ambiente. Como vimos, a evolução humana seguiu sua condição natural (não poderia ser de outra forma), e como tal não se constitui num feito particular, pontual ou individual do qual se possa ter orgulho, nem mesmo, como já sabemos, a saga estritamente biológica pode pressupor qualquer tipo de moralidade ou imoralidade. Ela dependeu de muitos fatores

ambientais e não se deu sozinha, assim não deveria ser avaliada hoje como motivo para macerar as outras espécies que também participam da constante evolução biológica natural.

De qualquer forma, as gerações primordiais do *Homo sapiens* não tinham, como temos hoje, noção de seu impacto ambiental, mesmo que isso afetasse diretamente suas vidas. Harari afirma que os antigos humanos não estavam cientes de suas ações porque não viviam tempo suficiente para perceber a diminuição do número de animais, por exemplo:

A extinção dos mamutes e de outros animais de grande porte pode ter sido brusca numa escala de tempo evolutiva, mas foi lenta e gradual em termos humanos. Pessoas não viviam mais do que setenta ou oitenta anos, e o processo de extinção se estendeu por séculos. O antigo Sapiens provavelmente não percebeu nenhuma conexão entre a caça anual ao mamute – durante a qual eram mortos não mais de dois ou três – e o desaparecimento desses gigantes peludos. (HARARI, 2016, p. 83).

Logo, é vencida a hipótese rebelde de que apenas somos maus e devemos ser castigados pela natureza até o fim dos tempos como, de certa forma, começou a acontecer com parte dos humanos. Não há mais tempo, nem argumentos para que separemos o mundo entre bons e maus, muito menos entre o bem e o mal. Não vamos conseguir separá-los, muito menos vencer os *homens maus*, nesse ponto de vista. Exaustos de denunciar a violência, devemos compreendê-la para facilitar nossas ações e, quando fazemos isso, a resposta é triste e fatídica, mas lúcida.

O *Homo sapiens* carrega em si uma barbárie interior, a qual não sabemos exatamente o quanto foi necessária à sua sobrevivência, mas sabemos o quanto o foi para que ele atingisse o topo, não só da cadeia alimentar, mas dos caprichos no rumo que sua existência tomou. Essa barbárie, que não pôde ser determinada geneticamente, nem por isso deixa de ser condição natural, e pode ser diminuída ou intensificada. Ela não está somente ligada aos horrendos fatores contemporâneos dos quais temos sido testemunhas, como guerras civis, étnicas e religiosas, preconceitos, corrupção, exploração humana, exploração animal e tantas outras. A barbárie é atual, mas não é jovem; ela tem a idade da própria humanidade.

Filosoficamente, a princípio, a condição de mortalidade, irreversível ao homem, por ele ser, antes de tudo, um ser biológico, era vista como um grande empecilho, uma contradição, uma controvérsia. Como poderia um ser pensante ser tão vulnerável quanto os outros animais? Como poderia ele exigir da natureza que sua existência não se assemelhasse com a dos outros animais que, tecnicamente, continuavam existindo através da manutenção das espécies? O homem foi visto como um ser diferente, já que se apropriou de grande parte

dos recursos da natureza e do mundo, independente de seu ecossistema, mas há de se tentar entender como essa mentalidade distintiva procede no mundo real.

O especismo, como veremos em capítulo específico sobre os Direitos Animais, trata de explicar a desconsideração do humano para com os outros animais, o que também estabelece o antropocentrismo. A mesma humanidade é capaz de revigorar velhas culturas em detrimento de outras espécies, mas também de reformular a filosofia e criar estilos de vida que libertam os animais e o restante da natureza da condição de serventia. Cada indivíduo humano, em sua complexidade, é capaz de conhecer e criar novas formas de viver e ver o mundo.

Quando questionamos por que o *Homo sapiens* chegou aonde chegou, considerando a quantidade de semelhanças etológicas, e inclusive cognitivas em relação aos outros animais, por exemplo, outros primatas dotados de capacidade de raciocínio, talvez não buscássemos uma resposta tão objetiva. No entanto a encontramos em Harari que, por derradeiro, tenta nos responder qual é a tal distinção crucial. O autor encontra uma capacidade humana singular e definitiva, quando afirma: “*Por tudo o que sabemos, somente os Sapiens são capazes de cooperar de modos muito flexíveis com um grande número de estranhos. Essa capacidade concreta – e não uma alma eterna ou algum tipo único de consciência – explica nosso domínio sobre o planeta Terra*” (HARARI, 2016, p. 139).

O autor chegou a essa conclusão certamente por causa de estudos nas mais variadas áreas do conhecimento. No entanto acho muito interessante trazer o que ele chamou de um “hilariante experimento” com primatas, muito embora eu seja contra todos os tipos de experimento com animais, porque não acredito na sua importância, dadas tantas pesquisas que não serviram para nada, como aponta Peter Singer, em *Libertação Animal* (2010), cujo original data de 1975, e por que a maioria dos testes, e às vezes até as observações de animais lhes causam desconfortos de toda a ordem⁵. Entretanto há alguns desses testes que prestam, pelo menos, a comprovar o que queremos dizer sobre os próprios animais. No caso trazido por Harari, pelo menos na nossa interpretação (minha e dele, parece) o resultado foi saber que “... *os primatas possuem uma moralidade natural e que a igualdade é um valor universal e atemporal. As pessoas são igualitárias por natureza, e sociedades em que prevalece a*

⁵ A testagem em animais de laboratório e a vivissecção são certamente um dos principais horrores da exploração animal, que não trabalharei aqui, mas diante do qual todos nós devemos nos manifestar contra. Em sua grande maioria elas são, independente das Comissões de Ética universitárias que lhe dão concessão, práticas primitivas, grotescas, abusivas, não conclusivas, conservadoras no pior dos sentidos, medonhas e ultrapassadas. Esses animais são bilhões de vidas sencientes, torturadas e sacrificadas todos os anos, e estão servindo de instrumentos para mero exercício de estudantes, inclusive em nossa Universidade, onde, aliás, a Comissão de Ética sequer inclui, em sua esfera, os invertebrados.

desigualdade não podem funcionar bem devido ao ressentimento e à insatisfação” (HARARI, 2016, p. 148).

Relembrando, é claro, que nós *sapiens*, também somos primatas, então nesse caso por que as sociedades humanas não demonstram, em sua história, uma relação de igualdade na maior parte das civilizações das quais temos conhecimento? Harari explica: “*Porque o comportamento de um grande número de pessoas é fundamentalmente diferente daquele apresentado por um agrupamento menor*” (HARARI, 2016, p. 149). Trata-se de uma organização de massas.

A rede de cooperação intraespecífica gigantesca, conquistada pelo *sapiens* facilitou, ou ainda, garantiu que dominássemos a Terra, mesmo quando ainda não somávamos o apocalíptico número de indivíduos com que o planeta conta hoje, aproximadamente sete bilhões. Isso acontece, segundo Harari, basicamente, porque conseguimos entrar em acordo com “estranhos”, ou seja, nos comunicar inclusive pacificamente com outro indivíduo que nunca havíamos visto antes, ou até que jamais veremos, ao passo que os demais primatas precisam se conhecer, compreender a pretensão do outro, e assim sua sociedade funciona melhor em grupos pequenos. Sabemos que os grupos humanos sociais no dia a dia também são relativamente pequenos, uma família, um grupo de trabalho, uma roda de amigos, colegas com ideais em comum, enfim pessoas conhecidas, tal como também preferem os macacos, e não um grupo de convívio com um milhão de membros.

Porém ainda que o ser humano consiga administrar melhor um número maior de pessoas, presencialmente, do que os outros primatas, esse grupo não ultrapassaria umas cento e cinquenta pessoas, por exemplo. Então como os seres humanos conseguiram essa façanha, de sentir-se pertencentes ao mesmo grupo de milhões de indivíduos, com laços sanguíneos e sociais totalmente diferentes dos seus?

Enquanto todos os *Sapiens* que habitam um determinado lugar acreditarem nas mesmas histórias, todos seguirão as mesmas regras, o que facilitará prever o comportamento de estranhos e organizar redes de cooperação massiva. *Sapiens* usam com frequência marcas visuais, como um turbante, uma barba ou um terno formal para sinalizar: “pode confiar em mim, acredito na mesma história que você acredita”. Nossos primos chimpanzés não são capazes de inventar e disseminar tais histórias, e é por isso que não conseguem cooperar em grande escala. (HARARI, 2016, p. 149).

Desta forma percebemos que a capacidade de abstração, e de crer na abstração é, basicamente, exclusividade humana. E a partir dessa característica a dominação das outras vidas pelo humano e, principalmente, do humano pelo humano foi concretizada e permanece

substancializando-se enquanto continuarmos a acreditar nas instâncias “superiores”: portavozes de Deus, ciência, mídia, e o que mais nos fizer acreditar que o que temos que fazer já está determinado por alguém ou, pior ainda, por algo (na subtração do ser humano nas relações, inclusive as de convencimento).

Para compreender o que podemos chamar de barbáries, mas que também chamamos de consequências da racionalidade, é fundamental assimilar as primeiras noções da identidade da humanidade, da sua comparação com as outras criaturas vivas e da sua postura inerente a cada época. Adentrando mais na presente pesquisa, opto agora por apresentar, principalmente dados que se referem à relação humana com outros animais. Na obra *O Homem e o Mundo Natural*, Keith Thomas traça uma trajetória da relação entre humano e natureza desde que a Bíblia Sagrada praticamente definiu o pensamento social. Para o autor, o interesse pelo ambiente natural e a preocupação com essas relações são recentes. Ilustrarei aqui passagens significativas de sua obra para contextualizar o fenômeno do ego e antropocentrismo: “*A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados*” (THOMAS, 2010, p. 21).

O autor busca, no Gênesis e nos teólogos, desde 1600 até o início do período moderno, justificações feitas por eles para que os humanos usufríssem, sem culpa ou receio, de todas as outras formas de vida, não só para sua subsistência, como também para seu conforto e lazer. Ele descreve os infortúnios a que estiveram submetidos Adão e Eva na queda, o que também teria atingido os animais que carregariam castigos eternos para punição do casal: “*Vários animais livraram-se da canga, passando a ser ferozes, guerreando uns com os outros e atacando o homem. Até mesmo os animais domésticos deviam agora ser forçados à submissão*” (THOMAS, 2010, p. 22). Contudo, após o dilúvio, Deus teria devolvido os direitos de todas as coisas vivas ao homem; mesmo assim, defendia-se que foi apenas devido ao pecado original que os animais selvagens ficaram ferozes, que existem os “detestáveis” répteis e que os animais domésticos têm de suportar infortúnio e miséria. Os animais, portanto, não haviam sido feitos para si mesmos, mas para servir ao humano. O autor cita Francis Bacon, para explicitar os fenômenos filosóficos. Segundo Thomas, Bacon teria dito: “*Se procurarmos as causas finais, o homem pode ser visto como o centro do mundo*” (THOMAS, 2010, p. 23).

Conforme o autor, no século XVIII, insistiu-se que a domesticação era benéfica para os animais, pois, a partir dela, eles eram civilizados e multiplicados. A autoridade humana sobre o mundo animal era ilimitada e encontrava aporte justificado na própria Bíblia e na

filosofia. Assim, quando alguns viajantes começaram a trazer relatos das religiões orientais e do modo como tratavam seus animais, a reação ocidental foi de “desconcertado desdém” (THOMAS, 2010, p. 27).

Se tivermos a visão complexa do todo, embora segundo ela não seja comum encontrar um ou outro sujeito definitivamente responsável pelo “erro”, poderemos, ao menos, atribuir que as pessoas, na época dessa construção de visão de mundo antropocêntrica, que se estendeu fortemente durante e para além da Idade Média, estavam sujeitas às construções filosóficas e religiosas de pessoas mais poderosas representadas pela Igreja, pelas monarquias e pelos aristocratas. Após ser estabelecido um tipo de moralidade, em um determinado momento da história, o hábito das pessoas é repassá-lo através de gerações. Com isto, não retiro as responsabilidades éticas e morais de cada um, apenas relembro que o pensamento não era livre. Aquele que imaginasse, trouxesse, ou mesmo descobrisse uma “verdade” distinta da que era comumente (e obrigatoriamente) aceita, muito se prejudicaria, como sabemos.

Além do que, as ordens vigentes e controladoras do pensamento e comportamento humanos, nessa época de que tratamos aqui (Idade Média até 1600), funcionavam como a mídia hoje, conquistavam as pessoas, as influenciavam, as ensinavam, além de incutir nelas grandes temores: medo de morrer na fogueira, do inferno, da perda da vida e do direito à liberdade. Talvez pudéssemos relacionar essas sensações hoje com o medo da solidão, da exclusão social, do fim do mundo, no sentido ecológico da coisa, medo de não poder ostentar o *status* que se gostaria, lembrando que esse está diretamente relacionado à lógica midiática que promove, hoje em dia, a aparência e a autopromoção, culminando na venda social de si mesmo.

Porém, uma diferença crucial em relação à antiguidade referida é a liberdade de pensamento e expressão. Hoje, não podemos dizer que temos controle total da informação, mas temos infinitamente mais acesso a ela do que na Idade Média, por exemplo. Ou seja, as pessoas de hoje poderiam romper muito mais com a ordem vigente, poderiam manifestar-se mais ou, em caráter individual, tentar desvincular o rumo de sua vida privada da lógica contemporânea. Se isso não acontece, poderíamos dizer que é por causa do ócio da imaginação, da indignidade política, ou simplesmente de um imenso conformismo.

Entretanto, lembra-nos ainda Thomas, dos nomes que, mesmo em tempos remotos, e com tanta força social oposta, levantaram questões que iam contra as barbáries aos animais. São eles: Lynn White Jr. (1907-1987), historiador americano que, em 1967, descreveu o cristianismo como a religião mais antropocêntrica existente; Arthur Schopenhauer (1788-

1860), filósofo alemão, que mais de um século antes de White, posicionou-se contra a tese de que os homens não têm obrigações com os animais, vendo aí uma vulgaridade revoltante; Wilfrid Scawen Blunt (1840-1922) que, em 1900, culpou o cristianismo e considerou cruel a teoria de que animais foram feitos para uso e prazer do homem; Hasting Rashdall (1858-1924), em 1924, também afirmou que os preceitos de origem teológica foram os responsáveis pela indiferença dos filósofos em relação à crueldade contra animais; Karl Marx (1818-1883), por sua vez, defendeu que a origem da propriedade privada e da economia monetária, mais do que a religião, conduziu os cristãos a uma exploração da natureza sem precedentes.

O problema da exploração não é somente ocidental, já que o Japão não foi capaz de evitar a poluição industrial. Os maias, chineses, e povos do Oriente Próximo destruíram seu meio ambiente, sem nunca pertencerem à religião cristã (THOMAS, 2010, p. 29-31). Isso nos faz pensar que não é possível catalogar os excessos da humanidade em relação aos animais e à natureza, enquanto vistos como recursos, a uma raça, religião, época ou economia determinada. O problema, está claro, é providenciado, enfatizado e mantido através de uma cultura antropocêntrica, que não é, entretanto, exatamente a mesma nos diversos grupos humanos que são capazes de adotá-la e criá-la.

Em relação à tomada de consciência contra o antropocentrismo, o processo está sendo lento. Segundo o autor, ainda em 1969, “*as Nações Unidas e a União Internacional pela Preservação da Natureza definiam ‘preservação’ como ‘o uso racional do meio ambiente a fim de alcançar a mais elevada qualidade de vida para a humanidade’*” (THOMAS, 2010, p. 427).

Assim o começo do período moderno gerou sentimentos que tornariam cada vez mais difícil os homens manterem os métodos implacáveis que garantiram a dominação de sua espécie. Por um lado eles viram um aumento incalculável do conforto, bem estar e felicidade materiais dos seres humanos; por outro lado, davam-se conta de uma impiedosa exploração de outras formas de vida animada. Havia, dessa maneira, um conflito crescente entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana. Uma combinação de compromisso e ocultamento impediu até agora que tal conflito fosse plenamente desenvolvido. É possível afirmar ser essa uma das contradições sobre as quais assenta a civilização moderna. (THOMAS, 2010, p. 427, 428).

Muitas são as motivações propositais para a prática do mal pelo *Homo sapiens*, quase sempre ligadas a um ganho de privilégio antropocêntrico (que ignora as perdas ou desprivilégios das outras vidas e funções do universo, que não as estritamente humanas) ou mesmo egoísta (que ignora tudo, todos, incluindo seu próprio semelhante humano). A maioria dessas práticas parece-nos provir da autonomia, ou seja, da própria decisão de cada um,

medidas ou não medidas suas consequências. Em outras palavras, a maioria de nós é livre para praticar o bem ou o mal, em várias circunstâncias da vida, todos os dias, por nossa própria escolha, triagem e predileção. Existindo alternativas, nasce o dilema e cabe a cada um, na sua própria emancipação ética, decidir o que fazer. Por esse motivo abominamos os militares que concordam com a guerra e matam, indiscriminadamente, em nome de algo que, para nós, numa visão externa, não faz sentido se comparado com o valor da vida de tudo o que está vivo, em especial, é claro, de nossos semelhantes. Mas e se a potência para a opção de escolha for proporcionalmente mais frágil e menor do que a inclinação humana para a obediência?

O psicólogo Stanley Milgram realizou um experimento para medir o nível de obediência das pessoas. O experimento inquiria como os participantes observados tendem a obedecer às autoridades, mesmo que essas contradigam o bom-senso individual. A experiência pretendia inicialmente explicar os crimes bárbaros do tempo do Nazismo. Em 1964, Milgram recebeu por esse trabalho o prêmio anual em psicologia social da American Association for the Advancement of Science. Os resultados da experiência foram apresentados no artigo *Behavioral Study of Obedience*⁶ e posteriormente no seu livro “Obedience to Authority: An Experimental View”, de 1974.

O experimento consistia em um teste de memória com atores que fingiam ser voluntários. O verdadeiro experimentado era o sujeito que deveria punir aqueles que cometessem “erros” ao responder às perguntas. A punição era um choque elétrico, que deveria ser emitido pelo experimentado, havendo várias voltagens diferentes, para punições diferentes. O experimentador, então ordenava ao experimentado que provocasse o choque nos “voluntários”, o que foi obedecido em aproximadamente 70% das vezes.

Embora a maioria dos “experimentados” estivessem, claramente, desconfortáveis e aflitos com a “obrigação” de causar dor e sofrimento a outra pessoa, foi uma minoria que se recusou a abandonar o teste. Eles confiavam no experimentador, e obedeciam a ele, mais do que ao seu próprio bom senso e à sua potência ética, digamos assim. Eles cediam a uma autoridade que não conheciam, mesmo quando os atores, que eles achavam que eram voluntários que estavam realmente sendo torturados, manifestavam sofrimento agudo e imploravam para que o teste fosse interrompido. Guardados os dilemas éticos intrínsecos à própria ideia da pesquisa, lembra-se que o objetivo era comprovar que pessoas comuns podem cometer o mal, um grande mal, se acharem que devem. A autoridade, nesse segmento, foi

⁶ Artigo publicado no *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 67, p. 371-378, 1963.

fundamental para que essas pessoas se sentissem não coagidas, mas autorizadas para a prática do mal. Não é de surpreender, depois disso, nossa aceitação de que soldados nazistas eram, nada mais nem nada menos, pessoas comuns.

Uma interpretação teórica deste comportamento afirma que todas as pessoas possuem instintos profundamente agressivos que exercem continuamente pressão para se manifestarem e que a experiência justifica a liberação desses impulsos. De acordo com esse ponto de vista, se uma pessoa é colocada numa situação em que tiver completo poder sobre outro indivíduo, a quem poderá punir tanto quanto quiser, tudo o que existe de sádico e bestial no homem vêm à tona. O impulso de aplicar choques na vítima é encarado como fluindo das fortes tendências agressivas que fazem parte da vida motivadora do indivíduo e a experiência, pelo fato de dar-lhes legitimidade social, simplesmente abre as portas à sua manifestação. (MILGRAM, 1963, p. 5).

A determinação que não tivemos pelo estudo dos genes, aparece aqui na psicologia e na história. A barbárie é real e, sendo um comportamento humano, então é natural do humano. A relevância da compreensão desses processos é esclarecer para superar, ou seja, conhecermos o passado para construir mais plenamente um presente e um futuro distinto daquele que condenamos. Tem sido facilmente notável uma crescente preocupação com os animais, tanto do ponto de vista do “bem-estar”, quanto do ponto de vista “abolicionista” (aprofundarei sobre esses termos mais adiante), e isso tem acontecido em várias partes do mundo. O importante é que os simpáticos à causa continuem tendo força para acompanhar movimentos e tomar decisões sem se deixar levar pelas dificuldades e pelos “argumentos” que tentam desmoralizar aquilo que há tanto tempo se tenta edificar, e que é baseado no radicalismo ético, mas não um radicalismo unilateral e cego, e sim em uma ética “de raiz”. Afinal, “*somos dotados da capacidade de fazer as coisas melhorarem e de reduzir ainda mais a incidência do sofrimento*” (HARARI, 2016, p. 29).

Se for para nos sentirmos parte inerente da natureza, que o façamos abandonando o posto de predador soberano, respeitando na medida da nossa natureza todos os irmãos vivos, aprendendo a viver com eles em maior igualdade e menor exploração. Se for para nos identificarmos distintamente de todos os outros seres da natureza, honremos as características que nos fazem seres morais, e pensemos a vida para além de nós mesmos. Em ambos os casos o potencial robusto de crueldade, de antropocentrismo, de especismo, toda a barbárie interior do *Homo sapiens*, oculta nos mantos da racionalidade, religião e tradição, deve começar a adormecer.

2.1.3 Existencialidades do humano – fragilidades e atualidades

Se nos esforçamos em igualar nossa espécie com os outros animais sob aquilo que importa para o *viver*, e para o *não sofrer*, é inevitável que, no percurso, nos deparemos com distinções mais profundas desta espécie que é a que se educa, e à qual se propõe revoluções éticas. Mas em nenhuma dessas distinções encontradas, ainda que delicadas e de alta relevância psicológica e filosófica, encontramos argumentação que autorize, moralmente, a exploração de uns sujeitos por outros sujeitos. Neste subcapítulo apenas delineamos caracteres subjetivos importantes do *Homo sapiens*, em busca de compreender para melhorar.

Morin, em sua obra *Ciência com Consciência* (2005), alerta-nos para os perigos da abstenção de nós mesmos em relação a algo que achamos que *temos* que fazer. Os seres humanos, carregados que são de culturas e sentidos para todas as coisas, normalmente agarram-se a um ideal para viver. Podemos supor que na maior parte da população o efeito dessa dinâmica não se torna notável, já que a tendência das massas é seguir o fluxo do senso comum, do bom senso, caso sejam livres para pensar e estejam em uma condição de subsistência satisfatória. Entretanto a medida ética para a convivência em todos os ambientes é essencial a todas as pessoas, de todas as classes e idades. Na sua ausência o que ocorre é a ignorância, e a ignorância leva à violência.

Mas o problema moral reside maior naquelas pessoas cujo poder lhes dá autoridade de manusear e manipular a vida. Se acreditarem, firmemente, em suas obrigações secundárias, de trabalho e de estudo, e não primárias como a de sobrevivência, e se o fizerem sem a consciência reflexiva devida, frequentemente estarão cometendo graves erros, desprezando seus próprios valores éticos individuais, caso os tenha. E tudo isso pode ser admitido por ela mesma e por seus pares pelos preceitos científicos vazios de que “é assim que se faz”, ou “todo mundo faz”. Esse discurso aplica-se mais encaixadamente aos cientistas de laboratório, das ciências biológicas e médicas. No entanto o método cartesiano é também padrão impreterível nas ciências humanas, erroneamente. E, como se não bastasse, mesmo fora do mundo estritamente científico ou acadêmico, os procedimentos com os quais as pessoas têm realizado ações com objetivos específicos na sua vida pessoal, às vezes insuspeitamente, também têm sido, de certa forma, procedimentos falhos como: fragmentação dos sentidos, utilitarismo da vida, humanização das coisas, capitalização dos sonhos, e assim por diante.

Por isto neste subcapítulo trago reflexões de Edgar Morin e Zygmunt Bauman para colaborar no estudo sobre o comportamento social e individual do *Homo sapiens* pós-moderno. Mais adiante trago também Eduardo Viveiros de Castro, apresentando outra

perspectiva entre sociedade-natureza que pode ensinar ou, no mínimo, sugerir novas formas de perceber o seu entorno, ao *Homo sapiens* globalizado.

A ideia de homem foi desintegrada. Do mesmo modo, as especializações biológicas eliminam a ideia de vida em benefício das moléculas, dos genes, de comportamentos etc. Finalmente, não existe mais nada daquilo que é a Natureza do problema fundamental — O que é o homem? Qual o seu sentido? Qual é seu lugar na sociedade? Qual é seu lugar na vida? Qual é seu lugar no cosmo? A prática científica nos leva à irresponsabilidade e à inconsciência total. O que nos salva é que, felizmente, temos uma vida dupla, uma vida tripla; Não somos só cientistas, também somos pessoas em particular, também somos cidadãos, também somos seres com convicção metafísica ou religiosa e, então, podemos, nas nossas outras vidas, ter imperativos morais e é isso que nos impede de sermos doutores Mabuse ou doutores Folamour. Isso também é o que nos impede de nos tornarmos doutores Mengele, o célebre médico de Auschwitz que praticava tranquilamente suas experiências nos seres humanos julgados inferiores. Estamos num período em que a disjunção entre os problemas éticos e os problemas científicos pode se tornar mortal se perdermos nossas vidas humanistas de cidadãos e de homem. (MORIN, 2005, p. 129).

Essas vidas humanistas de que fala Morin podem representar uma salvação ética em nossas ações, para quem cruzar o nosso caminho e para nós mesmos. Não foi o que aconteceu com os sujeitos-objetos de estudo de Milgram, apresentado no subcapítulo anterior, que obedeceram às ordens porque foi isso que se propuseram fazer, e o fizeram mesmo quando qualquer coisa dentro deles bradava que havia algo errado naquilo. Isto significa também que a complexidade com que devemos viver e ver o mundo deve estar presente em tudo o que fazemos. Foi observado que Eichmann, um dos principais organizadores do holocausto, na ocasião de seu julgamento aparentou ser o mais pacato dos homens. O monstro, responsável pelo aniquilamento de milhões de inocentes, habitava um sujeito normal, de quem muitos de nós poderíamos desejar ter como amigo. Percebendo isso, por sinal, foi que a pensadora Hanna Arendt desenvolveu sua teoria da banalidade do mal. De fato, não se pode provar que, fora de seu trabalho nefasto, Eichmann fosse um péssimo pai de família, um marido incompreensivo ou um vizinho impertinente.

Neste sentido, o que fundamentalmente nos separa dele? Nós, que abominamos tudo o que possa se assemelhar ao holocausto, que buscamos ser melhores a cada dia, que encontramos heroísmo nos altruístas? O que, nos hábitos cotidianos de Eichmann, com exceção da decisão pelo extermínio de pessoas, divergem tanto dos nossos? A resposta é assustadora e reveladora, possivelmente nada importante. Com isto dito, quero concluir que Eichmann não era completamente mau, mas isso não o impediu de cometer uma das maiores maldades da história, ou seja, na circunstância determinada a cumprir o que ele se propôs a

cumprir, ele assim o fez, porque sabia *separar as partes* de que consistia sua vida. Morin nos garante que essa separação nos desumaniza.

Desta forma nossa capacidade de adaptação e de fragmentação, desprezando o resto de quem somos, para focar em uma determinada ação, pode nos transformar, qualquer um de nós, em monstros. É claro que isso nem sempre vai acontecer, mas a potência que legitima esse processo está acesa, se desconsideramos nossas outras características humanas ao realizar uma ação que, aparentemente, será resolvida em um único e determinado âmbito de nossas funções mentais.

Por exemplo, médicos, professores e outras profissões que lidam, diretamente, com o atendimento ao ser humano, não são, necessariamente, psicoterapeutas para terem que ficar ouvindo queixas ou considerando a melancolia e problemas de outras ordens de seus pacientes e alunos. No entanto se ignorarem ou desprezarem as mazelas subjetivas de seus “clientes”, nesse sentido estarão sendo antiéticos. Nesse caso, e em todos os outros, a empatia não é uma cortês simpatia, ela é fundamental. O médico cura a doença, mas a doença mora dentro de alguém que existe, que chora, que ri, que pensa, que falha. Ignorar tudo isso é tratar uma parte do Todo sem a reflexão necessária, sem a vontade fundamental de resolver um problema. E isso não significa concentrar-se menos no foco do que se precisa focar. Apenas não agir sobre ele como uma máquina autômata, e sim como um ser humano.

A coisificação da vida, de que tratarei mais tarde em outro capítulo, não é exclusividade do tratamento para com os animais. Bauman e Donskis afirmam que: “*Nós nos acostumamos a encarar um ser humano como mera unidade estatística. Não é um choque para nós vermos indivíduos humanos como força de trabalho*” (BAUMAN e DONSKIS, 2014, p. 66).

A fragilidade do *Homo sapiens*, por sua vez, também faz parte de sua existencialidade. Seu conhecido caráter agressivo e aniquilador da natureza por vezes nos vela as profundidades da natureza humana. Bauman e Donskis explicam o medo como característica humana intrínseca e inevitável em todos nós:

Existem, e sempre existiram em todas as épocas, três razões para se ter medo. Uma delas era (é e continuará a ser) a ignorância: não saber o que vai acontecer em seguida, o quanto somos vulneráveis a infortúnios, que tipo de infortúnios serão esses e de onde provêm. A segunda era (é e continuará a ser) a impotência: suspeita-se que não há nada ou quase nada a fazer para evitar um infortúnio ou se desviar dele, quando vier. A terceira era (é e continuará a ser) a humilhação, um derivado das outras duas: a ameaça apavorante à nossa autoestima e autoconfiança quando se revela que não fizemos tudo que poderia ser feito, que nossa própria desatenção aos sinais, nossa indevida procrastinação, preguiça ou falta de vontade são em grande

parte responsáveis pela devastação causada pelo infortúnio. (BAUMAN e DONSKIS, 2014, p. 118).

A ameaça à autoestima, e conseqüente humilhação por conta dessa ferida, pode ser vista como uma justificativa para uma ausência natural de humildade em nossa espécie. Os medos trazidos aqui pelos autores transcendem, sem abandonar, os medos dos primeiros *Homo sapiens*, ou daqueles que estão em condições de buscar a cada dia, simplesmente, a sua subsistência. Aqueles são medos do *Homo sapiens* “realizado”, racional, “dono de si”. São medos cuja origem está na ameaça de se perder a estabilidade adquirida, seja ela em que setor da vida for. São medos subjetivos, implícitos, muitas vezes invisíveis, e quase sempre intransponíveis, que fragilizam o humano diante do mundo e que pode levá-lo à violência como mecanismo de defesa.

Aqui não tratamos de medos específicos, ou de uma violência específica contra alguém específico, mas sim de angústias comuns à espécie que determinam as reações humanas diante do mundo que a cerca. Responder com violência, direta ou indiretamente, a uma pessoa ou situação, às vezes, independe de nossa barbárie interior e de nossa agressividade natural, pode ser não mais que um sinal de insegurança. É um sinal de que nem todos nós acreditamos ou tomamos corpo, no visionarismo tecnicista de um *Homo deus*. Desta forma, naturalmente, o sofrimento de nossa espécie não é menor que suas potências para o bem e para o mal, já que:

A maior parte do tempo, então, nós sofremos, e o tempo todo tememos o sofrimento que pode advir das ameaças permanentes pairando sobre nosso bem-estar. Há três direções das quais tememos que o sofrimento advenha: do poder superior da natureza, da fragilidade de nossos corpos e dos outros seres humanos. Dado que acreditamos mais na possibilidade de reformar e aperfeiçoar as relações humanas que em subjugar a natureza e pôr fim à fraqueza do corpo humano, temos medo da inadequação das regras que ajustam as relações mútuas dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade. Sendo o sofrimento, ou o horror que ele provoca, um acessório permanente da vida, não admira que o “processo da civilização” (essa longa e talvez interminável marcha em direção a um modo de ser e estar num mundo mais hospitaleiro e menos perigoso) se concentre em localizar e bloquear essas três fontes da infelicidade humana. (BAUMAN e DONSKIS, 2014, p. 119).

A fragilidade existencial do *Homo sapiens* é profunda e demanda o entendimento de que nossa subjetividade é, ou pelo menos parece ser, mais complexa que a de outros animais. Nossa constituição de sujeitos não se basta na presença do óbvio para nossa sustentação. Sendo uma espécie organizada, por milênios de história, para viver em grupo nos acostumamos a compartilhar, mostrar, servir e ser servido, agir no coletivo, ser assim entendido e ocupar um lugar no qual cada um de nós é, praticamente, insubstituível. A

incompatibilidade desse sistema milenar com a evolução mercadológica que vivemos hoje, que privilegia o *self*, que mede a vida na apresentação virtual dos sucessos individuais, que descarta pessoas, abandona relações e ama coisas também descartáveis, só poderia desencadear o mais dolorido dos abismos de nossa subjetividade. Quando a importância do grupo (família e outros) era maior, nosso sentido de coletivo não se subtraía no êxito pessoal. As coisas possuíam mais importância por si mesmas, do que a aparência de tê-las; e tê-las em grupo era uma experiência necessária e incumbida da manutenção de sua permanência.

Viver em condições de incerteza prolongada e em aparência incurável provoca duas sensações humilhantes: a ignorância (não saber o que o futuro trará) e impotência (ser incapaz de influenciar em seu curso). Elas são humilhantes de verdade. Em nossa sociedade altamente individualizada, em que se presume que cada indivíduo seja responsável por seu próprio destino na vida, essas condições implicam a inadequação do sofredor para tarefas que outras pessoas, mais exitosas, parecem desempenhar graças à maior capacidade e ao maior esforço. Inadequação sugere inferioridade, e ser inferior, ser visto como tal, é um golpe doloroso contra a autoestima, a dignidade pessoal e a coragem da autoafirmação. A depressão é agora a doença psicológica mais comum. Ela atormenta um número crescente de pessoas que receberam a designação coletiva de “precariado”, expressão cunhada a partir do conceito de “precariedade”, denotando a incerteza existencial. (BAUMAN e DONSKIS, 2014, p. 122).

Tal como Harari tentou sintetizar nosso principal diferencial de outras espécies do ponto de vista objetivo, qual seja, sermos capazes de nos organizarmos em teias de grandes grupos, Bauman sintetiza nossa diferença crucial, no campo da subjetividade – o saber da inevitabilidade da morte – em relação aos outros animais:

...podemos tentar avançar mais um passo e concluir que é nosso conhecimento da mortalidade, e portanto nosso eterno medo da morte, que torna humano o nosso modo de ser e estar no mundo, que faz de nós seres humanos. A cultura é o sedimento da tentativa de *tornar suportável a vida com a consciência da mortalidade*. (grifo dos autores) (BAUMAN e DONSKIS, 2014, p. 123).

A cultura, outra característica humana (não somente humana, mas no caso de perceber a futura mortalidade, talvez sim) adquirida e construída por causa da formação e manutenção de grupos sociais, é colocada por Bauman, portanto, como medida de tolerar a imposição da morte. Essa função cultural é de suprema importância para a manutenção e bem-estar físico e psicológico da nossa espécie. Viver em grupo, praticamente, é uma condição para uma existência saudável, onde o ser humano pode realizar suas funções ecoetológicas. Mesmo que nos dias atuais viver em grupo possa ser apenas uma escolha, a necessidade de pertença a uma comunidade que tenha pelo menos alguma coisa em comum é fundamental:

A essência do ser humano não está na autodefinição. Se nossa sociabilidade é prejudicada e não temos mais poderes de comunicação, então a identidade se torna uma busca de máscaras sem significado. Pois, afinal, a identidade só adquire significado em virtude de uma conexão com outra pessoa. A identidade é um sonho benevolente sobre nossa semelhança com aqueles aos quais queremos nos identificar, assim como sobre nossas diferenças em relação a eles. É também o que outros sonham, pensam e dizem a nosso respeito. (BAUMAN e DONSKIS, 2014, p. 249).

Em sua obra: “A ética é possível num mundo de consumidores?” Bauman reforça algumas características específicas de nossa espécie, e complexifica o conceito de amor próprio em relação ao serviço, ou desserviço que presta à vida física, quando coloca que:

É verdade que o amor próprio nos incita a “aderir à vida”, a nos esforçar em ficarmos vivos para o melhor ou para o pior; a resistir e lutar contra tudo que possa ameaçar com o término prematuro de nossa existência; e proteger ou, melhor ainda, ampliar a boa condição e o vigor que, esperamos, tornarão essa resistência (e, com ela, a proteção) efetiva. Nisso, porém, nossos primos – próximos ou distantes – são mestres não menos realizados e amadurecidos que aqueles entre nós mais dedicados e viciados em boa forma e fanáticos por saúde. Nossos primos animais (excetuados os domesticados, que conseguimos despir de dotações naturais de tal forma que eles possam servir à nossa sobrevivência mais que à deles próprios) não precisam de nenhum perito para lhes dizer como se manter vivos e estar em forma. Eles também não precisam de amor-próprio para instruí-los de que se manter vivo e estar em forma são as coisas certas a fazer. A sobrevivência (a sobrevivência animal, física, corporal) pode ocorrer *sem* o amor próprio. Para falar a verdade, ela pode ocorrer melhor sem ele do que com ele. O instinto de sobrevivência e o amor-próprio podem ser estradas paralelas, mas também podem correr em direções opostas. O amor-próprio pode se rebelar *contra* a manutenção da vida se acharmos certa vida odiosa, não amável. Ele pode nos incitar a *rejeitar* a sobrevivência se nossa vida não estiver à altura dos padrões do amor e, por isso, não valer a pena ser vivida. (BAUMAN, 2011, p. 39).

Será essa outra diferença crucial entre o *Homo sapiens* e os outros animais? Que a sensação sobre a vida, por vezes, importa mais do que a vida em si? Se assim o é, deveríamos problematizar, mais arduamente, o fato de que os aspectos abstratos emocionais ainda são excluídos de esferas importantíssimas da vida humana em grupo. Pessoas são submetidas a trabalhos odiosos em empregos em que lhes são delegadas funções que agridem seu senso ético. Poderão elas sempre escolher o *não fazer*, como dissertamos antes? Pesquisas acadêmicas, frequentemente, ignoram emergências factuais, abandonam o senso ético ao lidar com outras vidas, fragmentam seus conhecimentos adquiridos, os encaixam em teorias já existentes e célebres, almejam um pesquisador como agente neutro em um processo onde ele se encontra envolvido “até o pescoço”, justamente pela implicação no seu compromisso como pesquisador. Não, os sentimentos não estão em segundo plano para o *Homo sapiens*. Suas emoções não são transparentes, suas paixões não são desprezíveis e a expressão de tais emoções só existe, ou existe melhor, no compartilhamento com o Outro. E isso tudo não está

separado dele quando trabalha, quando estuda, ou quando realiza tarefas práticas, não há compartimentos impermeáveis no espírito humano.

O sociólogo nos abre os olhos para essas questões, demonstrando o valor do amor e do respeito:

Como sabemos que o amor está, pode estar, estará, próximo, e que *somos* merecedores dele? Nós o sabemos, acreditamos saber e ficamos tranquilizados de que nossa convicção não esteja enganada quando nos falam e nos ouvem, quando somos *ouvidos com atenção*, com um interesse que sinalize a disposição do ouvinte em responder. Inferimos, então, que somos respeitados. E é da condição de ser respeitado pelos outros que derivamos a conclusão de que o que pensamos, fazemos ou pretendemos *conta*. De que fazemos diferença. De que nosso ficar vivos faz diferença. De que somos merecedores de sermos queridos, de sermos cuidados. (BAUMAN, 2011, p. 40).

No entanto o ordenamento religioso de “amar o teu próximo como a ti mesmo” sugere implicações de penosa resolução. Primeiro porque supõe que todos os seres humanos amam-se a si mesmos, o que, já vimos, é hoje um problema que migra da esfera individual para a social. Não é mais um amor óbvio. Segundo, porque o amor não é automático ou mecânico, nem o próprio nem o direcionado ao Outro. O amor é uma troca abstrata e inocente de uma energia benevolente profunda, e não é uma questão de escolha, como o respeito, por exemplo. Sobre isso Bauman afirma:

Se é isso que nos torna objetos justos e certos de amor próprio, então a conclamação para amar nossos próximos como a nós mesmos (...) invoca o desejo dos próximos de também ter seu valor único, insubstituível e indispensável reconhecido e confirmado. Essa conclamação nos leva a assumir que o próximo realmente representa esse valor – pelo menos até prova em contrário. Amar nosso próximo como a nós mesmos significaria, então, *respeitar a singularidade de cada um* – valorizando cada um por nossas características distintivas, enriquecedoras do mundo que habitamos juntos e com as quais o tornamos um lugar mais fascinante e agradável. (BAUMANN, 2011, p. 41).

Meu foco principal aqui é examinar o ser humano em busca de compreender suas relações no mundo. Neste subcapítulo foi apresentado um perímetro do *Homo sapiens* que dialoga com sua fragilidade. Entretanto, tratando da superfície e do aspecto *humano*, no sentido falível e desconfiado, na sua interação com a outridade, Bauman provoca:

Este, no entanto, é apenas um lado da história – o lado mais claro. Estar na presença de um Outro também possui um lado obscuro. O Outro pode ser uma promessa, mas é também uma ameaça. Ele ou ela pode despertar tanto desprezo quanto respeito, temor ou reverência. A grande questão é: qual dos dois é mais passível de acontecer? (BAUMANN, 2011, p. 41).

Costurando o tema da Outridade, e apresentando alternativas de outros tipos de *Homo sapiens*, trago a experiência e colaborações de Eduardo Viveiros de Castro, e seu *perspectivismo* ameríndio, no subcapítulo a seguir.

2.1.4 *Homo sapiens* e sua relação com a natureza em outras perspectivas – os ameríndios

É padrão que se trate o *Homo sapiens* a partir do modelo europeu, mesmo quando o lugar onde se fala é a América do Sul, e o assunto do qual se trata é a espécie de forma geral. Arrisco aqui a diversificar este olhar, para ter certeza de que englobamos mais de um tipo atual de *Homo sapiens*. Para isto trago as reflexões de Viveiros de Castro, antropólogo e sociólogo brasileiro, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para elucidar outros aspectos da cultura humana, diferentes daqueles trazidos até agora. Ele apresenta o *perspectivismo*⁷ ameríndio, ou seja, o ponto de vista e cultura de tribos indígenas da América (mais especialmente da América do Sul). Essa visão interessa, sobretudo, pelo modo como essas tribos pensam e se organizam em relação à sociedade e à natureza, que é um modo não dualista e oposto à visão das sociedades brancas ocidentais modernas que separa sociedade e natureza. O autor Philippe Descola também colabora na apresentação deste outro método *Homo sapiens* de viver.

Os ameríndios, na perspectiva apresentada por Viveiros de Castro possuem uma relação muito próxima com a natureza, por acreditarem que as pessoas, os animais e as plantas fazem parte de uma mesma sociedade – a sociedade humana, porém pertencem a corpos diversos, dependendo de sua então encarnação – pessoa, onça, borboleta, e assim por diante. Para eles todas as entidades vivas são ou já foram seres humanos e por esse motivo devem ser respeitadas. O que muda, com o passar do tempo, é a “roupagem” em que será encarnado o ser que morreu, ou melhor, se metamorfoseou, pois os ameríndios não vêm na morte a finitude. Ao passo que nós, colonizados, nos dizemos pertencentes a uma única natureza, mas a várias sociedades diferentes. É exatamente a visão de mundo oposta a dos ameríndios que, em função desse diferencial, apresentam efeitos ambientais bem diferentes.

Infelizmente os paradoxos ecológicos em relação a grupos humanos primitivos cada vez mais escassos em comparação à massiva realidade capitalista e maquinal em que vivemos podem tornar nossa comparação mera teoria utópica. De qualquer maneira a imensa

⁷ Por *perspectivismo* podemos entender que se constitui em: ponto de vista, entendimento, interpretação, ótica e prisma sobre determinado conhecimento. Também vale dizer que pode ser compreendido como uma visão filosófica que apresenta uma perspectiva de pensamento que pode ser alterada.

importância antropológica é notável por apresentar um panorama muito diferente em relação ao impacto ambiental, e à relação com o Outro de uma forma geral. O nosso modo de vida quase irrefutável do consumo, praticado graças ao fato de que as paredes das fábricas não são de vidro, denuncia, todos os dias, a miséria moral da qual se constitui nossa cultura de compras que, exorbitante, ultrapassa de forma colossal qualquer ideia de subsídio ou sobrevivência. Projetando assim a maioria dos prazeres humanos em algo com valor monetário e que depende de uma exploração que, como todas as explorações, é baseada na injustiça. Desta forma temos muito que aprender com os povos originários, que baseiam suas ações no alicerce da ética e da necessidade. Trata-se de percebermos questões essencialmente culturais, e que uma cultura deve estar sempre em movimento e aprender com outras culturas, e não estagnar como manda a engessada “tradição”, que tantas vezes não apresenta qualquer utilidade, nem riqueza educativa, nem moral, e muito menos resiliência. Assim, em relação ao que chamamos ponto de vista, é necessário, realmente, aceitarmos que existem, teoricamente, outras realidades.

Desta forma será acertado afirmar que os ameríndios possuem uma relação diferente da nossa para com os animais, entretanto não podemos provar que essa relação seja recíproca, isto é, os animais que convivem com os ameríndios buscam os mesmos destinos para as suas vidas, e das mesmas formas que outros animais de sua espécie em qualquer lugar do mundo.

A relação do ameríndio com os outros seres que com ele convivem, de fato, poderia ser considerada superior à nossa, do ponto de vista moral, já que para eles a separação sociedade-natureza não existe. No momento em que a categoria “pessoas” engloba espíritos, plantas e animais (DESCOLA, 1998), não há uma diferenciação de considerações ontológicas e de ações; portanto, não são necessárias reflexões ou reivindicações da ordem de “direitos”. O critério de ordenação é a linguagem, a comunicação possível entre seres, considerados todos como “sujeitos sociais”. Assim, não tendo havido a separação que conhecemos, e considerando tudo como interno a uma única e mesma natureza, a própria ideia de “exploração” desaparece. Aí sim a possível violência contra outros seres (seja quais/quem forem) parece surgir não simplesmente como ato cultural, mas como necessidade regulada dentro de uma harmonia ambiental comum.

O sentimento de igualdade presente nos ameríndios pode advir também da consciência de que eles são predadores e presas, e não senhores absolutos a subjugar os outros. Descola destaca uma consequência ética decorrente da visão desses povos que diz que os animais “*se veem a si mesmos como pessoas empenhadas em atividades culturais, então não é possível negar-lhes a humanidade que pretendem encarnar*” (DESCOLA, 1998, p. 28). No parágrafo

seguinte de seu texto, emenda: “*Os animais são com certeza diferentes de nós em sua morfologia e em seu comportamento; contudo a existência social que eles têm à nossa revelia é idêntica a nossa*” (DESCOLA, 1998, p. 28).

A primeira citação é instigante e muito mais específica como crença ameríndia, pois relata que o animal vê a si mesmo como pessoa. Na nossa ciência não podemos provar que isto é fato e, na visão externa ao mundo ameríndio, outros animais que não convivem com pessoas poderiam, por isso, não se sentirem “pessoas”. Essa citação é de entendimento absolutamente interno à cultura ameríndia e explica o fato de que eles são muito mais justos e igualitários com as outras espécies. Já a segunda citação de Descola é mais universal e ilustra que os animais existem, assim como nós existimos, e isso não é uma visão de mundo, pois os animais não precisam ter uma visão de mundo para existirem. O que queremos dizer é que a vida, intrinsecamente entendida como vida, fatídica, pulsante, biológica, não depende de nossos critérios culturais sobre ela. A antropologia pode explicar as maneiras de lidar com a vida, mas não pode definir a importância interna de cada uma das vidas para seus portadores.

Mesmo nos dando essa lição de mundo, de jeito de viver, os ameríndios, até mesmo por suas necessidades naturais em seu meio, praticam a caça para alimentação. O que é muito diferente da maneira com a qual os colonizados, ou melhor, o humano atual, inserido no meio urbano e na pós-modernidade consome proteína animal. De fato o termo *exploração* não me parece aplicável aos ameríndios em função de sua alimentação. A questão da “consciência do dano”, a má consciência⁸ percebida pelo ameríndio diante de sua caça e sua busca pelas compensações possíveis, confirmam seu sentimento de compaixão, além do que se guia por uma determinada ordenação de que deve evitar o sofrimento o máximo possível (DESCOLA, 1998). Descola cita também a expressão “*triste obrigação em que se encontram os homens de destruir vidas animais para reproduzir a sua*” (DESCOLA, 1998, p. 30), e coloca possíveis atenuantes para essa prática que parece, ainda, a muitos homens, inevitável. De fato, podemos conceber tranquilamente que em uma sociedade multicultural onde vivemos esta condição está completamente passível de evolução. Ao contrário dos ameríndios, não necessitamos mais desta “triste obrigação”. O *Homo sapiens* ameríndio, portanto, possui uma consideração ética para com os animais mais ampla, no sentido que essa consideração pertence ao senso comum de sua comunidade.

⁸ Ideia de que se faz necessária uma compensação simbólica pelo ato da caça como, por exemplo, adotar o filhote da mãe sacrificada.

Discordamos, portanto, que os ameríndios exerçam uma crueldade⁹ gratuita na matança dos animais caçados. Comprovou-se certo respeito entre eles e a caça, além do simbolismo que aplicam à sua sociedade em relação aos outros seres como, por exemplo, a compensação. Também consideramos muito difícil projetar traços da nossa cultura e da nossa sensibilidade aos povos que não acompanharam as mesmas características de desenvolvimento histórico-social que nós tivemos. Ainda assim na medida em que não é possível projetar nossos sentimentos e moralidade aos ameríndios, não será fácil fazer o inverso, já que o ambiente onde crescemos é tão definitivo na nossa constituição de objetividade e de subjetividade (embora sempre passível de mudança), e, portanto, definidor da nossa moral.

Admitimos, certamente, que a relação do ameríndio com o animal é, de certa forma, mais “próxima” ou “íntima” à natureza como um todo. Infelizmente, no entanto, não será possível ter as mesmas justificativas, compensações ou consciências nas práticas de matança de animais que, no nosso caso, não são práticas de caça, e se o fossem, aliás, tanto pior, já que a caça, para quem não necessita dela como recurso de subsistência, é considerado, antieticamente, um esporte.

Viveiros de Castro, como já apresentado, em seu texto “Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio” disserta profundamente sobre o tema. Um de seus focos no texto é a confirmação da inexistência da dualidade sociedade-natureza na perspectiva ameríndia. Ele resume os predicados categorizados nesse duo que, para os ameríndios, existem concomitantemente, tais como: universal e particular, objetivo e subjetivo, físico e moral, fato e valor, dado e instituído, necessidade e espontaneidade, imanência e transcendência, corpo e espírito, animalidade e humanidade... Assim, a perspectiva que se encontra inversa à nossa define-se na unidade de espírito, e diversidade de corpos (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 116). A cultura, portanto, tem uma característica universal e a natureza, particular, não havendo diferença entre humanos e animais. A noção de “roupa” também aparece no texto de Viveiros de Castro, como algo que no comportamento ameríndio significaria o corpo, trocável e descartável, tal como o termo “metamorfose”, para estabelecer as transformações simbólicas (entre bicho e gente) e a própria morte.

É significativa a citação abaixo de Viveiros de Castro quanto à noção de perspectivismo.

⁹ Quisemos expressar que o ato da caça não acontece de má fé, ou seja, é uma prática necessária à sobrevivência, e não uma prova de força ou um ato de maldade.

O perspectivismo não engloba, via de regra, todos os animais (além de englobar outros seres); a ênfase parece ser naquelas espécies que desempenham um papel simbólico e prático de destaque, como os grandes predadores, rivais dos humanos, e as presas principais dos humanos. (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 118).

A partir desta constatação, beiramos num impasse na comparação da relação humanos e animais entre nós – da sociedade capitalista – e os ameríndios. Estávamos a definir como mais justa a relação destes, visto que consideram os animais parte de seu todo, estabelecendo com eles certa unidade coletiva que não exclui ninguém da mesma consideração. Mas se não são todos os animais que entram neste olhar social, então os ameríndios têm mais semelhança conosco do que nos parecia até então, já que consideram “uns mais que outros”. Mesmo assim do ponto de vista de sua cultura geral o respeito que legam à natureza é notável, se comparado, proporcionalmente à nossa sociedade, que é acima de tudo fragmentada em sua multidiversidade.

Em entrevista publicada em: *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*, Viveiros de Castro nos explica ainda melhor a relação de algumas tribos ameríndias com os animais. Peço licença para transcrever aqui uma parte de sua explicação:

Mesmo que os Jê não digam que os animais atuais são humanos ou que cada animal vê as coisas de um certo jeito etc., sua mitologia, como a de todos os ameríndios, afirma que, no começo dos tempos, animais e humanos eram uma coisa só, que os animais são ex-humanos, e não que os humanos são ex-animais. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 336).

Veremos que a “humanidade” delegada aos animais refere-se diretamente à humanidade sentida pelos próprios ameríndios, que não se finda nela mesma, muito menos sob um ponto de vista individual:

Tal humanidade pretérita dos animais nunca é completamente evacuada, ela está lá como um potencial – justo como, para nós, nossa animalidade “passada” permanece pulsando sob as camadas de verniz civilizador. Além disso, não é preciso ter xamãs para se viver em uma cosmologia xamanística. (...) A ideia de que os animais são gente, é comum a muitas (mas não todas, nestes termos simplificados) cosmologias indígenas, não significa que os índios estejam afirmando que os animais são gente como a gente. Todo mundo em seu juízo perfeito, e o dos índios é tão ou mais perfeito que o nosso, “sabe” que bicho é bicho, gente é gente, etc. Mas sob certos pontos de vista, em determinados momentos, faz todo o sentido, para os índios, proceder segundo a noção de que alguns animais são gente. O que significa isso? Quando você encontra numa etnografia uma afirmação do tipo “os Fulanos dizem que as onças são gente”, é preciso ter claro que a proposição “as onças são gente” não é idêntica a uma proposição trivial do tipo “as piranhas são peixes (...)”. As onças são onças, mas têm um lado oculto que é humano. Ao contrário, quando você diz “as piranhas são peixes” não está dizendo que as piranhas têm um lado oculto que é peixe. Quando os índios dizem que “as onças são gente”, isso nos diz algo sobre o conceito de onça e também sobre o conceito de gente. As onças são gente – a humanidade ou “personitude” é uma capacidade das onças – porque, ao mesmo

tempo, a oncidade é uma potencialidade das gentes, e em particular da gente humana. E aliás, não devemos estranhar uma ideia como “os animais são gente”. Afinal, há vários contextos importantes em nossa cultura nos quais a proposição inversa, “os seres humanos são animais”, é vista como perfeitamente evidente. Não é isto que dizemos, quando falamos do ponto de vista da biologia, da zoologia etc.? E entretanto, achar que os humanos são animais não te leva necessariamente a tratar teu vizinho ou colega como você trataria um boi, um badejo ou um urubu. Do mesmo modo, achar que as onças são gente não significa que se um índio encontra uma onça no mato ele vai necessariamente tratá-la como trata a seu cunhado humano. Tudo depende de como a onça o trate...O perspectivismo não é uma forma de relativismo. Seria um relativismo, por exemplo, se os índios dissessem que para os porcos todas as outras espécies são no fundo porcos, embora pareçam humanos, onças, jacarés etc. Não é isso que os índios estão dizendo. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 337).

De fato, para nós as percepções e discernimentos referentes a esta relação humana não é simples. Tanto que, sob o ponto de vista ameríndio não estamos tratando da relação humano-animal, mas de relações humanas, somente.

Eles dizem que os porcos no fundo são humanos; os porcos não acham que os humanos sejamos no fundo porcos. Quando eu digo que o ponto de vista humano é sempre o ponto de vista de referência quero dizer que todo animal, toda espécie, todo sujeito que estiver ocupando o ponto de vista de referência se verá a si mesmo como humano – nós inclusive. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 338).

De qualquer forma concluímos que os ameríndios possuem com a natureza, incluindo os animais não humanos, uma relação de cumplicidade e reciprocidade muito forte, o que legitima e demanda maior cuidado com seu ambiente. Além de maior cuidado e respeito entre eles mesmos enquanto entes humanos e, não menos, com a própria ética, mesmo do nosso ponto de vista filosófico-científico. Isso porque as questões individualistas que vimos até aqui, e a exploração pela dominação são, ilimitadamente menores nessas comunidades. Portanto, diferentes humanos reagem diferentemente em seus meios diferentes; mesmo assim encontramos semelhanças muito fortes, mesmo no comportamento, com nosso primeiro *Homo sapiens* deste estudo.

No subcapítulo a seguir retornaremos ao princípio deste capítulo, a biologia, para dar seguimento nos assuntos a seguir.

2.1.5 Empatia, fisiologia e etologia – pilares para o respeito pela similaridade

Encerro este capítulo, completando um círculo argumentativo que nos leva de volta ao início desta breve e parcial jornada pela vida do *Homo sapiens*, retornando à nossa biologia, apelando à etologia, e procurando fundamentar de forma interdisciplinar o conceito

existencial-filosófico que dará sentido aos próximos capítulos, qual seja o conceito de empatia.

Já contornamos o *Homo sapiens*, observando suas diversas esferas. Para avançar nesta pesquisa é preciso agora apresentar as possibilidades que ligam a nossa espécie às outras, e para tanto retornaremos à abordagem biológica. Sabemos que existe em nós a potência da empatia, capacidade de nos colocarmos no lugar do outro. Buscamos, neste subcapítulo, apresentar os motivos deste sentimento no que se refere a aplicarmos aos outros animais. Se fica comprovado que, não somente pelos estudos filogenéticos reservados aos livros e seus estudiosos específicos, mas também pela observação, a olho nu, da reação dos outros animais por qualquer humano que eles têm os mesmos sentimentos e sensações que nós, será mais fácil supor por que vários de nós conservamos uma profunda preocupação com o seu bem-estar e, não menos, uma preocupação com o comportamento de nossa espécie diante deles.

Acredito que a comparação entre humanos e outros animais pode nos dizer muito sobre o quanto as respostas cognitivas ou sensoriais entre as duas entidades são próximas, e assim poderemos difundir o conceito de empatia com maior facilidade. Os animais confinados, sujeitos desta pesquisa, vivem de forma equivalente a outros seres encarcerados como as pessoas em presídios, por exemplo, onde os tormentos psicológicos, ocasionados pelo cárcere e sua conseqüente violência, danos cognitivos, neurocerebrais, psiquiátricos, sociais, levando ao desequilíbrio mental, afetando a memória, e outros, podem tornar-se permanentes sobressaindo-se essa punição indireta ao castigo idealizado para “corrigir” os sujeitos. Creio que possam representar torturas incomensuráveis, talvez só entendidas através da vivência pessoal. De qualquer forma essa é a ferramenta aceita socialmente para a dita proteção dos cidadãos, já que os presos são vistos como um perigo iminente em liberdade, dados seus atos criminosos pelos quais foram condenados. Longe de concordar com esse meio do Direito em resolver o problema de segurança e criminalidade, o que é um assunto de imensa e polêmica emergência ética no campo do Direito, vemos que para esses prisioneiros a cadeia é a conseqüência de seus atos e creio que a maioria deles conhecia os riscos de acabar sofrendo esta tremenda, e muitas vezes desumana, punição. Apesar de afirmar, sem medo de estar sendo dramática ou herege, que a agonia e o sofrimento entre pessoas e animais presos são muito próximos, vemos em alguns humanos a capacidade de compreensão sobre o que estão vivendo, enquanto nos animais não.

No cativeiro a impossibilidade de exercer sua própria natureza, de viver conforme sua própria condição fisiológica e etológica, como o caso das caturritas do Criadouro São Braz (que é um abrigo para animais recolhidos de tráfico, maus tratos e criação ilegal) nos fazem

indagar que salvaguarda é essa que os cativeiros dão aos animais necessitados, sem conhecer ou valorizar suas condições culturais. Sim, culturais. O caso citado foi averiguado em minha visita ao criadouro, que será melhor relatada adiante, e demonstrou a atrocidade que é causada quando se negligencia a natureza etológica de um animal. Como São Braz não possui a licença para reprodução, é responsabilidade do IBAMA fiscalizar e impedir que a mesma ocorra nos recintos.

O recinto das caturritas, no qual são muitos os animais dessa espécie, costumava ter galhos e gravetos para que os animais se distraíssem, para que tivessem o mínimo de elementos naturais com os quais pudessem interagir, debicar, carregar, etc. Acontece que, devido aos instintos, as caturritas utilizaram esses gravetos para a construção de um ninho, e isso era sinal de que elas se reproduziriam. Como a reprodução é proibida, o ninho foi queimado, e foram retirados do recinto os elementos que pudessem servir de material para novos ninhos. O resultado do tempo que seguiu daí pode ser comparado a surtos psicológicos. O estresse dos animais é elevadíssimo, a ponto de se matarem a bicadas e, literalmente, devorarem-se vivos. Na visita de uma escola ao criadouro, no período em que eu estava lá, foi uma criança a primeira a ver e alertar sobre o episódio que ali estava, a violência entre esses animais e a imagem degradante do animal morto sendo despedaçado pelos demais. Como podemos imaginar, esse tipo de episódio não é incomum, muito menos isolado, nos cativeiros.

Pesando esse tipo de problema e o quanto ele pode nos atingir emocionalmente, podemos supor que através de nossa semelhança genotípica ou fenotípica, ou mesmo morfológica, a empatia acontece. É por isso, e não simplesmente por falta de solidariedade, que a maioria dos humanos sentiria mais compaixão por uma vaca do que por uma mosca. Sendo assim, os estudos fisiológicos e etológicos sobre os animais, não nos terríveis testes de vivisseção, mas até na observação de uma criança sobre seu bichinho de estimação, acabaram contribuindo para a solidificação dos Direitos Animais, na medida em que esses direitos, como veremos adiante, devem se basear não na capacidade de raciocínio do animal, mas na sua percepção de dor e sofrimento.

Estas considerações já são velhas conhecidas quando estudamos Direitos Animais. Dificilmente, hoje em dia, alguém negaria que os animais, assim como nós, têm percepções de prazer, dor, alegria, sofrimento, medo, frio, calor, fome, sede e bem-estar. Assim, é óbvio afirmarmos que os animais são, como nós, seres sencientes, ou seja, têm ciência de si mesmos, e buscam sua sobrevivência e bem-estar. Ainda assim, fiz questão, neste trabalho, de resgatar alguns dos primeiros estudos acerca do comportamento animal, ou seja, alguns dos primeiros registros sobre etologia, antes de dedicar-me a dissertar sobre estudos recentes

sobre comportamento animal, ou mesmo os mais específicos como os estudos do comportamento animal em cativeiro.

Nessas informações históricas teremos acesso a vários graus da lógica da percepção de dor e sofrimento dos animais, na direta comparação com seres humanos. Para esses estudos aos quais me refiro, utilizo algumas conclusões de Darwin em sua obra *A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais*, cuja primeira edição data de 1872. É sabido que muitos dos experimentos feitos por ele para comprovação de reações comportamentais e estudos fisiológicos, utilizaram animais vivos, ou seja, vivisseção, da qual nossa postura é absolutamente contrária. A escolha de um autor histórico para introduzir o breve estudo etológico que pretendo deu-se na intenção de um resgate dos primórdios desse tipo de estudo, e insistimos em afirmar que nos dias de hoje esses tipos de testes são absolutamente antiéticos, além de obsoletos e intelectualmente obtusos.

Não é de se admirar que em seu tempo Darwin considerava, como veremos, os animais não humanos como animais inferiores. Em seus textos, o termo é quase uma nomenclatura categórica para diferenciação dos animais humanos e não humanos. Mesmo assim esses estudos acabaram colaborando para que as considerações posteriores sobre os animais, do mesmo modo que a extensão dos valores morais a eles, sejam irrefutáveis. O autor afirma: “*Sem dúvida, enquanto considerarmos o homem e todos os outros animais como criações independentes, não avançaremos em nosso desejo natural de investigar até onde for possível as causas da expressão*” (DARWIN, 2009, p. 18, 19). Apenas como introdução ao que aproveitei de seus estudos, cito o autor quando trata de raças humanas: “*Sempre que determinadas mudanças nas feições e no corpo exprimirem as mesmas emoções nas diferentes raças humanas, poderemos inferir, com grande probabilidade, que essas são expressões verdadeiras, ou seja, que são inatas ou instintivas*” (DARWIN, 2009, p. 21).

Demarcando essa temática comparativa entre humanos e não humanos, procedo com Darwin, quando relata um encontro seu com as víboras de um zoológico, através do vidro, e segue dissertando sobre suas constatações acerca do susto em outros animais, como os cavalos.

A violência de um susto parece depender em parte da força da imaginação e em parte das condições, habituais ou momentâneas, do sistema nervoso. Quem observar a diferença entre os sustos de seu cavalo quando está cansado e quando está repousado, perceberá quão perfeita é a gradação entre um simples olhar para alguma coisa inesperada, com uma dúvida momentânea quanto ao perigo que apresenta, e um pulo tão rápido e violento que o animal dificilmente conseguiria reproduzi-lo se o desejasse. O sistema nervoso de um cavalo robusto e bem alimentado manda suas ordens ao sistema motor tão rapidamente que não há tempo para ele cogitar se o

perigo é real. Depois de um susto violento, quando o cavalo está instigado e o sangue flui livremente em seu cérebro, ele fica muito suscetível a assustar-se de novo. E assim também ocorre, como pude observar, com os bebês. (DARWIN, 2009, p. 40).

Mesmo que seu raciocínio não terminasse aqui com a observação dos bebês humanos, apenas compreendendo os aspectos encontrados na reação do cavalo, já podemos perceber que a reação ao susto, e que muitas vezes pode alarmar para reações de medo, são praticamente idênticas entre nós e outros animais. Além da questão dos olhos que se fecham automaticamente em vários animais diante de uma repentina ameaça, Darwin coloca ainda, sobre homens e cavalos: *“Mas, quando um homem ou um cavalo se assusta, seu coração bate furiosamente contra suas costelas, e nesse caso podemos dizer que este é um órgão que verdadeiramente nunca esteve sob o controle da vontade, e que participa das reações reflexas do organismo”* (DARWIN, 2009, p. 42).

Continuando sobre as reações comuns a diversas espécies, o biólogo afirma que *“Outro bom exemplo é o tremor dos músculos, comum tanto no homem como em muitos, ou na maioria, dos animais inferiores”* (DARWIN, 2009, p. 65). E ainda:

Quando os animais agonizam de dor, eles geralmente se contorcem terrivelmente; e aqueles que habitualmente usam a voz soltam soluços e uivos penetrantes. Praticamente todos os músculos do corpo são intensamente acionados. No homem a boca comprime-se fortemente, ou mais comumente os lábios retraem-se com os dentes cerrados. Diz-se que há “ranger de dentes” no inferno; eu ouvi claramente o ranger de dentes de uma vaca que sofria intensamente de uma inflamação no intestino. No jardim zoológico o hipopótamo fêmea sofre, terrivelmente, quando vai parir seu bebê; anda sem parir, vira de lado, abre e fecha a boca, batendo os dentes. No homem, um olhar arregalado e fixo traduz espanto e horror, ou então as sobrancelhas se contraem fortemente. A transpiração molha o corpo e pingos escorrem pelo rosto. A circulação e a respiração são muito afetadas, por isso, as narinas geralmente dilatam-se e tremem; ou a respiração pode ficar presa até o sangue estagnar deixando o rosto roxo. Se a agonia é grave e prolongada, esses sinais todos mudam; Segue-se uma prostração absoluta com desmaios e convulsões. (DARWIN, 2009, p. 67).

Algumas passagens de Darwin remontam minha leitura de Peter Singer, em seu livro *Libertação Animal* (2010), quando relata os resultados de inflição de dor em animais de laboratório, o que causa ao leitor um choque e aversão. Não muito diferente é o resultado do sofrimento de animais presos para fins de espetáculo. Mas apesar de causar certo desgosto julgamos coerente representar mais sobre os escritos do biólogo estudado:

Em todos ou quase todos os animais, até mesmo nos pássaros, o terror provoca tremores no corpo. A pele empalidece, o suor aparece e os pelos se arrepiam. As secreções do canal alimentar e dos rins aumentam, e eles são involuntariamente esvaziados por causa do relaxamento dos músculos esfíncteres, como sabemos que

acontece com o homem, e como observei com gado, cachorros, gatos e macacos. A respiração fica acelerada. O coração bate rápido, de maneira violenta e selvagem; mas podemos duvidar que ele bombeie sangue com mais eficiência pelo corpo, pois a superfície parece sem sangue e os músculos logo falham. Em um cavalo amedrontado senti os batimentos de seu coração através da sela tão claramente que poderia contá-los. As faculdades mentais ficam muito perturbadas. Uma prostração absoluta logo aparece, e até mesmo desmaios. Um canário apavorado foi visto não só tremendo e ficando branco na base de seu bico como também desmaiando; certa vez peguei um pintaroxo num quarto que tinha desmaiado tão completamente, que eu por um momento pensei que estivesse morto. A maioria desses sintomas é provavelmente o resultado direto, independentemente do hábito, do estado de perturbação do sensorio; Mas é duvidoso que possamos atribuí-los integralmente a isso. Quando um animal está alarmado, ele quase sempre fica parado por um instante, aguçando seus sentidos para descobrir de onde vem o perigo, ou para não ser descoberto. (DARWIN, 2009, p. 72, 73).

Sobre a emissão de sons Darwin reparou que:

Em muitos tipos de animais, inclusive o homem, os órgãos vocais são extremamente eficientes como meios de expressão. (...) O gado e os cavalos aguentam fortes dores em silêncio; mas quando a dor é excessiva e especialmente quando é acompanhada por medo, soltam sons terríveis. Muitas vezes reconheci de longe, nos pampas, o agonizante urro de morte do gado, quando laçado e imobilizado. (DARWIN, 2009, p. 78).

Outras afinidades já reparadas por Darwin, nas semelhanças comportamentais entre homens e animais, foram o eriçar de pelos (ainda presente no sistema defensivo humano) na tentativa de fazer com que seu corpo pareça maior diante de uma ameaça, e especialmente em situações de raiva (DARWIN, 2009, p. 93). Além do sorriso, tal como o conhecemos, como explicito abaixo:

O Dr. Duchenne – e não há autoridade maior do que ele – contou-me que manteve um macaco domesticado em sua casa por um ano; e quando lhe oferecia alguma guloseima especial nas refeições, notou que os cantos de sua boca ficavam levemente erguidos. Ou seja, uma expressão de satisfação, da mesma natureza que um sorriso incipiente, e semelhante àquela tantas vezes vista no rosto do homem. (DARWIN, 2009, p. 117).

Também a resposta sobre um caso de enfermidade:

A aparência de desânimo nos orangotangos e chimpanzés jovens quando doentes é tão evidente e quase tão patética quanto em nossas crianças. Esse estado de espírito e do corpo é demonstrado pelos seus gestos lânguidos, semblante abatido, olhar sombrio e compleição alterada. (DARWIN, 2009, p. 120).

E de sentimento de raiva e indignação em macacos:

Os babuínos também demonstram sua raiva de uma outra forma, como observou Brehn naqueles que manteve em cativeiro na Abissínea. Eles batiam no chão com

uma das mãos, “como um homem furioso batendo na mesa com o punho” (...) O Sr. Sutton viu diversas vezes a face do *macacus rhesus*, quando muito enfurecido, ficar vermelha. Enquanto ele me contava isso, um macaco atacou o *rhesus* e eu pude ver seu rosto enrubescer tão claramente como o de um homem sob violenta emoção. (DARWIN, 2009, p. 121).

E em cães:

Aquele que observar um cão preparando-se para atacar outro cão ou um homem, e o mesmo animal acariciando seu dono, ou a expressão de um macaco quando provocado e quando afagado pelo seu tratador, será forçado a admitir que os movimentos de seus traços e gestos são quase tão expressivos quanto os dos humanos. (DARWIN, 2009, p. 127).

Também Fernanda Medeiros, jurista e autora de obras sobre Direitos Animais nos coloca sobre etologia:

A etologia tem evidenciado o animal ocupando esse outro lugar na cultura. Essa ação denominada como “revolução etológica”, “ocorrida nos últimos trinta anos” que certamente “não considera animais como parte da espécie humana”, mas que convida a visualizar uma perspectiva pluralista, “sem pensar a cultura em oposição à natureza”, consciente da pluralidade das culturas das criaturas com espécies muito diferentes. (MEDEIROS, 2013, p. 121).

Na diferenciação entre seres e máquinas, Harari coopera com nossas intuições e inferências, confirmando que, como vimos, duas das justificativas mais conhecidas para a sacralidade da vida humana em nossa sociedade são baseadas na Religião, a partir da Bíblia, em especial, do Velho Testamento. E a partir da racionalidade, que se baseia no pensar (*cogitare*), atividade para a qual são necessárias reações e conexões no cérebro humano. Hoje, porém, e assustadoramente, vários computadores possuem capacidade parecida em seus “cérebros”. E isso não faz com que tenham “direitos” a algo. Harari afirma que “*Eles não anseiam por nada, nem quando têm um bug, e a internet não sofre nem quando regimes autoritários cortam países inteiros da rede*” (HARARI, 2016, p. 125). Nessa comparação de mentes humanas com computadores, ciente da inteligência artificial, crescente e aterradora, e em busca de encontrar a lógica para o motivo pelo qual os humanos são mais valorizados na nossa sociedade, Harari é ousado, e vai fundo para encontrar as diferenças:

Do ponto de vista puramente neurológico, quando o humano é torturado ou estuprado, certas reações bioquímicas acontecem no cérebro, e vários sinais elétricos movimentam-se de um agrupamento de neurônios a outro. O que, possivelmente, há de errado nisso? A maioria das pessoas modernas tem aversão ética à tortura e ao estupro por causa das experiências subjetivas envolvidas. (HARARI, 2016, p. 123).

A questão das emoções, especialmente se observadas em um grupo animal, mas mais especialmente ainda, dando-se entre um humano e um animal, torna-se motivação para vermos nele, um semelhante. Harari, torna ainda mais claro seu ponto de vista (e nosso), quando afirma que

Quando tentamos determinar se uma entidade é consciente, o que comumente estamos buscando não é uma aptidão para a matemática ou uma boa memória, e sim a capacidade de criar relações emocionais conosco. (HARARI, 2016, p. 128).

Ainda sobre as emoções nossas e dos outros, ele afirma, por exemplo, que:

Na verdade, atribuir emoções a porcos não os humaniza. Isso os “mamiferiza”. Emoções não são uma qualidade exclusivamente humana – elas são comuns a todos os mamíferos (assim como a todas as aves e provavelmente a alguns répteis e peixes). (HARARI, 2016, p. 91).

Por sua vez a capacidade de abstração também determina uma grande diferença entre nós e outros animais, o que não significa um abismo entre nós e eles, mas o que determina que os preceitos religiosos e racionais de outrora caem por terra e a capacidade de idealizar, imaginar – abstrair algo – em nada se refere, emocionalmente, à capacidade de sentir dor e sofrimento, portanto, não é uma desculpa para tratarmos diferente os animais. Tampouco para ver neles uma diferença etológica, ou fisiológica nem, muito menos, para diminuir nossa empatia para com eles. Harari afirma: “*Nenhum outro animal pode nos confrontar, não porque lhes falte uma alma, ou uma mente, mas porque lhes falta a imaginação necessária*” (HARARI, 2016, p. 157).

Franz de Wall, primatólogo e etólogo, é trazido neste estudo pelas colaborações que observou nos primatas, e que se assemelham, escancaradamente, com nossos comportamentos, enquanto *Homo sapiens*. Especialmente porque comprova que esses animais não humanos possuem capacidade de empatia. Sobre a nossa empatia coloca o autor:

Empatia e simpatia são nossa segunda natureza, tanto assim que vemos quem não as demonstra como uma pessoa mentalmente doente ou perigosa. No cinema, não escapamos de nos transferir para os personagens da tela. Nós nos desesperamos ao vê-los se afogarem no naufrágio do transatlântico, exultamos quando fitam os olhos da pessoa amada finalmente reencontrada. Todos ficamos de olhos marejados, embora estejamos apenas sentados olhando para uma tela. Todos conhecemos a empatia, no entanto demorou muito para que ela fosse levada a sério como objeto de estudo. Atributo meigo demais para os empedernidos cientistas, a empatia era classificada junto com a telepatia e outros fenômenos sobrenaturais. (WALL, 2007, p. 134, 135).

Para tanto, e mais uma vez o sentido e a necessidade do ser em grupo se sobressaem.

Podemos tirar o primata da selva, mas não a selva do primata. Isso também se aplica a nós, primatas bípedes. Desde o tempo em que nossos ancestrais pulavam de galho em galho, a vida em pequenos grupos tem sido uma obsessão para nós. Não nos fartamos de políticos que batem no peito diante das câmeras de televisão, artistas que trocam de namorada como quem troca de roupa e reality shows para escolher quem fica e quem sai. Deveria ser fácil ridicularizar todo esse comportamento de primata, não fosse pelo fato de que nossos parentes antropóides levam a busca de poder e sexo tão a sério quanto nós. Mas temos em comum com eles não apenas poder e sexo. Solidariedade e empatia são igualmente importantes, porém é raro vê-las mencionadas como parte de nossa herança biológica. Somos muito mais propensos a culpar a natureza pelo que não gostamos em nós do que a dar-lhe crédito pelo que apreciamos. (WALL, 2007, p. 7).

Wall responde aos anseios dos primeiros subcapítulos desta parte do trabalho, e demonstra uma visão otimista em relação ao *Homo sapiens*, na relação direta com nossos primos, outros primatas. Ele afirma que não temos genes egoístas (como também concluímos de forma parecida com Futuyma, porém que não descarta nossa *barbárie interior*). Afirma que a empatia está intrínseca em nós e que ela prevalece diante das possíveis malignidades de que possamos ser capazes:

Os milhões de páginas escritas sobre a natureza humana ao longo dos séculos, não há outras mais desoladoras que as das três últimas décadas. Nem mais erradas. Dizem que temos genes egoístas, que a bondade humana é dissimulação e que agimos moralmente só para impressionar os outros. Mas, se as pessoas se importam unicamente com seu próprio bem, porque um bebê em seu primeiro dia de vida chora ao ouvir outro bebê chorar? É assim que começa a empatia. Não muito complexa, talvez, mas de uma coisa podemos ter certeza: um recém-nascido não se esforça para impressionar. Nascemos com impulsos que nos levam a sentir interesse pelos outros e mais tarde a nos preocupar com eles. A antiguidade desses impulsos evidencia-se no comportamento de nossos parentes primatas. (WALL, 2007, p. 7).

É comum delegarmos à natureza, no seu estado puro (primitivo, selvagem...), os atos indesejados do *Homo sapiens*. Mas ao contrário, quando o vemos no intuito de uma atitude altruísta ou solidária, dizemos que é sua *humanidade* falando mais alto (supondo o ponto de vista do dualismo sociedade x natureza). Essa injustiça ontológica é antiga. Ouvimos que se comportou como um “animal” alguém em estado de ira ou cometendo um ato de violência. Mas essa conceituação é apenas habitual, e deve ser abandonada quando provas do contrário se somam. São inúmeros os casos documentados ou noticiados em que um animal foi considerado um herói, tanto por salvar algum membro de sua ou outra espécie animal não humana, como por salvar ou ajudar um membro da espécie humana. Não caberia aqui relatar nem uma terça parte desses, mas coloco o que traz Wall, em seu livro, quando relata um deles:

Só quando uma gorila salvou um membro de nossa espécie as pessoas despertaram em massa para a possibilidade de haver humanidade em não humanos. Isso aconteceu em 16 de agosto de 1996, quando Binti Jua, uma gorila de oito anos, ajudou um menino de três que caíra de uma altura de quase seis metros dentro da jaula dos primatas no Zoológico Brookfield, em Chicago. Binti reagiu imediatamente: pegou o menino nos braços e o carregou para um lugar seguro. Sentou-se em um tronco à beira d'água com o menino no colo, afagou-o delicadamente com as costas da mão e o levou para os funcionários do zoológico que estavam à espera. Esse ato simples de solidariedade, gravado em vídeo¹⁰ e exibido no mundo inteiro, sensibilizou muitos corações, e Binti foi aclamada como heroína. Pela primeira vez na história dos Estados Unidos, um grande primata não humano figurou em discursos de políticos importantes, que citaram a gorila como modelo de compaixão. (WALL, 2007, p. 8).

O caso relatado é ainda mais surpreendente por se tratar de um animal enclausurado, o qual não nos surpreenderia se soubéssemos que é mentalmente perturbado em função de seu cativeiro. E, portanto, não imaginamos, em uma visão crítica que abomina esse tipo de exploração animal, que a gorila tivesse a intenção benévola de ajudar um ser humano, tendo por ele cuidado, cumplicidade e respeito. Mas Wall não se surpreende:

O fato de o comportamento de Binti ter causado tamanha surpresa aos humanos diz muito sobre o modo como os animais são retratados na mídia. Na verdade, Binti não fez nada inusitado, ou pelo menos nada que um grande primata não humano não fizesse por qualquer ser jovem de sua espécie. Em contraste com os atuais documentários sobre vida selvagem, que mostram principalmente animais ferozes (ou machões que lutam desarmados com eles), acho essencial indicar a real intensidade e abrangência de nossa ligação com a natureza. (WALL, 2007, p. 8).

Sobre a similaridade em relação à violência:

Esses grandes primatas se parecem tanto conosco que receberam a designação de antropóides, palavra de origem latina que significa “como formato do homem”. Ter parentes copróximo com duas sociedades acentuadamente diferentes é muito instrutivo. O chimpanzé, brutal e sedento de poder, contrasta com o pacato e erótico bonobo. (...) Nossa natureza é um casamento incômodo dos dois. Nosso lado sombrio é dolorosamente óbvio: estimativas indicam que 160 milhões de pessoas perderam a vida em razão de guerra, genocídio e opressão políticas só no século XX. (WALL, 2007, p. 9).

A dualidade das potências para o mal e para o bem não são exclusividades humanas, mesmo falando moralmente. Nossas atitudes positivas ou negativas desencadeiam efeitos que, normalmente, seguem o curso que desejamos. Uma mesma pessoa pode fazer tanto o mal como o bem. E isso também é averiguado em outros grandes primatas, bem como o espírito de coletivo para, não apenas bem-estar, mas saúde:

¹⁰Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tt3AfUoD0XM>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

Somos capazes de tamanha selvageria apesar de nossa faculdade de imaginar o que os outros sentem, ou talvez precisamente porque a possuímos. Por outro lado, quando essa mesma faculdade combina-se com uma atitude positiva, impele-nos a mandar alimentos para os famintos, fazer corajosos esforços para salvar estranhos, como nos terremotos e incêndios, chorar quando ouvimos uma história triste ou participar de um grupo de busca se desaparece o filho de um vizinho. Com um lado cruel e um lado compassivo. (...) Isso pode nos confundir a ponto de, às vezes, simplificarmos demais nossa identidade. Ora nos consideramos a “joia da criação”, ora os únicos vilões de verdade no mundo. Porque não aceitar que somos tanto uma coisa como outra? Esses dois aspectos da nossa espécie correspondem aos dos nossos parentes vivos mais próximos. O chimpanzé demonstra tão bem o lado violento da natureza humana que poucos cientistas escrevem sobre qualquer outro lado. Mas também somos criaturas acentuadamente sociais, que dependem umas das outras e realmente necessitam de outros para levar uma vida sadia e feliz. Com exceção da morte, o confinamento em solitária é nosso castigo mais extremo. Nosso corpo e nossa mente não são estruturados para viver no isolamento. Caímos em profunda depressão na ausência de companhia humana, e nossa saúde deteriora-se. Um estudo médico recente constatou que voluntários sadios expostos a vírus de resfriado e gripe adoeciam mais facilmente se tivessem menos amigos e parentes por perto. (WALL, 2007, p. 9, 10).

Ainda sobre a dualidade mau/bom:

A ideia de nós, humanos, como criaturas puramente egoístas e perversas, com uma moralidade ilusória, carece de revisão. Se em nossa essência somos grandes primatas, como eu suponho, ou se pelo menos descendemos da mesma linhagem dos outros grandes primatas, como todo biólogo supõe, nascemos com uma gama de tendências que vão das mais vis às mais nobres. Longe de ser produto da imaginação, nossa moralidade resulta do mesmo processo seletivo que moldou nosso lado competitivo e agressivo. O fato de uma criatura assim poder ter sido produzida pela eliminação de genótipos mal sucedidos mostra o poder da ideia darwinista. (WALL, 2007, p. 179).

O estudo do comportamento – etologia – diferente do que nos deixa a cultura material encontrada na arqueologia ou os restos de vida na paleontologia, não se encontra disponível em um livro, pedra ou parede, tal como sempre existiu na vida das pessoas e animais. O comportamento é vivido, mas não é registrado, materialmente. Pelo menos não o de nossos ancestrais de milhões de anos passados. Para Wall estudar o comportamento dos bonobos hoje colabora no entendimento etológico de nossos ancestrais:

O comportamento não se fossiliza. É por isso que muitas conjeturas sobre a pré-história humana tomam por base o que conhecemos sobre outros primatas. Eles indicam a gama de comportamentos que nossos ancestrais podem ter apresentado. E, quanto mais aprendemos sobre os bonobos, mais essa gama se expande. (WALL, 2007, p. 13, 14).

Para o autor que estudou, profundamente, os primatas, o *Homo sapiens* é essa espécie dona de um reservatório de amor e empatia, ao mesmo tempo em que é capaz da mais incrível destruição. Importante, ele afirma que essa criatura se olhe no espelho para visualizar,

honestamente, seu maior arqui-inimigo, e também seu maior aliado, para a construção de um mundo melhor.

Voltando à temática específica desta pesquisa, julgamos necessário reparar que os estudos, dos mais passivos aos mais cruéis sobre o comportamento ou a vida humana, não representariam tão bem os fatos se os seres estudados estivessem sob condição de cárcere. Nesse intuito não seria absurdo afirmar que estudar a humanidade a partir de indivíduos encarcerados, escravizados ou mantidos em qualquer tipo de condicionamento contra sua vontade, mesmo quando compreendida dentro de um corpo de regras, como nos presídios, por exemplo, seria, no mínimo, de uma limitação castradora. O comportamento natural, espontâneo e complexo de um ser humano não pode ser perfeitamente averiguado quando lhe são negadas as condições básicas de exercer o então comportamento que sua própria condição genética, e quiçá da sua cultura, lhe impõe. Se procurarmos o porquê desta afirmação, cientificamente, encontraremos o exato mesmo motivo pelo qual também não é possível fazê-lo com animais e, assim, derrubamos parte da crença de que, mesmo numa perspectiva puramente mecânica ou utilitarista, os animais confinados representam bem objetos de pesquisa para os estudiosos, atualmente.

Não podemos fechar os olhos para questões como as modificações nos padrões naturais de comportamento em animais silvestres sob cativeiro que podem ser observadas como indicativos de estresse da não adaptação ou do condicionamento indutivo, como estereotípias, comportamentos autodestrutivos, agressividade e reatividade anormal. Não resta dúvida, já desde aqui, e especialmente por admitirmos todas essas semelhanças entre *Homo sapiens* e outros animais, que o cativeiro é condição torturante para qualquer um de nós.

E cá estamos, mesmo nós que criticamos tudo isso, imersos no mesmo sistema castrador e injusto que estudamos para dizer que abominamos. Somos, ao mesmo tempo, vítimas e hipócritas, explorados e exploradores, e só seremos ouvidos e lidos por estarmos dentro deste sistema, num movimento de contradição permanente, e usufruindo a vida humana da forma que fomos acostumados, e da qual ninguém pode simplesmente nos arrancar agora. Para haver mudança tem que haver cedência, e em larga escala, uma tomada de consciência que substitua os velhos hábitos e que problematize nossa relação com a outridade a partir da solidariedade e de princípios de igualdade.

Como vimos, os biólogos não têm acordo sobre a agressividade do ser humano. Ele é agressivo e também não é. As duas condições são naturais. Portanto, todo o esforço filosófico a partir das observações empíricas e da história da humanidade são, ao mesmo tempo, livres e verdadeiras, e biologicamente inconclusivas. Certo é que se trata de uma espécie cuja

complexidade armazena um arcabouço de potências. Quando se fala do *Homo sapiens* dominador, que conquistou mais que sua subsistência, chegou à riqueza, construiu impérios de todo o tipo, escravizou, explorou e dominou seus semelhantes, e especialmente os animais, quase sempre estamos tratando de humanos cujo poder permitiu tudo isso. Mas não estamos cegos para todos os outros humanos ou grupos humanos que vivem em situação miserável e que não possuem condições mínimas de dignidade por causa de mazelas sociais e ambientais e, portanto, não exploram no nível de seus irmãos de espécie.

Também não ignoramos todos aqueles que de alguma forma despertaram e que fazem de sua própria vida individual uma revolução no sentido de refletirem sobre cada uma de suas escolhas na vida, procurando o menor impacto possível e prezando a justiça para todos. Quem o faz de coração, não está a fazê-lo pela propaganda “terrorista” de “cuidar das gerações futuras”, mas o faz porque é o certo a fazer, e também porque é possível fazer.

O *Homo sapiens* é mesmo uma espécie poderosa. Construiu quase tudo o que ainda usamos, em termos materiais, das tolas parafernálias às mais geniais construções. Tem conseguido suprir os recursos necessários, mesmo que de uma forma socioambiental desequilibrada, graças ao seu domínio, domesticação de espécies, reinvenção de plantio, e purificação da água para a potabilidade. Mas, aqui estou escrevendo estas palavras com meu corpo alimentado por essa mesma comida que difamo, então não serei hipócrita. O mundo e a modernidade caminharam para uma sociedade que não sabe produzir seu alimento, isso é um fato. Eu e alguns outros bilhões de pessoas somos fruto disso, então, sim: somos gratos por termos comida para que possamos comprar (guardados todos os paradoxos irônicos e morais que isso possa instigar).

O *Homo sapiens* criou e recriou Arte e Cultura, ininterruptamente, durante todos esses milênios. Chegou ao espaço e ao fundo do mar, e continua esforçando-se para ir mais longe ao espaço e mais fundo no mar, porque para a espécie, ao que parece, mais ambiciosa do mundo, nada é suficiente. E com seu poder de acordos com grandes grupos, incluindo desconhecidos, como nos explicou Harari, nem mesmo o céu é o limite.

O *Homo sapiens* também criou a abstração, organizou as ideias, percebeu que dentro de seu cérebro residiam muito mais do que plantas de engenhocas para facilitar a vida. Percebeu que ali moravam inquietações turbulentas, questionamentos, anseios, escrúpulos e muita curiosidade para as coisas da vida que não precisariam ser, necessariamente, palpáveis, mas que seriam de grande serventia para a construção da civilização. Criou então a Filosofia, talvez para tentar explicar o inexplicável, o mundo, a vida, a morte e as razões para tudo isso, talvez para oferecer uma alternativa que destituísse, pelo menos um pouco, os dogmas

implícitos na sociedade. Eis que a Filosofia teve, então, uma filha, que talvez estivesse sempre em morada nos primeiros cérebros de nossos irmãos mais brutos, mas que agora tinha um nome. É sobre esta filha da Filosofia, que considero a “invenção” mais importante e mais útil do *Homo sapiens*, que trata o próximo capítulo. A ela deram o nome de Ética.

2.2 Ética – Preceito unifactual no mundo plural

- Bom dia. Por que acabas de apagar teu lampião?
 - É o regulamento – respondeu o acendedor. – Bom dia.
 - Qual é o regulamento?
 - É apagar meu lampião. Boa noite.
 - Mas por que acabas de acendê-lo de novo?
 - É o regulamento.
 - Eu não compreendo.
 - Não é para compreender. Regulamento é regulamento. Bom dia.
 - E apagou o lampião.
- (Saint- Exupéry. Cap. XVI – O acendedor de lampiões)

Pelo que estudamos até agora poderíamos inferir que a ética é capacidade intrínseca do *Homo sapiens*. Sendo capacidade não significa que ela está pronta o tempo todo dentro de nós, mas que podemos alcançá-la a qualquer momento por nós mesmos, sem regulamento pré-aprovado e inflexível, mas com compreensão e reflexão a cada vez. A consideração ética, especialmente na relação com o Outro, é o único caminho para uma civilização moral. Assim, compreender a ética nesta pesquisa significa fornecer a própria base e o lar para todas as propostas finais de minhas considerações. Também significa explicar o caminho que trilhei até chegar a elas, e ilustrar a importância teórica dos diversos autores, bem como a complexidade encontrada em promover o diálogo entre eles. Em um primeiro momento disserto sobre o dualismo sociedade x natureza, tendo em vista a relação do humano com o resto da natureza. Para depois esmiuçar mais sobre a ética interespecífica do humano. No próximo subcapítulo o tema será a ética, a moral, as responsabilidades e as diferenças entre bem/mal para bom/mau.

Alguns dos autores utilizados neste trabalho, que tratam a ética, são: Edgar Morin (2011), em seu *Método 6: ética*; Peter Singer, em seu *Ética Prática* (2011); e Carlos Naconecy, em seu *Ética e Animais: um guia de argumentação filosófica*. As concepções fundamentais dos três autores interligam-se formando uma concepção mais completa e complexa para o entendimento do problema de pesquisa apresentado. Antes disto, porém, utilizo o contexto de Mauro Grün (2007) em relação à ética e à Educação Ambiental, pois sua consideração sobre a

Outridade dialoga coerentemente com a fundamentação dos Direitos Animais relatada neste trabalho e também com o conceito de ética para com a natureza e o lugar deste conceito na própria Educação Ambiental. Outros autores também perpassam essas linhas.

Para iniciarmos, tal como principiamos com o estudo de nossa espécie nesta pesquisa, creio ser pertinente partirmos do conceito de *autoética* do Morin (2011), em seu *Método 6*. Compreendendo que a ética sempre necessita de uma relação com o outro, para ele a autoética comporta quatro fundamentos:

1. A ética de si para si, que comporta: autoanálise; autocrítica; honra; tolerância; prática da recursão ética; luta contra a moralina; resistência à lei de talião e ao sacrifício do outro; tomada de responsabilidade.
 2. Uma ética da compreensão: com a consciência da complexidade e dos desvios humanos; com a abertura à magnimidade e ao perdão;
 3. Uma ética da cordialidade e
 4. Uma ética da amizade.
- (MORIN, 2011, p. 93).

No primeiro dos fundamentos, como vimos, são necessárias a autoanálise e autocrítica, exercícios de si para si. Sendo dessa forma: “*A autoética é, antes de tudo, uma ética de si para si que desemboca naturalmente numa ética para o outro*” (MORIN, 2011, p. 93). Tal como as Três Ecologias, de Félix Guattari, em que a dimensão “mental” deve ser a primeira a ser despertada no ser humano, para prepará-lo para uma mudança significativa de seu “eu”, para que depois possam vir as dimensões sociais e ambientais (MORIN, 2011, p. 16). A *autoética*, além disso, determina a autonomia de decisão.

Tendo em vista que há teorias que sustentam que estamos passando por uma crise ecológica, e entendendo que todos fazemos parte da ecologia, a diversidade de problemas acerca deste assunto, entre eles a desconsideração moral para com os animais, muito nos interessa. Outra conexão entre a crise ecológica e os animais em cativeiro é o paradoxo da natureza escassa, ou seja, queremos a liberdade dos animais, mas onde eles vão viver com esse avanço abrupto da ocupação de seus ecossistemas? Esse dilema será melhor discutido mais adiante neste texto.

É fundamental, assim, colocar o paradoxo sociedade (cultura) x natureza para entendermos a relação que o ser humano teve com o restante da natureza, ou seja, com a outridade de algo que lhe deu a vida. Mauro Grün (2007), em seu livro *Em Busca da Dimensão Ética da Educação Ambiental*, relata algumas posturas filosóficas do século XVII em relação à sociedade-natureza, lembrando Bacon e Descartes. Este se recusava a ater-se a qualquer grau de dúvida e, ao lado do primeiro, prezava o progresso a partir da utilização indiscriminada da natureza. Grün chega a relatar que, por algum tempo, a natureza esteve

relacionada à Fêmea-Bruxaria-Inquisição. Além disto, nesse momento da história, a natureza foi vista como algo que deveria ser explorado, inconsequentemente, para que se lhes descobrissem os segredos, como Grün ilustra, referindo-se ao pensamento de Bacon: “(...) pois a Natureza deve e necessita ser posta a serviço do homem, feita escrava e moldada pelas artes mecânicas” (GRÜN, 2007, p. 28).

Em seu texto, o autor menciona Galileu, que também contribuiu para uma visão de mundo unilateral e fragilmente explicada, por basear-se apenas no que era passível da matemática, ou seja, dentro da lógica da geometria, dos números e da exatidão. As sensações, para ele não existiam; havia uma descorporificação dos sentidos. Para Bacon, Descartes e Galileu, a relação dar-se-ia no sentido “EU-ISSO”. O “isso” é mudo, não permite diálogo. Para que a visão de mundo mude na relação humano-natureza é necessário pensar em um sentido “EU-TU” (GRÜN, 2007, p. 145).

No momento em que devemos nos estabelecer diante de um outro, a quem podemos ferir ou ser ferido, de qualquer forma, a ética é uma ação-reflexão que só se satisfaz no encontro deste Outro. Zygmunt Bauman em, *A Ética é possível num mundo de consumidores?*, enfatiza a importância de percebermos isso, e de percebermos a relevância do duplo no sentido “eu”-“tu”, isto é, levando a crer que há uma grande importância da unicidade do outro. E quando medirmos determinada consideração moral com esse outro, devemos pensar nele, de forma singular. Seria então uma ética entre dois:

O “Outro” e a “Face” são nomes genéricos, mas, em todo encontro moral localizado no coração do mistério da “lei moral dentro de mim”, cada nome representa apenas um ser – apenas um, nunca mais que *um*: um Outro, *uma* Face. Nenhum nome pode ser colocado no plural, no outro extremo da redução fenomenológica. A outriedade do Outro é equivalente a sua unicidade. (BAUMAN, 2011, p. 49).

O autor nos provoca a pensar quando coloca:

As éticas nascidas e cultivadas no interior do partido moral de dois seriam adequadas para se transplantar na comunidade imaginada da sociedade humana? Mais que isso, na imaginada comunidade global da humanidade? Ou, sem meias palavras: a iniciação, a criação e a educação morais que recebemos no partido moral de dois nos preparam para a vida no mundo? (BAUMAN, 2011, p. 51).

Acreditando que uma relação ética deve partir do respeito entre duas entidades, as provocações de Baumann têm uma resposta afirmativa, pois a ideia de unicidade pode ser encontrada também em um grupo, tal que dois seres, pessoas, entidades, instituições podem e devem agir com ética, quando reconhecem no Outro seu valor singular.

Inspirados por essa ideia podemos supor que, quando tratamos o Outro, levando em conta uma relação de respeito mútuo e não de uso, aproximamo-nos desse Outro e podemos perceber a diferença entre *ser como* ou *usar algo*. E isso não pode ocorrer só em relação àquilo que *nos* faltará no futuro como prega e insiste a mídia, mas àquilo que tem um valor por si só, e que merece *ser* apesar do humano. Muito da conscientização ambiental que se tem dado em massa responsabiliza os pequenos hábitos humanos pela crise ecológica e ameaça que faltará recursos para a manutenção da vida e bem-estar humanos em um futuro próximo. Entretanto, essa conscientização, embora não seja negativa, já que pretende também “cuidar do planeta”, está longe de ser a solução tanto para a crise real do ambiente, quanto para a crise mental e social, porque ela parte do mesmo antropocentrismo, do “progresso” da civilização que há muito tem negado os interesses de qualquer outra espécie viva.

Para Grün, precisamos reconhecer o outro, como Outro:

[...] para começarmos qualquer tentativa de compreensão, precisaremos sempre já ter um horizonte. Precisaremos primeiro imaginar a situação do Outro, mas, para que esse processo ocorra, sempre traremos a nós mesmos. Somente por meio desse processo poderemos chegar a uma noção da outridade de alguém ou da Natureza. (GRÜN, 2007, p. 110).

Devemos preservar o planeta para preservarmos a nós mesmos? Por que deveríamos lutar pela preservação daquilo ou de quem não interessa diretamente à vida humana ou, ao contrário, pode atrapalhar o avanço de mais tecnologia, mais estradas, mais *progresso*? Essas questões nem existiriam, se o pensamento humano coletivo fosse baseado no respeito a si mesmo e à outridade. Mas precisam existir hoje, e precisam ser respondidas, tempo em que devemos adentrar para uma civilização moral, em que as relações não teriam como base a utilidade, e sim a fraternidade.

O Tu está numa relação conosco. Essa seria precisamente a estrutura a ser observada numa relação ecologicamente ética entre os seres humanos e a Natureza, uma ética de parceria. Participamos da Natureza e a Natureza participa de nós. (GRÜN, 2007, p. 143).

Quando pensamos “nisso” ou “naquilo”, estamos fora da esfera do objeto observado. Quando pensamos tu, além de entendermos que o Outro é vivo, a relação “conosco” coloca-nos “junto” com o Outro. Desta forma, aproxima-nos e considera-nos “semelhantes”, que, aliás, é uma palavra muito utilizada por Francione (conforme se verá) autor sobre Direitos Animais, para designar a relação entre nós e os não humanos. A partir daí, será mais fácil o estabelecimento do processo de empatia. Essa situação introduz outro ponto fundamental:

“participamos da natureza”. Objetivamente, é isso o que acontece. Se o homem é parte da natureza e produz cultura, a cultura também é parte da natureza. Mas a questão é que o paradoxo existe no sentido de que o humano, “filho” da natureza, afastou-se dela, quando passou a ignorar sua outridade, quando passou a vê-la apenas como recurso, quando desprezou seus limites e forçou a adequação de outros “filhos” dela às necessidades criadas da civilização. Sobre essa relação, não dialógica, o autor afirma:

Não fará sentido buscar uma relação harmoniosa com a Natureza se não tivermos um mínimo de boa vontade no sentido de compreendê-la como verdadeiramente Outra. Se, ao contrário, lutarmos para impor significados, previsão ou comando à Natureza, estaremos entrando numa relação de conquista e não de diálogo. A aceitação da outridade da Natureza tem a ver necessariamente com um desejo sincero de compreendê-la, uma postura que nos leva então a uma hermenêutica do escutar. (GRÜN, 2007, p. 153).

Não podemos, todavia, diferenciar e distanciar este conceito de Outro da natureza, como algo fora de nós. É necessária uma cautela teórica ao lidarmos com a palavra “outro”, não queremos dizer com ela que se trata de um “terceiro” elemento, e sim de parte de nós com quem devemos poder dialogar, compreender, adotar.

Segundo Grün (2007), existe uma motivação, baseada na crise ecológica, para que alguns estudos estejam sendo aprofundados na filosofia da natureza, Educação Ambiental, e ética ambiental, afinal, não existe curiosidade “pura”. Sendo assim devemos ver essa crise ecológica sob a ótica de uma crise humana, que não é nova, proveniente apenas do modo de vida contemporâneo, ou urbano, mas sim de um processo cultural que se mistura ao processo natural do indivíduo humano, ou seja, de uma maneira de ser e pensar que não se limita à vida selvagem somente, e nem ao modo de vida civilizado somente, e sim ao entrelaçamento complexo que esta relação possui. Lembrando que, entre natureza e cultura, estão incluídos: necessidades básicas, instintos, intuições, meio social, educação, história, necessidades criadas, costumes, ética, empatia, índole, individualidade, atributos físicos e intelectuais...

Os sujeitos da pós-modernidade estão habituados a julgar algo ou alguém sob a lógica utilitarista, e não a partir de sua existência, ou seja, pelas suas propriedades individuais. Essa lógica afasta natureza e sociedade, porque há uma dependência unilateral, na qual o humano é sempre superior e dominador da “coisa” ou animal, e também porque afasta o humano dele mesmo como indivíduo, e de seus semelhantes. Eles tornam-se objetos de avaliação para a realização de algo, para a serventia de outrem, ou seja tornam-se meios para atingir um fim terceiro.

Os gregos definiam como *Kalon* (coisas belas) aquelas cujo valor era evidente e cujo propósito era inquestionável. (...) Essas coisas tinham um valor intrínseco. Em contraste os modernos argumentam que a mente humana artística define as coisas como úteis ou belas. Esse modo de compreensão mantém certa analogia com a explicação da Natureza para a ciência moderna. A atitude fundamental da ciência é a dominação do ser. (GRÜN, 2007, p. 130).

Portanto, está claro que a separação entre nós e a Natureza é o que causa e aumenta a crise ecológica, e devemos procurar meios para uma reaproximação, o que seria entendível em uma “religação”, para Edgar Morin. A Educação Ambiental pode ser uma deles, a partir do momento em que desperta o respeito pela outridade da Natureza, e que promove mais solidariedade ao Outro. É para esta postura ético-política que uma Educação Ambiental deve estar voltada para superar os limites cartesianos (GRÜN, 2007, p. 166, 167).

Nos discursos acerca dos Direitos Animais, a *ética* é uma das palavras mais repetidas, juntamente com a palavra *moral*. E não à toa. É partir deste entendimento teórico, de existência abstrata, mas de funcionamento sólido, que podemos debater questões de certo e errado, que temos percebido a partir da nossa empatia e das nossas sensações. Acredito assim que tudo o que se determina como ético deve partir de outros sentidos que não apenas o da racionalidade. Este fator, a racionalidade como norteadora única da moral e da ética, é um método que, se não estiver combinado com outras esferas do conhecimento e do ser humano, já deveria estar já obsoleto.

A noção de ética, defendida neste trabalho, associa-se também com Morin (2011) no sentido de entender o indivíduo capaz de compreender e agir conforme uma dosagem entre egocentrismo e altruísmo. Segundo o filósofo, sem o egocentrismo, o indivíduo perde sua singularidade, sua essência, mas, se essa característica ultrapassar certos limites, ele será um sujeito que coloca todos os seus interesses à frente dos interesses de outro sujeito, impossibilitando o altruísmo e, conseqüentemente, a própria ética. Entende-se aqui que o indivíduo é, e deve ser, naturalmente egocêntrico no sentido de se autoidentificar, de procurar seu próprio bem, de se defender, de se valorizar, de ser capaz e ter direito de emitir sua opinião e compartilhar suas ideias.

Contudo, a parte que cabe ao altruísmo é essencial no comportamento ético social e, para tanto, é necessária também a capacidade de empatia. Quando nos colocamos no lugar do outro, as chances de nos solidarizarmos e compreendermos de forma complexa o sentimento ou a necessidade alheios é muito maior. Através da empatia, somos capazes de expandir os sentidos para além de nós mesmos, por meio da identificação mútua que permite que nos

afastemos da nossa condição corpórea imediata para nos estendermos ao outro, podendo compartilhar de seus sentimentos e pensamentos.

Essas são ideias novas se considerarmos os primórdios da ciência, quando a ética não era mais que um empecilho ao desenvolvimento do conhecimento. Naquele tempo o desejável era a descoberta, em primeiro lugar. Justamente pelas superespecializações, e pelas categorizações fragmentárias do conhecimento, *saber* e *ética* ficaram em áreas separadas, e assim a ciência justificava-se por si só, tal como as tradições, e todas as formas de viver dos humanos. A ética, quando revisitada, era um saber filosófico puro e abstrato, e sua inaplicabilidade ou sua inconstância, dependente das convenções político-sociais, dificultavam todo o senso de responsabilidade daqueles que “produziam” e registravam ciência, saberes e conhecimento, bem como as decisões que tomavam antes, durante e depois de seus estudos.

No século XVIII, a ciência moderna constituiu-se de maneira autônoma. O seu postulado de objetividade estabeleceu por si mesmo a disjunção entre saber e ética. Cabia-lhe proteger o seu imperativo, conhecer por conhecer, independentemente das repercussões morais, políticas, religiosas. Inicialmente marginal nas sociedades ocidentais, a ciência introduziu-se nas universidades, no século XIX, depois no século XX, no coração das empresas industriais e, enfim nos Estados, que financiam as pesquisas científicas e recolhem os bons resultados para os seus fins. O desenvolvimento científico determina agora o desenvolvimento de nossa sociedade, o qual determina o desenvolvimento científico. Aquilo que valia para a ciência nascente, marginal e ameaçada, não vale mais nessa época, séculos XX e XXI, em que a ciência é gigantesca e onipresente. (MORIN, 2011, p. 69).

Desafortunadamente, entretanto, os rumos testemunhados entre produção de ciência e sociedade não mudaram tanto assim. Hoje diz-se funcionarem comissões de ética nas universidades, tratamento ético para os animais subjugados, sacrifícios éticos de animais, informações éticas aos pacientes na saúde, mas nada disso tem ousado “prejudicar” ou atrasar a ciência e o desenvolvimento progressivo do ser humano neste ambiente em que ele se refaz a cada dia, da forma mais conveniente e confortável possível. Neste movimento ininterrupto aceleram-se as modificações ambientais que vão atingir direta ou indiretamente outras vidas, independente e, de preferência, excluindo um verdadeiro juízo ético das ações iniciais e suas consequências.

A relação humano-natureza, a partir do pensamento complexo de Morin, que também é orientação desta pesquisa, é uma relação inevitável e interna, ou seja, o homem está na natureza e a natureza está nele. Toda a tentativa de afastamento ou de domínio desta “mãe” da vida não o levará ao autoconhecimento e à verdade sobre si ou sobre o planeta, e requer o

outro movimento possível: o de religação. Morin escreve sobre esse espaço comum aos seres vivos, e posiciona-se, argumentando que

A Terra não é a soma de um planeta físico, de uma biosfera e de uma humanidade. A Terra é uma totalidade complexa física-biológica-antropológica em que a Vida é uma emergência da sua história e o homem uma emergência da história da vida. A relação do homem com a natureza não pode ser concebida de maneira redutora ou separada. A humanidade é uma entidade planetária e biosférica. (MORIN, 2011, p. 164).

Conforme essa passagem, o que se apresenta é um fator determinante que, inclusive, prevê, simbolicamente, que a Terra é maior, mais antiga, mais complexa, e mais promotora da vida do que a humanidade (o que suporia uma futura ameaça ao *Homo deus*). O problema é que também é próprio do humano e de sua natureza, dentro da Natureza, as limitações da consciência. Quero dizer com isto que não é apenas uma questão de ignorância ou de construção cultural que faz com que o humano se abstenha de pensar eticamente ou amplie seus horizontes intelectuais sensitivos, e sensíveis. É difícil medir, com argumentos sólidos, quais os fatos que, efetivamente, possam dar conta de explicar isso. Pois a relatividade é uma noção inevitável, quando se trata de pensamento e comportamento humanos. Por isso deve haver, verdadeiramente, um esforço em busca da civilização moral, e não meramente a espera por ela.

Morin entende a educação/compreensão como uma ponte para a mudança de comportamento, quando afirma: “*A incompreensão alimenta a barbárie nas relações humanas na civilização. Enquanto permanecermos como somos, continuaremos bárbaros e mergulhados na barbárie*” (MORIN, 2011, p. 123). Da mesma forma se a educação é estritamente humana, a responsabilidade também o é, e não pode ser cientificamente concebida (MORIN, 2011, p. 72). Assim, os animais em questão nesta pesquisa, ressignificados pelo humano em seu confinamento, não são mais responsáveis por si, principalmente por estarem fora do seu meio, e privados de exercer suas próprias capacidades. Eles não disputam com o humano, nem mesmo por sua própria vida, eles dependem deste humano para viver, mas diferentemente dos animais domésticos, isso se dá, involuntariamente, ou melhor, forçosamente e impreterivelmente.

A ética complexa, para Morin, em primeiro lugar, exige que se assuma eticamente a condição humana e, para isso, é preciso reconhecer que “[...] *não existe piloto automático em ética, a qual sempre enfrentará escolha e aposta e sempre necessitará de uma estratégia*” (MORIN, 2011, p. 159). Ela é frágil, modesta, e é um dever que, portanto, não pode ser

deduzido de um saber, ela se autoproduz na consciência pessoal, é virtude individual e social, e é o verdadeiro “confronto com a dificuldade de pensar e de viver” e, o mais importante: “*Não é triunfante, mas resistente. Resiste ao ódio, à incompreensão, à mentira, à barbárie, à crueldade*” (MORIN, 2011, p. 197). Para Morin, a ética está na tríade: indivíduo, sociedade, espécie. Entretanto, a esperança é potencial quando se pensa numa mudança de postura ética na sociedade, ainda que lenta, pois, como afirma: “*Toda metamorfose parece impossível antes de acontecer*” (MORIN, 2011, p. 84), semelhante ao que aconteceu em todos os movimentos de emancipação.

A reforma para a ética, então, não funcionará isolada. É necessária uma polirreforma da humanidade:

A regeneração geral expulsaria a barbárie das relações humanas de desprezo, ódio e indiferença, com seu rastro de amargor, fofocas, calúnias, maledicências e tudo o que rói e devasta a vida cotidiana. A regeneração geral poderia contribuir para fazer de nós seres civis, cívicos, civilizados. Suscitaria uma nova mentalidade, uma grande corrente de compreensão e de compaixão no mundo, um novo impulso, não para o progresso prometido, mas rumo a um progresso possível. Visaria fundamentalmente a tirar-nos da pré-história do espírito humano e da idade de ferro planetária. (MORIN, 2011, p. 178).

Está claro que a citação acima não dá conta de todos os males do mundo, concentrados quase sempre em forças maiores, a exemplo da economia global, do consumo, da ignorância, da alienação que vitima grandes coletivos, independente de suas ações individuais, perpassadas pelo que seria também chamado de ecosofia mental, como já colocado, segundo Guattari (1990, p. 16).

Com o ideário ético de Morin, percebemos que o problema da perpetuação e manutenção dos animais confinados tanto para entretenimento como para pesquisa e Educação Ambiental vincula-se a uma dificuldade de mudança, bem como de uma reciclagem ineficaz e antiética dos antigos costumes. Isso quer dizer que as mudanças filosóficas continuam a acontecer na esfera das ideias, mas que a adaptação delas no mundo real pode ser tão abstrata quanto imperceptível. Quer dizer, há um senso comum caminhando para um novo pensamento, o de que os animais confinados não representam um cenário desejável e moralmente aceitável da nossa sociedade humana.

Porém, ao invés de acontecer, ainda que aos poucos, a extinção desse tipo de atividade, vemos a mudança na intenção da ideia da atividade, de serem objetos de entretenimento para serem objetos pesquisa ou Educação Ambiental, como se para esses outros fins a clausura tivesse uma modificação mais digna, o que para os animais em cativeiro, verdadeiros alvos da

questão, não muda nada. Assim não consideramos ético que a aparente intencionalidade humana mude e a realidade factual não. Pior ainda, assim sobressai a hipocrisia e uma cegueira ética que legitima a continuidade daquilo que criticamos. Como certificaremos em Francione, mais adiante, enquanto os animais forem “coisas” eles permanecerão sem direito algum.

Para continuar o estudo ético da questão, acredito que Singer, cujo trabalho aborda a questão dos animais e nossa relação com eles, possa também me ajudar nesta trajetória. Para Singer, a ética é uma concepção que não pode ser condicionada culturalmente, ou seja, não é relativa a cada sociedade. O exemplo da escravidão é dado por Singer para nos fazer pensar sobre o certo e o errado para além das convenções e decisões sociais, para pensarmos na moral e na ética como fatores independentes das condições externas ao problema ou paradigma. Esse pensamento dialoga com o *bem comum* de Morin e com Naconezy, como se verá adiante, quando sustenta que a ética é aquilo que dá sentido à moral. Sobre os interesses pessoais acima dos outros, e de acordo com Morin, e sua concepção de egocentrismo e altruísmo, Singer afirma:

Ao admitir que os juízos éticos devem ser formados a partir de um ponto de vista universal, estou aceitando que os meus próprios interesses, simplesmente por serem meus interesses, não podem contar mais que os interesses de uma outra pessoa. Assim, a minha preocupação natural de que meus interesses sejam levados em conta deve – quando penso eticamente – ser estendida aos interesses dos outros. (SINGER, 2011, p. 20).

Singer inicia seu discurso com algumas provocações dessa ordem para, mais adiante, aprofundar-se no tópico com o intuito de mostrar-nos as proximidades e as responsabilidades entre humanos e seu meio, incluindo os animais. Em relação às gerações futuras e a ética, o autor revela que existe um movimento de apreço pela natureza hoje em dia, ainda que o âmago desse apreço não dialogue com a realidade da vida das pessoas que contribuem para o progresso tecnológico e industrial. Esse apreço provém, principalmente, de países que não convivem mais com problemas como pobreza e fome, e têm poucas terras virgens em seu território (SINGER, 2011, p. 286).

Ainda assim, testemunhamos que, cada vez mais, a apreciação daquilo que é mais natural no planeta torna-se a apreciação de algo raro e distante da vida cotidiana da maioria das pessoas. É uma total inversão de mundos, valores e costumes que vão contra a própria origem da vida. Muitos são os argumentos usados por grandes empresas para devastar, ocupar e transformar lugares ainda intocados, e a maior parte destas justificações são unilaterais,

pendendo sempre ao capital, a uma espécie de desenvolvimento que desconsidera todos os fatores ligados à vida, em prol do enriquecimento econômico de poucos. Em contrapartida:

Os argumentos em favor da preservação que se baseiam na beleza das extensões naturais costumam ser tratados como se quase não tivessem valor, por serem ‘simplesmente estéticos’. Isto é um erro. Não poupamos esforços para preservar os tesouros artísticos das primitivas civilizações humanas. (SINGER, 2011, p. 287).

Singer vai mais longe em seu discurso sobre ética, refletindo inclusive sobre nossos direitos sobre os seres não sencientes, o que, na lógica do antropocentrismo puro, que mal leva em consideração o interesse de outros mamíferos, por exemplo, soaria bastante absurdo. Mas isso nos faz pensar nas consequências das ações humanas sobre a Natureza. No caso, ele cita, para ilustrar, quedas d’água, em meio às matas nativas, especuladas por empresas para servirem de hidrelétricas, ou seja, deixam seu caráter natural puro para proverem energia, uma necessidade humana atual. Para compreender melhor a ética nesse sentido, ele discute acerca do que acredito ser um conceito-chave em ética, a saber, “o valor intrínseco”:

Uma coisa tem valor intrínseco se for boa ou desejável *em si*; O contraste se dá com o “valor instrumental”, que é um valor em forma de meio para a obtenção de algum outro fim ou objetivo. A nossa própria felicidade, por exemplo, é de valor intrínseco, pelo menos para a maior parte de nós – no sentido de que a desejamos em si e por si. Por outro lado, o dinheiro só tem, para nós, um valor instrumental. (SINGER, 2011, p. 290).

O autor menciona também “*a proliferação de seres humanos, aliada aos subprodutos do crescimento econômico*” (SINGER, 2011, p. 300), que ele considera uma grande ameaça à nossa própria sobrevivência nos dias de hoje. Não é difícil percebermos que todas as superpopulações são prejudiciais ao ambiente em que vivem. Com a espécie humana não é diferente. A quantidade de pessoas e de produção de novas necessidades leva o planeta a um nível de exploração de recursos irrecuperável. Não é possível em grande escala, no sentido do macrocosmo das cidades, o sustento nutritivo a partir da alimentação orgânica, por exemplo. E mesmo que fosse possível, a indústria alimentícia, farmacêutica e de eletrônicos, apoiados não *pela*, mas *às custas* da cultura de massas, sempre crescente e autorregeneradora em seu *imprinting*, não estimulam esse estilo de vida, muito pelo contrário. Criam a necessidade, a doença, o problema, para que o mesmo consumismo possa resolvê-lo.

Seria repetitivo dissertar aqui que não são do interesse das grandes instâncias capitalistas os meios produtivos e tecnológicos mais ecológicos, inofensivos ou limpos. Muito menos é de seu interesse o esclarecimento da maioria das pessoas em relação ao seu próprio

modo de vida e outros modos possíveis. O que permite a insustentabilidade do modo de vida que a maioria das pessoas leva é a alienação. E quanto mais pessoas nascerem e fortalecerem essa cultura de consumo e alienação, pior para elas e para o planeta, porque o fator intensifica a pobreza e diminui as possibilidades de qualidade de vida. Melhor para os poucos humanos das grandes corporações, sempre poucos em relação à alienação e pobreza mundial.

Assim a alta taxa de natalidade humana é, sim, um problema para a humanidade e para os outros seres vivos com quem dividimos a Terra. Pode ser vista também como um fator determinante para a dificuldade da difusão de valores éticos no mundo, pois qualquer novo ideal que modifique o que está em conformidade e conformismo será diluído nas enormes massas e enfraquecido, tais como o valor intrínseco da vida dos animais e, aliás, da vida de modo geral.

Desmond Morris, em seu *O Contrato Animal*, expõe sua visão muito pontual, e coerentemente fatalista, sobre o crescimento da população humana, da qual não podemos discordar. Ele afirma que há sim melhores maneiras de dividirmos a terra com os demais animais, e que devemos sim substituir todos os produtos animais sempre que possível, mas que isso não será suficiente:

A explosão populacional humana colocará tudo a perder. Os políticos não apresentam nenhum tipo de ajuda. De maneira tácita ou explícita, todos seguem o que tem sido chamado de Credo ou Célula Cancerosa: a filosofia econômica da necessidade de crescimento perpétuo. Todo político fala sobre a necessidade de 'mais hospitais, mais escolas, mais indústrias, mais casas', como se 'mais' fosse inevitável e inquestionavelmente um benefício para a sociedade. Por algum motivo profundamente enraizado na mentalidade controladora de poder de líderes culturais, parece impossível ver a vantagem de pedir por menos pessoas em hospitais melhores, escolas melhores e casas melhores. A espécie humana não é uma espécie caracterizada por grandes quantidades do ponto de vista biológico: é uma espécie que necessita de qualidade. (MORRIS, 1990, p. 82, 83).

A problemática do desenfreado e brusco crescimento populacional humano perpassará, inevitavelmente, a problemática de pesquisa, pois acreditamos que o meio ambiente não tem tempo hábil para adaptar-se às profundas transformações humanas, gerando o que temos chamado de Insustentabilidade. Este tema, tocante à ética, é diretamente relacionado com o problema de pesquisa já que a questão dos animais confinados tem gerado novas justificativas, abafando as polêmicas, quando os defensores dos zoológicos nos convencem de que não há mais habitat para os animais e, portanto, o melhor para eles é estarem sob custódia humana em um espaço limitado e "seguro". Isso é dito, sem qualquer constrangimento em relação ao problema de raiz que lhe dá origem: a devastação e urbanização dos espaços selvagens, que varrem civilizações humanas e animais de suas terras. Não há nenhum acordo

ético nesse processo, não há sequer uma reflexão ética, apenas a iniciativa de tapar o Sol com uma peneira que deve nos parecer, nada mais do que uma solução de “ornamento”.

O fenômeno de justificar as atitudes do homem devido ao fato de ele ser a espécie dotada de maior inteligência permite que se expliquem cientificamente processos predatórios que, hoje, podem ser vistos como barbáries, principalmente do ponto de vista moral. O ideal não trata de negar o passado, mas de reconhecer as novas possibilidades, em busca de uma sociedade que, justamente por causa de sua capacidade racional, pode, quando quiser, transcender as velhas concepções que colocam o humano em situação de privilégio, em detrimento de qualquer outra espécie, ainda que essa não lhe ofereça nem risco, nem ameaça.

Portanto, a questão egocêntrica do antropocentrismo e do individualismo coloca-se como uma barreira intransponível a essa abertura de horizontes, o que apenas justificaria o que deveria ser uma nova humanidade. O conceito de antropocentrismo, para Naconecy, significa o movimento da construção de regras humanas válidas somente para humanos. Ele afirma:

[...] Um antropocentrista típico atribui às pessoas uma dignidade única e insuperável, enquanto que considera todos os animais nada (ou pouco) mais que coisas. Uma vez que é óbvio para ele que a noção de igualdade moral deve se estender até (e parar exatamente na) fronteira que circunscreve a espécie *Homo Sapiens*, podemos sem qualquer escrúpulo, explorar os animais. Quanto ao tema deste livro, o antropocentrista espera decidir a discussão antes mesmo de começá-la. O argumento antropocêntrico, grosso modo, tem a seguinte estrutura: (i) Animais não têm *status moral*, pois eles não têm consciência, racionalidade, linguagem etc. (ii) Logo, em termos morais, não importa como os tratamos. Nenhum tratamento é imoral – exceto pelos eventuais efeitos nocivos indiretos sobre os humanos. (NACONECY, 2006, p. 66).

Esses argumentos antropocêntricos, mencionados por Naconecy, que são sustentados pelos que tenho chamado de resistentes, ou relutantes (Reagan, 2006), pessoas que resistem à ideia de considerar os direitos animais, são, de fato, limitados e incoerentes, apesar de racionais (se bem que fora de seu tempo). Essa mesma racionalidade que a pesquisa também questiona porque, para a busca ética, assumir que a natureza humana também se define pelas atitudes passionais e sentimentais e que essas também têm valor comunicante nas relações entre o humano e o mundo seria muito positivo. Somente a partir dessa assunção é possível estabelecer um projeto de emancipação do homem, no sentido de estabelecer um terreno em que ele pense o mundo, abdicando de sua posição central nele.

Para Reigota (2009), a ética refere-se à necessidade de respeito a todas as formas de vida. É uma definição direta e precisa, defendendo que a ética, em concordância com

Naonecy (2006), não se dirige dos humanos para os humanos, mas sim às espécies vivas, pelo seu simples direito de viver.

Retorno ao ser humano puro, sustentando que a base para o respeito às outras espécies vivas, ou seja, o que edifica a possibilidade de respeitarmos os outros entes vivos, deve ou pode iniciar pela relação que temos com nossos pares, os seres humanos. Isso também é o que nos parece coerente se analisarmos uma ordem cronológica na tríade de Morin: *indivíduo, sociedade e espécie*. Este é, ao menos, um meio.

Uma das grandes prescrições éticas, pregadas pelo cristianismo é o preceito “ama o próximo como a ti mesmo”. Baumann critica essa norma por considerá-la de difícil cumprimento. De fato, pensando literalmente, essa tarefa não nos é natural. Claro que reserva a melhor das intenções, e pressupõe a igualdade de tratamento e de respeito entre todos, mas é difícil demais de ser obedecida. Devo amar um estranho como ao meu irmão? Devo amar e cuidar de um desconhecido tal como cuido de mim? A vida dele vale para mim a mesma coisa que a minha própria vida vale para mim? A ética não pode ser tão difícil assim. Na verdade *amar* os nossos próximos como a nós mesmos, nem sequer é uma necessidade ética. Amar, aliás, e respeitar são duas coisas muito diferentes. Respeito é o que devemos a todos. Se houver uma atualização nas palavras de preceitos cristãos, ela deve ser publicizada, tornando a vida daqueles que querem ser éticos por serem cristãos, um pouco mais fácil e pertinente. “*A prescrição de amar o próximo talvez seja menos passível de se obedecer que qualquer outra norma*”. Mesmo assim “*Aceitar o preceito de amar o próximo é o ato fundador da humanidade*” (BAUMAN, 2011, p. 38).

De fato basta perguntar “Por que eu deveria fazer isso?” ou “Que bem isso me fará?” para perceber o absurdo de uma exigência de amar o próximo “como a ti mesmo” – qualquer próximo, simplesmente porque ele ou ela estão à vista e ao alcance. Se eu amar alguém, ele ou ela devem merecê-lo de algum modo. E ele o merecerá se for como eu de tantas importantes maneiras que eu possa amar *a mim mesmo* nele; ela o merecerá ainda mais se for tão mais perfeita que eu que eu possa amar nela o *ideal* de mim mesmo. Mas se ele é um estranho para mim e não pode me atrair por nada que valha a pena nele próprio, ou por qualquer importância que já possa ter adquirido para minha vida emocional, será difícil amá-lo. (BAUMAN, 2011, p. 37, 38).

Como vimos, a citação de Bauman guarda um certo egocentrismo inerente ao *Homo sapiens*, mas não inapropriadamente. As perguntas “Por que eu deveria fazer isso?” e “Que bem isso me fará?” já nos introduzem em uma noção de obrigatoriedade na reciprocidade, o que não tem a ver nem com amor, nem com respeito, embora perpassa sua problemática. Com isto não queremos compreender que devemos amar menos alguém ou todos. Mas dizer que o

amor é uma experiência emocional, que passa longe da Razão. A ética pode se fazer na junção entre razão e emoção, mas não só na emoção, a não ser por ocasião especial, de forma automática, o que será um ganho suplente inesperado, espontâneo, e não uma exigência moral. Quero afirmar também que não amar não é motivo para não tratar eticamente.

Reconsiderando essas relações éticas entre *Homo sapiens*, e lembrando que respeito e amor constituem sensações, sentidos e atitudes diferentes, trago Bauman e Donskis que, em *Cegueira Moral*, colocam que as relações humanas estão virando relações de *Don Juan*, no sentido de que não prezam a continuidade ou o sentimento, mas o prazer imediato e a descartabilidade daquilo que não nos serve, o que já introduz parte de um tema que será trabalhado no próximo capítulo, a coisificação da vida. Neste caso, da vida humana, quando registram os autores:

Don Juan, ou Don Giovanni, é o herói da modernidade porque para ele o significado de alegria e de existir é a velocidade, a mudança, a variabilidade e a oportunidade de estar sempre começando de novo, como se fosse possível nas relações humanas ganhar alguma coisa significativa sem uma contínua convivência, participação de sentimento, comunicação e doação pessoal. Don Juan é o campeão da experiência, do prazer e da sedução rápidos, intensos e profundos (ou seja, da manipulação e exploração da confiança de outra pessoa). (BAUMANN e DONSKIS, 2014, p. 251).

Acerca de uma utilização do Outro relatam ainda:

Nosso mundo atual está se transformando em pequenos Don Juans. (...) Também está produzindo o sucesso e construindo a lenda de uma pessoa à custa de outras, usando-as como situações, fragmentos e componentes individuais de seu próprio projeto. (BAUMAN e DONSKIS, 2014, p. 259).

Adiante, aprofundaremos mais o tema da ética, na busca pela diferenciação saudável e esclarecida entre ética e moral, o que nos ajudará a tecer conclusões acerca do que foi dito aqui até agora sobre a nossa humanidade ética, e as possibilidades de vermos a nossa sociedade ser ética com a nossa natureza, a ponto de lutarem por uma unificação na posição teórica, não mais utópica, mas, ao menos, visionária.

2.2.1 Ética e Moral – distinções pertinentes à autonomia

A primeira coisa de que me ocuparei neste subcapítulo é traçar a diferenciação entre moral e ética. Para tanto apoio-me em diversos autores e buscarei tecer um resultado no diálogo estabelecido. Deduzo, de princípio, que a moral é aquilo que se constrói, socialmente

ou individualmente, a partir de uma instrução ética comum, mas aberta aos diferentes devires, enquanto a ética, origem e destino da moral, encontra-se acima dela.

Morin, que não prevê a separação destes dois termos na prática individual, acredita que as sociedades não conseguem impor suas normas éticas a todos os indivíduos, e que a consciência moral individual emerge historicamente do desenvolvimento complexificador da relação trinitária indivíduo/sociedade/espécie (2011, p. 22, 23). Afirma que: “*Os progressos da consciência moral individual e do universalismo ético estão interligados*” (MORIN, 2011, p. 24).

Para Morin, a autoética que propõe não deve partir de uma norma formal e antropologicamente escrita, mas deve ser intrínseca, numa categoria que não depende de fundamentos exteriores ou superiores reconhecidos. A exigência moral deve comportar uma fé nela mesma (MORIN, 2011, p. 92). Tendo a ética somente a si mesma como fundamento, fica claro que não é necessário e nem coerente a medição dos valores ou a variação cultural que pode refletir nela. A ética não tem que almejar outro propósito além do seu próprio, ela é o bem por si mesmo, “... *a moral é lúcida, às vezes, extralúcida, resistindo à barbárie do espírito*” (MORIN, 2011, p. 66). E esta lucidez, aqui colocada não é sinônimo de racionalismo e, sim, de clareza.

Como recém-dito, o autor acredita também na barbárie do espírito, o que significa que os pensamentos, sentimentos e atos antiéticos e maldosos devem ser considerados de forma complexa, levando em conta sentimentos humanos que não se constroem apenas beneficentemente, como já constatamos anteriormente com Harari. Deve-se considerar uma série de fatores intrínsecos à espécie humana e explicados pela aceitação de que existe a barbárie interior, sem, contudo, desconsiderar que também estão intrínsecas a benevolência, a solidariedade, a capacidade para o bem. Neste sentido, repetimos que, conforme o filósofo francês defende, a ética não deve ser guiada por um comportamento ideal dado por autoridades judiciais. Ela deve ser como um instinto, considerada parte fundamental dos valores humanos, dados por si mesmos, pela espécie humana, e pelo bem comum.

A ética, para Morin (2011), é um exercício de religação na lógica complexa de que tudo no mundo é um processo cíclico de união e fragmentação; então, “*todo ato ético, vale repetir, é, na realidade, um ato de religação, com o outro, com os seus, com a comunidade, com a humanidade (...)*” (MORIN, 2011, p. 36). Neste processo, o que está unido se separa, e se reorganiza. Se tudo está separado, o único movimento possível é o de reunir-se. Reflete ainda que

Visto que o mais complexo comporta a maior diversidade, a maior autonomia, o maior grau de liberdade e o maior risco de dispersão, a solidariedade, a amizade e o amor são o cimento vital da complexidade humana. (MORIN, 2011, p. 36, 37).

O autor também sustenta que a ética não está no cumprimento simples de um dever, mas no paradoxo de uma situação, que pode estar carregada de contradição, uma situação de difícil resolução, de escolha, de antagonismo. A ética não é só mais um dos elementos básicos de simplicidade e honestidade, os quais, de forma geral, direcionam corretamente uma ação simples ou cotidiana. A ética exige um posicionamento preparado, refletido e complexo. É de suma importância também o movimento individual da autoética, sem o qual o sujeito esquece a causa de seus fracassos, correndo o risco de repeti-los (MORIN, 2011, p. 140).

O *Imprinting* cultural, colocado por Morin é um grave problema na ética. Ele faz com que as pessoas apenas sigam o fluxo, que mantenham o *status quo* que já conhecem. O *imprinting*, neste sentido, é um inimigo da ética, porque ela deve ser a combinação de olhos atentos, luz acesa, e um equilíbrio entre razão e emoção, ou melhor, empatia. Mal podemos imaginar um veneno pior à prática ética do que manter as coisas do jeito que são sob justificativa de que elas já são do jeito que são. Consequentemente não podemos tornar moral o que não é ético.

Em relação à regeneração moral (MORIN, 2011, p. 174), ele explica que não devemos adaptar a ética ao nosso tempo, mas adaptar nosso tempo à ética, confirmando o que estamos vendo como definição de ética neste trabalho: o bom por si mesmo, sem a influência e a relatividade dos fatores externos, ou seja, não devemos construir novos valores éticos na pós modernidade, mas repensar a pós modernidade a partir dos valores éticos da vida, o que está em perfeita sintonia também com o conceito de Naconecy. Além disto, Morin enfatiza que “*O problema ético contemporâneo, atualmente, vem do fato que tudo, na civilização ocidental, tende a favorecer nosso ‘programa’ egocêntrico, enquanto nosso ‘programa’ altruísta ou comunitário permanece subdesenvolvido*” (MORIN, 2011, p. 174).

Em “Ciência com Consciência”, Morin deixa claro, e faço minhas suas palavras, que a moral é construída e reconstruída, mas a ética em si não pode ser renovada. E essa “moral provisória” é tudo o que temos ou, em outras palavras, é melhor do que nada. Ele nos fala:

Finalmente e por outro lado, acho que, atualmente, estamos condenados a procurar uma moral provisória. Não acredito absolutamente numa nova ética. Esses são problemas permanentes da ética que se chocam com situações inesperadas, que suscitam conflitos éticos. Estamos condenados na bioética a compromissos arbitrários e provisórios. (...) Acho que só podemos respeitar verdadeiramente a vida humana se respeitarmos, ao máximo, a vida em geral, mesmo sabendo tudo o que

comporta de crueldade e de barbárie uma vida humana em relação ao mundo vivo. (MORIN, 2005, p. 132, 133).

Segundo Morin, estamos na “*pré-história do espírito humano*” (MORIN, 2011, p. 175) e os colaboradores, para avançarmos neste ponto, poderiam ser uma democracia cognitiva e uma regeneração cultural. A reforma da ética deve vir, primeiro, para que possa haver uma reforma social, cultural, política, econômica e científica, pois todos esses campos estão interligados. Não podemos apenas desejar que os cientistas façam um trabalho mais ético, mais correto, ou que apresentem uma novidade benéfica a respeito de algo, se eles são ensinados, estimulados e pagos em um meio que revigora sempre os métodos práticos antiéticos, fomentando um capitalismo perverso.

Tendo em vista o contexto histórico cristão e aristotélico, que regeu o certo e o errado na tradição ocidental por dezoito séculos (SINGER, 2011, p. 282), o autor afirma que os princípios éticos que precisamos são opostos àqueles que temos, levando em conta que esses são os mesmos que criticamos, definidos moralmente pelo cristianismo e por Aristóteles, onde a Natureza deveria apenas servir o humano, e não os princípios que Morin e Naconecy estabelecem, nos quais a ética pura deve ser intrínseca, e em que o bom deve valer por si mesmo. Singer afirma que

[...] os princípios éticos mudam lentamente, e o tempo que temos para desenvolver uma nova ética ambiental é curto. Tal ética consideraria cada ação prejudicial ao meio ambiente eticamente duvidosa, e francamente errada toda e qualquer ação que fosse desnecessariamente prejudicial. (SINGER, 2011, p. 301).

A princípio, como vimos em Morin, não seria a ética que deveria mudar, já que ela é ideal em si mesma, e sim o mundo se adaptar cada vez mais aos seus valores de respeito e consideração, de boas ações e de privação do mal a si mesmo e ao Outro. Porém, Singer explica que os padrões de certo e errado na sociedade se mantêm aristotélicos, apesar de o mundo estar em movimento, constantemente acelerado, em várias áreas do conhecimento. É a filosofia ou suas projeções que estão mudando muito lentamente e chegando à cultura ainda mais lentamente. Trabalhos científicos ou políticos focados na ética para os animais, por exemplo, ainda são poucos e sua divulgação permanece escassa, quando não ridicularizada.

Essa ética ambiental, defendida por Singer, nega a sociedade materialista, na qual os bens de consumo são parâmetros determinantes para o sucesso. Singer nos questiona: Por que agir moralmente? Ele responde ao seu próprio questionamento, elevando a discussão a um âmbito “universal”, ou seja, sem argumentos pontuais, egoístas ou altruístas e, sim, transcendentais, chegando ao que chamou de “vida com sentido”:

Se estamos atrás de um objetivo mais amplo do que nossos interesses pessoais, alguma coisa que nos permita ver as nossas vidas como existências dotadas de uma importância que extrapola os estreitos limites dos nossos estados conscientes, uma solução óbvia, é adotar o ponto de vista ético. (SINGER, 2011, p. 351).

O autor está defendendo um estilo de vida que não seja focado estreitamente do sujeito para si mesmo. Ele dá sentido a uma vida para além de si mesma, a algo que possibilite remeter o indivíduo a uma instância maior de cumplicidade com a natureza, com o mundo externo ao seu corpo e mente, sem, contudo, negar sua condição humana ou anular sua individualidade. Trata-se de transcender a própria existência, de encontrar sentidos mais amplos para a vida, tanto em caráter íntimo como social. Essa pode ser uma das razões para agir moralmente, e para importar a moral do nosso senso ético.

Naconecy, por sua vez, sustenta que a ética não é o valor moral em si, mas aquilo que dá sentido a ele; não é a lei em si, mas aquilo que ela deveria seguir. Assim, não há um referencial instituído sobre o que é ético ou não é, nem um conceito legitimado que delimite a extensão daquilo que deveria ser tratado com ética. Então, por exemplo, tratar os animais com a mesma ética com a qual tratamos nosso semelhante não é senão um ato coerente e natural, visto que também eles têm direito à vida e ao bem-estar. Segundo o autor:

[...] A Ética não trata da “ação boa para um fim desejado”, o “bom para algo”, (mas da ação “boa por si mesma”, o “bom por si mesmo”). (...) A Ética não é uma simples reformulação de convicções morais numa linguagem sofisticada (mas uma justificação delas). A Ética não apenas repete os mesmos juízos morais (mas deve ser capaz de produzir novos). A Ética não deve ser inaplicável no mundo concreto. A Ética não deve apresentar recomendações tão rigorosas a ponto de poderem ser satisfeitas apenas por pessoas excepcionais. (NACONECY, 2006, p. 33).

O autor também salienta que “*o livre arbítrio e a responsabilidade moral humana não resultam anulados por um determinismo biológico*” (NACONECY, 2006, p. 33), o que significa que a interpretação de que os impulsos humanos são naturais e inevitáveis não isentam o homem de culpa ou mérito, afinal todos os determinismos sempre ameaçam a moral. E é também por isso que, antes dela devemos vislumbrar a ética. Assim, mesmo considerando a barbárie do espírito, ou a biologia dominante do *Homo sapiens*, não podemos deixar que isso determine e perpetue o movimento antiético, ou seja, as ações indesejáveis, por causarem sofrimento desnecessário em outrem. Naconecy acredita que a ética é o que dá sentido à moral, vindo antes dela. Para ele, a moral é construída pelos humanos a partir de concepções éticas, ou seja, de determinações do que é bom e correto por si mesmo. Mesmo assim, Naconecy e Morin não discordam no âmago do que vem a ser a

importância da ética: a ação boa por si mesma, a brecha necessária do egocentrismo, e que não pode ser relativa a fenômenos externos.

Em relação aos animais, o que se propõe não é que vejamos o *status* do animal, ou seu grau de humilhação moral. A necessidade do animal não parte de – e nega, inclusive – concepções morais tais como as percebemos, assim como a vaidade, a imagem, o prestígio ou o *status*. O que o animal sente, não há dúvida, é fome, frio, calor, dor, necessidade de liberdade e percepção afetiva. As necessidades primeiras dos animais, assim como as nossas, são as fisiológicas; outros fatores são secundários, e difíceis de tratar quando não os avistamos nem mesmo usufruindo de seus direitos mais básicos. Não parece senão uma lacuna na construção cultural humana pressupor que só porque os seres humanos construíram o conceito de valor moral, esse não se aplicaria às outras espécies vivas.

Trago Habermas, em seu “O Futuro da Natureza Humana: a caminho de uma eugenia liberal?” para este debate conceitual, por ser um autor que também trata de ética e moral de maneira explicativa e contemplando as ações humanas implicadas em processos morais. Nessa obra, Habermas reflete sobre a tecnização da natureza, e do próprio ser humano a partir dos métodos científicos de melhoramento genético, contrapondo esse tipo de avanço frenético com a ética para com o “si” e o mundo. Sobre questões “éticas” e questões “morais” coloca o autor:

Chamo de “morais” as questões relativas à convivência baseada em normas justas. Para pessoas ativas, que podem entrar em conflito umas com as outras, essas questões são suscitadas considerando-se a necessidade normativa de se regulamentar as interações sociais. Existe a expectativa sensata de que tais conflitos, a princípio, possam ser racionalmente decididos em prol do igual interesse de cada um. Em contrapartida essa expectativa de aceitabilidade racional deixa de existir quando a descrição da situação de conflito e a fundamentação das normas correspondentes dependem do modo de vida que escolhemos e da autocompreensão existencial, ou seja, quando dependem de um sistema de interpretação com identidade própria, relativo ao indivíduo ou a um determinado grupo de cidadãos. Tais conflitos secundários tocam em questões “éticas”. (HABERMAS, 2004).

Ratificando uma dimensão ética anterior à dimensão moral e, portanto, de acordo com outros pensadores empregados neste trabalho:

As formas de vida cultural pertencem a sistemas de interpretação que se referem à posição do homem no cosmo e oferecem um “denso” contexto antropológico de inserção para o respectivo código moral em vigor. Nas sociedades pluralistas essas interpretações de si mesmo e do mundo, enquadradas no campo da metafísica ou da religião estão, por boas razões, subordinadas aos fundamentos morais do Estado constitucional, ideologicamente neutro, e obrigadas a uma coexistência pacífica. Sob as condições do pensamento pós metafísico, a autocompreensão ética da espécie, inscrita em determinadas tradições e formas de vida, não permite mais que dela se

deduzam argumentos que suplantem as pretensões de uma presumida moral válida para todos. No entanto essa “primazia do justo em relação ao bom” não pode perder de vista o fato de que a moral abstrata da razão, pertencente aos sujeitos de direitos humanos, apóia-se, por sua vez, numa anterior *autocompreensão ética da espécie*, compartilhada por todas as pessoas morais. (grifo do autor) (HABERMAS, 2004, p. 57).

O código moral em vigor, como descrito por Habermas, depende, portanto, da posição e de contextos humanos determinados pelas diferentes culturas, e pelos Estados. O desafio ético tem sido abarcar a diversidade de culturas quando, na verdade, a moral deveria orientar as culturas a abarcar a ética. Porque a relatividade da ética é sempre perigosa, na medida em que ações “culturalmente isoladas”, e eticamente resilientes, desafiam o bem moralmente bom. Como já vimos, muitas das determinações sociais são ambivalentes. O bem pelo bem, entendido como algo que busca o não-sofrimento no sentido de justiça é uma determinante, porém que mais protege do que ameaça, ou seja, é “um bem moralmente bom”. Por isso é que a grande determinante da moral deve ser a ética que é, ela mesma, possivelmente aplicável em todas as situações independentemente de culturas, Estados, ou quaisquer contextos humanos.

Assim como as grandes religiões universais, as doutrinas metafísicas e as tradições humanistas também fornecem contextos em que a “estrutura total da nossa experiência moral” está inserida. Elas articulam, de um ou outro modo, uma autocompreensão antropológica, que se adapta a uma moral autônoma. As interpretações religiosas de si e do mundo, surgidas na época axial das grandes civilizações, convergem, de certo modo, numa autocompreensão ética mínima da espécie, que sustenta essa moral. Enquanto estão em harmonia umas com as outras, a primazia do justo sobre o bom não é problemática. (HABERMAS, 2004, p. 57).

Sendo as reflexões acerca da moral e da ética uniformizadoras para o entendimento de sua relação, trago também a questão da responsabilidade, que tem, sobre o *Homo sapiens*, um poder tanto devastador como emancipatório, tanto prestigioso como preocupante. E sendo a responsabilidade fundamento da razão para o fazer ético, é importante pensar a respeito dela de tal forma que seja tanto edificante quanto obrigatória. Bauman coloca também os riscos e divergentes sensações acerca da liberdade, atributo também fundamental para o fazer ético:

O advento da liberdade é visto como uma inspiradora emancipação – seja das horríveis obrigações e das irritantes proibições, seja das rotinas monótonas e bestificantes. Mas tão logo a liberdade se instale e se torne nosso pão de cada dia, um novo tipo de horror, o horror da responsabilidade, nem um pouco menos amedrontador que os terrores afugentados pelo advento da liberdade, tornam pálidas as recordações de sofrimentos passados. (BAUMAN, 2011, p. 53).

Também para o jurista e filósofo François Ost, a liberdade é condição fundamental para pensar a ética ou a moral. De fato se tudo estiver determinado de tal modo que não

possamos modificar, nem para nós mesmos, a reflexão ética não é aplicável, e a moral não é necessária. A capacidade ou a potência para o bem e para o mal estão no humano e por isso ele pode escolher agir de um ou outro modo.

No plano da ética a faculdade de universalização faz do homem o único sujeito moral do Universo porque pode “agir de outro modo”, porque é livre por natureza, o homem é capaz do mal; do mesmo modo, ele é capaz do bom e do melhor. A este título duplo, a lei ética justifica-se. Se ele não fosse capaz de autodeterminação, uma lei moral seria inútil, o seu comportamento, tal como o curso dos astros relevaria da necessidade e não da moralidade; em contrapartida, uma vez que o bem e mesmo o melhor estão ao seu alcance, a lei moral é não apenas pertinente como desejável. (OST, 1995, p. 241).

Não são documentos institucionalmente legitimados ou decretos oficiais que definirão o que é ético e moral. Esses papéis definirão a legislação que já mediu o que é ético e moral, e fará isso para que possa exigir a obediência social, enquanto a ética está antes do documento, não depois. As coisas erradas devem ser assim consideradas por si mesmas, através do percebimento de que elas causam um sofrimento desnecessário, de que são injustas por si mesmas! Por isso a autonomia de perceber o certo e o errado é tão importante. Se simplesmente seguirmos preceitos religiosos ou racionalistas, que já determinaram o certo e o errado, perdemos nossa capacidade de raciocínio e de crítica, que devem ser tarefas mentais permanentes, e devem levar em conta os fatos de seu tempo histórico, observando os erros humanos do passado.

2.2.2 Bem e Mal ou Bom e Mau – a *ação* em relações de autoridade, liberdade e responsabilidade

A supracitada colocação de Ost costura-se com as de Gilles Deleuze, e com o próximo passo deste subcapítulo, qual seja a reflexão sobre bem e mal e bom e mau. Gilles Deleuze, em sua obra *Espinoza: filosofia prática*, afirma que “*Não existe o Bem ou o Mal, mas há o bom e o mau*” (DELEUZE, 2002, p. 28), no sentido que um corpo soma ou deteriora o outro. Compreendemos assim o bem e mal, como dois lados absolutos, como se pudéssemos dividir o mundo entre a luz e a sombra, o louvável e o terrível, tal como nos contos de fada atualizados no século XX. Enquanto o bom e o mau são pontuais, mais humanos e não estão divididos por uma muralha, eles coexistem. Conectando as noções de Bem e Mal, com as de Moral e Ética do momento anterior do texto:

Eis, pois, o que é a Ética, isto é, uma tipologia dos modos de existência imanente, substitui a moral, a qual relaciona sempre a existência a valores transcendentos. A Moral é o julgamento de Deus, o sistema do Julgamento. Mas a Ética desarticula o sistema do julgamento. A oposição dos valores (Bem/Mal) é substituída pela diferença qualitativa dos modos de existência (bom/mau). A ilusão dos valores se confunde com a ilusão da consciência: porque a consciência é essencialmente ignorante, porque ignora a ordem das coisas e das leis, das relações e de suas composições, porque se contenta em esperar e recolher o efeito, desconhece toda a natureza. Ora, basta não compreender para moralizar. É claro que uma lei, desde o momento em que não a compreendemos, nos aparece sob a espécie moral de um “Deve-se”. (DELEUZE, 2002, p. 29).

Assim, para Deleuze, a moral está mais conectada com obrigação – lei – mandamento, enquanto a ética, inseparável do sujeito, mais que um simples “deve-se”, supera o julgamento e o determinismo moral. O que lembra Immanuel Kant que instruía que um ato moral deveria ser seguido por si próprio, independente de suas consequências, antagonismo do que trazemos aqui. Afinal a moral não ensina nada. Ela manda, e o desconhecimento exige uma ordem exterior. Como exemplo consagrado: Adão e Eva não conhecem o fruto, seus efeitos ou sua origem, assim não podem *pensar* sobre ele, apenas comê-lo ou não comê-lo. A proibição ao fruto é a regra imposta no sistema de moralidade, enquanto o fruto continua a guardar um segredo. Não há aí autonomia, liberdade ou responsabilidades reais. Mas há moralidade na ordem, na lei. A autonomia está na escolha dos sujeitos.

Tomemos consciência da palavra: a lei moral é um dever, a obediência é o seu único efeito e a sua única finalidade. É possível que essa obediência seja indispensável, é possível inclusive que os mandamentos estejam bem fundados. Mas não é esta a questão. A lei, moral ou social, não nos traz conhecimento algum, não dá nada a conhecer. (...) Mas de qualquer modo não deixa de se manifestar uma diferença de natureza entre o conhecimento e a moral, entre a relação mandamento-obediência e a relação conhecido-conhecimento. (DELEUZE, 2002, p. 30).

Se, nas palavras de Deleuze: *“A lei é sempre a instância transcendente que determina a oposição dos valores Bem/Mal, mas o conhecimento é sempre a potência imanente que determina a diferença qualitativa dos modos de existência bom/mau”* (DELEUZE, 2002, p. 31), podemos inferir que a ética refere-se mais ao conhecimento. Ela, já colocada como imanente ao sujeito, determina o que é bom e o que é mau, a cada momento, a cada liberdade do pensar e da ação, necessitando, ao mesmo tempo responsabilidade e autonomia. Dessa forma *“Um indivíduo é antes de mais nada uma essência singular, isto é, um grau de potência. A essa essência corresponde uma ação característica; a esse grau de potência corresponde certo poder de ser afetado”* (DELEUZE, 2002, p. 33) – e eu complementaria – de também afetar. Combinadas essência e potência do sujeito é estabelecido o poder de sua ação.

Irrompem aqui algumas emergências, provindas das potências de que tratamos. A principal delas é a “ecologia da ação”, processo evidenciado por Morin, que se trata de compreender que se perde o controle dos percursos de uma ação desejada quando ela adentra o mundo de outras ações, por mais ética que tenha sido nossa intenção. Ela indica a imprevisibilidade, alerta para alguns fatores determinantes da ação enquanto ato ético, diz que deve ser considerada a soma de intenção e contexto, ou seja, o bom senso da observação complexa para prever que os efeitos da ação dependerão dessa soma.

A ecologia da ação indica que *“toda a ação escapa, cada vez mais, à vontade do seu autor na medida em que entra no jogo das inter-retro-ações do meio ambiente onde intervém”* (MORIN, 2011, p. 41). Desta maneira, nem toda boa intenção dará um bom resultado, assim como nem toda má intenção resultará em fins negativos. A intenção do autor das ações é apenas parte do que determina os fins da ação, já que as condições do ambiente onde ela se projeta também afetarão os resultados, o que não significa, no entanto, que não devamos ter boas intenções. Apenas que a ignorância da ecologia da ação torna-se perigosa quando almejamos um resultado ético para uma ação. Em Bauman constatamos exemplos atuais e reais como, por exemplo, a globalização cultural/capitalista. No princípio desejo mercadológico, no percurso adoção das massas, a globalização guarda em si o melhor e o pior. E é a ilustração perfeita de um processo constante, e hoje permanente, dos perigos da ecologia da ação e ainda mais, do perigo residente no desprezo humano perante a existência e força desta “ecologia”:

E, então, finalmente: o desafio ético da “globalização”, ou, mais precisamente, a globalização como um desafio ético. Seja qual for o sentido de “globalização”, ela significa que somos todos dependentes uns dos outros. Distâncias importam pouco, agora. Qualquer coisa que ocorra localmente pode ter consequências globais. Com os recursos, as ferramentas técnicas e o know-how que os seres humanos adquiriram, suas ações podem alcançar enormes distâncias de espaço e tempo. Por mais locais que suas intenções possam ser, os atores seriam mal-aconselhados a deixar de levar em conta fatores globais, uma vez que estes podem ser decisivos para o sucesso ou o fracasso de suas ações. (BAUMAN, 2014, p. 77).

Considerando o contexto, entram na ética a incerteza e a contradição, noções que devem ser consideradas por uma teoria em que nada pode ser absoluto e unilateral. Isso deve ser levado em conta, porque não há certeza sobre o curso da ação somente a partir da intenção primeira. Quando não há ética nem transparência já desde a intenção primeira, tanto pior. Em determinados momentos perde-se a identidade da instituição promotora, e da população recebedora. Só o que existe é a reciprocidade de uma lógica que poderá tanto promover um

alargamento de horizontes individuais e coletivos, nos diversos âmbitos da vida humana, como uma perversa injustiça social.

Esta é a situação na qual, de forma consciente ou não, hoje produzimos nossa história comum. E embora muito – talvez tudo ou quase tudo – dessa reveladora história dependa das escolhas humanas, as condições sob as quais essas escolhas são feitas não são elas próprias uma questão de escolha. Tendo desmontado a maioria dos limites espaço-temporais que costumavam limitar o potencial de nossas ações ao território passível de exame, monitoramento e controle, não podemos mais proteger da teia global de dependência mútua nem a nós nem aqueles que se encontram na extremidade receptora de nossas ações. Nada pode ser feito para conter – para não falar reverter – a globalização. (BAUMAN, 2011, p. 78).

Entretanto Morin garante que “trabalhar pelo pensar bem” reconhece a complexidade humana e não dissocia indivíduo, sociedade e espécie. Assim “*não fixa o ser humano e sabe que o pior (degradação), e o melhor (regeneração) podem vir dele*” (MORIN, 2011, p. 63). Também não são menos importantes e influentes as ações individuais do microcosmo cotidiano das pessoas, pois também delas e da manutenção de sua cultura poderia provir o bem ou o mal, a estagnação ou a transformação. Para Morin, a regeneração pode superar a revolução, além de poder nos levar também a uma verdadeira metamorfose (MORIN, 2011, p. 178).

O psicólogo Stanley Milgram remete-nos às profundezas sombrias do espírito humano, quando da falta de ética, ou melhor, da suposta ausência de autonomia, liberdade e responsabilidade que pressupõe a ausência da ética, ao relatar sua pesquisa, já explicitada no capítulo anterior. O estudo de Milgram demonstra-nos a capacidade, ou melhor, a tendência do humano em seguir ordens ultrapassando a ética individual. Mesmo quando a ordem imposta é uma ação violenta está, claramente, provocando grande sofrimento no outro.

Milgram realizou a experiência que testava a capacidade de uma das pessoas infligir sofrimento a outra, apenas por obedecer à autoridade, mas a parte que “sofria” era composta por atores, e não estavam levando nenhum choque. A maioria dos testados continuou o estudo, porque o experimentador mandou continuar, apesar da dor daquele que “levava choque”. O “opressor” ficava confuso e chateado, fazia o que fazia de malgrado, assustado, sabendo que era “errado”, que ia contra sua intuição mais básica, mas continuava a fazê-lo sob os gritos do “experimentado”, porque a autoridade mandava que ele continuasse.

Milgram constata que: “*Para muitos, a obediência é uma tendência comportamental profundamente arraigada, chegando mesmo a ser um forte impulso que sobrepuja o treinamento em ética, solidariedade e conduta moral*” (MILGRAM, 1963, p. 371). Lembra que o impasse diante da autoridade e de uma ética individual é histórico, quando afirma:

O dilema inerente à submissão à autoridade é tão antigo quanto a história de Abraão a quem Deus ordenou sacrificar seu filho como prova de fé. A questão de saber se deve alguém obedecer ou não às ordens quando elas conflitam com a consciência foi discutida por Platão, dramatizada na *Antígona* de Sófocles e submetida à análise filosófica, em quase todas as épocas históricas. Os filósofos conservadores argumentam que a própria estrutura de sociedade é ameaçada pela desobediência, ao passo que os humanistas acentuam a primazia da consciência individual. (MILGRAM, 1963, p. 1).

O estudo de Milgram, e ele próprio, recordaram Hannah Arendt e sua obra sobre a banalidade do mal, já que sua teoria também se constituiu em perceber que o mal pode provir da forma mais inesperada pelas mais pacatas pessoas. “*As pessoas comuns que administraram choques na vítima o fizeram devido a um senso de obrigação – uma impressão de seus deveres como paciente – e não devido a tendências peculiarmente agressivas*” (MILGRAM, 1963, p. 376).

Essa é, talvez, a lição mais fundamental do nosso estudo: as pessoas comuns que simplesmente cumprem suas tarefas, sem terem qualquer hostilidade particular, podem tornar-se agentes num terrível processo destrutivo. Além disso, mesmo quando os efeitos destrutivos do seu trabalho ficam patentemente claros e que lhes é solicitado cumprir ações incompatíveis com os padrões fundamentais da moralidade, um número relativamente pequeno de pessoas tem os necessários recursos internos para resistir à autoridade. (MILGRAM, 1963, p. 6).

A esse recurso interno poderíamos considerar a ideia de senso ético. Ele ficou em segundo plano, quando as pessoas se sentiram no compromisso de ceder à autoridade. Quando o experimentador lhes garantiu de que a dor que os participantes sentiriam não lhes faria um mal maior, a ação daquele que provocaria o choque tornou-se moral; e tornou-se uma ordem, combinação bombástica de produção do mal, exatamente o habitual e obrigatório comportamento dos militares em contextos de guerra.

A essência da obediência é que uma pessoa passa a se ver como o instrumento que executa os desejos de outra e que, portanto, deixa de se considerar responsável pelas suas ações. Uma vez que ocorre essa mudança crítica de ponto de vista, seguem-se todos os fatores essenciais da obediência. A consequência mais distante é que a pessoa se sente responsável perante a autoridade que a dirige, mas não sente nenhuma responsabilidade pelo conteúdo das ações prescritas pela autoridade. A moralidade não desaparece – adquire um enfoque radicalmente diferente: a pessoa subordinada sente vergonha ou orgulho, dependendo de quão adequadamente executou as ações solicitadas pela autoridade. (MILGRAM, 1963, p. 7).

A responsabilidade, assim não é subtraída, ela é transferida. O subordinado não é mais subordinado a si mesmo, mas àquele que lhe ordena e autoriza, é com ele seu compromisso. Ele se desumaniza, involuntariamente, e se torna uma ferramenta de execução de ordens, e

pode com isso fazer o que se considere “um bom trabalho”. *“Para que uma pessoa se sinta responsável por suas ações, é preciso que perceba o seu comportamento como fluindo do ‘seu ego’”* (MILGRAM, 1963, p. 378), e se não há pessoa/humano em si mesmo, então não há ego. Há aí uma outra instância de coisificação do sujeito. *“Frequentemente pudemos ver a pessoa se envolvendo nos detalhes minuciosos do procedimento experimental. Ao fazerem isso, perdem completamente de vista as mais amplas consequências de sua ação”* (MILGRAM, 1963, p. 378). Conforme esperado, as pessoas admitiram a terceirização da responsabilidade, pois se propuseram, desde o início do experimento, não a pensar sobre algo, mas a fazer o que lhes era imposto.

Previsivelmente, desculparam o seu comportamento dizendo que a responsabilidade pertencia ao homem que realmente acionava o interruptor. Isso pode ilustrar um acordo tipicamente perigoso numa sociedade complexa: é fácil ignorar a responsabilidade quando se é apenas um elo intermediário numa cadeia de ação. (MILGRAM, 1963, p. 10).

Neste sentido um coletivo atuante numa ação duvidosa é extremamente perigoso. A ética é diluída nos egos até desaparecer por completo. Cada um dos integrantes da ação deixam de ser seu próprio “cada um” para se tornarem engrenagens de um Todo. E o *mal* não tem mais como responsável um vilão nomeado, mas uma instituição em cadeia, na qual ninguém responde totalmente sozinho. Desta forma o *mal* feito na cumplicidade de um grupo não está tão passível de erratas e arrependimentos, pois ele imergiu de uma ordem estabelecida, provavelmente no intuito de algum “bem maior”, quando não do sustento financeiro individual dos sujeitos, que aí, sim, nesse momento, percebem a si mesmos como um “si”. Podemos imaginar esse processo em várias engrenagens sociais e econômicas de nosso dia a dia, revestidas ainda das velhas e retalhadas vestes de sempre: “É assim que se faz” e “todo mundo faz”.

Milgram, contudo, reconhece a necessidade da autoridade:

O problema da obediência não é somente psicológico. A forma e a configuração da sociedade e a maneira pela qual ela está se desenvolvendo têm muito que ver com isso. Logicamente, toda sociedade tem de inculcar hábitos de obediência em seus cidadãos já que não podemos ter uma sociedade sem alguma estrutura de autoridade. Aprendemos o que significa a obediência na família e na escola, mas principalmente quando passamos a integrar o mundo do trabalho. Trabalhando num escritório, numa fábrica ou no exército tem-se, necessariamente, de abandonar um grau de julgamento individual para que esses sistemas maiores possam operar com eficiência. Em tais situações de trabalho, a pessoa não se considera responsável pelas suas próprias ações, mas sim como um agente que executa os desejos de uma outra pessoa. (MILGRAM, 1963, p. 10).

Interagindo, indiretamente, com a complexidade, o psicólogo encontra justificativa para sua descoberta polêmica, onde pessoas “boas” podem prover o “mal”. E também a justificativa e demanda histórica relaciona-se com a necessidade de autonomia para se ter responsabilidade. Não é de surpreender que alguns comandantes realmente bárbaros, aqueles que, na maioria das vezes têm escolha – autonomia e responsabilidade, os “maus” na maior parte do tempo, tirem proveito das pessoas cuja responsabilidade será terceirizada. Terceirizada a alguém sem escrúpulos (antiético) ou submergida em uma instituição de mesma natureza, ou seja, para algo ou alguém que abandona o senso ético em prol de um ganho pessoal, coletivo ou de uma moral inventada.

Talvez tenha havido uma época em que as pessoas podiam ter uma reação completamente humana para qualquer situação porque estavam plenamente absorvidos por ela, como seres humanos. Mas, logo que houve a divisão do trabalho, as coisas mudaram. Além de um determinado ponto, o desdobramento da sociedade em pessoas que executam tarefas limitadas e muito especiais reduz a qualidade humana do trabalho e da vida. Uma pessoa não chega a ver a situação toda, mas apenas uma pequena parte dela e, assim, fica incapacitada a agir sem ter alguma espécie de orientação geral. Ela cede à autoridade, mas ao fazê-lo aliena-se de suas próprias ações. (MILGRAM, 1963, p. 10).

O efeito da empatia, no estudo de Milgram foi subtraído pela obediência, mesmo sendo a empatia essência imperativa no *Homo sapiens* (a não ser em casos de psicopatia). O mal pode ser muito bem organizado na sociedade, pois não necessita integrar um grupo de pessoas “más”. De qualquer forma, o sistema, tal como se dá, nos faz, a todos, de “fantoques”, segundo o psicólogo, que todavia nos aponta uma saída:

Mas pelo menos, somos fantoches dotados de percepção, de consciência. Talvez seja a nossa consciência o primeiro passo em direção à nossa liberação. O fato de que a obediência é muitas vezes uma necessidade na sociedade humana não diminui a nossa responsabilidade como cidadãos. Ao contrário, confere-nos uma obrigação especial para que coloquemos nas posições de autoridade aqueles que provavelmente dela se utilizarão humanamente. (MILGRAM, 1963, p. 11).

Em tempo trago Lawrence Kohlberg que em seu estudo: “Uma Questão de Moralidade”, em comentário à experiência de Milgram, avalia o próprio psicólogo. Percebemos, é claro, desde o princípio, um dilema ético, a necessidade de colocar numa balança o método do teste do psicólogo. O estudo de Milgram utilizou-se de uma certa crueldade, mas sua descoberta foi positiva tanto para a ciência como para o próprio entendimento da crueldade, no intuito de lutar para diminuí-la, imagino. E também de compreender a própria vitimização do humano submetido à autoridade que pode torturá-lo de várias formas. Kohlberg nos diz que o próprio Milgram foi vítima moral da autoridade da

ciência, e pela objetividade ele infligiu dor a pessoas inocentes, mesmo que sob justificativa de um bem maior. Como todo dilema ético deve-se usar uma balança, metaforicamente falando, como instrumento de medida e ponderação. No caso, será que a descoberta de Milgram foi exitosa a ponto de ter valido a pena a agonia sentida pelos “experimentados opressores”? A olhos nus parece que sim. Entretanto, mesmo assim, não teremos como ter certeza dos resultados finais por causa da ecologia da ação.

Concluindo e retornando ao tema da pesquisa, percebo o quanto é inevitável a relação de tudo isso com toda a forma de violência legalizada na nossa sociedade. Tanto de humanos contra humanos, como de humanos contra outros animais. Cumprir uma tarefa tem sido mais importante, e sempre o foi, do que questionar a tarefa. Desaparecem, quase sempre, a tal autonomia, liberdade e responsabilidade. Empreendo minha certeza de que mesmo no tempo de Descartes, que racionalizou os gemidos animais como rangidos de uma máquina, o homem que matava o porco, através da sangria (possivelmente um escravo, provavelmente iletrado e considerado incapaz de filosofar ou decidir normas sociais), sabia exatamente o que o porco estava sentindo enquanto berrava e esperneava por sua vida. O sangue, rubro e quente, jorrado na execução da tarefa era exatamente igual ao seu, e a luta do animal não seria diferente da do próprio homem, se tivesse que passar por aquela situação.

Claro que meu exemplo, no contexto referido, contém outros propósitos implícitos como o fato de que caçar e matar para comer é primitivo, e que domesticar animais para comer ainda está dentro da natureza das normas de nossa sociedade. Passaram-se milênios para que se tivesse registro de que alguém achava isso errado, e isso só aconteceu quando as circunstâncias para a sobrevivência humana mudaram drasticamente. Nenhum animal carnívoro ou onívoro, incluindo o humano, quando privado de sua alimentação, fará mau juízo do “assassinato” do porco. Natural. Mais do que obedecer a uma autoridade, homens matavam animais, porque era o que havia de comida e, nesse sentido, a ideia de violência é calada pela ideia da fome, da sobrevivência. De qualquer forma a dor e o desespero do porco são mais verdadeiros para o homem que o sacrifica, do que para o filósofo que os categoriza.

Da mesma forma, a maioria dos homens que trabalha no mercado de exploração dos animais para fins de tráfico, o que resulta nos cativeiros legais ou ilegais, saberiam ver, no olho do animal e no seu comportamento, o desespero para a fuga, o desconforto da prisão, a dor da armadilha, a angústia de deixar seus filhotes, a fúria como tentativa última da liberdade, a total tristeza na desistência e a conseqüente anulação do viço de sua vida na cedência de seu corpo e alma.

Mas esses humanos estão trabalhando para um outro humano, que tampouco suja as mãos, e que tem autoridade sobre esses porque lhes paga para tanto. E que não se importa com os olhares tristes, corpos detonados e a suprema indignidade da vida a que os animais estão submetidos, porque a autoridade que o chefia, por sua vez, é o capital. Capital provindo de intenções que em nada nos parecem maléficas. Um humano que quer criar um animal silvestre em casa, ou um zoológico que “encomendou” uma nova espécie, para tratá-la com “carinho”. Essas instâncias que não veem ou fingem não ver o processo, porque mesmo que valesse a pena para um animal passar por isso tudo (e não vale) para depois viver uma vida de conforto (que não procede), estão invisíveis todas as outras vidas perdidas de outros indivíduos, para que aquele, moribundo e confuso, chegasse àquelas mãos.

Quando o assunto é violência, nossos intuitos mais profundos podem nos dizer maior verdade do que as autoridades. Não podemos esperar as normas sobre tudo o que existe para agir conforme elas mandam. Sabemos o que fazer, sentimos o que deve ser, ou principalmente não ser, feito. A não ser, é claro, repito, que sejamos psicopatas, e não digo isto como ironia ou exagero. Digo ciente de que essa condição patológica impossibilita ao sujeito a empatia, o que não é o caso da maioria dos humanos. Em suma, aguardar e obedecer às normas e ser moral não é, em todas as vezes, ser ético.

O que deveríamos pensar em construir, usando, como de costume, nossa cognição e instintos, é o progresso desta civilização moral que coloquei anteriormente. Termo que tenho usado, e o qual ainda não encontrei exatamente desta forma, em minhas leituras, para designar um processo de evolução humana a partir da racionalidade e da solidariedade, no qual se levem em conta a história já existente e os juízos que ela nos transmitiu. Não diferente da metamorfose de nossos corpos ao longo de milênios, ou da construção de nossas civilizações, a civilização moral requer a percepção do tempo passado, bem como uma expectativa inteligente e inteligível de presente e futuro.

Aqui a prosperidade, já deflagrada na filosofia contemporânea, teria forças para tornar-se efetiva, mesmo que aos poucos. A filosofia deve deixar de ser apenas o clássico voo noturno da coruja, que tudo vê depois de já ter acabado o dia e deve abandonar também a utopia como essencialidade única, para ser colocada em prática, noção semelhante a essa também é percebida em Michel Serres, acerca da tarefa da filosofia. Esses pressupostos, similarmente, são encontrados na ecosofia de Guattari.

Isso não seria nenhum absurdo se pensarmos que assim se dá nas engenharias, na medicina e na tecnologia informática. Os estudos nessas áreas levam a avanços sólidos na vida real. O problema é que nossa moralidade permanece numa esfera de subjetividade

permissiva a interpretações e pontos de vista, e tudo à nossa volta contribui para uma alienação. Desta forma a civilização moral arrasta-se lentamente, porém a ideia de buscá-la não foge à regra da busca de diversas outras “civilizações”. Trata-se da evolução do espírito, da mente, e que, portanto, deve ser própria da nossa espécie. Isso se confirma em Morin, quando coloca que é possível que o humano, através do conhecimento e da cultura, “evolua” para um estágio mais avançado de espírito:

A reforma do espírito é um componente absolutamente necessário para todas as outras reformas. Leva a um modo de pensamento que permite compreender os problemas planetários e tomar consciência das necessidades políticas, sociais e éticas. (...) Pois, vamos repetir, o espírito humano é capaz de praticar o conhecimento do seu próprio conhecimento, de incorporar os meios autocríticos e críticos que lhe permitam lutar contra os erros e ilusões, de não sofrer passivamente *imprinting* da sua cultura, mas, ao contrário, de nutrir-se de uma cultura regenerada oriunda da união da cultura humanista e da cultura científica; é capaz de não se deixar sequestrar por ideias mestras possessivas e autoritárias, de desenvolver e afirmar uma consciência ainda hesitante e demasiado frágil, enfim de desenvolver suas potencialidades ainda não expressas. (MORIN, 2011, p. 170, 171).

Conforme Deleuze: “*A Ética é necessariamente uma ética da alegria: somente a alegria é válida, só a alegria permanece e nos aproxima da ação e da beatitude da ação. A paixão triste é sempre impotência*”. (DELEUZE, 2002, p. 34). Ele também complementa que: “*Todo o caminho da Ética se faz na imanência; mas a imanência é o próprio inconsciente e a conquista do inconsciente. A alegria ética é o correlato da afirmação especulativa*” (DELEUZE, 2002, p. 35). Não é possível, em ética, seguir cegamente o preceito de Kant, de que o ato moral deve ser executado, independente de suas consequências. Se podemos prever um pouco das consequências, e dentro delas houver a possibilidade de alguém sair ferido, esse ato pode, sim, ser repensado criticamente, e isso também será fazer o bem pelo bem, simplesmente porque evitar o mal é bom.

As reflexões sobre a autoridade e sua elevação categórica ao posto de moral fez-me lembrar um personagem da obra O Pequeno Príncipe, que aliás tenho visto personificado por aí, no cotidiano, e que tomei para epígrafe deste capítulo. Trata-se do Acendedor de Lâmpioes, um homem cumpridor de sua tarefa de acender e apagar o lâmpio de seu planeta na hora certa, todos os dias, por toda a eternidade, mesmo depois que ele mesmo percebeu que não havia o menor sentido no trabalho que executava, porque os dias e noites passaram a ter um só minuto, assim mal dava tempo de o lâmpio se manter aceso ou apagado. O problema, para ele, é que o *regulamento* não havia mudado, mesmo tendo mudado o próprio tempo e mundo à sua volta. Era mais importante para ele seguir o regulamento, abandonando sua autonomia e liberdade, mesmo isso significando sua infelicidade.

Nossa moral deve ser superior a isso, e para que isso aconteça é necessário abrir os cadeados da autoridade sem, contudo, ceder à completa anarquia. É necessário abrir todas as portas da mente e da emoção, sem perder a razão. Evoluir, continuamente, na nossa condição de *Homo sapiens* usufruindo dos recursos de que precisamos com uma nova consciência, a de que não estamos sozinhos, e de que isso é bom. Já que em nossa natureza primitiva talvez seja normal não ter consciência crítica sobre isso, podemos civilizar nosso pensamento e desacelerar o desprezo pelas outras vidas, porque também é natural esta nossa evolução de senso civilizatório e coletivo. E este é o devir da ética.

2.2.3 Albert Schweitzer e a Ética do respeito à vida

Albert Schweitzer foi um pensador franco-alemão que levou a consideração ética para com a vida às últimas consequências, e é ele que elejo para encerrar as reflexões teóricas em torno da ética neste trabalho. Sustento até aqui que a ética não pode ser relativa, não pode ser descrita em forma de norma fixa, e que existe (ou inexistente) na relação entre dois entes vivos. Em sua obra *Cultura e Ética*, cuja primeira edição data de 1923, Schweitzer propõe várias definições e argumentações de uma ética que ele chama de Ética do respeito à vida, em oposição ao que chama de ética comum. Farei aqui um esforço para transcrever suas ideias, e proporcionar o diálogo entre elas e esta pesquisa. Longe de provocar a antítese de toda minha convicção na importância da biologia para os estudos do humano e da ética, apresento, entretanto, um ponto de vista que busca superá-lo. Com isto não quero contradizer nada do que antecede, neste texto, mas buscar todas as provocações possíveis, no objetivo de solidificar um conceito ético o mais completo e complexo possível.

Alertando para os perigos de uma ética baseada na biologia, o que sabemos ter coerência, ele, no entanto nos confirma que o exercício moral, em fuga dos instintos naturais, seria uma melhor saída para a decisão ética quando manifesta que: “*A Ética resume-se no seguinte: no íntimo do Homem, e em consequência de raciocínios conscientes, os fatos da Natureza entram em conflito consigo próprios. Quanto mais se transferir esse conflito para o terreno das decorrências instintivas, mais fraca se tornará a Ética*” (SCHWEITZER, 1953, p. 169).

Se, como Schweitzer, pensarmos em toda a vida como uma vida sagrada, não será nada árduo visualizarmos a simplicidade da ética. A ética então, para ele, nesse sentido, seria uma consciência de responsabilidade sem limites perante toda a forma de vida. “*A Ética é, entretanto, a demonstração da solidariedade, baseada numa reflexão livre, e que se dirige*

não somente a indivíduos da mesma espécie, como também a tudo quanto vive” (SCHWEITZER, 1953, p. 170). Assim não será seguro que a ética seja aquela de respeito à vida se dependermos de determinações biológicas e sociais. Ela deve ser mais profunda e desafiadora, e não um resultado dos instintos e intuições naturais: *“Os frutos da Ética são amarrados à árvore do instinto social, mas esta não os produziu”* (SCHWEITZER, 1953, p. 170).

Para este autor a vida em si deve ser o suficiente para que um ser receba sua posição na esfera ética, e não somente a sciência comprovada, ou o Direito, ou as semelhanças fisiológicas, nem tampouco a empatia e a compaixão, mas a vida em si mesma. As descobertas da ciência, dissecando a natureza podem nos parecer muito interessantes, mas segundo ele o mistério do desejo de viver não pode ser superado pela sua catedrática e fria averiguação. *“O conhecimento, muito embora venha a ser cada vez mais profundo e mais vasto, somente nos pode conduzir na estrada do mistério de que tudo quanto existe é desejo de viver”* (SCHWEITZER, 1953, p. 254). Para explicitar uma das definições éticas mais completas que tenho percebido reproduzo as palavras do autor:

A filosofia genuína deve partir do mais imediato e mais vasto dentre os fatos da consciência, e que reza: “Sou vida que deseja viver em meio de vida que deseja viver.” (...) Assim como meu próprio desejo de viver contém a saudade da sobrevivência e daquela misteriosa exaltação do desejo de viver, a que denominamos prazer, assim como ele abrange também o pavor à destruição e à misteriosa diminuição do desejo de viver, a que chamamos dor, existem esses mesmos elementos no desejo de viver em torno de mim, seja ele capaz ou incapaz de expressá-los. A Ética consiste, pois, em eu sentir a obrigação de encarar todo e qualquer desejo de viver com o mesmo respeito que tenho a meu próprio desejo de viver. Com isso obtemos o princípio básico e infalível da Moral. O bem é: conservar e fomentar a vida; o mal: destruí-la e estorvá-la. (SCHWEITZER, 1953, p. 255).

Tão simples quanto parece, o autor preconiza que se pudéssemos conceber o tamanho da vontade de vida que se encontra em tudo o que está vivo, comparando-se à nossa própria vontade de estarmos vivos, a ética conceberia aí um lugar de destaque. E como já afirmei de forma semelhante, o bem e o mal referem-se, diretamente, ao sofrimento ou ao não sofrimento que pode ser causado ao Outro.

O princípio básico e infalível da Moral representa, porém, não somente uma classificação e um aprofundamento dos conceitos geralmente aprovados do bem e do mal, como também a sua ampliação. O Homem não será realmente ético, senão quando cumprir com a obrigação de ajudar toda vida à qual possa acudir, e quando evitar de causar prejuízo a nenhuma criatura viva. Não perguntará então por que razão esta ou aquela vida merecerá a sua simpatia, como sendo valiosa, nem tampouco lhe interessará saber se, e a que ponto, ela for ainda suscetível de sensações. A vida como tal lhe será sagrada. (...) Não receará que alguém zombe do

seu sentimentalismo. É o destino de toda verdade ser um objeto de escárnios, antes de encontrar reconhecimento. (SCHWEITZER, 1953, p. 256).

Para os animais dessa pesquisa, como para todos aqueles que se encontram em situação direta de exploração, teria sido muito positiva a consideração prática dessa teoria. Pois, apesar de os animais de cativeiro levarem uma vida utilizada e coisificada enquanto vida, eles continuam cientes de sua própria vida, e não da mesma forma como essa vida é vista pelos humanos que a usam. Eles sentem sua própria vida enquanto uma vida sagrada, única, onde o único Bem é ter um tratamento à altura desta sacralidade. E isso acontece independente de poderem manifestá-lo perante o julgamento moral humano. Outro ponto interessante da colocação supracitada é o fato de que todas as verdades sofreram escárnios antes de serem aceitas. Sabemos o poder negativo da ridicularização de uma ideia nova, especialmente se ela mudará padrões e normas que acomodam bem a quem está na potência de um círculo social. Foi exatamente o que aconteceu na luta por todos os Direitos Civis. E é inevitável a relação com os direitos dos animais.

Conforme frases de efeito e premissas das redes de proteção à causa animal, Schweitzer tem uma visão otimista e visionária sobre o futuro, período no qual a dimensão ética para com os outros seres vivos que não os humanos não terá como base somente a compaixão, pois seus preceitos ultrapassam a mera simpatia:

Hoje se julga exagerada a opinião segundo a qual a constante reverência a todos os seres vivos, até às ínfimas manifestações de vida, representa uma reivindicação de uma Ética racional. E no entanto há de vir uma época em que nos pasmemos diante do fato de ter a Humanidade necessitado de tanto tempo para perceber que a destruição impensada de vidas é incompatível com a ética. A Ética é a responsabilidade infinitamente ampliada, por tudo quanto vive. (...) O conceito de compaixão é por demais estreito para representar a essência da Ética, uma vez que designa tão somente a simpatia pelo desejo de viver do sofredor. (SCHWEITZER, 1953, p. 257).

Para o autor a saída ética também reside no próprio *eu*, e menos na fiscalização do *outro*. É claro que com o fator complicador que diz que todos nós deveríamos saber disso e fazê-lo: respeitar a vida, todas as vidas, o máximo possível, em detrimento de nossos interesses secundários. E quando assim a tivermos como lição interiorizada, tanto melhor funcionará a ética, já que é também no exemplo silencioso de cada um que o indivíduo ou o coletivo humano aprende e apreende sentidos, conhecimentos e afetos.

Devemos travar o combate contra o mal que reside no Homem, julgando, não aos nossos próximos, senão a nós mesmos. Lutas íntimas e sinceridade conosco – eis os recursos com os quais influímos sobre os outros. Sem que estes se deem conta disso,

fazemos com que participem da batalha pela profunda afirmação espiritual de nós mesmos, e que tem sua origem no respeito à própria vida. A força não produz nenhum ruído. Existe e age. A Ética genuína começará onde terminar o emprego das palavras. (SCHWEITZER, 1953, p. 261).

Trata-se de olhar para si criticamente, e verificar se está a fazer o melhor possível por si e no mundo. Mais do que *mandar ser*, é importante *ser*. Ser a tal revolução que queremos ver no mundo, para depois pensar em cobrar do outro, ou julgar a humanidade do outro, pois está ela, tal qual, em cada um de nós também. Quando me deparei com esta passagem, mais uma vez a alva sombra de Saint-Exupéry, em *O Pequeno Príncipe*, pairou nos meus pensamentos, quando o Rei diz ao menino: “*Tu julgarás a ti mesmo. É o mais difícil. É bem mais difícil julgar a si mesmo que julgar os outros. Se consegues fazer um bom julgamento de ti, és um verdadeiro sábio*” (SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 39). Outra relação é a própria ecologia mental de Félix Guattari, que orienta a pensarmos em nós mesmos como entes no mundo, começando pela nossa esfera interior e individual, partindo de nosso pensamento e ação pessoais.

A ética comum colocada pelo autor corre o risco de acelerar-se em resolver os conflitos e para tanto recorrer a determinações pré-estabelecidas. Se houvesse a reflexão para a melhor decisão possível em um dilema no qual está em jogo a própria vida, pensar nela, em primeiro lugar, e independente do tempo e trabalho que isso nos demandasse, seria o procedimento correto. Assim:

A Ética comum, por não possuir nenhum princípio básico da Moral, lança-se imediatamente aos conflitos éticos. Nesse ponto, a Ética do respeito à vida não tem tanta pressa. Estuda, calmamente, em todos os pormenores, o seu próprio princípio básico da Moral. Firmada em si mesma, toma então posição em face dos conflitos. (SCHWEITZER, 1953, p. 262).

Com efeito, a polêmica porém abrangente, integral e imanente definição de ética do autor perpassa problemáticas reais inevitáveis como o fato de que nossa existência está pautada no prejuízo, dano ou supressão de outras existências. Não será fácil resolver esse conflito sem grandes e eternas parcelas de culpa que, quando mal dosadas, em nada contribuem a si ou ao outro, mas que podem, de certa forma, nos *educar*. Entretanto essa culpa, necessária ao escrúpulo na preocupação de ter ferido o outro, não pode ser tamanha que nos paralise ou nos remeta à renúncia geral de tentar praticar a ética. “*Onde quer que eu prejudique vidas alheias de alguma espécie, cumpre verificar se isso é necessário. Em nenhum momento convém ir além do indispensável, nem sequer em assuntos insignificantes*”.

(SCHWEITZER, 1953, p. 564, 565). Em suma, nos remetemos aos preceitos-chave dos direitos animais – “evitar sofrimento desnecessário...”, como veremos adiante.

É perfeitamente compreensível em Schweitzer a repulsa por determinar a ética na relatividade das nossas necessidades. Sobre isso concordo com ele que, quando precisamos do dano do Outro para suprir nossa vida, neste momento não estamos sendo éticos. Estamos fazendo uma escolha necessária e sabemos disto, cada um na sua mente e subjetividade. Mas não podemos medir o que vem a ser ético nesses casos, pois a caída no relativismo será inevitável.

A Ética do respeito à vida não reconhece nenhuma ética relativa. (...) A Ética do respeito á vida não tem em estoque convênios entre a moral e a necessidade, prontos para uso imediato. Uma e outra vez, e sempre de um modo original, essa Ética absoluta toma no íntimo do homem, posição em face à realidade. Não lhe resolve os conflitos, mas o obriga a decidir, em cada caso individual, até que ponto ele poderá conservar-se ético e a partir de onde deverá sujeitar-se à necessidade de destruir ou de prejudicar vidas alheias, incorrendo assim em culpa. Não será recebendo sugestões relativas a um acordo entre o “ético” e o “necessário” que o homem progredirá na Moral, mas sim percebendo com crescente intensidade a voz da Ética sentindo-se mais e mais dominado pela ânsia de conservar e fomentar vidas alheias, e tornando-se cada vez mais pertinaz na resistência à necessidade de destruir ou de prejudicar a vida de outrem. (SCHWEITZER, 1953, p. 264).

A progressão moral reside então no crescimento pela ânsia ética. Ela nunca estagnará; se o fizer perderá sua essência. Ela está em constante nutrição. O respeito pela vida em si deve dominar o humano, e fazer dele alguém que busca incessantemente fazer valer esse respeito, em um processo ascendente e inédito a cada vez.

Os direitos animais estão explícitos na obra de Schweitzer, embora não com tal nomenclatura. Ele demonstra seu total horror ao ter ciência da realidade dos animais em nossa sociedade. Se, em suas palavras, constantemente encontramos orientações de cuidado para com insetos, minhocas e plantas pelos quais possamos cruzar em nosso caminho, podemos imaginar o que pensava o autor sobre os animais sujeitos ao cuidado humano para a utilização de suas vidas como meios para outros fins. Neste sentido, para ele a Ética do respeito à vida:

Instiga-nos a andar à cata de oportunidades para compensarmos a quantidade de miséria que os homens impõem aos animais, pelo nosso esforço de ajudar a criatura desse ou daquele modo, e para sairmos assim, por um instante, da enigmática esfera do pavor da existência. (SCHWEITZER, 1953, p. 266).

Em relação a uma mudança de paradigma ético no mundo, e a busca deste pela verdadeira paz, o autor afirma que essa possibilidade depende que o espírito humanitário seja elevado à categoria racional, e que atinja um grande número de pessoas:

A Ética do respeito à vida fornece-nos as armas que devemos empregar contra a pseudo-ética e os ideais falsos. (...) Somente quando existir grande número de pessoas a promoverem, nos seus pensamentos e atos, a discussão entre o espírito humanitário e a realidade, deixará a humanidade de ser considerada como uma ideia sentimentalista, para tornar-se o que deve ser: um fermento da mentalidade individual e coletiva. (SCHWEITZER, 1953, p. 276).

As contribuições de 1923 deste autor continuam sendo atuais, e talvez continuem sendo utópicas, mas isso cada vez menos, o que é positivo. Fato é que temos visto as consciências mais contemporâneas elevando seu grau de consideração moral aos animais, não somente por causa de sua morte em prol de um fim humano, (na verdade muito mais capital, do que verdadeiramente humano), mas também aos usos velados e relações indiretas como, por exemplo, os animais confinados – tema desta pesquisa. Isso ocorre em contraposição aos ideais tradicionais, pelos quais as pessoas estão agarradas em suas crenças sem mais saber como prover argumentos para defender aquilo em que acreditam, mesmo quando se trata de algo de que pouco sabem ou por que defendem. O respeito pela vida, proposto por Schweitzer parece-me, de longe, a premissa ética mais completa, embora não possamos separá-la de outras reflexões complexas das quais não discorda totalmente. Procurei neste momento dialogar com autores contemporâneos sobre uma causa contemporânea, porém de raízes, no mínimo, seculares.

A causa animal examinada nesta tese necessita de um aparato ético sólido, considerando sempre razão e emoção. Este aparato deve estar munido de ferramentas argumentativas que prevejam todas as justificativas já que, como veremos, outros estudos de Biologia e mesmo da Educação Ambiental defendem o uso dos animais em cativeiro, muitas vezes como se isso também fosse vantajoso para eles. Não podemos acatar que a comunidade científica, especialmente a da área da Educação, mencione como resposta final medidas que agridam tanto a nossa moral e, especialmente, a vida e a dignidade da vida de milhares de seres que, como disse Schweitzer e como já sabíamos, “desejam viver”.

Só podemos inferir a síntese de que a Ética é o bem e o bom. Esse é seu lado e seu curso. Impossível registrar em um documento formal como agir eticamente em cada uma das situações da vida, de todas as vidas, em todos os lugares, em todos os tempos. Melhor mesmo é deixar aceso o senso ético que mora em cada um de nós, e que se utiliza da medida certa entre razão e emoção, responsabilidade e empatia, autonomia e liberdade.

Onde encontrar, então, a verdadeira ética? Como o cidadão comum pode saber se está agindo certo ou errado? O Estado, as Religiões, a Indústria, a Universidade, o Direito, a

Escola, a Família, a Política, a Filosofia, todas essas instituições lidam com situações em que devem empregar e ensinar a ética. Mas o que fazer se entre um ensinamento e outro as ideias colidirem, ou se elas colidirem com a formação empírica do sujeito? Ou ainda, como resolver o dilema em que a ética do indivíduo conflita com a ação que ele deve promover, dita por outro como saída ética? Em que se agarrar? Como decidir? Qual a melhor teoria filosófica para o conceito de ética?

Responder a estas questões nomeando uma única resposta final é onde mora o nosso erro. Por outro lado, sem resposta alguma ficamos todos vagando no abstrato, correndo o risco de cometer vários equívocos hediondos mundo afora. Sabemos que há um senso comum ético na sociedade. Mas queremos mais, especialmente porque as maiores falhas éticas, as colossais, as de dimensões desmedidas, e consequências universais são cometidas pelas pessoas que possuem maior poder e, pior, não são frutos da ignorância da *ecologia da ação*, de Morin, nem são despropositadas. São planejadas, maquiavelicamente, com um propósito único, o privilégio individual e egocêntrico. Então as pessoas comuns deveriam despertar e ver que os poderosos devem a elas um tratamento ético. Para isso devem saber o que vem a ser a ética, e por maiores discursos, debates e leituras que se façam necessários para isso, quanto mais simples for a resposta, tanto mais entendida ela será.

Talvez as pessoas precisem mesmo de uma resposta objetiva, afinal é isso o que buscam em todas essas instituições, e também porque na ausência de respostas reside o perigo do caos da barbárie, onde tudo é relativo, cada um sabe e faz apenas por si mesmo, e ninguém é dono da verdade. De fato imaginar algo assim na mentalidade das massas que vemos nos causa arrepios. Precisamos de uma ordem, e também, talvez lamentavelmente, de autoridades. Parece mesmo mais confortável e garantido, do que querer que todas as pessoas procurem, dentro de si, o juízo das coisas. Então não podemos julgá-las, certo?

Mas como perdoar a guerra em nome de “Deuses” ou da Política? Qual foi a medida ética individual entre soldado e indivíduo morto na guerra? Como escolher um único filósofo para que se ensine na escola seus conceitos de moral e ética, tornando prático o processo, já que os educandos precisariam apenas seguir as regras de um único livro? Como concordar com o dinheiro público investido em pesquisas de laboratório cujo cientista serve a um propósito particular, e nem sequer pensa sobre isso, envolto em seu jaleco que lhe apodera do direito em relação à manipulação da vida, quase sempre para enriquecer mais os que já são ricos? Como permitir que políticos e fundamentalistas interfiram no currículo escolar, do qual nunca se ocuparam, na busca de acabar com a escola laica, direito já adquirido para todos? Como fingir não ver o abuso da polícia surrando jovens nas ruas, muitas vezes antes de saber

quem é o culpado de um delito? E já que estamos falando de polícia, como ignorar que nossa polícia é paga com uma esmola, tendo em vista o serviço que precisa prestar e tendo em vista o arrombamento dos cofres públicos por parte de milionários, cuja alma já não guarda a mínima moral? Como assistir uma família de nosso tempo traumatizar um filho pela sua condição sexual? Por que precisamos continuar nos escondendo e temendo as gangues violentas e movimentos do tráfico de drogas? Como continuar considerando uma única ideia filosófica europeia do século XVII, por exemplo, como a correta para seguirmos a vida na América Latina do século XXI? O que pensar ao vermos um homem fascista na candidatura da presidência de nosso país? Aliás como pode haver um fascista no Brasil? Quando isso aconteceu?

E para voltar ao tema desta pesquisa, nossa sociedade tem aceitado, ainda que cada vez menos, a ideia de um animal preso, comportando-se estereotipadamente; gemendo; arrancando os pedaços do seu próprio corpo, ou do corpo de seu colega de cela; andando em círculos durante vinte e quatro horas, respirando o odor de seus próprios excrementos por horas a fio, senão por dias, tendo disponível (quando disponível) para hidratar-se uma água parada, frequentemente imunda; encontrando somente paredes e grades em todos os horizontes possíveis a seu olhar; sendo totalmente impedido de exercer quaisquer de suas funções ecológicas ou sociais. Temos aceitado que essas condições são as mais éticas para esses animais. Temos aceitado que é ético aproveitá-los para fazer “educação ambiental”. Temos aceitado que somente assim eles estarão protegidos. Temos aceitado que essa é a maneira ética para perpetuar suas espécies. Temos aceitado que é ético que as crianças os vejam, pois é ético que as crianças tenham proximidade com a “natureza”. Temos aceitado que melhorar um pouco as condições dos recintos, de vez em quando, é suficientemente ético.

E temos aceitado que é ético que vários desses ambientes tenham autorização de reprodução destes animais para trocá-los, como coisas, por outros animais de outras instituições, aumentando assim as coleções de ambos, perpetuando esse ciclo. Isso é o melhor que podemos dar a eles? Essas são as medidas verdadeiramente éticas que temos em relação aos animais em cativeiro? Esse é o jeito ético de conservar a biodiversidade do planeta?

Nenhuma das situações-limite colocadas nos três últimos parágrafos é hipotética. Todas são reais, atuais e constantes, e elas não estão soltas. Todas estão embasadas ou inspiradas por algum tipo de conceito moral sólido. Podemos aceitar que esses conceitos são éticos? Não, não podemos. Não podemos porque eles não são bons, e não causam o bem.

Então retornemos. Como categorizar a ética?

Não categorizando. Pensando, caso a caso, a melhor saída para cada dilema, em cada momento. A Ética é uma só, o bem a todo custo, o desprezo pelo mal, a ponderação das atitudes em busca do melhor possível para todos. Isso me parece bem absoluto. Mas o mundo e a vida não são lineares. O exercício ético deve estar sempre vivo e acordado dentro de nós, e disponível para os entraves da nossa e de outras vidas que passem por nosso caminho.

Desenvolvidas algumas ideias sobre o *Homo sapiens* e nossa ética, partimos agora para a segunda categoria da fundamentação deste trabalho. Compreendendo um pouco de quem somos, que não nascemos, e nem estamos, sozinhos e que não temos apenas instintos biológicos puros, mas emoções, reflexões, juízos de valor, benevolência e capacidade de adequação de nós mesmos e de nosso meio, migramos neste trabalho para a específica questão dos Direitos Animais. Esses Direitos, queiramos ou não, estão ligados aos Direitos Humanos, pelo menos na sua intenção que parte do mesmo princípio: Para que precisamos de Direitos? Quem precisa de Direitos? E, principalmente, por quê? A resposta está na reflexão de outra pergunta: *Por que nunca se viu uma luta pelos Direitos do homem branco, rico e heterossexual?*

Tenho lançado este questionamento, a princípio simplório, mas de certa forma denso, a alguns alunos e participantes de minicursos e oficinas que tive oportunidade de ministrar, sempre como introdução, claro. A resposta deles, cada vez mais simples e mais translúcida, porém carregada de significado, cumpre todos os quesitos, ao meu ver, para se entender o que vem a ser o Direito.

A resposta é: *“Por que não precisa”*.

2.3 Direitos animais fundamentais

Com incansável vitalidade, o respeito à vida influi sobre o espírito no qual tenha entrado, deixando-o num estado de desassossego, devido a uma responsabilidade que jamais e em parte alguma terá fim. Como uma hélice a impelir o navio através das águas revoltas, o respeito à vida impulsiona o homem. (Albert Schweitzer)

A questão de pensarmos os princípios, mecanismo-chave da filosofia, clarifica nossos porquês, sacia nossas angústias, responde a nossos anseios. Ir à raiz é necessário, quando na superfície está apenas uma pequena parte da realidade, e quando esta pequena parte beneficia somente os grandes poderes. Ir à raiz de dilemas, explicações, tradições e culturas é também buscar por justiça, esclarecer, e dar voz a quem não tinha.

Após minha viagem ousada ao mundo da Biologia, na qual procurei retratar nossas semelhanças fisiológicas e etológicas com os outros animais, e minhas considerações e referenciais sobre a ética, lanço-me agora especificamente no campo filosófico dos Direitos Animais, buscando construir/costurar tudo o que venho trazendo para chegar à minha conclusão. Neste capítulo apresentarei, além de situações reais de animais na exploração trabalhada neste estudo, o cativo, argumentos dos autores: Peter Singer, Tom Regan, Gary Francione, Fernanda Medeiros, Héron Gordilho, Sônia Felipe, Yuval Harari e Steven Pinker.

Antes de adentrarmos a questão específica dos Direitos, vejamos algumas poucas situações que responderão à nossa Emoção, antes mesmo de responder à nossa Razão, por que a esfera ética, jurídica e social deve melhorar sua postura moral diante destes animais.

2.3.1 Negação dos direitos fundamentais no caso dos cativos

A pesquisa em questão estuda a problemática do uso da palavra educação ambiental para atividades e desculpas que visam à manutenção dos locais com animais em cativeiro. Para entender a legalidade/regularidade do fato de que esses animais estão cativos, analisemos as demandas morais e éticas implicadas no processo.

Como em todo este trabalho tento partir do mundo real e biológico antes de adentrar a filosofia. Neste capítulo não será diferente. Apresentarei algumas situações e fotografias de casos diversos sobre a falta de respeito com a vida animal, ultrapassando as fronteiras desta pesquisa, que serão respeitadas na análise dos dados, mais adiante.

No caso dos animais em cativeiro hoje, usados para entretenimento, pesquisa e “educação ambiental”, o gatilho inicial em geral é o tráfico ilegal, por ocasião de uma demanda humana para criar estes animais. Quando da fiscalização eles muitas vezes são recolhidos por órgãos competentes e encaminhados aos locais pré-determinados. Isso acontece tanto por flagrante, quanto por desistência ou maus tratos do proprietário. A segunda razão que levou os animais a serem detidos em zoológicos e criadouros foi a extinção do uso desses animais em circos no Brasil, o que é positivo por si só, mas que demanda um local minimamente, repito, minimamente, adequado para recebê-los. A terceira razão é a criação legalizada, o nascimento de novos indivíduos em cativeiro, totalmente certificado pelos órgãos competentes, que tem como um dos objetivos a troca de indivíduos de um zoológico para outro, a fim de aumentar as coleções. As três causas apontadas carregam em si profundos dilemas éticos, independentes de sua natureza moral. Importante, então, ter uma breve noção

de como esses animais vão parar nos cativeiros hoje em dia, com leis que visam proteger suas vidas e liberdades.

O tráfico de animais ocupa hoje o lugar de um dos comércios ilegais mais lucrativos do mundo. O diretor executivo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Yury Fedotov, afirmou que os crimes contra a vida silvestre e o meio ambiente têm lucro comparável ao obtido com o tráfico humano, de armas e de drogas. Os lucros anuais chegam a 10 bilhões de dólares. Segundo ele a caça e o tráfico de animais selvagens constitui-se hoje como um crime organizado transnacional que está sendo realizado em uma grande escala. O relatório organizado pela ONU e INTERPOL alerta que os crimes ambientais, de forma geral, têm movimentado mais de 200 bilhões de dólares por ano. O crime provoca o aniquilamento da subsistência local, perturbando ecossistemas e impedindo o desenvolvimento social e econômico¹¹.

A seguir disponho algumas fotos provenientes da fiscalização desta prática que mata nove a cada dez animais caçados para fins de comércio. Quando apreendidos pelos órgãos responsáveis, tanto no caminho do destino final, quanto nas lojas clandestinas, ou residências esses animais são encaminhados aos locais de triagem, onde ficarão em gaiolas pequenas, para estudo sobre a possibilidade de seu retorno, ou não, à natureza, e até que se findem os trâmites para seu transporte para locais mais apropriados. A maioria que resiste a todo esse processo, na melhor das hipóteses, é encaminhada aos zoológicos ou criadouros legalizados, onde viverão presos em recintos pelo resto de suas vidas.



FIGURA 3 - Cacatuas transportadas em garrafas pet, em contrabando na Indonésia
Fonte: Site das Nações Unidas.¹²

¹¹ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org>>, em pesquisa por “tráfico de animais”. Acesso em: 27 jan. 2018.

¹² Disponível em: <<http://www.ntd.tv/2016/11/10/police-found-strange-tubes-inside-suitcases-many-shed-tears/>>Imagem: Greatstock/Barcroft Media/JeftaImages. Acesso em: 27 jan. 2018.



FIGURA 4 - Papagaios-verdadeiros apreendidos no Sertão de Pernambuco
Fonte: Site O Eco.¹³

Além de aves o tráfico persegue outros tipos de animais, como mamíferos e répteis. Cobras são transportadas enroladas em pedaços de meia-calça. Outros animais são amarrados ou empilhados em caçambas de caminhonetes, ou guardados em bolsas e parte interna de roupas.



FIGURA 5 - 85 jabutis resgatados pelo IBAMA em uma criação comercial ilegal no município de Goianésia/Pará
Fonte: Site Diário de Biologia.¹⁴

¹³ Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/reportagens/25405-impunidade-e-falta-de-preparo-facilitam-traffic-de-animais>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

¹⁴ Disponível em: <<http://diariodebiologia.com/2013/08/a-vergonha-do-traffic-de-animais-no-brasil/>>. Acesso em: 27 jan. 2018.



FIGURA 6 - Jacaré, jabuti e uma cobra apreendidos pela Polícia na Paraíba
Fonte: Site Diário de Biologia.¹⁵

Em relação ao fechamento dos circos, não colocarei imagens, não somente por serem talvez ainda mais perturbadoras, mas por termos a satisfação de contarmos com o avanço do Brasil nesse quesito, já que não possuímos mais circos com animais, por norma federal. Também não me atenho aqui a histórias de animais de criadouros, porque elas estarão na análise de dados, onde pude trabalhar e observar tais casos *em campo*.

Passo agora a relatar alguns casos em que há troca de indivíduos entre zoológicos. Esse processo bem como o empréstimo de animais é possível por recomendação da Associação Europeia de Zoológicos e Aquários (European Association of Zoos and Aquaria), EAZA, e após aquisição de licenças pelo IBAMA e Ministério da Agricultura.

Assim, os gorilas da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte/MG, por exemplo, são oriundos de três países diferentes. A Fundação John Aspinall, proprietária de dois zoológicos na Inglaterra, agora parceira do zoológico de Belo Horizonte, para onde forneceu gorilas, precisa reproduzir e comercializar seus próprios exemplares, pois não há outro meio de perpetuar sua coleção, já que a Aliança de Santuários Africanos não permite que os primatas saiam do continente. A Fundação possui um projeto de soltura de gorilas na África, talvez como paliativo de sua atividade lucrativa. E como todos os zoológicos utilizam desses meios para alegar educação ambiental e proteção à fauna. Contudo continua a reproduzir, exibir, emprestar, vender e exportar gorilas, mantendo seu projeto principal de coisificar a vida, como meio de sustento e lucro.

Essa informação foi noticiada em 24/09/2013 e o gorila Leon, já em Belo Horizonte, é pai do filhotinho *Ayô* (que em iorubá, significa *alegria*), nascido em maio de 2017¹⁶.

¹⁵ Idem.

Importante colocar que várias manifestações no espaço destinado a comentários dos leitores, na notícia vinculada pela internet, são absolutamente contrárias ao processo dos zoológicos e consideram hipócrita a escolha do nome. Os gorilas de modo geral (principal atração do Zoológico de Belo Horizonte), por incrível que pareça são presas fáceis para caçadores, pois só se defendem com luta corporal em última instância. Mesmo sendo o primata mais forte do mundo, só ataca outra espécie em legítima defesa, e antes tenta afastar o inimigo urrando, batendo no próprio peito e quebrando galhos. Além disso, sendo vegetariano, não apresenta risco de caçar um ser humano para se alimentar; pelo contrário, em várias regiões da África acabam acostumando-se com a presença humana por causa do turismo. Na natureza vivem em grupos familiares, sentem fortemente a perda de um ente querido e o macho dá a vida para salvar a família. Então a solidão nos zoológicos pode levá-los à depressão e, depois de certo tempo não aceitam mais a companhia de sua espécie, nem de nenhuma outra. Essas referências, denunciando a questão dos zoológicos e informativas sobre a vida dos gorilas, são oriundas do GAP – Great Ape Project (Projeto dos Grandes Primatas), um movimento internacional que luta pela garantia dos direitos básicos à vida, liberdade e não tortura dos grandes primatas não humanos¹⁷.

Imaginemos quanto sofrimento essa espécie animal (e milhares de outras) passaram até que a ciência decifrasse seus instintos e os zoológicos pudessem imitar, minimamente, a organização social desses animais. Infelizmente nem todas as espécies já tiveram essa “sorte”.

A autossustentação humana, em seus caprichos, anseios e desvios éticos, extrapola as necessidades básicas da preservação da vida, e cria uma cultura em que o produto final tem como finalidade única o humano, não somente sua sobrevivência e bem-estar, mas também tradições inúteis, por exemplo. Todos temos um senso de justiça que é humano, claro, mas é o termo, a sensação, o valor, o ensinamento, a descoberta, a criação do termo, o estudo sobre ele, que são fatores humanos. A aplicação do termo faz diferença, na prática, para todos os seres vivos, considerados ou não, como sencientes.

A coisificação da vida animal para entretenimento humano ou “aprendizagem” infantil não é exclusividade dos zoológicos. Nas feiras de grandes animais, ornamentadas e sustentadas pelos detestáveis rodeios é notável a exploração animal em quase todas as instâncias imagináveis. As imagens abaixo foram obtidas por mim mesma, em uma dessas feiras, no início de meu doutorado.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/ay%C3%B4-%C3%A9-o-nome-escolhido-para-o-filhote-de-gorila-de-bh-1.1515754>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.projeto-gap.org.br/primata/gorilas/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.



FIGURA 7 - Placa informativa dos prêmios/brindes do jogo da pescaria
Fonte: Acervo da autora.

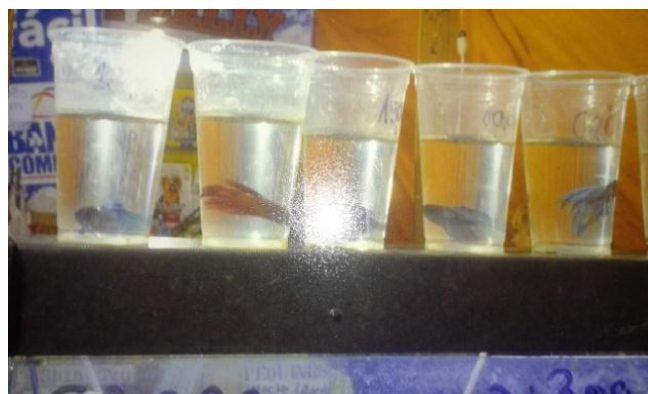


FIGURA 8 - Peixes da raça Betta, em copos plásticos, à venda e em exposição para eventual premiação
Fonte: Acervo da autora.

A clareza da placa informativa, singela e tosca, nos faz refletir sobre o custo monetário de uma vida, e a comparação dessa vida com outras coisas que são realmente coisas. A sensação é densa e triste, mesmo sabendo que o ser humano, em específico, dono do estande pode não ser um “homem totalmente mau”, como já vimos. Abarrotado de crianças eufóricas pelos diversos animais que ali estavam, cães, hamsters e peixes, uns imersos em terror, enquanto outros em letargia profunda, o estande era um antro de berros, choro, calor e medo. Esses não são os animais clássicos de zoológicos e criadouros, mas também passam maus bocados pela mesma lógica do cativeiro, em seu microcosmo.

Atrevo-me, ainda, à comparação, no tema da falta de ética, entre os zoológicos e os hospícios. Embora reconheça uma série de outros lugares de confinamento humano, nos quais as comparações também seriam válidas. Para esta alegação apoio-me em Michel Foucault em sua obra “Doença Mental e Psicologia”.

Na lógica dos locais de manutenção de animais confinados o que vemos é repetitivo. Há pelo menos três tipos de humanos que interagem com a vida desses animais: os tratadores diretos, os responsáveis legais pela administração local e a sociedade civil. Destituído o animal preso de sua saúde mental e de suas possibilidades naturais de defesa e fuga, o humano que o rodeia, o primeiro tipo, é, ao mesmo tempo, seu carrasco e seu salvador, aquele que rouba o essencial de sua alma, mas também aquele que alimenta o seu corpo, os tratadores. Já os humanos que os colocam ali, o segundo tipo, encarregados da burocracia administrativa, e que nem os tratam, nem os conhecem, muito menos conhecem o cheiro ou as cores de seus recintos, são, supremamente, seus chefes e seus julgadores. Dizem estar prontos caso haja uma falha na segurança, e caso o animal mude de comportamento. Esses humanos, quando muito, definem objetos sempre inanimados e frustrantes, para não dizer invisíveis (porque muito rapidamente deixam de ser interessantes), que compõem o cenário (sim, cenário) do recinto em que viverão para sempre. E quando interessados nas interações do animal, poderão observá-lo, sem que isso, necessariamente, o atinja eticamente, pois segue o determinismo de sua função.

Por último, e por outro lado, a sociedade civil, o terceiro tipo de humanos com que interagem visualmente os animais, poderá manifestar-se de duas maneiras: a maneira clássica, o entretenimento e a saciedade da curiosidade; e a maneira revolucionária, a denúncia e a insatisfação pelo presenciamento da indignidade a que são submetidos esses animais. Mas, mesmo nesse caso, não poderá adotar os animais ou libertá-los da condição de cativos. Ela, a sociedade, é livre para reclamar, mas não apresenta solução; então não é autoridade. Os humanos que atendem ou usufruem do animal cativo são a voz da verdade, da autoridade da solidão, da autoridade da miséria etológica e social desses animais. O humano é, para o animal do zoológico, também o *agente das sínteses morais*, termo que tomo de Foucault, quando afirma:

Pinel, em Bicetre, utiliza técnicas semelhantes, depois de ter "libertado os acorrentados" que aí se encontravam ainda em 1793. Certamente, ele fez ruir as ligações materiais (não todas entretanto), que reprimiam fisicamente os doentes. Mas reconstituiu em torno deles todo um encadeamento moral, que transformava o asilo numa espécie de instância perpétua de julgamento: o louco tinha que ser vigiado nos seus gestos, rebaixado nas suas pretensões, contradito no seu delírio, ridicularizado nos seus erros: a sanção tinha que seguir imediatamente qualquer

desvio em relação a uma conduta normal. E isto sob a direção do médico que está encarregado mais de um controle ético que de uma intervenção terapêutica. Ele é, no asilo, o agente das sínteses morais. (FOUCAULT, 1975, p. 57).

Ora, se nos horrorizam e aterrorizam essas possibilidades de tratamento às doenças mentais, tanto mais nos aterroriza saber os limites das patologias mentais, a tênue linha que separa nossas angústias, depressões e pânicos, ditos próprios do século XXI e perdoados pelos hospícios; do outro lado da linha: onde devem ficar aqueles a quem não se deve dar ouvidos, que “não respondem por si”, e que não devem frequentar o nosso lado do mundo. Nunca esquecendo, é claro, que não há porta e muito menos fechaduras entre um lado e outro da linha, ou seja, qualquer um de nós pode estar aqui hoje e lá amanhã. E como nos sentiríamos se tal acontecesse?

Talvez em pequenos exercícios de empatia como esse possamos entender um pouco, mas muito pouco, sobre o que sentem os animais presos. Muito pouco porque eles nunca têm consciência do por que estão sendo presos. A única lógica pela qual podem entender porque estão presos é a de que cometeram um erro ao chegar perto demais de um ser humano, porque quase sempre esse é o motivo, para “bem” ou para mal que resulta com que os animais sejam encarcerados. A aproximação do ser humano deve ser evitada a qualquer custo. Essa deve ser uma lição de senso comum para os animais silvestres: fugir dos predadores, inclusive daqueles que não os comem.

É claro que minha analogia pode soar exagerada, e guarda limites consideráveis em relação à consideração ética para com semelhantes doentes. Pelo menos nos zoológicos e criadouros não há técnicas médicas macabras de punição, como nos internatos para “loucos”. Mas neste trabalho tratamos de valorizar as sensações e sentimentos de cada indivíduo, da valorização de sua vida. E em ambos os casos o desprezo pelas vidas e suas sensações é muito associável. Desta forma concluímos, em primeira instância, que o aprisionamento animal é antiético, especialmente com fins injustificáveis, como foram os poucos casos dados aqui como exemplos.

A relação humano-não humano que trazemos nesta pesquisa, só perde em tempo de existência para os casos de domesticação. O espetáculo com animais tem sido comum há séculos, e consiste em impressionar um público. Antigamente por poder, entretenimento e dinheiro. Hoje continua sendo por tudo isso, porém criou-se, de certa forma, um “nome fantasia” para a continuação dessas atividades, chama-se *tradição*. Somente para citar como exemplo de espetáculo vale lembrar que ainda acontecem, em alguns lugares, as ostensivas e tão desprezíveis touradas, os rodeios e provas de laço, as rinhas, as corridas, e os animais em

circos. Porém neste trabalho, como já explicitado, debruço-me somente na exploração dos animais subjugados ao cativeiro para exibição e suas consequências.

Complementando o que sabemos sobre domesticação, afirmo que os animais silvestres não são domesticáveis, não podem ser domesticáveis, e não devemos permitir que a sociedade naturalize essa atividade. Alguns animais silvestres são vistos hoje como “de estimação” por apresentarem, aparentemente, uma boa aceitação ao convívio humano. Mas isso não significa que sejam domesticáveis. São conhecidos acidentes terríveis nessa relação insustentável, onde predadores matam seus “donos”, e a desistência da criação de alguns animais leva seus donos a libertarem o animal em um ecossistema que não é o seu, causando grandes desequilíbrios ambientais, os quais as pessoas fingem e preferem não saber. Além daqueles recolhidos de meio doméstico por órgãos fiscalizadores responsáveis que, apesar de estarem apenas fazendo seu trabalho burocrático, dificilmente dispõem de um local com condições dignas para o acolhimento do animal que saiu de uma casa onde, muitas vezes já estava, pelo menos, habituado.

Mesmo que fosse possível, a ideia de domesticar mais animais provoca uma grande contradição, quando queremos dar a eles a verdadeira emancipação. Porque para esses, os ditos selvagens, deveria haver tempo, tempo para que vissemos neles nossa ideologia prosperar. É como se pudéssemos, e podemos, parar o relógio da domesticação/exploração com uma consciência tardia pós-moderna, mas efetiva. Não deveríamos criar um animal silvestre, exótico ou nativo no meio doméstico. Mesmo que isso pareça o melhor, ou que pareça que não lhes fará mal. À parte o sofrimento individual do animal em questão, essa manipulação da natureza, é um perigo real que já nos circunda. As adaptações têm acontecido descontroladamente, e isso tem causado, digamos, um equilíbrio torto, irrefutável e sem retorno.

Acreditando que esses animais, já cativos ou em perigo de o serem, têm direito assim como todos os outros animais, a garantir sua liberdade, independente das desculpas que a ciência, a indústria ou a “educação” possam usar para nos persuadir, fortaleço este capítulo com algumas influências importantes do Direito Animal, no mundo todo.

Os pontos apresentados até aqui são explicitados por mim após leituras, consultas e experiência com o tema, por diversos meios. Não há nada inédito, porém procurei introduzir o assunto com minhas palavras, e algumas poucas referências interessantes. Assim visualizados alguns casos reais, partimos agora para as considerações teóricas em torno do tema, buscando responder e fundamentar por que os animais devem ser sujeitos de direitos, e por que até agora isso ainda não é realidade.

2.3.2 Direitos Animais na Filosofia

Para iniciarmos esta matéria podemos resgatar que o crescimento e estabelecimento dos chamados Direitos Civis fizeram com que mais cuidado fosse tomado para com vidas humanas que até então não tinham “importância” social. A partir deles a criminalização da exploração e de muitos atos agressivos contra um determinado grupo de pessoas efetivou-se e buscou fazer transparecer uma mancha na sociedade humana cada vez que um desses crimes era praticado. As origens dos direitos civis, como o direitos da mulher, direitos da criança, direitos dos gays, respectivamente, fez nascer uma nova consciência nas pessoas, que deveria, então ser refletida pela justiça. Daí que de novas consciências morais podemos esperar o melhor, um desenvolvimento ético social.

Importante lembrar também que a ideia de Direitos existe porque existe violência. A invenção dos Direitos teve seu nascimento na negação. A negligência à proteção, à dignidade, à liberdade, ao bem estar, à vida, e a tantos outros aspectos, desgastou grupos humanos que algum dia uniram-se em prol de uma revolução lenta, mas furiosa, em busca de justiça, em busca de uma saída da condição de vítimas, seja de violência física direta, psicológica, emocional e assim por diante. Não se tem notícia, por exemplo, de uma luta pelos direitos dos homens brancos e ricos, como questionei acima. E não o faço como provocação, ou figuração. Isso não aconteceu porque, fatalmente, esse grupo social não sofreu a negação de tantos outros grupos humanos e não humanos no decorrer da história, ou seja, ao que se sabe não sofreu nenhuma negação ou violência física ou psicológica ligada como consequência de seu fenótipo ou poder aquisitivo. Schweitzer colocou que “*O fundamento do Direito é o espírito humanitário*” (SCHWEITZER, 1953). O direito, assim, deve ser cego no sentido de não lhe importar as diferenças; deve ter como base absoluta a ética, o certo pelo certo, tal que:

Quando reivindicamos nossos direitos, não estamos pedindo a generosidade de ninguém. Não estamos dizendo: “Por favor, teria a bondade de me dar uma coisa que eu não mereço?” Ao contrário, quando reivindicamos nossos direitos, estamos exigindo um tratamento justo, estamos exigindo o recebimento daquilo que nos é devido. (...) Por causa de sua vulnerabilidade, as crianças e as pessoas que vivem na pobreza são presas fáceis de quem procura levar alguma vantagem pessoal ou pública. Quando os vulneráveis são usados como meios para tais fins, as pessoas que entendem o dano causado têm o dever de intervir e de se manifestar em defesa das vítimas Além do mais, esse dever é, na verdade, uma exigência de que se faça justiça, não um apelo à generosidade. (...) Quanto menos capazes as pessoas forem de defender seus direitos, maior é nosso dever de defendê-los para elas. (REAGAN, 2006, p. 50).

Os Direitos Animais, como todos os outros, são uma ideia construída a partir de fatos, não de doutrina, fundamentalismo ou modismo. Nos últimos quarenta anos alguns autores, entre filósofos, educadores, advogados e juízes, ocuparam-se de pensar e escrever este novo campo de Direitos. Na história encontramos registros de filósofos preocupados com o tratamento que dávamos aos animais desde muito cedo, porém sempre em minoria esmagada pelas interpretações bíblicas e pelo racionalismo cartesiano, no qual aquilo que parece carecer de razão não pode usufruir de direitos.

Nas ciências humanas vejo que criticar Descartes, por meio de outros autores, de vários ditos, é quase uma tradição, que sempre seguí, entusiasmadamente, tamanha colaboração desse autor no desserviço ético e moral com que tratou os animais e convenceu as pessoas a fazê-lo. E também por causa da dureza de sua ciência, a fragmentação que fez do seu método, o único capaz de se chegar ao conhecimento, o que pode ter feito dele um gênio de sua época, mas que nossos cientistas contemporâneos ainda seguem à risca, talvez por falta de algo que o substitua com a veracidade e exatidão exigida pelos seus superiores (ambas falaciosas), mesmo agora onde tudo indica que devem abandonar esse método. Porém, até o momento não tinha eu me deparado com as palavras originais do autor, quando tratou dos autômatos, e agora minha vontade é transcrever aqui todas as últimas quatro páginas da parte 5 de sua obra *Discurso do Método*, de 1637, tamanha clareza de expressão do autor em suas convicções que insistimos em combater. No entanto preciso eleger trechos menores, o que é desafiador, mas arrisco:

Pois é uma coisa fácil de se notar que não há homens tão embrutecidos e tão estúpidos, sem excetuar nem mesmo os dementes, que não sejam capazes de combinar diversas palavras e de com elas compor um discurso no qual possam expressar seus pensamentos; e que, pelo contrário, não há outro animal, por mais perfeito e bem nascido que seja, que faça o mesmo. (...) E isto não prova somente que os animais têm menos razão que o homem, mas que não têm absolutamente nenhuma. Pois vê-se que basta muito pouca razão para saber falar. (...) E não se devem confundir as palavras com os movimentos naturais, que expressam as paixões e podem ser imitados tanto pelas máquinas quanto pelos animais; nem pensar, *como alguns autores antigos, que os animais falam embora não entendamos sua linguagem*. Pois se fosse verdade, já que eles têm vários órgãos correspondentes aos nossos, *poderiam fazer-se entender tanto por nós como por seus semelhantes*. (...) Aliás, neste ponto prolonguei-me um pouco sobre o tema da alma, por ser ele dos mais importantes pois, depois do erro dos que negam Deus, o qual penso já ter suficientemente refutado, não há outro que afaste mais os espíritos fracos do caminho reto da virtude do que imaginar que a alma dos animais seja da mesma natureza da nossa... (DESCARTES, 2001, p. 64-66) (grifo meu).

A partir das palavras diretas do autor, é possível sentir certa serenidade teórica, ao passo que suas conclusões não podem ser julgadas como cruéis aos animais, mas como provindas de um conhecimento falho e parcial, natural nos primórdios de toda descoberta. Independente da ideia de Deus, o problema de Descartes não é só o desprezo pelo funcionamento do corpo do animal na semelhança com o nosso, mas descaradamente de fazer juízo da razão a partir, necessariamente, da capacidade da fala, o que retiraria da esfera da razão e, portanto, de Direitos, vários seres humanos. O desconhecimento completo acerca da etologia apresenta outra lacuna que, em nosso tempo, já preenchemos, qual seja a observação das linguagens animais, conforme grifei.

Não é mistério para nenhum cientista hoje, nem para qualquer humano leigo, que os animais se comunicam muito bem entre seus semelhantes, e muitos deles também conosco. Desta forma Descartes possui um “perdão histórico” pelo que, talvez, nem poderíamos ainda chamar de erros, mas de profundas limitações individuais. Limitações estas que foram superadas e, aliás, já tinham sido antes dele, conforme meu grifo sobre “autores antigos”. De qualquer forma, de alguns séculos para cá a maioria de nós já tem certeza sobre nossa semelhança com os animais, especialmente no que se refere à dor e bem-estar. Portanto, continuar a fazer ciência e tradições à moda do Discurso do Método, levando ao pé da letra toda a teoria de Descartes, é negar a própria ciência. E fazê-lo apartado dos discursos das ciências humanas, do Direito, ignorando a relação entre ética e biologia é a própria propulsão da fragmentação do conhecimento, da ciência cega e da ignorância moral.

Percebemos que motivações para tal novidade intelectual/social não são novas, e haja vista a natureza axiomática e compassiva desta área ela não necessitaria de profundos estudos científicos para se apoiar ou consolidar. Mesmo assim há registros de muitos pensadores, desde 1600, que já descreviam o quanto se sentiam horrorizados com o tratamento estendido aos animais na sociedade europeia. Não é difícil supor que pessoas comuns, não habituadas a presenciar a violência velada na exploração animal diária pela indústria, tradição ou ciência, sintam um inigualável desconforto e pavor quando tomam consciência dos procedimentos de manuseio e abate desses animais, o que exemplifica o que dissemos agora sobre ser prescindível que a solidificação dos Direitos Animais dependa apenas de longevos e intensos estudos científicos.

Tem sido comum na comunidade vegetariana encontrar relatos de que o próprio Leonardo da Vinci não suportava a ideia de comer carne, desde a infância, e que comprava pássaros engaiolados para libertá-los. Não existem relatos assinados por ele com essas afirmações, mas alguns autores de altíssimo grau já citam esses relatos em suas obras, por

acreditarem que Leonardo, provavelmente, poderia sim ter essas convicções pessoais. Tom Reagan (2006) é um desses autores.

Hoje o campo dos Direitos Animais ainda luta por atenção e deferência nas Academias, mas está longe de perder a batalha em um confronto de argumentação. Apesar da marginalização da área, ainda recente nas instituições de ensino superior e tribunais, ela se pauta nos mesmos princípios morais que conhecemos, apenas estendendo-os a mais “partes interessadas”, neste caso os animais não humanos, os quais portanto não têm voz, ou de quem não se escutam as súplicas. Reconhece-se, assim, necessidades que não haviam sido admitidas na prática, e desvela-se um panorama moral que sempre esteve lá, mas que, a partir do século XX, salta aos olhos cada vez mais em novos dilemas éticos do cotidiano comum da sociedade. Um campo teórico e prático que se torna mais cristalino na aceitação da irrefutável fusão entre preceitos morais reconhecidos, baseados na dura racionalidade, e a simples busca por clemência. No campo da racionalidade encontramos manifestações intelectuais provocativas como a de Harari, que somam no nosso entendimento, e exemplificando nosso delírio moral social:

Será que poder implica direitos? Será que a vida humana é mais preciosa que a vida dos suínos, simplesmente porque o coletivo humano é mais poderoso que o coletivo suíno? Os Estados Unidos são muito mais poderosos do que o Afeganistão; isso implica que a vida dos americanos tem valor intrínseco maior do que a vida dos afegãos? (HARARI, 2016, p. 108).

Esse tipo de questionamento, entre muitos, é um tijolo para a construção dos argumentos filosóficos centrais para que respeitemos os animais. Toda a nova consciência deve fazer perguntas e procurar respondê-las. O que vem a seguir é consequência natural.

Sabemos que o Direito é uma ferramenta de regulação social. A questão não é simplesmente discutir se os animais devem ou não ter direitos sob o ponto de vista de um diálogo entre pontos de vista. Os fatos, não ideológicos ou históricos, mas concretos, é que devem ser considerados pela questão ética, que vai construir a questão moral, que por sua vez determinará o que o Direito deve proteger. O sofrimento animal não é um ponto de vista. A importância que as pessoas dão a ele é que é. Mas o merecedor de atenção ética é o fato do sofrimento, e não os diferentes pontos de vista sobre esse sofrimento.

O termo *senciência*, utilizado para designar a ciência de si, ou o sentido de si, foi primeiramente considerada pelo filósofo e advogado inglês do século XIX Jeremy Bentham (*apud* FRANCIONE, 2013). Ele afirmou que essa característica, ou seja, a capacidade de

experimental dor e sofrimento era a única exigida para provar o *status* moral dos animais. Gary Francione, em nota, complementa o conceito afirmando:

Minha definição de senciência como a consciência da dor distinguiria os seres sencientes dos seres que não têm nada além de reações nervosas nociceptivas, nos quais um dano ao tecido pode causar ações reflexivas, mas onde não há nenhuma percepção de que é o *self* que está sentindo dor. (grifo do autor) (FRANCIONE, 2013, p. 44).

Em 1975 o filósofo australiano Peter Singer lançou a obra “Libertação Animal”, um marco do assunto, e que estremeceu a estrutura da moral aceita pelas massas em nosso tempo, justamente por dissecar e contrapor cada uma das, até então, ditas razões para fundamentar a exploração animal. Nesta obra, além de contextualizar e construir uma crítica pertinente, ao ponto de tornar célebre seu livro, mesmo em um meio que *a priori* não o aceitasse, o autor trata ardorosamente de dois tipos de exploração animal que se dá em larga escala e que, atualmente, escraviza bilhões de seres todos os anos: a indústria alimentícia e a indústria farmacêutica. Ou seja, ele nos explica, com sórdidos detalhes, como se dá a criação de animais para consumo humano e os testes de animais em laboratório, nos Estados Unidos. Para esse último baseia-se em resultados descritos pelos próprios laboratórios, textos formulados pelas próprias instituições, e não por observadores terceiros, ou protetores dos animais. E o que vemos é uma total inutilidade dos resultados dos testes nos casos relatados e uma crueldade obscura e imponderável aplicada aos animais, já que são tratados como se nem ao menos estivessem vivos.

A partir daí a questão dos Direitos Animais cresceu muito no próprio meio do Direito e no meio da Filosofia. Hoje temos diversos autores que construíram uma ideia ética ainda mais complexa que a de Singer, em busca do Abolicionismo Animal¹⁸. Expliquemos: Há duas vertentes na área da proteção animal, são elas: a corrente bem-estarista, que procura sempre o “menos ruim”, que batalha para um tratamento mais digno aos de animais de criação, tanto na vida como na hora da morte; e se desenvolve a partir do fato de que será muito difícil e demorado erradicar a exploração como um todo, então algo tem que ser feito agora para tornar menos dolorosa a vida dos animais que estão sob condição de escravos. A outra vertente é a do abolicionismo, mais ideológica e mais ética. Trata-se, como diz o nome, de abolir toda a forma de exploração animal no mundo, sem reservas ou exceções.

¹⁸Abolicionismo Animal refere-se à luta pela libertação dos animais de todo o tipo de exploração a que possam estar submetidos. Requer o mesmo princípio da consideração de negação e superação da escravidão.

O abolicionismo quer que os animais sejam, de uma vez por todas, considerados donos de si mesmos e que não estejam mais, ainda que bem tratados, subjugados pelo homem para suas ditas necessidades e confortos. Essa corrente alerta para o perigo do bem-estarismo por este último correr o risco de legitimar as ações que busca combater. Como veremos, mais adiante, sobre enriquecimento ambiental nos recintos dos cativeiros, as ações bem-estaristas são bem intencionadas, porém a convenção é de que percam seu propósito de bem, quando seu preceito torna-se dizer *como* explorar, ao invés de dizer para *não* explorar.

Aqui poderíamos dizer que encontramos um exemplo real do conceito de ecologia da ação, de Edgar Morin, já explicitado anteriormente, onde a boa ação pode encontrar desvios e suas consequências finais não serem aquelas desejadas previamente. A luta do abolicionismo assim é também contra esse tipo de atitude, embora as duas correntes pertençam à área dos direitos animais. Essa dualidade se dá, pois, no fato de que uma das vertentes pode atrasar e contradizer os preceitos que para a outra representam uma luta intensa e incansável.

Em suma o que devemos afirmar de antemão é que os animais têm seus próprios propósitos, e essa inferência simples é que não tem sido facilmente compreendida pelas mentes humanas mais tradicionais. Está claro que quando se trata de direitos, mesmo na comparação com direitos humanos, que não é absurda, não queremos dizer aplicar os mesmos direitos para todos os seres, no sentido de proporcionar as mesmas circunstâncias. Um exemplo ilustrativo pode ser considerarmos negar o direito à escola para uma criança em idade escolar. Isso não é apenas errado; é também um crime, pois está claro que todas as crianças têm direito à escolaridade. Essa é uma fase muito importante para a sua existência e formação; não é uma opção de seus responsáveis legais, é seu dever. E haverá perda para a criança se lhe for desprovido esse direito. Coloquemos agora no lugar da criança um animal qualquer. Podemos negar a escolaridade para um animal? Lutamos para que os direitos animais se igualem aos direitos humanos. E nesse caso?

Quando tratamos de ideais aparentemente novos, acabamos por exemplificar causando um impacto que é tanto polêmico como caricato. É claro que os animais não devem e nem precisam ir à escola; isso sequer seria uma negação. Isso jamais foi considerado por eles, ou por nós, em sã consciência.

Os direitos dos “sujeitos de uma vida” (já veremos como chegamos nesse termo) devem ser ponderados coerentemente às suas necessidades específicas. Até onde sabemos os animais sentem, como nós, dor, prazer, alegria, sofrimento, frio, calor, fome e sede; são capazes de encontrar ou construir seus abrigos; procurar sua comida; buscar parceiros sexuais; cuidar de sua prole; além disso, buscam seu bem-estar e sobrevivência com a mesma

vivacidade que faríamos, sadiamente. Parece-nos muito claro, aqui, para tanto, que é bem pouco perto do que consideramos necessidades humanas hoje, os animais precisariam apenas ser deixados em paz, para viverem naturalmente suas vidas. É isto, tão simples quanto parece. Sem captura, cárcere ou uso humanos, e de preferência sem que devastemos seus habitats. Mas o conteúdo desta resposta deixa de ser simples já que a maioria de nós está, ainda hoje e, tomara, cada vez menos, baseado na exploração animal para mantermos o que chamamos de uma vida digna, ou de *bem viver*.

Como vimos, o progresso do *Homo sapiens*, tal como se entende e se repete em nossa sociedade, foi pautado numa inimaginável capacidade de domínio e exploração do mais forte pelo mais fraco, em todos os sentidos e esferas da vida, humana ou animal. No ponto em que estamos não podemos fingir não ver a realidade, nem recuperar o irrecuperável, e nem partir para uma ideologia utópica ao ponto de nem sabermos por onde começar. Temos que trabalhar com os fatos, tal como estão, e com as possibilidades sólidas de melhoramento e salvação para os bilhões de vidas exploradas em curso, e principalmente trabalhar para que não haja mais, e continuamente, outros bilhões de vidas e mortes sob domínio humano. Para tanto é necessário compreender e saber conceder os direitos básicos para cada uma delas.

A seguir utilizo-me, como anunciei, dos grandes nomes da área dos Direitos Animais para aprofundar e ilustrar melhor o que tento trazer nesta pesquisa enquanto fundamentação moral e teórica para o tema abordado.

2.3.2.1 Os Pensadores sobre Direitos Animais

A teoria de Peter Singer é considerada hoje como corrente do Utilitarismo¹⁹, já preconizado por Jeremy Bentham, na qual as ações devem ser medidas conforme sua finalidade, e devem aumentar a felicidade e diminuir a dor geral. O panorama filosófico-acadêmico dos Direitos Animais hoje em dia está trabalhando na superação de tal conceito, abandonando a aclamação por Singer, pois novos pensadores estão construindo teorias mais ajustadas vinculadas ao Abolicionismo Animal. Porém não acho justo subestimar qualquer teoria ou teórico que tenha dado o pontapé inicial, que tenha elevado para o meio acadêmico tema tão relevante e problemático. Muitas das ideias explanadas por outros autores,

¹⁹O entendimento da teoria proferida por Bentham e sustentada por seus seguidores era que para a interpretação da norma dever-se-ia levar em consideração os efeitos reais produzidos. A qualificação dos efeitos teria como base *utilidade*, sendo o bom aquilo que traz prazer e mau o que causa dor. Complementando esta frase, sob o prisma social bom e justo é tudo aquilo que tende a aumentar a felicidade geral. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=155>. Acesso em: 09 jan. 2018.

posteriormente, tiveram origem direta ou indireta em Singer, ainda que na função de antítese. Singer, na já anunciada obra de 1975, nos avisa: “*Em todo caso, as conclusões defendidas neste livro partem do princípio da minimização do sofrimento*” (SINGER, 2010, p. 34). Portanto, não pretendo que este autor passe por meu texto despercebido. E, cronologicamente, ele deve ser o primeiro a ser trazido aqui.

Em relação à dor sentida pelos animais e complementando, filosoficamente, o que a biologia já nos afirmou:

Sabemos, por experiência própria, que as explicações para nosso comportamento que não se referissem à consciência e à sensação de dor seriam incompletas; e é mais simples supor que o comportamento dos animais com sistemas nervosos semelhantes deva ser explicado da mesma maneira. (SINGER, 2010, p. 19).

Conceitos já muito conhecidos nos Direitos Animais merecem ser trazidos por este autor que, inspirado em Bentham, disse:

A capacidade de sofrer e de sentir prazer é um pré-requisito para um ser ter algum interesse, uma condição que precisa ser satisfeita antes que possamos falar de interesse de maneira compreensível. Seria um contrassenso afirmar que não é do interesse de uma pedra ser chutada na estrada por um menino de escola. Uma pedra não tem interesses porque não sofre. Nenhum modo de atingi-la fará diferença para o seu bem-estar. A capacidade de sofrer e de sentir prazer, entretanto, não apenas é necessária, mas também suficiente para que possamos assegurar que um ser possui interesses – no mínimo, o interesse de não sofrer. Um camundongo, por exemplo, tem interesse em não ser chutado na estrada pois, se isso acontecer, sofrerá. (SINGER, 2010, p. 13).

O princípio de igual consideração proposto por Singer faz saltar exemplos práticos sobre diferenças e semelhanças relevantes na hora de observarmos com uma ação humana de domínio do animal. E um deles refere-se propriamente ao tema deste estudo:

Em alguns casos os animais podem sofrer mais, devido à capacidade de compreensão mais limitada. Por exemplo, se fizermos prisioneiros de guerra, podemos explicar-lhes que, embora tenham de se submeter à captura, revista e confinamento, não serão importunados de outras maneiras, e terão a liberdade quando cessarem as hostilidades. Se capturarmos animais selvagens, entretanto, não podemos explicar-lhes que sua vida não está ameaçada. Um animal selvagem não consegue distinguir entre uma tentativa de dominação para confinamento e uma tentativa de morte: uma provoca tanto terror quanto a outra. (SINGER, 2010, p. 26).

Isto quer dizer que a captura, o aprisionamento, e a manutenção do animal em local de cativeiro, mesmo que para fins de “beneficiá-lo” ou salvá-lo, não é compreendida por ele, o indivíduo animal, como uma ação boa por si mesmo. Sentiria o mesmo pavor e tédio se tentássemos “explicar” a ele que nossa intenção é proporcionar conforto e salvaguarda, e não

temos a intenção de lhe causar pânico e a monotonia e melancolia patológicas comuns a todos os cativos.

Singer deixa muito clara sua posição em relação à moralidade para com os animais, não aderindo aos argumentos da compaixão, pois não acredita que ela e a simpatia sejam suficientes para convencer as pessoas de que o especismo²⁰ é algo muito errado. Ele considera que “*o apelo da razão é universal e contundente*” (SINGER, 2010, p. 354). Encerro a apresentação e emprego deste filósofo no meu texto com uma citação que representa o meu próprio pensamento acerca da filosofia, comentário facilmente conexo à problematização necessária sobre os Direitos Animais se solidificarem como um campo de estudo teórico/acadêmico e (por que não?) popular também.

A filosofia deve questionar as pressuposições básicas de cada época. Refletir, de maneira crítica e cuidadosa, sobre aquilo que a maioria toma como certo é, acredito, a principal tarefa da filosofia, aquela que a torna uma atividade digna de existir. Infelizmente a filosofia nem sempre desempenha seu papel histórico. A defesa da escravidão feita por Aristóteles permanecerá sempre como um lembrete de que os filósofos são seres humanos e estão sujeitos aos preconceitos da sociedade a que pertencem. Às vezes, conseguem libertar-se da ideologia dominante; com mais frequência tornam-se seus mais sofisticados defensores. (SINGER, 2010, p. 344).

As ácidas palavras do autor podem ser lidas com algum amargor, ou como uma lâmpada a ser acesa, aguardando os pensadores mais preocupados. Sabe-se que Aristóteles, simbolicamente, teve um perdão histórico da sociedade. Ninguém pode discordar de sua genialidade em seu tempo, nem fingir que ele não fez muitas contribuições ao Conhecimento, mesmo quando engolimos a seco seu machismo e a naturalização com que explicava a escravidão, que apenas o contextualiza em seu tempo-espaço. A partir da colocação de Singer penso que mesmo sua limitação, à luz do nosso século, foi uma contribuição, pois o caráter *humano* da filosofia e do fazer filosofia carrega consigo a falibilidade, e a potência à renovação, dando a quem quer que seja a capacidade de superar a si mesmo, a cada momento.

Em *Direito Ambiental Pós-Moderno* (2009), o autor de várias obras sobre Direitos Animais e Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Herón José de Santana Gordilho, traz à tona questões em relação ao abolicionismo animal, buscando a origem do *especismo*, já apresentado anteriormente, na civilização ocidental. Como vimos, o termo estabelece um

²⁰ Os racistas violam o princípio da igualdade ao conferir mais peso aos interesses de membros de sua etnia quando há um conflito entre os próprios interesses e os daqueles que pertencem a outras etnias. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecer os interesses do próprio sexo. Analogamente, os especistas permitem que os interesses de sua espécie se sobreponham aos interesses maiores de membros de outras espécies. O padrão é idêntico em todos os casos (SINGER, 2010, p. 15). O termo foi definido em 1970 pelo psicólogo Richard Ryder, professor da Universidade de Oxford.

paralelo entre nossas atitudes perante as demais espécies e as atitudes racistas ou sexistas. Pois esses “ismos” (racismo, sexismo...) configuram comportamentos parciais ou preconceituosos em favor dos interesses dos membros de um grupo em detrimento dos interesses de outros grupos. Assim especismo é o preceito que crê que estamos acima dos animais simplesmente por sermos da espécie humana, e a espécie aqui vira principal motivo para a desconsideração da vida dos demais, ou seja, especismo é o termo que explicita usar a espécie para justificar a condição de propriedade dos animais e, conseqüentemente, da coisificação de suas vidas. Ele afirma que podemos explorar ou considerar inferiores outros animais porque eles não são da espécie humana. Assim como mulheres foram consideradas inferiores por não serem homens, ou negros considerados inferiores por não serem brancos.

O autor remonta a Aristóteles que afirma que a faculdade intelectual seria o próprio espírito, de modo que os animais, por serem apenas sensitivos, são, portanto, destituídos de espírito e, sendo assim, é apenas por impulso natural que os animais constroem seus ninhos, visto que eles não são capazes de deliberar, existindo, potencialmente, para servirem aos homens (GORDILHO, 2009, p. 127). É essa diferença, a racionalidade, que será o marco identificador da distinção entre homens e outras espécies animais. Esse é um primórdio do antropocentrismo e, portanto, do especismo. Conforme sustenta Gordilho (2009):

Com o cristianismo, herdeiro das ideias aristotélicas e estoicas, os animais não humanos vão continuar excluídos de qualquer consideração moral, razão pela qual continuaram a ser mortos em rituais religiosos ou desportivos, ao ponto de várias espécies terem sido simplesmente extintas na Europa. (GORDILHO, 2009, p. 130).

Em sua obra “Abolicionismo Animal”, Gordilho entra no embate contra possíveis pressuposições da defesa da exploração animal por uma “dignidade da pessoa humana”, o que se associa com o dito *bem viver* que coloquei anteriormente.

Como saber, portanto, se uma prática que submete os animais à crueldade atende ao princípio da dignidade da pessoa humana?, como saber se as leis e os atos administrativos que regulam atividades como rodeios, zoológicos, criação e abate de animais se constituem meios adequados para que o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana seja atendido? (...) Será que a dor, o sofrimento a que os animais são submetidos nessas atividades são proporcionais à satisfação dos desejos humanos? (...) Se entendemos por crueldade o ato de fazer o mal, atormentar ou prejudicar outrem através de atos insensíveis, desumanos, pungentes ou dolorosos, toda e qualquer ação “desumana” com os animais, longe de obedecer, ofende ao princípio da dignidade humana, mesmo porque vários estudos apontam que as pessoas cruéis com os animais tendem a sê-lo também com os seres humanos. (GORDILHO, 2009, p. 162).

Retomamos, agora, Tom Reagan, abolicionista, um dos mais célebres e didáticos autores de obras sobre Direitos Animais, que discorre argumentos muito importantes em relação ao tema. Reagan evidencia uma ampla linha de compreensão do ser humano, e sua necessidade de duvidar e esclarecer (tal como Sócrates ensinava aos jovens: o importante do ser humano é que ele faz perguntas). Desta forma, Reagan, mesmo sendo um “radical” (e veremos que isso não é ruim) pregador dos direitos animais, parte também do entendimento de que as pessoas podem demorar a compreender ou a descobrir as razões sólidas pelas quais animais têm direitos. Ele, inclusive explica em três categorias, os defensores de direitos animais (DDAs), colocando-se ele mesmo como um relutante²¹.

Para introduzir os Direitos Animais, o autor nos coloca, de forma descomplicada que:

Possuir direitos morais é ter um tipo de proteção que poderíamos imaginar como um sinal invisível dizendo: “Entrada proibida”. O que o sinal proíbe? Duas coisas: Primeira: os outros não são moralmente livres para nos causar mal; dizer isto é dizer que os outros não são livres para tirar nossas vidas ou ferir nossos corpos como bem quiserem. Segunda: os outros não são moralmente livres para interferir na nossa livre escolha; dizer isto é dizer que os outros não são livres para limitar nossa livre escolha como bem quiserem. Em ambos os casos, o sinal de “Entrada Proibida” visa proteger nossos bens mais importantes (nossas vidas, nossos corpos, nossa liberdade), limitando moralmente a liberdade dos outros. (REAGAN, 2006, p. 47).

Acima coloquei que ser radical²² não era ruim. De fato no mundo real tem sido comum dizer que algumas pessoas são “radicais demais” quando se trata de tentar poupar os animais. No entanto esse radicalismo, diferente do terrorismo, não fere ninguém. E se remete “ir à raiz”, ou seja, ser ou fazer ao máximo aquilo que se pretende. Reagan nos aponta que muitas pessoas são extremistas (o que vejo aqui como um sinônimo para radical) quando manifesta que:

...todos os que estão lendo estas palavras são extremistas quando se trata de estupro; somos contra o estupro o tempo todo. Cada um de nós é um extremista quando se trata de abuso infantil; somos contra o abuso infantil o tempo todo. De fato, todos nós somos extremistas quando se trata de crueldade com os animais; nunca somos a favor disso. (...) A verdade pura e simples é que pontos de vista extremos são, às

²¹ Reagan divide os DDAS em 1) Vincianos – aquelas pessoas que, ainda crianças, e sem serem ensinadas, demonstraram profunda empatia com os animais, vendo neles um semelhante, e procurando abster-se de tudo aquilo que lhes cause violência, sem que precisem de argumentação teórica para isso; 2) Damascenos – aquelas pessoas que despertaram, em algum momento de suas vidas para o sofrimento animal, geralmente a partir de uma situação de descoberta por um filme ou livro, ou ainda por uma situação traumática; 3) Relutantes – aquelas pessoas que sabem como tudo funciona, mas demoram a convencer-se, investigando sempre mais e buscando argumentos para tomar uma decisão e solidificá-la.

²² 1. Da raiz; 2. Inerente, inseparável; 3. Completo; 4. Que é drástico ou brusco; 5. [Política] Que quer reformas absolutas em política; 6. [Gramática] Pertencente ou relativo à raiz da palavra; 7. [Botânica] Diz-se das folhas que nascem junto da raiz. "radical", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/radical>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

vezes, pontos de vista corretos. Assim, o fato de nós sermos extremistas, no sentido de termos crenças incondicionais a respeito do que seja certo ou errado, não oferece, por si só, razão para se pensar que estejamos errados. Então a questão a ser examinada não é: “Os DDAs são extremistas?” A questão é: “Eles estão certos?” Como veremos, esta pergunta quase nunca é feita, e, menos ainda, respondida adequadamente. Uma conspiração entre a mídia e alguns fortes interesses se encarrega disso. (REAGAN, 2006, p. 13).

Com isso o autor quis nos dizer que a questão à qual deveríamos prestar atenção é a que fato se refere o extremista e não, antes disso, fazer o juízo de que ser extremista é errado. O importante, para Reagan, é dar espaço às argumentações, deixar todas as vozes serem ouvidas, reconhecendo que:

Direitos Animais é uma questão complicada. Ninguém, partidário ou oponente, deve esperar uma resposta simples. O princípio que nos guia deveria ser o seguinte: que todas as vozes sejam livres para falar, e falar sem interrupção. (REAGAN, 2006, p. 77).

Residiria aí uma democracia intelectual e ativista, que deveria ser absorvida na busca de compreensões pacíficas e de demandas de mudanças.

Estudemos agora o circuito percorrido por Reagan que desenrolou, passo a passo, essa “complicação”, até chegarmos à nomenclatura exata, qual seja, o “sujeito de uma vida”. Ele quer nos dizer, essencialmente, por que nós temos direitos, e paus e pedras não têm. Buscando argumentações sólidas e quebrando barreiras baseadas em vazios de significação, Reagan, pouco a pouco desmonta que:

seres humanos têm direitos porque 1. são humanos (verdade, mas não relevante); 2. são pessoas (relevante, mas não verdade), também premissa de Immanuel Kant de que só o homem é uma pessoa, porque só ele é capaz de moralidade; 3. são autoconscientes; 4. usam a fala (relembrando que isso foi um pré-requisito para Descartes); 5. vivem em uma comunidade moral; 6. têm almas; 7. Deus nos deu esses Direitos. (REAGAN, 2006, p. 53).

Essas costumam ser as premissas que sustentam porque humanos têm direitos e animais não, as quais o autor rebate uma a uma. Supondo que seja lógico o vazio de sentido do primeiro item, de que humanos são humanos e por isso têm direitos, pois seria como afirmar que pedras são pedras, e por isso têm direitos (não explica nada), podemos continuar, a partir da citação, a dismantelá-las desde a premissa 2, de que nem todos os humanos são “pessoas”. Para ela nos explica Reagan: “*Entre filósofos, existe uma concordância universal: no sentido relevante, pessoas são indivíduos moralmente responsáveis por seu comportamento*” (REAGAN, 2006, p. 54), o que, tanto quanto a justificativa dos

“autoconscientes”, tiraria o direito de várias pessoas, por exemplo, com doença mental grave. Vamos adiante: “Usar a fala” tiraria o direito de todos os recém-nascidos e pessoas com problemas físicos ou psicológicos cuja fala esteja impedida por força maior. Já a “comunidade moral” pressupõe um grupo de pessoas cuja comunidade tem nos direitos morais uma ideia invocada e compreendida, mas “*o fato de uma ideia ser invocada e compreendida em uma comunidade não oferece explicação alguma para a veracidade dessa ideia*” (REAGAN, 2006, p. 57). A suposição das almas não é relevante porque “*o que acontece conosco depois da morte não nos ajuda a entender o porquê de termos os direitos que temos enquanto estamos vivos*” (REAGAN, 2006, p. 58). E, por último, a premissa de que “Deus nos deu esses direitos” é quebrada na complexidade das religiões e das não religiões, por exemplo, por ateus e agnósticos, eles também sabem que têm direitos, e não acham que foi Deus quem lhes concedeu.

Desconstruídas uma a uma as premissas mais comuns sobre os Direitos, qual seria, então, a resposta da pergunta: Por que somos sujeitos de direito?

Não apenas estamos no mundo, como também todos somos conscientes do mundo e, ainda, conscientes do que acontece conosco. Além do mais, o que acontece – seja aos nossos corpos, à nossa liberdade ou às nossas vidas – importa para nós, porque faz diferença quanto à qualidade e à duração das nossas vidas, conforme experimentadas por nós, quer os outros se importem com isso, quer não. Quaisquer que sejam nossas diferenças, essas são nossas semelhanças fundamentais. (REAGAN, 2006, p. 60).

Somos, segundo Reagan, “sujeito de uma vida”. Então, quais de nós, seres humanos, são sujeitos de uma vida? Todos.

As pessoas menos capacitadas não existem para servir os interesses dos mais hábeis, nem são meras coisas para ser usadas como meios para os fins deles. Do ponto de vista moral, cada um de nós é igual porque cada um de nós é igualmente “alguém”, não uma coisa; o sujeito de uma vida, não uma vida sem sujeito. (REAGAN, 2006, p. 61, 62).

Assim: “*Nosso direito mais fundamental, então, o direito que unifica todos nossos outros direitos, é nosso direito de sermos tratados com respeito*” (REAGAN, 2006, p. 51). Este direito, simples de entender, quase rudimentar, não é tão simples na nossa prática do *Homo sapiens*. Daí a necessidade de recorrer ao compartimento moral do nosso cérebro e desadormecer alguns conceitos éticos que devem residir em cada um de nós, e estendê-los a tudo o mais, onde eles também façam sentido. Desse modo, voltando a tentar compreender o espaço dos animais:

Então, eis nossa pergunta: entre os bilhões de animais não-humanos existentes, há animais conscientes do mundo e do que lhes acontece? Se sim, o que lhes acontece é importante para eles, quer alguém mais se preocupe com isso, quer não? Se há animais que atendem a esse requisito, eles são sujeitos de uma vida. E se forem sujeitos-de-uma-vida, então têm direitos, exatamente como nós. (REAGAN, 2006, p. 65, 66).

No caso dos usos dos animais, e aproveitando para retomar o tema de exploração deste trabalho, qual seja o confinamento animal, me apoio no autor, quando afirma:

Os direitos animais nunca devem ser violados para que algumas pessoas possam se divertir, ou para que outras possam ganhar um bom dinheiro com isso. Os benefícios que nós humanos podemos ter – sejam poucos, muitos, ou cada vez maiores – nunca justificam a transformação de animais em artistas. (REAGAN, 2006, p. 172).

Portanto, para o autor, a regulamentação para fins de melhora de tratamento para continuar a exploração, o bem-estarismo representa um perigo, pois:

Quando se trata de como os humanos exploram os animais, o reconhecimento de seus direitos requer abolição, não reforma. Ser bondoso com os animais não é suficiente. Evitar a crueldade não é suficiente. Independentemente de os explorarmos para nossa alimentação, abrigo, diversão ou aprendizado, a verdade dos direitos animais requer jaulas vazias, e não jaulas mais espaçosas. (REAGAN, 2006, p. 12).

Gary Francione, também abolicionista, trata a principal questão dos Direitos Animais de forma muito prática e sucinta, conseguindo, assim, reunir em um simples preceito toda a complexidade da exploração animal. Trata-se do “*direito básico de não ser tratado como uma coisa*” (FRANCIONE, 2013, p. 31). Ele entende que enquanto o animal for visto como propriedade de alguém, não se pode discriminar seus direitos, pois o primeiro deles é o que norteia e permite todos os outros. O direito de não ser tratado como coisa, e somente esse direito resolve, para ele, coerentemente a exploração animal. Francione repele o bem-estarismo e não acredita que esse método possa ser um meio para o abolicionismo, crença de vários defensores dos animais, pois, como já relatei, ele ajuda a legitimar a exploração e não a acabar com ela.

Para Francione há uma *esquizofrenia moral* no que concerne ao que as pessoas dizem e ao que realmente fazem em relação aos animais. Em várias conferências não será difícil coletar opiniões que adotem uma postura de justiça e compaixão em relação aos animais, ou mesmo não faltarão pessoas que concordam que os animais, assim como nós, também merecem ter direitos. O problema é que muitas dessas mesmas pessoas não estão aptas, por

motivos diversos, a abandonar hábitos ou mesmo a realmente expandir seus horizontes, visualizando a verdade em relação a como tratamos os animais, e interessando-se em modificar alguma coisa, dentro da esfera que lhes cabe.

O autor apresenta muitos dados informativos a respeito dos bilhões de mortes animais, nas diversas instâncias da exploração que já conhecemos. E sobre aquela em que se baseia esta pesquisa ele reconhece:

Os animais usados no entretenimento são frequentemente forçados a suportar prisão e confinamento perpétuos, más condições de vida, dificuldades e perigos físicos extremos, e tratamento brutal. A maioria dos animais usados para entretenimento são mortos quando deixam de ser úteis, ou são vendidos para a pesquisa biomédica ou para ser alvo de tiros em reservas de caça comerciais. (FRANCIONE, 2013, p. 23).

Um discurso muito importante reforçado pelo autor em sua explanação introdutória sobre Direitos Animais é a questão dos supostos episódios-dilema, onde alguém deveria escolher entre uma vida animal e uma vida humana. Creio que todas as pessoas que expressaram uma grande preocupação com os animais até hoje se depararam com opiniões resistentes que testavam seu senso ético, a partir de suas preferências, todas as vezes diante de situações hipotéticas bastante absurdas ou que ao menos fugiam de uma realidade aceitável, contextualmente.

Em seu livro o dilema contado é uma casa em chamas, onde há um ser humano e um cão, e somente um pode ser salvo. Francione (2013) presta-se a esclarecer que salvaria o homem, claro. E é necessário mesmo esclarecer, pois os apoiadores das causas animais são, frequentemente, envolvidos em mitos de ódio à própria espécie, ou julgados por darem mais valor aos animais do que aos humanos. Como vegetariana, particularmente, já ouvi muitas dessas coisas, mesmo em momentos em que estava completamente calada, ou seja, ainda que não estivesse dissertando sobre o assunto, e muito menos tentando doutrinar alguém, o que, de fato, é uma tarefa em que não acredito, nesse caso.

Para dar um exemplo próprio, certa vez fui desafiada por um colega de aula a resolver a seguinte situação hipotética: um suposto leão adentrara o quarto de meu suposto bebê recém-nascido, prestes a atacá-lo. Eu teria uma arma, no caso, e precisaria fazer uma escolha. Quando lhe respondi que mataria o leão para salvar meu bebê, sua reação foi uma incrível satisfação, ao saber que mesmo eu era capaz de matar um animal, ou seja, eu não era assim tão pacífica em relação aos animais. Se eu não estivesse tão acostumada a esse tipo de atitude, teria argumentado mais, como fez Francione (2013) em seu livro, tratando desse tipo de discurso que cria situações imaginárias, e que eventualmente podem ser verdadeiras, e por

isso devem ser explicadas pacientemente. Ao invés disto eu simplesmente perguntei ao meu colega: Onde está esse leão?

Enfim, se imaginarmos, quantitativamente quais as chances que esse episódio tem de acontecer comigo, poderíamos reduzi-las a zero, mesmo porque não tenho filhos e não há leões soltos no local onde moro. Mas a questão não é esta. Talvez esta tenha sido a situação hipotética que coube para verificar se esta ideia de Direitos Animais não estava indo “longe demais”. Sabemos o que meu colega queria nos dizer: Somos mais importantes que os animais. Mas afinal o que tudo isto teria a ver com a opção que fiz no meu almoço? Mesmo que a situação hipotética fosse totalmente possível, minha escolha naquele momento não representa todas as inúmeras escolhas muito mais banais, que faço em minha vida.

É simples. Trata-se de um absolutismo nas constatações, especialmente daquelas pessoas que nem se imaginam abrindo mão de seus hábitos prazerosos, ou que julgam saudáveis. Para muitas delas os protetores dos animais, ou DDAs, são pessoas à parte, desinformadas, quando não “ripongas” utópicas que ficam por aí chateando os outros com suas verdades inconvenientes. Precisamos considerar e responder a todos os dilemas éticos que nos forem impostos para continuar afirmando que nossa escolha de não comer carne, ou de não apreciar animais engaiolados é legítima, pautada em fatos e decisões simples, e que isso não tem nos trazido nenhum prejuízo. De qualquer maneira, então, devemos continuar considerando situações de emergência, as situações que se dão como, segundo Francione (2013, p. 24): “*podemos preferir os humanos, mas somente quando necessário*”. E então:

Por exemplo, os usos de animais no entretenimento, como em filmes, circos, rodeios e caça esportiva, não podem, por definição, ser considerados necessários. No entanto, essas atividades são todas protegidas por leis que supostamente proíbem a infligência de sofrimento desnecessário aos animais. (FRANCIONE, 2013, p. 26).

Além de tratar da “necessidade” do sofrimento do animal, este trecho nos relembra a incoerência da legislação, e atitudes humanas, quando nos colocamos moralmente contra a exploração. O que deveríamos fazer, segundo o autor, é parar de aplicar a analogia da casa em chamas para todas as interações que temos com os animais. E isso não será possível se não pararmos de tratar os animais como coisas, pois assim a vontade do *donos* sempre prevalecerá, e uma grande parte dos *donos* do mundo não quer bem a seu animal²³.

²³ Refiro-me, especificamente, aos animais cuja exploração represente lucro e prazer desses *donos*, o que não procede em maioria nos gatos e cães domésticos, assim esperamos (pelo menos para estes), criados no seio de uma família humana.

De qualquer maneira, na casa em chamas, onde escolhemos salvar o ser humano, esta resposta não significa que devemos invalidar os direitos animais, ou que, só porque não salvamos o cão daquela situação, todos os animais podem ser vistos como coisas, como recursos. Uma atitude em emergência, um desvio da vivência convencional não pode determinar uma postura cotidiana essencial, nem representá-la. E “*se o tratamento dos animais como recursos não pode ser justificado, então a exploração institucionalizada dos animais deve ser abolida*” (FRANCIONE, 2013, p. 34).

Salutar lembrar aqui que o alicerce dos Direitos Animais nunca foi a alienação e o desprezo pela vida humana. Muito pelo contrário. Devemos proteger todos os que necessitem de proteção, e a salvação de uns não está na derrocada de outros. Não precisamos mais viver a lei da selva. Importante salientar também que a relação entre Direitos Humanos e Direitos Animais não é linear. É uma rede complexa. Não é necessário que “nos demos por satisfeitos” sobre a consideração moral que a sociedade concedeu a um determinado grupo humano, que não a tivesse, para que depois possamos dar nossa atenção a outro grupo humano, ou aos animais. Na história desta Revolução, não há uma linha reta. O que há são galhos e mais galhos repletos de ramificações. Aqui encontro, diretamente, mais uma relação com a teoria da complexidade em qual me apoio, e a qual vou explicar melhor na Metodologia.

Então mesmo que nos deparássemos, na vida real, com impasses do tipo *humanos ou não humanos*, forçando uma escolha, nossa perplexidade possivelmente encontrará socorro em nossa natureza subjetiva. É muito provável que a grande maioria de nós optasse por salvar um indivíduo de nossa espécie e não de outra, em uma situação de risco. Apesar da trindade humana proposta por Modem (2012) a partir da tríade *indivíduo, sociedade, espécie* não referir-se diretamente ao problema que tratamos aqui, e sim à interdependência dessas instâncias entre si na composição da *humanidade da humanidade*, faço uma releitura desta tríade, agora em ordem cronológica, ou seja, respectiva, para explicitar que grande parte dos indivíduos, naturalmente, preferirá seus pares próximos a outros indivíduos, depois preferirão membros de sua própria sociedade ao de outras sociedades, e por último preferirão membros de sua própria espécie aos de outra espécie.

Assim explicamos porque o canibalismo nos causa horror, ou porque “podemos comer vacas”, mas não cães. A cultura de diferentes sociedades, que tratam distintamente diferentes espécies, determina a moral e os bons costumes de uma região ou grupo e é, portanto, relativa. Entretanto a ética, como vimos, nunca deve ser relativa. Poderá ser problemática, árdua, sisuda, solidária, afetuosa e assim por diante. Mas nunca relativa. Ela deve buscar a solução que faça mais bem, ou menos mal, sempre, e isto não deve ser visto como mero utilitarismo

aqui, mas como o bom por si mesmo, e pelo reconhecimento do valor da vida em si mesma. A luta dos Direitos Humanos e dos Direitos Animais acompanha essa lógica.

O princípio da igual consideração, proposta por Francione, também não tem nada de exótico ou complicado, assim: “*Devemos reconhecer que os animais, têm um interesse moralmente significativo em não sofrer de jeito nenhum como resultado de serem usados como recursos*” (FRANCIONE, 2013, p. 29), e ainda:

Aplicarmos o princípio da igual consideração aos animais não quer dizer que estejamos comprometidos com a posição de que os animais são o mesmo que os humanos (...) ou que eles são nossos “iguais” em todos os aspectos. Quer dizer apenas que se os humanos e os animais de fato tiverem um interesse semelhante, devemos tratar esse interesse da mesma maneira, a menos que haja alguma boa razão para não fazer isso. Nossa sabedoria convencional sobre os animais nos faz entender que eles *são* semelhantes a nós ao menos em um aspecto: eles são sencientes e, como nós, têm interesse em não sofrer. Nesse sentido, nós e eles somos semelhantes, e dessemelhantes a *tudo mais*, no universo, que não seja senciente. (grifo do autor) (FRANCIONE, 2013, p. 28, 29).

Todos concordamos que a instituição da escravidão humana é odiosa, ainda que ela possa não ter sido totalmente extinta. Há um acordo social de considerá-la repugnante em termos morais e ultrapassada em termos históricos. Só foi possível discutir direitos de alguém se esse alguém, em primeiro lugar, responde por si mesmo, isto é, não está sendo utilizado como coisa, ou meio para atingir um fim. Assim os Direitos Animais devem começar por libertar os animais de serem propriedades, pois isso significa libertá-los das outras explorações provenientes do fato de serem “coisa”. Para bem elucidar a insignificância de outros direitos, se o direito de não ser considerado como coisa, ou meio para atingir um fim, não for atendido, Francione afirma:

Se não reconhecermos que um humano tem o direito de não ser tratado exclusivamente como um meio para os fins de outro, então qualquer outro direito que possamos lhe dar, como o direito à liberdade de expressão, ou à liberdade, ou ao voto, ou a ter propriedade, fica completamente sem sentido. (FRANCIONE, 2013, p. 31).

O autor rebate o que considera alguns problemas ou limites conceituais em Singer e Reagan, enfatizando que a extensão de um único direito deve ser estendida aos animais: o direito de não ser propriedade, recurso, meio para atingir outro fim; mas não vou me ater às críticas pontuais do autor, pois entendo que as próprias considerações éticas reconstruem-se na filosofia, levando em conta outras experiências empíricas, mais diversidade nas leituras e conhecimentos de mundo, e novas inspirações. Assim creio que os autores conservam cada

um o seu valor, ainda que as ideias de um tenham transcendido às do outro do ponto de vista da práxis, ou mesmo da filosofia.

Uma comparação interessante em Francione dá-se entre a moral e a matemática. Ele reconhece que não conseguimos a exatidão dos resultados numéricos da matemática, e que a moral acaba sendo subjetiva, sustentada em concepções mutáveis, mas alerta que ela não é apenas uma questão optativa e de opinião. Retomando as reflexões do capítulo anterior, há o diálogo também com Francione, quando considera que a subjetividade do que incide sobre moralidade não pode determinar que ela dependa de convenções políticas e sociais: “*Se uma visão moral estiver sustentada em razões melhores do que outras, então é ela que presumivelmente devemos adotar – até aparecer alguma outra posição moral sustentada em razões ainda melhores*” (FRANCIONE, 2013, p. 39). Assim como não podemos afirmar que o horror e a imoralidade do holocausto ou da escravidão humana, somente porque foram aceitos e desejáveis por um determinado grupo em um determinado tempo, seja uma questão de ponto de vista.

Francione (2013) também relembra que são fatos já comprovados a dor e o sofrimento do animal, e assume que todos os animais sencientes têm mentes e são capazes de atividade cognitiva. Este autor é um dos que busca superar Singer, em busca do sonhado Abolicionismo. Sobre as correntes teóricas em prol da proteção animal Medeiros nos resume que:

Historicamente, portanto, duas correntes lutam pela proteção jurídica dos animais não humanos: a corrente daqueles que visam o bem estar animal e a corrente daqueles que defendem os direitos dos animais. Aqueles que buscam, indefensavelmente o bem-estar dos animais procuram obter uma regulação da exploração desses seres com um mínimo de dor e sofrimento, já aqueles que lutam pelos direitos dos animais pretendem alcançar a abolição de qualquer benefício que o homem possa tirar dos animais e que impeça o malefício a esses. (MEDEIROS, 2013, p. 148).

Assim colocado percebemos que, para a autora supracitada, o abolicionismo é a corrente dos Direitos Animais, propriamente. Também como concludente deste capítulo retomo Reagan em citação que resume bem os DDAs do ponto de vista filosófico e prático:

Pessoas que acreditam em direitos animais sentem em relação a águias e elefantes e porcos e toninhas, a mesma coisa que a maioria sente em relação a gatos e cães. Não me entenda mal. Nós, defensores dos animais, não queremos porcos dormindo nas nossas camas nem elefantes guiando nossos carros. Não queremos fazer desses animais nossos “bichos de estimação”. O que nós queremos é mais simples: só queremos que as pessoas parem de fazer coisas terríveis com eles. (REAGAN, 2006, p. 3).

Desta forma Sônia Felipe também nos afirma, independente de questões jurídicas que:

O bem próprio de uma vida, ou da vida de um indivíduo dentro dos limites e grandezas de sua espécie, não pode jamais ser pesado para mais ou para menos em relação ao bem próprio da vida de um indivíduo de outra espécie que não a daquele. (FELIPE, 2014, p. 264).

Isto posto entendemos que, no caso da exploração animal, incluindo os animais confinados para fins de exibição ou “educação”, os fins não justificam os meios. Ainda menos se alguém deve “servir” ao Outro, numa posição clara de, não somente desprivilégio, mas de uma desvantagem que impossibilita a sua própria vida. Assim os animais não devem estar presos para que nós possamos aprender algo com isso, mesmo que o que aprendêssemos fosse algo positivo.

Chegar à conclusão de que algo sobre nossa experiência dividindo o tempo-espaço com esses seres não está certa, ou não é moral, é nada mais do que fazer valer a ética do nosso olhar e sentir. Assim Steven Pinker, autor de “Os anjos bons da nossa natureza: Por que a violência diminuiu”, o percebe e no seu capítulo sobre as Revoluções por Direitos inclui os Direitos Animais como último da lista, e afirma:

A revolução nos direitos dos animais é uma categoria emblematicamente ímpar do declínio da violência, e é conveniente que eu termine com ela minha inspeção desse decréscimo. Isso porque a mudança foi conduzida unicamente pelo princípio ético de que não se deve infligir sofrimento a um ser capaz de senti-lo. (PINKER, 2013, p. 616).

Daniel Lourenço, em sua obra de Direitos dos Animais, aparato amplo e repleto da história desta luta, tece algumas considerações que também são relevantes a este trabalho, servindo principalmente de argumentação para as tentativas de desmantelamento do que viemos tentando mostrar. Ele afirma que:

A questão central na discussão dos Direitos dos Animais é a de ser ou não conforme a Moral e o Direito tratar seres sencientes – sejam eles humanos ou não – como meios para as finalidades de terceiros. Assim é que a posição em prol da abolição de uso dos animais como recursos não deve ser encarada como uma “preferência” em favor dos animais em detrimento dos seres humanos. O problema é maior. Trata-se de uma questão de moralidade e não de mero benefício. O que se deseja é incrementar o status moral dos animais e, não, de diminuir o dos seres humanos, em um movimento que, ao aumentar o respeito pela vida, fortalece também as bases para o respeito pela vida humana. (LOURENÇO, 2008, p. 532).

Essa colocação, condizente com a ética de Schweitzer, responde, mais uma vez, que a premissa dos direitos dos animais em nada se refere à negação ou diminuição dos direitos

humanos, nem nos traz qualquer prejuízo. Na prática algumas mudanças devem acontecer, não em saltos, mas continuamente, e isso poderá afetar negativamente as pessoas mais tradicionais, mas somente por serem tradicionais, e não porque lhes faltará algum ganho material. De qualquer forma, como toda novidade, os Direitos Animais, que já começaram a ser realidade em muitas mentes e lugares, serão proporcionalmente desenvolvidos em relação à sociedade que lhes dá vida. Então os resistentes, ou relutantes, terão esse tempo de adaptação e escolha. Mas o objetivo é que este caminho para o Bem de tantas vidas seja sem retorno, somente “para o alto e além”. Mesmo porque em relação ao progresso de nossa moralidade o provento é ainda maior:

Pensarmos no estatuto moral e jurídico dos não humanos permite-nos refletir acerca da reestruturação ética de nossa própria sociedade. Permite-nos ao menos tentar redefinir as responsabilidades em que somos investidos. A mudança de paradigmas de animais como meras coisas para animais como sujeito de direitos se insere no contexto histórico em que a simbiose e a mutualidade do ser humano com a natureza se faz premente. Nossas vulnerabilidades e dependências são partilhadas. (LOURENÇO, 2008, p. 542).

A cultura humana, quase toda ela, baseada na exploração animal e de seu semelhante desde os primórdios dos tempos, construiu e reconstruiu as relações entre entes vivos e coisas ao longo da história. A tradição como um *problema* talvez só tenha ganhado essa esfera negativa há muito pouco tempo. Na mesma atualidade em que ela é aclamada como uma deusa que perpetua culturas identifica os povos, regionaliza as pessoas, promovendo a valorização de uma comunidade. Do ponto de vista puro do patrimônio tudo isso nos parece mesmo muito louvável. Mas na complexidade nenhum ponto de vista pode ser *puro*. Várias tradições humanas, mesmo onde nos encontramos no Estado do Rio Grande do Sul, provavelmente componente de um dos povos mais “bairristas” de nosso país, são benéficas, ou neutras, no sentido de que não agredem ninguém, e possuem mesmo um grande valor histórico-estético-artístico. Mas outras tradições não o são. Repetem-se apenas pelo exercício da repetição, são ensinadas e re-ensinadas, escoadas de qualquer sentido prático e, ainda menos, moral. Sobre os usos dos animais como coisas:

Alguns podem supor, de maneira errônea, que, pelo só fato de serem “tradicionais” ou “naturais”, estes usos seriam moralmente justificáveis. Em verdade, o fato de algum comportamento ser descrito como “tradicional” não tem o condão de torná-lo moralmente aceitável. (LOURENÇO, 2008, p. 534).

Parece-nos assim que a única fórmula de resolução é a ampliação de horizontes daqueles que vêm na cultura tradicional uma sacralidade intocável, independente das

consequências práticas para os outros. Insistimos, sobre isto, que não haveria nenhum prejuízo em uma retomada de consciência que revise as consequências de uma dada tradição. Especialmente no que se refere a moralizá-las já que, assim como estão, em si mesmas não guardam, sequer, um escrúpulo moral. Como sabemos, o importante não é verificar o que é cultural, porque cultura é natural, e tudo é cultural. Para moralizar é necessário verificar se algo é ético, e para ser ético tem que ser bom, ou não ser mal.

Como já coloquei anteriormente, sobre a violência, não se trata de categorizar a vítima, mas de refrear o opressor. A grande necessidade nunca foi ou não deveria ser, identificar o oprimido e avaliar a exploração sobre ele, desculpando-se ou analisando em que medida pode-se utilizá-lo. A necessidade reside em julgar o ato violento por si só, apenas porque ele é um ato mau. O combate ao especismo trata disso: diferenças irrelevantes não podem ser atenuantes ou legitimadoras da crueldade. Lourenço, sobre isso:

O que se pretendeu demonstrar é que todas são formas de discriminação que partem da falsa noção de que características moralmente irrelevantes, tais como raça, sexo, ou espécie podem ser usadas para excluir da comunidade moral seres com interesses, e torná-los meros objetos, violando, com isso, o princípio da igual consideração. (LOURENÇO, 2008, p. 532).

Desta forma quando falamos em especismo: “*O que está contestado é a legitimação de tais práticas e não sobre a qualidade específica das suas vítimas*” (LOURENÇO, 2008, p. 532). Nossa miopia antropocêntrica dificulta nossa percepção da importância das outras vidas em si mesmas, independente de serem ou não importantes para nós enquanto estão vivas, ou por ocasião de sua morte. E é isso que tem que ser superado, porque a vida vale por si mesma. Então infligir sofrimento desnecessário não pode ser algo autenticado por diferenças morfológicas, e muito menos culturais, se tratarmos de seres que passam pelas mesmas experiências individuais que conhecemos muito bem. Desta forma:

Penso que a melhor alternativa continua sendo traçar a linha demarcatória a partir do critério da senciência, entendida em sentido genérico, lato (capacidade de possuir experiências mentais de dor e prazer, bem como de algum nível de sentido, ainda que reduzido, de si próprio, e de ter interesse em continuar experimentando a vida, ainda que em bases puramente empíricas). (LOURENÇO, 2008, p. 533).

Comumente os discursos que pretendem desconcertar os direitos animais utilizam-se de extremos da biologia para tentar o esvaziamento de sentido moral nas premissas acerca da senciência. Seguidamente sofremos intimidação acerca da incerteza de senciência em alguns insetos, também da nossa relação com os vegetais, e até com vírus e bactérias. Fato é que não

é fácil catalogar cada um desses seres na escala sobre as circunstâncias de vida que experimentam em relação à nossa, que presume uma consideração quanto à percepção mental e quanto ao sistema nervoso. Lourenço colabora na simplificação pertinente a essa discussão, quando afirma:

Todavia embora não possamos precisar na escala filogenética o ponto exato a partir do qual não exista mais a consciência, ou mesmo a senciência, tal óbice não serve de escusa para impedir de afirmar onde certamente ela esteja presente. (...) O fato de não sabermos precisar onde classificar insetos e bactérias não retira nossa obrigação moral perante aqueles animais de cuja senciência temos certeza. (LOURENÇO, 2008, p. 533).

Ou seja, valorizar e fazer algo é melhor do que não valorizar e não fazer nada. E desconhecer as possibilidades empíricas ou sensitivas de um animal/ser não significa poder desprezar o conhecimento que já temos sobre as experiências e sensações de outros animais. Isso porque a *práxis* (do sentimento, da liberdade, da dor, do bem-estar, da vontade de viver...) de cada indivíduo não espera nossa conclusão biofilosófica sobre o mundo.

Outra tentativa de desconstrução do argumento pelos direitos dos animais é a *moralina* – julgamento de alguém por uma única atitude ou comportamento, desprezando todas as outras potências dessa pessoa – já evidenciada por Morin. Não é raro encontrarmos noticiados eventos pela proteção animal, executados por DDAs, que causaram algum estrago material em instituições ditas “de bem”, fomentando uma ideia negativa-anarquista acerca das pessoas que querem salvar a vida de alguns animais. Assim, no conforto da certeza de que pessoas que defendem os animais são baderneiras, é possível concluir que pessoas que os exploram não o são.

A normalidade – qualidade do que é normal; regularidade – é o continuar tudo assim como está. “Bagunça” é ruim, logo caos é ruim, logo ordem é “bom”. E se faz a supressão dos verdadeiros objetivos da causa em questão. Também essa tentativa esvai-se rapidamente em uma discussão moral, mas mesmo assim devemos estar prontos: “*Por meio de um argumento ad hominem, constroem um falso silogismo: Hitler era vegetariano; Hitler era mau; logo as posições vegetarianas e os vegetarianos também devem ser maus*” (LOURENÇO, 2008, p. 535).

Por incrível que pareça conclusões assim não são isoladas, e o interessante da moralina é que o julgador vê e aponta exclusivamente aquilo que lhe convém naquele momento. Que outras coisas Hitler era? Um amante das Artes, com certeza. Será que quem aprecia as Artes é sempre mau?

Lourenço, concluindo sua obra, presenteia-nos com uma colocação que me remete aos estudos do Outro do capítulo anterior, e aos estudos da nossa natureza biológica, do capítulo anterior. Com isso nos propõe também um retorno, uma finalização circular no nosso esforço pela busca do tratamento ético em relação aos animais, pois após conferirmos um histórico dos direitos dos animais, argumentações, contra-argumentações e estudos sobre a moral, a execução da ética nas mais profundas interpretações das outras vidas pode ser ainda mais singela:

Pode ser paradoxal mas o apelo à “humanidade comum” compartilhada entre homens e não homens pode fazer grande diferença na compreensão da necessidade de ampliação do rol dos sujeitos de direito. Se não me reconheço no outro, se não confio minha identidade no *alter*, não há sequer possibilidade de auto-conhecimento, já que a própria natureza humana não possui um sentido isolado do restante do mundo natural. (LOURENÇO, 2008, p. 541).

Sejamos, desta forma, “humanos mais humanos”, crescendo e aprendendo, e cedendo cada vez menos às tentações da matéria quando ela não é neutra para outros seres que possuem um grande interesse pela sua própria vida, e sobre o qual temos claro conhecimento. A maioria de nossos confortos cotidianos, se colocados numa balança ética, não pesariam mais do que o interesse pela vida que o outro lado da balança representa, e no valor dela por si mesma.

Sabemos que a parte massiva da exploração animal (pelo menos em estatística) pertence à indústria alimentícia (animais-recursos) e a indústria farmacêutica (animais-instrumentos), e que essas duas atividades estão intrincadas de tal forma no sistema capitalista que os debates fervorosos em volta dela, repletos de denúncias e desmascaramento da verdade dificilmente saem do plano do debate. Isso porque a revolução é individual e lenta e as empresas são titânicas, milionárias e rápidas. Mesmo assim toda a luta é válida. E, o mais importante a lembrar, em tempos que assistimos a luta dos DDAs ser sugada pelos gigantes do marketing e do capital, é fazer o que está ao nosso alcance.

Esta pesquisa traz um tipo de exploração extremamente infundada em termos morais, nutritivos ou éticos. Se nas outras indústrias há debates dos supostos benefícios humanos para com a exploração animal, aqui, no animal em cativeiro para exibição (animais-“estrelas”) essas defesas caem no ridículo. Então não precisamos e não devemos nos paralisar, por que: *“O fato de não podermos fazer tudo para todas as vítimas da injustiça não significa que devemos nos contentar em não fazer nada por nenhuma delas”* (REAGAN, 2006, p. 51).

Francione, mesmo sendo considerado um purista dos Direitos Animais, também considera que a questão do Abolicionismo não deve ter base no “tudo ou nada”.

De qualquer forma animais-recursos, instrumentos, ou “estrelas”, são todos coisificados, e sua morte não implica em nenhum dano emocional ao explorador, talvez por causa do capital que oferece. A diferença é que enquanto recursos e instrumentos, sua morte faz parte do sistema lucrativo, está contabilizada e é desejada, ou tem custos cobertos e planejados. Já os animais-“estrelas”, quando morrem, deixam algum prejuízo, posto que são um item que tem valor quando vivos, o que, de qualquer forma, dificilmente lhes proporciona um maior cuidado ético nos bastidores.

O interesse primordial defendido pelos Direitos Animais é o da vida e da liberdade. Não é necessário, e nem possível mensurar o valor da vida, em especial para aquele que a percebe ameaçada. Não é apenas porque já sabemos que os mamíferos pensam, e inclusive possuem culturas, que podemos negar que outras espécies, com menos complexidade fisiológica ou psicológica não se importem em preservar suas vidas e bem-estar. Essa é uma cegueira que muito acomoda nossa tradição, e para que nossas angústias morais permaneçam adormecidas. A luta pelos Direitos Animais também segue o intuito de prezar pelo fim de qualquer tipo de violência. Certamente seria muito desprovido de sentido um movimento que visasse proteger os bois e ignorar crianças, ou que se importasse apenas com uma parcela da sociedade, como ainda temos visto em nosso tempo, constrangedoramente. Posso afirmar que “veganos” que ignoram a negligência e a violência praticada contra seres humanos não representam a maioria de nós.

Encerramos esta reflexão crítica reconhecendo que o enredamento e a sombra polêmica da questão animal em nossa sociedade estão longe de serem resolvidas. Admitimos que não é viável nos certificarmos da origem de tudo o que consumimos, que não é possível estudar profundamente sobre cada instância que envolve a exploração animal, até porque parte dela sequer pertence à informação que nos chega. E até por que, eu mesma, para escrever estas linhas, frequentei locais com animais confinados.

Os paradoxos são muitos. Mas há quem opte por causar o menor dano possível no ambiente, e nos outros seres sencientes, sempre na medida do praticável. E isso está conectado com a diminuição da violência e, portanto, com suas consequências éticas. Importar-se em fazer o melhor possível, ou o menos ruim, ao próximo, seja ele quem for, é um dos degraus desta colossal escada em busca de encontrarmos no *Homo sapiens* menos agressividade, e mais compaixão. Menos individualização e mais senso de coletivo. E colabora, sim, na fomentação da razão de existir dos Direitos.

A violência reside no violador, não na vítima. Reconhecer Direitos é colaborar com a diminuição da violência, devendo estar disposto a lutar contra as barbáries, internas ou externas a nós. E a ver como iguais todos aqueles que apresentem a mesma rejeição à violência do que nós, apenas pelo fato de que sofrer é ruim e não sofrer é bom. Aí também reside o vínculo entre a ética e os Direitos. A negação filosófica da dor e a coisificação da vida é uma cegueira biológica.

Não podemos mais endeusar filósofos cujas teorias são presas no mundo frio e intocável da abstração das ideias explicando, metafisicamente, a origem de todas as coisas sem considerar sequer que seus pés tenham experimentado a textura da terra, e sua pele a energia do vento e do Sol. Podemos e devemos acessar a diversidade de ideais de outros tempos históricos, mas elas não podem mais nos representar enquanto “sujeitos de uma vida” do século XXI. Só posso abraçar uma filosofia que parta do mundo concreto e de suas sensações concretas. Por isso Edgar Morin é o fio condutor, apesar de não ser um DDA, desta pesquisa e de minha trajetória filosófica na Pós-Graduação. Os animais estão aqui com a gente, eles existem e sentem. Isto é um fato biológico e também filosófico.

Então, voltando à base deste subcapítulo, e abrindo as portas do próximo:

Em suma, por que os animais têm Direitos?

– Porque eles precisam.

2.3.3 Direitos Animais no Direito

Antes de adentrar os Direitos Animais no âmbito jurídico, traço algumas considerações introdutórias acerca da relação deste Poder com a natureza.

Um tema acalorado acerca do Direito no que se refere às questões biológicas é o embate ainda sem acordo entre Direito Ambiental e Direito Animal. Não me cabe aqui o aprofundamento nos termos do Direito Ambiental, ainda que seja esta uma tese em Educação Ambiental, pois posicione-me aderindo ao Direito Animal, e insisto que este e a Educação ambiental são intrínsecos. Ainda assim toco nesta questão, pois nos parece que o Direito Ambiental está mais consolidado no meio jurídico, especialmente por seu caráter antropocêntrico, que é o que nossa sociedade habituou-se a abraçar por instinto e por cultura. E assim, vejo que a grande diferença entre os dois é bastante simples.

O Direito Ambiental preza a proteção dos ecossistemas como um todo, da biodiversidade, da natureza como recurso. O Direito Animal, por outro lado, preocupa-se com cada indivíduo vivo, com o valor da vida em si mesma, independente, mas sem ignorar, as

populações de espécie e seus meios. Valeria exemplificar de forma singela da seguinte maneira: supõe-se que há uma superpopulação de um determinado animal desequilibrando um ambiente e, ao que consta, deve-se tomar uma atitude para resolver este problema. Nos tempos atuais existe a liberação da caça para alguns desses casos, sob a justificativa de que é um meio de solucioná-lo. O Direito Animal não está de acordo com essa resolução, porque vê nela o assassinato de diversos indivíduos. Não crê, mesmo reconhecendo o tamanho do problema sistêmico, que essa seja uma medida ética.

Ainda assim o Direito Ambiental é, certamente, um ganho para a natureza, se pensarmos que antes dele não havia jurisdição alguma para nada vivo que não fossem seres humanos. Mas também ele deve adequar-se, inclusive filosoficamente, em busca de romper barreiras e superar dilemas éticos. Trago aqui uma das definições encontradas para Direito Ambiental, assinada por Toshio Mukai: “*O Direito Ambiental (no estágio atual de sua evolução no Brasil) é um conjunto de normas e institutos jurídicos pertencentes a vários ramos do Direito, reunidos por sua função instrumental para a disciplina do comportamento humano em relação ao seu meio ambiente*”.²⁴ Esta definição clara e sintética acomoda nosso pensamento do que vem a se configurar como Direito Ambiental. Podemos perceber tanto sua importância socioambiental quanto sua limitação, se incluirmos na esfera moral de Direito todas as criaturas vivas sencientes. E é justo por esta linha que devemos seguir.

Este trabalho parte do pressuposto que nenhuma exploração animal deve ser regulamentada, pelo motivo de que não deveria haver exploração animal. Porém dado o infeliz fato de que a vida real da sociedade humana está embasada, há milênios, na exploração dos animais humanos e não humanos, fizeram-se necessárias algumas regulações e ordenações, quais sejam, as leis, para evitar a barbárie e inovar estas relações, buscando as saídas mais morais possíveis, na estrada visionária da abolição de toda a crueldade contra animais humanos ou não humanos. Assim desejamos.

Para comprovar que se trata de um processo muito lento, mas não estático, cito a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000²⁵, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Ela define conceitos e categoriza a natureza em definições absolutamente antropocêntricas, e deixa transparente o quanto a legislação ainda coisifica a

²⁴ Aspectos Jurídicos da proteção ambiental no Brasil, Revista de Direito Público, São Paulo, v. 17, nº 73, p. 288-295, jan./mar. 1985. In: MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

²⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

vida. Os termos que mais surpreendem e dialogam com esta pesquisa são a elucidação nos parágrafos que considera:

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

IV - recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

No parágrafo II o conceito de conservação está, notadamente, entrelaçado às supostas necessidades, alentos e benefícios (ou privilégios) das gerações futuras, gerações, é claro, humanas. É perceptível, no mínimo certa frieza, ou desdém, na parte que inclui “garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral”, quando os ditos “seres vivos em geral” são, na verdade milhões de vidas animais e vegetais em curso, que devem existir com a sociedade humana, e não dependendo de suas sobras, tanto do ponto de vista simbólico, quanto físico. No parágrafo IV a coisificação da vida fica muito clara quando fauna e flora são diretamente consideradas recursos. No parágrafo XI, e adentrando um pouco as ciências sociais, minha crítica dá-se no que mais parece uma falácia, quando afirma que se deve manter a biodiversidade de forma “socialmente justa e economicamente viável”.

Impossível não haver uma revolta, quando percebemos que esta lei é praticamente ornamental em um país que, atualmente, tem denegrido toda e qualquer moral de proteção ou defesa da natureza e das comunidades tradicionais, quando “varre” indígenas de suas terras, e desertifica florestas em prol de poucos e milionários fazendeiros influentes na política. O que nos instiga uma permanente agonia: reconhecendo nossos semelhantes humanos com todos os direitos fundamentais negados, como encontrar o lugar da luta por nossos não humanos? A resposta é a fuga da linearidade, a visão complexa de que uma coisa não vem depois da outra, mas está junto, e que o mal que assola a vida e, portanto, a ética, tem a mesma raiz.

Continuando apontamentos e observações, indicamos: Art. 9^o “*A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.*” Portanto, é previsto que:

§ 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;

III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

Como vimos, a finalidade científica se sobrepõe à vida. Há também o perigo do parágrafo II, pois não está claro que a preservação da diversidade biológica dar-se-á *in natura*, autorizando que esse processo seja como e onde convier aos pesquisadores, em um processo invasivo para o Outro. Como sabemos, por maior que nos pareça o benefício dos fins, eles nem sempre justificam os meios. A manipulação da vida deveria exigir um rigor ético muito maior do que tem se visto. Aproveito para advertir ou relembrar aqui, que esta, a conservação, tem sido outra das justificativas para a manutenção dos zoológicos.

De qualquer forma, mesmo que encontremos lacunas na legislação, podemos inferir que seria um grande avanço se elas, sequer, fossem seguidas à risca, de forma cega e assim “socialmente justa”.

Faz-se importante nesta pesquisa em Educação Ambiental, realizada por uma educadora sem experiência no Direito, contar com o aval teórico de juristas, como Fernanda Medeiros e Herón Gordilho. Medeiros, em sua obra *Direito dos Animais*, estuda e apresenta possibilidades de implementação de uma dignidade da vida provinda do princípio da dignidade da pessoa humana, para além da vida humana, a partir da ideia de igual consideração de interesses, na percepção de ver a imposição de um dever fundamental de proteção do animal humano ao não humano. Assim trago para meu estudo algumas considerações de substancial importância da referida autora.

Como cidadã sempre acreditei que o Direito existe para ordenar a sociedade de modo a equiponderar e harmonizar a relação entre as pessoas e suas atribuições, procurando sempre a justiça. É fundamental, portanto, mesmo neste conceito de senso comum, que se entenda o Direito como uma criação humana moderna, adaptável às transformações da sociedade. Neste sentido os juristas envolvidos nos Direitos Animais são de suma importância para o movimento, mas dependem também de uma dinâmica social, de preferência de forma massiva, para trabalhar no convencimento de seus pares, influenciando também o Poder Legislativo e Executivo, no que concerne a reconhecer a necessidade de alterações robustas no Direito de nosso século no que diz respeito à vida. Assim sinto-me contemplada pela autora quando ela coloca que:

Pode-se depreender que o Direito é decorrente das transformações sociais e das demandas criadas em razão dessas modificações da estrutura social. As normas

jurídicas são fruto, portanto, da necessidade de o Estado regular em conformidade com as novas demandas da sociedade. Ademais, não há como ignorar a conjuntura histórica de cada período como causa geradora da produção legislativa correspondente. (MEDEIROS, 2013, p. 45).

É sabido que anteriormente a 1988 toda a proteção ambiental tinha viés econômico. Então podemos perceber muitas vitórias e transcendências em nosso tempo, posterior ao momento referido. As leis que seguimos hoje apresentam maiores justificativas morais. Mas infelizmente o viés econômico continua assombrando a sociedade, na prática. E para os animais, para quem nada valem teorias, a superação se arrasta em uma lentidão agonizante. É com imenso desgosto que identificamos a Lei nº 7.173, de 14 de dezembro de 1983²⁶, lei dos zoológicos, colocada na íntegra em anexo neste trabalho, que confirma uma regulação para a exploração sem evidenciar qualquer benefício para o animal, além de sua própria diminuta subsistência. Sobre ela coloca Medeiros:

Ainda na perspectiva da evolução legislativa, em 14 de dezembro de 1983, a Lei nº 7.173 veio disciplinar o estabelecimento e o funcionamento dos jardins zoológicos no Brasil. Passou-se dessa forma, a considerar, na forma da lei, que qualquer coleção de animais silvestres mantidos em cativeiro, expostos à visitação pública, é zoológico. O interessante na legislação supracitada é que, embora venha a regular um espaço onde estejam mantidos em cativeiro animais silvestres, há sempre a demonstração de preocupação com os animais humanos (visitantes do espaço de exposição) quase na mesma proporção que com os animais não humanos presos nos espaços e distantes de seu *habitat* natural. A título de ilustração da observação realizada pode-se destacar o artigo 7º do referido diploma legal, que dispõe que os humanos devem estar confortáveis no zoológico. (MEDEIROS, 2013, p. 57).

De fato, o Art. 7º afirma:

As dimensões dos jardins zoológicos e as respectivas instalações deverão atender aos requisitos **mínimos** de habitabilidade, sanidade e segurança de cada espécie, atendendo às necessidades ecológicas, ao mesmo tempo garantindo a continuidade do manejo e do tratamento indispensáveis à proteção e conforto do público visitante. Lei 7.173 (grifo meu).

São conhecidos alguns casos de acidentes em Zoológicos, nos quais um animal selvagem ataca uma pessoa. Infelizmente nem todos são noticiados. No Brasil há a Instrução Normativa IBAMA²⁷, e algumas das ocorrências podem, sim, acontecer em local assumido como adequado na observância das normas qualificadas para tal, como, a princípio, foi o caso do tigre que atacou o menino entre a contenção e a grade no Zoológico, em Cascavel, no

²⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7173.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

²⁷ Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/fauna/faunasilvestre/2015_ibama_in_07_2015_autorizacao_uso_fauna_empresendimentos.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2018.

Paraná²⁸. Esse tipo de acontecimento só demonstra, comprova e ilustra a insustentabilidade da existência e manutenção dos zoológicos.

Percebe-se também que a lei dos zoológicos não obriga o estabelecimento e seus responsáveis técnicos a oferecerem nenhuma condição que ultrapasse o cumprimento das necessidades mais fundamentais à subvida que levam os animais. Outrossim, fica evidente que a regulamentação para esses espaços existirem não carrega em si qualquer cuidado ético para com a vida daqueles que oferecem, involuntariamente, o espetáculo. Para essa exploração animal a lei, mesmo quando cumprida, não torna melhor aos animais o padecimento permanente que é a privação de sua liberdade em todos os sentidos.

Emergindo para uma esfera mais geral temos, como regulação a nosso favor, o artigo 225, da Constituição Federal²⁹. Sobre ele coloca Medeiros:

Foi imposto ao legislador e, principalmente, ao aplicador do Direito, a tarefa de dar concretude ao disciplinado pela norma de proteção ambiental. Incluindo-se o meio ambiente como um bem jurídico passível de tutela, o constituinte delimitou a existência de uma nova dimensão do direito fundamental à vida e do próprio princípio da dignidade da pessoa humana. (MEDEIROS, 2013, p. 50).

Desta forma entendemos que a Constituição prevê a proteção ambiental por parte do Estado, sem reservas. No entanto certa amplitude verbal com que se expressa o artigo não foi positiva à proteção proposta, nem ao ambiente enquanto local/ecossistema, nem aos milhões de vidas que o compõem, pois deixa a cargo da interpretação do leitor. Ainda assim:

O Poder Judiciário, como um dos Poderes do Estado, tem a função proeminente de fazer valer esse comando constitucional e também de tutelar o meio ambiente com a utilização da função promocional do direito. A construção desse novo paradigma, inclusive nas decisões do Poder Judiciário, depende da redefinição de dogmas individualistas dos últimos séculos, a exemplo da sacralização do direito à propriedade privada. (MEDEIROS, 2013, p. 70).

O Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Herón José de Santana Gordilho, em sua obra supracitada *Direito Ambiental Pós-Moderno* (2009), traz à tona questões em relação ao abolicionismo animal, já explicitadas no capítulo anterior, para dar margem e base no aspecto jurídico. As origens de regulação social para a exploração animal desde o Cristianismo e com

²⁸Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2015/07/apos-1-ano-caso-de-menino-atacado-por-tigre-ainda-nao-foi-concluido.html>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

²⁹A Constituição Federal de 1988 disciplina, em seu artigo 225, que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_225_.asp>. Acesso em: 01 jan. 2018.

Descartes, levando a tradição aristotélica ao ponto máximo, fez com que os animais fossem igualados a máquinas e, como tais, não “eram” passíveis de emoção ou sofrimento. Esse pensamento serviu bem ao mecanicismo da sociedade industrial, que também é lembrada como uma época de exploração de seres humanos e de recursos naturais. Hoje, porém, é possível levantar essa questão novamente e submetê-la às filosofias, novas ou não, para buscar uma compreensão mais complexa do direito dos animais. Que critérios serão justos, após este contexto, para redefinir o lugar desses animais na nossa sociedade? Gordilho (2009) explica-nos que:

Não tem sido fácil nem para a doutrina nem para a jurisprudência brasileira identificar a natureza jurídica dos animais, que em princípio estariam, submetidos a regimes jurídicos distintos, com normas de direito público regulando as relações do homem com os animais silvestres, e normas de direito privado incidindo sobre as suas relações com os animais domésticos ou domesticados. (GORDILHO, 2009, p. 133, 134).

Para o autor, a natureza jurídica do meio ambiente em si deve ser compreendida, levando-se em conta a Constituição de 1988, que define o meio ambiente como: “*bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida*” (grifo do autor). Para formar algo no sentido jurídico, houve a necessidade de recorrer ao conceito de propriedade, sendo que a norma referia-se ainda ao direito humano em relação à “coisa”, que era o animal.

Com efeito, de acordo com o atual modelo jurídico, os animais domésticos ou domesticados, entre eles os destinados à industrialização de alimentos, são considerados bens particulares e podem ser comercializados livremente, tendo, inclusive, o proprietário direito a receber indenização por qualquer dano provocado por terceiro ou pelo próprio Estado. (GORDILHO, 2009, p. 138).

O autor sustenta que, conforme suas leituras, o animal deve ser proprietário de si mesmo, sendo o dono seu guardião legal, mas que reconheça suas necessidades reais, e que não o trate como uma máquina a seu serviço. O fato de que os animais não raciocinam juridicamente, não pode privá-los de uma esfera jurídica que os proteja. Eles são sujeitos de direito, independentemente de sua capacidade consciencial. Gordilho lembra que, em outros tempos, mulheres, crianças, escravos, deficientes físicos, e estrangeiros também estiveram nessa condição de exclusão e também eram seres frágeis diante da conduta social vigente, assim como não podiam responder por si. Algumas leis já extintas, mesmo no Brasil, já haviam tentado a inclusão dos animais em uma esfera mais justa do ponto de vista jurídico. Segundo o Decreto 24.645/34, do Governo de Getúlio Vargas, e que não está mais em

vigência, os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das sociedades protetora dos animais.

Concordando que o problema da exploração e maus tratos causados aos animais é, antes, um problema político, ele defende que o jurista deve fornecer as ferramentas teóricas, enquanto a atitude para um movimento abolicionista deve partir de políticos, cientistas, artistas, profissionais liberais, advogados, promotores, associações ambientalistas. E conclui: *“Esta foi a lição que aprendemos com todos os movimentos de emancipação: primeiro eles são ridicularizados, depois são vistos com simpatia, até que um dia eles são vistos como integrantes permanentes da nossa esfera de moralidade”* (GORDILHO, 2009, p. 151). Ele afirma ainda:

Como vimos, o problema não consiste em saber se os animais podem ou não ser sujeitos de direito ou ter capacidade de exercício, mas de conceder-lhes ou não direitos fundamentais básicos, como a vida, a igualdade, a liberdade e até mesmo a propriedade. (GORDILHO, 2009, p. 150).

Contudo, o problema apresentado aqui, hoje, é salientado por agravantes que podem ter suas origens no histórico filosófico apresentado, mas que agora dependem de ações e reflexões dentro da realidade pós-moderna, na qual outras emergências são impostas à sociedade.

Voltando a Medeiros saliento seu apontamento como III contorno das posições jurídicas fundamentais, defendidas sob a mirada da multifuncionalidade do direito fundamental de proteção aos animais não humanos sencientes:

Os animais não humanos sencientes possuem, em face do Estado e do particular, o direito a que esses o protejam em sua dignidade no que se refere às condições de seu *habitat* natural. Dessa forma, assegura-se uma dupla dimensão, defensiva e prestacional, quando da proteção do ambiente natural, pois se preserva o *habitat* natural dos animais não humanos sencientes silvestres. (MEDEIROS, 2013, p. 254).

Faço também valer as palavras da autora quando do desfecho de seu trabalho, onde podemos vislumbrar afirmações que conectam vários conceitos trazidos ao texto até agora, quais sejam: etologia, direito e ética, e por crer que seus parágrafos dão corpo e voz à causa enquanto assunto de cunho científico, sem apartá-lo da imprescindível subjetividade.

Conclui-se, ainda, que a limitação antropocêntrica, que vigora na grande maioria das normas jurídicas, está a exigir um novo modo de agir humano que significa que se deve levar em consideração mais do que somente o interesse do animal humano, pois tanto o direito quanto (e especialmente) os deveres se estendem para mais além.

Os deveres dos animais humanos se enquadram numa esfera de liberdade e responsabilidade, englobando todos os seres (animais humanos e não humanos). Defende-se a dignidade da vida a animais não humanos, haja vista não ser possível aceitar que apenas o homem possa viver com dignidade. É notório e cientificamente comprovado que golfinhos são capazes de inventar seus próprios jogos, criar técnicas de pesca e passar adiante sua cultura, que primatas se identificam com os homens e se apartam dos outros animais (porque também “se acham superiores”), que uma chimpanzé fêmea é capaz de chorar seu filhote morto e morrer de depressão, assim como um elefante é capaz de chorar depois de perder sua companheira de sete anos em um zoológico. Esses seres clamam por uma vida digna e é dever de todo animal humano zelar por isso, um dever responsável, um dever fundamental e é direito desses seres clamarem por proteção, um direito de proteção à vida sob todas as suas formas, um direito fundamental.

Dessa feita, sob o fundamento de uma Constituição ambiental e de um Estado Democrático Socioambiental de direito, com primazia na ordem jurídico-constitucional brasileira, orientado com tarefas e deveres para a proteção dos animais não humanos sob os auspícios do princípio da dignidade da vida. Conclui-se pela existência de um dever fundamental de proteção aos animais não humanos e de um dever do Estado em relação aos mesmos. (MEDEIROS, 2013, p. 255).

Além disto, como já se apresentou, o Direito enquanto tal não corre riscos em aderir a novas esferas de consideração. Pois, de qualquer forma, ele está em constante metamorfose, buscando o bem comum, é o que confirmamos em Lourenço, quando afirma: “*O direito tem ampliado, sucessivamente, sua esfera de proteção, passando dos escravos às crianças, destas às mulheres, chegando até as pessoas jurídicas e aos entes despersonalizados*” (LOURENÇO, 2008, p. 538, 539). Também afirma que: “*A realidade, no entanto, é a de que direitos não são, nem jamais foram absolutos e conferi-los a animais não implicaria em torná-los imunes a eventuais ponderações diante de casos concretos*” (LOURENÇO, 2008, p. 537). Desta forma não devemos perceber o Direito como norma estagnada, e justamente por isto toda nossa luta, intelectual ou corporal, individual ou coletiva, tem sentido e traz mudanças.

François Ost, em sua obra ampla “A Natureza à Margem da Lei”, nos traz o contexto de dominação humano-natureza, em várias esferas de âmbito jurídico e filosófico. Ele aponta um dos principais desafios da consideração moral dos animais que se configura na coisificação da vida, através do conceito de proteção à “propriedade”. De fato é sabido que nossa legislação de proteção aos animais só existe para os animais que “pertencem a alguém”, sejam donos particulares ou o Estado. Pois se eles não são considerados sujeitos então só podem ser “coisas”, e sendo “coisas” são “de alguém”, na relação de posse. Se não houver um reclamante humano que se comprometa à denúncia ou busca pelo bem-estar e justiça para um determinado animal tanto pior, pois ele sozinho não tem voz alguma no Direito. Quando pessoas, não diretamente vinculadas ao animal o defendem, a justiça movimentar-se-á neste sentido, aderindo à ideia de que aquele animal pertence à tutela do Estado, da sociedade. De

qualquer forma, se ele tiver um dono, propriamente, a justiça será mais eficaz, pois há um dano humano no processo. Sobre a privatização do ambiente e coisas vivas coloca o autor:

Privatizar o ambiente é a solução preconizada para todos os problemas ecológicos. Esta privatização baseia-se em três pilares: a propriedade privada, o mercado que assegura a sua circulação, e o desenvolvimento, a responsabilidade que garante a sua perenidade e o seu uso em conformidade com o bem comum. (OST, 1995, p. 150).

Algumas argumentações do autor apontam uma antítese do que viemos buscando fazer valer nestas linhas, sendo ao menos teoricamente pontos de divergência. Mas são importantes de serem averiguadas e repensadas. Para o autor a moralidade é condição humana e a consideração de direitos para os animais deveria dar-se de forma assimétrica na sociedade. No entanto o mais importante mantém-se no acordo: o sofrimento do animal, o qual é dever do homem não infligir.

Será portanto necessário refletir sobre a atitude ética correta que impõe a nossa relação com o mundo animal. Rejeitar a tese personificadora, fundamentando ao mesmo tempo solidamente os deveres imperiosos, que justifica a tomada em consideração do sofrimento animal. (OST, 1995, p. 236).

Outro ponto de divergência que encontro na teoria deste autor em relação à maior parte da teoria dos Direitos Animais, incluindo a deste trabalho, é sua insistência na impraticabilidade de estender Direitos aos Animais, em função da confusão a respeito do “Titular” desses direitos. Quais dentre os animais o possuem, e em que medida? A ele parece “incongruente” a concessão de direitos aos animais, sendo que nós, humanos, é que lhes atribuímos valor e significado:

...defender que os direitos dos animais apresentem um caráter inderrogável é, em última análise, atribuir-lhes um estatuto superior, uma força obrigatória maior do que aquela de que gozam os direitos do homem. Estes direitos, é sabido, precisam de ser pesados e equilibrados pelo menos com vista a realizar a indispensável conciliação das liberdades concorrentes. (...) Adivinha-se o dilema: ou os direitos do animal são apresentados como absolutos e a tese toca o fanatismo, ou eles são apresentados como relativos e a proteção procurada surge como ilusória. (OST, 1995, p. 263, 264).

Compreende-se que a busca de Ost é a praticabilidade da proteção jurídica dos animais, e a necessidade da clareza da norma. Mas às vezes nos parecem um tanto antropocêntrico seus argumentos, revelando-nos uma necessidade de abertura ética e subjetiva ainda maior por parte do Direito, para que possa acolher as demandas sociais sobre a proteção animal. O que parece nos confirmar o autor, quando afirma:

...os desenvolvimentos atuais do direito positivo já não permitem considerar o animal nem como um objeto de direito nem como um sujeito de direito. É preciso reinventar um estatuto jurídico que faça justiça à situação do animal, “esse ser vivo que se nos assemelha”. (OST, 1995, p. 269).

Continua sendo um problema teórico da norma a velha filosofia: só a pessoa humana tem consciência de sua moralidade. A questão não é saber se isso é verdade ou não. A questão é, pelo menos, encontrar nas similitudes entre humanos e animais um elo que proporcione a esses uma qualidade de vida enquanto dividem conosco este tempo-espço. Aí também reside a moralidade da pessoa humana.

Resumindo: a diferença específica entre o homem e o animal reside no fato de que o primeiro pode, ao contrário do segundo, distanciar-se da natureza; daí se deduzindo a liberdade, a perfectibilidade, a história, a cultura, a faculdade de universalização e, finalmente, a qualidade de sujeito ético. (OST, 1995, p. 254).

Discordamos que o homem possa distanciar-se da natureza³⁰, e em vista de nossas reflexões, mesmo considerando a visão de Ost, esta “qualidade de sujeito ético” não poderia determinar maior legitimidade no que concerne à igualdade de consideração para com os animais.

A proposta de Ost para resolução do problema perpassa uma consideração da natureza como patrimônio. De certa forma creio ver nesse preceito uma intenção moral, todavia ainda antropocêntrica. “*Longe de ser o fruto de uma fantasia jurídica utópica, o ‘modelo patrimônio’ surge, antes, como um repente megantrópico, um formidável esforço de racionalidade de uma humanidade que não pretende ver-se privada de seu futuro*” (OST, 1995, p. 387). Um grande debate teórico sobre Direitos Animais pode provir dessas considerações.

Vale saber quais seriam as mudanças efetivas na prática. O autor apresenta este antropocentrismo na solução que propõe, quando considera que:

Dois exemplos entre muitos outros: se, por um lado determinada pessoa é proprietária de determinado animal, ou se determinado Estado exerce direitos de soberania sobre determinada colônia de animais, em contrapartida o patrimônio genético de que esses indivíduos são portadores releva do patrimônio comum da humanidade; se determinado local histórico é e permanece propriedade de uma pessoa privada, em contrapartida, a classificação de que é objeto assegura determinados direitos, de acesso e de preservação, nomeadamente à coletividade. (OST, 1995, p. 371).

³⁰ Ainda que possamos conceber uma “segunda natureza”, à qual Edgar Morin compreende como sendo 100% cultura, no mesmo patamar de sua (humana) 100% animalidade/natureza.

Ele sustenta, conforme Kant, que os animais não têm direitos, mas que nós temos deveres diante deles. E Rousseau que disse que eles não têm “luz” de saber sobre a lei, mas que o homem é sujeito de deveres em relação a ele. Partir desse pensamento de que o animal só tem um valor aos olhos do homem, ao critério do homem, de certa forma é negar o que temos dito sobre o valor intrínseco da vida. É claro que devemos reconhecer as possibilidades, potências e limitações do Direito enquanto exercício, se quisermos que as normas sejam eficazes em prol da defesa dos animais, mas, por outro lado, a legitimação teórico-jurídica de que os animais não têm, propriamente, direitos, mesmo que tenhamos deveres para com eles, incorre, a meu ver, pelo menos em um erro moral.

Fica claro que atribuir deveres aos humanos não é a mesma coisa que atribuir direitos aos animais. Necessário se faz um estudo jurídico, caso a caso, para perceber a diferença do ponto de vista prático de tal situação, e assim tentar ordenar alguma norma que dê conta de proteger de fato os animais como sujeitos de direitos, e não apenas punir os humanos que não arquem com seus deveres.

Assim minha contraposição seria: a vida do animal tem valor para ele mesmo. Mesmo não sabendo o significado teórico ou ontológico da palavra valor, ele o sabe, na prática. E se eu, humano, prejudico esta vida, o animal lutará por ela, porque ela vale para ele. Não é meu direito prejudicar esta vida, ou melhor, é meu dever não prejudicar. E eu só tenho este dever porquanto estou na ocasião de prejudicá-la. Tal como só há consideração ética numa relação entre duas partes, em que pelo menos uma pode sair prejudicada, ou “um pode machucar o outro”, como coloco para os meus alunos, tentando ser mais didática. Ou seja, eu não teria nenhum dever de proteger um animal que está vivendo em paz, em seu habitat, longe de mim, e sem ter qualquer relação ética para comigo. Ele, por sua vez, possui Direitos de assim se manter. Quando este contrato é quebrado, os humanos envolvidos passam a ter uma responsabilidade ética, devendo respeitar e devolver os Direitos ao animal, e seus deveres consistem nisso. Os deveres também e, principalmente, são os de respeito aos direitos.

Infelizmente a globalização da dominação do *Homo sapiens* é tamanha que as relações entre humanos e animais tornaram-se uma teia infinita, e já não temos clareza sobre nossa responsabilidade e autonomia individuais, sobre os direitos deles, e nossos deveres. Assim, levados os deveres ao pé da letra, poderíamos atribuir responsabilidade ética ao indivíduo-criança (que virá a ser adulto) ou jovem que visita e se diverte em um zoológico, ignorando toda a negligência e violência implicadas no processo. Desta forma um menino ocidental de oito anos, por exemplo, pode estar numa relação, em que deve pesar a ética, com uma família de elefantes da África, da qual lhes foi roubado um filhote que, agora atrás das grades,

“diverte” o menino. O menino, por sua vez, pode nem fazer ideia do profundo sofrimento emocional infligido a vários indivíduos, somente para que aquele animal seja mais um na coleção que entretém e “ensina” os humanos³¹ e, naquele dado momento, a ele também.

Sendo impossível a resolução prática e rápida, ou seja, sendo impossível a tentativa de êxito da ética, entre essas duas partes hipotéticas, esses dois entes carregados de profundas diferenças fisiológicas e geográficas, separadas por milhões de quilômetros e por um sistema regulador dessa insustentabilidade, faz-se necessário que o Direito, enquanto poder Legislativo e Judiciário, interfira, considerando os Direitos Animais. Faz-se necessário que a sociedade civil rompa com a regulamentação desta relação antiética e lute, sim, não somente pelos deveres dos humanos, mas também, pelos Direitos intrínsecos dos animais.

Alinhando o objeto central desta pesquisa, e encaminhando a conclusão deste capítulo, faço, novamente, emprego das considerações da autora:

A retirada de um animal de seu habitat natural e a sua inserção em um espaço restrito com o escopo de realizar atividades completamente distintas da sua natureza faz parte da natureza do animal humano? Integra a natureza essencial desse animal? (...) Dentro dessa linha de raciocínio, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em decisão recente acerca do aprisionamento de animais silvestres, manifestou-se declarando: “o lugar de animais silvestres não é dentro de gaiolas ou viveiros onde, na maioria das vezes, adquirem comportamento completamente fora de seus padrões naturais e servem, no mais das vezes, como mero adorno para deleite inexplicável dos seres humanos”. (MEDEIROS, 2013, p. 232).

Afortunadamente encontrei uma proposição de projeto de Lei³², que pretende proibir os zoológicos no Brasil, sob o seguinte enunciado:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei proíbe em todo o território nacional, zoológicos, aquários e parques públicos e privados que exponham animais silvestres.

Art. 2º Fica proibida a exibição de animais silvestres em locais públicos e privados utilizados para exposição, visitação ou amostra.

Art. 3º Os animais que atualmente habitam em jardins zoológicos, parques ou aquários públicos devem ter o seguinte destino, mediante aprovação do órgão ambiental competente:

I - transferência para santuários que tenham condições de recebê-los;

II - reintrodução ao meio ambiente, se for considerada viável a sua adaptação;

³¹ A falta de conhecimento que as pessoas, de todas as idades, têm em relação aos animais hoje é cada vez mais inadequada, visto que no século XXI o acesso à informação é, literalmente, uma ordem. Não é à toa que as aulas de ciências, chamadas, equivocadamente, de “educação ambiental” nestes espaços consistem em passar o conhecimento, lembrando Freire, de forma “bancária”, e enfatizando aspectos muito específicos dos animais, quais sejam o conhecimento sobre alimentação que, mais ou menos, conseguem fornecer a eles, e outros aspectos similares que, de qualquer forma, nunca representarão a vida em liberdade. Na maioria dos projetos de educação ambiental que se encontra, o debate sobre a etologia é ignorado. Não surpreende: a primeira coisa a dizer sobre o comportamento daqueles animais é que, sob hipótese alguma, eles deveriam estar ali.

³² Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1505389>. Acesso em: 14 jan. 2018.

III - adoção por organização de proteção aos animais;
 IV - transferência para centro de preservação da fauna silvestre.
 Art. 4º O prazo para a efetivação do disposto no artigo 3º é de 24 (vinte e quatro) meses.
 Art. 5º Aplica-se as sanções previstas na Lei nº 9.605, de 1998, a quem infringir o disposto nesta Lei. Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nem precisamos medir o tamanho deste desafio, mas já devemos ser otimistas com a pretensão, pelo simples fato de existir. Tudo caminha lenta, mas constantemente, para a civilização moral do ponto de vista da consciência das pessoas, e como já foi dito, o Direito existe para servir essas pessoas, refletir suas demandas por justiça, sendo assim nada mais natural que esperemos mudanças significativas como esta. É acordo que o mundo está cada vez mais “desperto”, como expõe o próprio Harari, quando coloca que:

Em maio de 2015, em resposta à mudança na direção dos ventos na comunidade científica, a Nova Zelândia tornou-se o primeiro país no mundo a reconhecer legalmente os animais como seres sencientes, quando seu Parlamento aprovou o Animal Welfare Amendment Act – a Emenda para o Bem-Estar dos Animais. (HARARI, 2016, p. 129).

Daniel Lourenço traz a novidade da Alemanha:

Em 2002 a Alemanha deu mais um passo inovador, tornando-se o primeiro país europeu a garantir constitucionalmente os direitos dos animais por meio de norma que coloca em pé de igualdade a proteção tanto da vida humana quanto da vida animal. (LOURENÇO, 2008, p. 536, 537).

Sônia Felipe também lembra que: *“Agora, na França, os animais deixam de ser considerados objetos de propriedade pessoal e passam a ser considerados sujeitos de direitos emocionais por conta de sua natureza senciente”* (FELIPE, 2014, p. 79).

No que se refere aos animais-sujeitos desta pesquisa, pode-se perceber que, no Brasil, infelizmente, a Lei de Crimes Ambientais não é aplicável aos animais exóticos, muitos deles presentes nos cativeiros; Aos animais exóticos não se aplica o tipo penal previsto no artigo 29 da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998), cuja redação é a seguinte:

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

Em artigo, Carlos Sérgio Gurgel interpreta que:

Note-se que a proteção recai apenas sobre as espécimes da fauna silvestre, nativas ou em rota migratória, deixando de lado as espécimes exóticas que estejam em território brasileiro.³³ A tutela penal dos animais exóticos encontra espaço no artigo 32 da Lei 9.605/1998, ao definir o crime de maus-tratos, explicitando que:

“Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.” Os animais exóticos receberam proteção através deste tipo penal, que coíbe a prática de maus-tratos. No entanto, a pena a ser aplicada é muito branda (três meses a um ano), o que não representa uma garantia, na prática, de que tais animais não serão maltratados. Nos referidos casos, como as penas máximas são pequenas, mesmo nos casos mais graves, têm sido comuns a aplicação de multas.

Ademais as leis, em específico, não serem nem origem nem destino desta pesquisa, vale ressaltar que procurei resumir os pontos mais tocantes à pesquisa e à atualidade do tema dos Direitos Animais, privilegiando o uso de autores consagrados. As leis e suas metamorfoses não possuem um papel de destaque neste trabalho, embora ele guarde por elas respeito e expectativa.

Encerrando este capítulo, cabe a tentativa de justificar o uso dos autores desde o subcapítulo anterior. Meu estudo adere aos pensadores apresentados, na medida em que há um consenso claro entre eles, e entre eles e meu próprio pensamento. Trata-se da bandeira racional, mas não racionalista, em prol da consideração moral para com os animais. As possíveis dissidências entre eles e suas diferentes contribuições ao ramo em questão não são maiores do que a causa em comum. Esta pesquisa não é um estudo ontológico de termos filosóficos acerca das correntes dos Direitos Animais. Assim não me ocuparei de dissecar as diferenças cruciais entre bem-estarismo e abolicionismo, ou de tentar revolver a superação filosófica de uns pelos outros. Sinto-me apadrinhada pelas explicações e constatações dos autores, pois foram eles que abriram as portas para que houvesse um reestudo do indivíduo animal na sociedade humana, na categoria teórico-racional, superando e transcendendo a tão injusta desvalorização do tema no ativismo e nas redes de proteção animal na práxis, que tanto fazem diferença na vida dos animais, mas que são invisíveis no *viver* abstrato/virtual da Academia.

Como afirma Steven Wise no final da sua fala, citando Winston Churchill, “Now this is not the end. It is not even the beginning of the end. But it is, perhaps, *the end of the*

³³ Disponível em: <<https://csergiogurgel.jusbrasil.com.br/artigos/139030089/fauna-exotica-no-direito-brasileiro>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

beginning.”(Isso não é o *fim*. Isso não é nem o começo do *fim*. Mas talvez este seja o *fim* do começo...) ³⁴.

Particularmente considero válida toda a consideração para com os animais. Acredito que devemos valorizar qualquer atitude, e não somente a vida vegana, que é nosso ideal, mas que ainda permanece longe de atingir a maioria da população. Alegro-me em ver pequenas atitudes das pessoas em prol dos animais de rua, ou a não concordância com o tráfico, e com o mercado pet, ou mesmo alguém que, por ter visto um filme, diminuiu seu consumo de carne vermelha. Mesmo sabendo que isto não é suficiente, entendo que, quanto mais pessoas tiverem essas intuições, maior é o alcance de uma racionalidade pertinente ao nosso tempo e, para além dela, da compaixão, da empatia e da solidariedade, sentimentos obrigatórios para nossa convivência na Terra.

Não há dúvidas de que podemos comprovar cientificamente que a vida do animal não é diferente da nossa, nem menos valiosa, também não há dúvidas de que podemos afirmar que eles devem estar protegidos pelo mesmo Direito que nos protege, muito menos há dúvida de que é imoral o tratamento e a condição de existência a que estão submetidos muitos animais. Racionalmente os Direitos Animais vencem a resistência. Mas a prática do conceito dessa racionalidade só será melhor propagada por meio dos afetos, pela subjetividade humana, pela compreensão do outro, pelo respeito, pela solidariedade e compaixão. Para tanto é preciso apelar para todas as esferas, e não aguardar, de braços cruzados, a solução do Direito. Uma das esferas que escolhi para compreender, estudar, debater, ensinar e viver os Direitos Animais é a Educação Ambiental. E é sobre esse vínculo, que asseguro ser existente e emergente, o próximo capítulo.

2.4 Educação Ambiental

“... pois é tia, porque se é ruim para nós, é ruim para eles...” (Mariana, turma 1º C, 2013).

“Eu acho que não devemos maltratar os animais, que devemos cuidar, e não aprisioná-los em gaiolas. Os animais têm que ser livres. Tem gente que não dá bola pra isso, eles batem nos bichos até não querer mais. Tem algumas pessoas que jogam pedras nos gatos e tem gente que “dá-lhe e dá-lhe” nos cachorros. Nós devemos respeitar o lugar do animal... eu respeito, tenho um gato e um cachorro e gosto muito deles, então em vez de maltratar vamos cuidar, os bichos devem ser livres. E eu espero que todas as pessoas pensem assim como eu.” (Bruna, turma 5º B, 2014).

34

Disponível

em:

<https://www.ted.com/talks/steven_wise_chimps_have_feelings_and_thoughts_they_should_also_have_rights?utm_source=newsletter_daily&utm_campaign=daily&utm_medium=email&utm_content=button__2015-05-20>. Acesso em: 31 jan. 2018.

“Como acho a mãe animal? Mais carinhosa e amorosa; Mais protetora e selvagem; Tem mais cuidado com os filhotes; Eu acho que Mãe animal e Mãe normal devem ser a mesma coisa, pois as duas dão amor.” (Emilyn, turma 5º C, 2014).

2.4.1 A Educação Ambiental como fundamento

É com satisfação, e alguma ousadia, que hoje me sinto mais habilitada para compreender e expor o que vem a ser a Educação Ambiental, para mim. Por este motivo pretendi que este capítulo da tese fosse mais curto e mais fluido do que os anteriores, furtando-me de uma fundamentação teórica mais pesada, privilegiando uma visão que transpareça minha autonomia e capacidade de síntese sobre o tema. Também subdividindo mais este segmento do texto para uma escrita e leitura mais objetivas, e maior alcance de compreensão dos resultados de pesquisa.

Quando iniciamos no estudo da Educação Ambiental, nossa primeira impressão e certeza é seu caráter multidisciplinar e social. E também as consequências desse fato, já que nossa sociedade não é preparada para acolher um campo do conhecimento que envolva tanta diversidade e tente se firmar em um terreno tão movediço, já que movimentava instâncias polêmicas e indesejáveis pelos grandes poderes políticos. Desta forma a resistência, palavra que sustenta e impulsiona o fazer da Educação Ambiental em nosso tempo histórico, já é, por si mesma, um de seus fundamentos.

A Educação Ambiental também não existiria sem o casamento entre a teoria e a prática. E se mostra falha quando tenta abarcar a problemática das crises socioambientais sob um único ponto de vista. Em suma, o campo da educação ambiental, tanto do lado intelectual como do lado ativista, os quais, diga-se de passagem, não são tão separados como imaginamos, configura-se como uma atividade complexa, conectada a uma rede, inseparável dos seres humanos e de outros seres vivos, inseparável de uma constante abertura de horizontes, inseparável de uma teoria que não se encerre em si mesma.

Assim, trarei apenas dois autores e o Documento de Referência para o Fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, para apoiar-me em trabalhar a definição deste rico campo de ação e conhecimento.

Marcos Reigota (2009) sustenta que: a Educação Ambiental deve ser uma ação global, onde o cidadão, ao ter conhecimento dessa realidade, produz um pensamento universal para assim atuar conscientemente como modificador do meio onde está inserido. Para ele essa modalidade de educação não poderia ser considerada como disciplina dentro do processo educativo, mas, sim, como uma perspectiva que permeie todas as disciplinas. Além disto ela

deve ser abordada nos diversos aspectos e espaços promovendo a percepção do educando como cidadão brasileiro e planetário. Também precisa levar em conta aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais para que realmente possa ser percebida como Educação Ambiental e não ecologia ou ciências biológicas.

Para Paula Brügger (2004), que distingue Educação Ambiental de Adestramento Ambiental, é necessário entender que: Adestramento é um treinamento, um tipo de instrução, onde as pessoas são levadas a executar determinadas funções e tarefas, identificadas com um padrão utilitário-racional³⁵; e não deveria haver uma Educação NÃO ambiental; o termo e a necessidade de “ensinar” educação ambiental pressupõem que a educação tradicional a ignora.

Sabemos assim que a Educação Ambiental crítica deve se fundamentar na contra-hegemonia, e não na escolha de temas ou áreas; deve rejeitar valores antropocêntricos e especistas e promover abordagens mais biocêntricas, zocêntricas e ecocêntricas; deve fazer abrir mão do domínio sobre o outro; demanda reconhecer limites da ciência, e ausência na neutralidade; deve se mover de forma transdisciplinar, evitando áreas de tradição do pensamento; deve se alicerçar em paradigmas sistêmicos, reconhecendo a interdependência entre processos naturais e sociais; deve valorizar conhecimentos e racionalidades de diferentes povos e culturas; deve incorporar a dimensão do conflito, um pensamento monolítico romperia com seu caráter *transformador*; deve postular uma orientação ética rigorosa no que tange ao bem-estar coletivo; deve buscar um equilíbrio entre razão e emoção, racional e intuitivo, cognitivo e afetivo, no desenvolvimento do conhecimento; deve promover ideários e ações altruístas e buscar o entendimento de que nós humanos não somos a exceção, fazemos parte de um todo maior, bem como cada ser vivo.

No documento do ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental – Educação Ambiental: por um Brasil sustentável, encontramos as seguintes diretrizes:

Transversalidade e Interdisciplinaridade; Descentralização Espacial e Institucional; Sustentabilidade Socioambiental; Democracia e Participação Social; Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental. (BRASIL, 2014, p. 23).

Como missão o documento do ProNEA aponta: “*A educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil*” (BRASIL, 2014, p. 26). Percebemos o caráter antropocêntrico da visão de missão

³⁵ O que nos remete, direta ou indiretamente, às reflexões do segundo capítulo da Fundamentação teórica onde percebemos os perigos da Moral pré-estabelecida, e a tendência humana à repetição das regras impostas.

indicada no Documento. Também preciso apontar minha incredulidade no seu caráter generalizador, e de confiança na sustentabilidade, tendo em vista nossa política (*mental, social e ambiental*) de consumo exacerbado de recursos materiais. Mesmo assim faz-se oportuna uma elucidação do que orienta nossa política pública.

Dentre os vinte objetivos almejados pelo ProNEA, destaco aqui três, por conceber diálogo com esta pesquisa, quais sejam:

1) Promover a educação ambiental integrada aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, bem como àqueles voltados à prevenção de riscos e danos ambientais e tecnológicos; 2) Incentivar iniciativas que valorizem a relação entre cultura, memória e paisagem – sob a perspectiva da *biofilia* –, assim como a interação entre os saberes tradicionais e populares e os conhecimentos técnico-científicos; 3) Acompanhar os desdobramentos dos programas de educação ambiental, zelando pela coerência entre os princípios da educação ambiental e a implementação das ações pelas instituições públicas responsáveis. (BRASIL, 2014, p. 27) (grifo meu).

Permito-me traçar uma breve problematização acerca de cada um deles, os quais, de uma forma ou de outra, conectam-se aos programas de educação ambiental aplicados em zoológicos e criadouros, como veremos adiante. Sobre o primeiro objetivo citado percebemos mais uma vez um aspecto generalizador e, como tal, sua inconsistência. A conservação e recuperação do meio ambiente é uma necessidade urgente e uma utopia, ao mesmo tempo. Com a devastação vertiginosa de nossas áreas intocadas pela demanda das grandes empresas, e políticos filiados a elas, este objetivo configura-se quase em um enfeite, um sonho ingênuo, que já está quase caindo por terra até mesmo na educação infantil e anos iniciais das escolas, onde a ordem da preservação era imposta às crianças que não sabiam o que fazer com ela.

Esse é o tipo de preceito que cabe bem aos olhos leigos e esperançosos de um *amanhã* poético, mas não nos convence mais há muito tempo. Sua escrita, percebe-se, é feita com certa astúcia, isentando um ou outro sujeito/instituição responsável. Esse objetivo, se cumprido, ou se escrito de forma mais pontual e sendo feita uma fiscalização com potência de vontade, interferiria beneficentemente na vida selvagem, diminuindo, em grande parte, os animais órfãos, os machucados, os “invasores”, os perigosos, os esfomeados, e os “sem-floresta”³⁶, que acabarão acolhidos em cativeiros legalizados, sob justificativa de sua proteção e conservação.

³⁶ Referência direta ao filme de animação “Os Sem Floresta” (*Over the Hedge*), dirigido por Tim Johnson e Karey Kirkpatrick, e produzido pelos estúdios DreamWorks. A história retrata a problemática da exploração humana nos habitats dos animais selvagens, e sua consequente condição de carência de abrigo e alimentação.

O segundo objetivo é trazido por mim por conta da palavra *biofilia*, a qual grifei, e que se refere ao “amor à vida e instinto de conservação”³⁷. Da forma como é colocado o termo, observamos seu caráter positivo e benevolente. A valorização da cultura, memória e paisagem, levando em conta a biofilia, traria uma dimensão nova à sociedade, pois não permitiria que a tríade antrópica influenciasse negativamente na vida. Assim todas as instâncias sairiam vitoriosas do ponto de vista ético. Afinal uma cultura que despreze o valor da vida não deveria ser perpetuada, assim todos os costumes torturantes à vida, especialmente aqueles ligados a vontades humanas secundárias (zoológicos, rodeios, vaquejadas, corridas e rinhas com animais...) deveriam ser abandonados. A valorização da memória e paisagem, por sua vez, privilegiaria nossa relação com outros seres vivos, como parte dessa memória biossocial e paisagem que observamos e da qual também fazemos parte. O objetivo, portanto, é nobre. Cabe um desenvolvimento que instigue e ensine como segui-lo.

O terceiro objetivo é o mais conectado a esta pesquisa, e visa aumentar o acompanhamento dos projetos de educação ambiental aplicados em diversas instituições, analisando sua coerência com os princípios da educação ambiental. Essa é uma emergência e urgência, tanto no campo da educação ambiental, como no campo dos Direitos Animais. É sobre ela que será discorrida a análise de dados deste trabalho.

Durante estes anos em que estive em contato com o estudo da Educação Ambiental, e tentei estendê-lo à minha prática escolar, foi necessário construir meu próprio conceito de Educação Ambiental, inspirado em minhas leituras, mas também em minha vida empírica, e a tentativa era que eu pudesse descrevê-lo em poucas linhas, e que ele fosse acessível de entendimento pelas diversas instâncias que o constituem. Tal que penso a Educação Ambiental desta forma: Uma prática de elucidação e diálogo que liberte os indivíduos humanos da alienação social, especialmente no que diz respeito à vida, incluindo toda aquela do seu ou outros meios.

Também sinto necessidade de afirmar o que a Educação Ambiental não é: ela não é um conjunto de normas formais, para as quais se exija um estudo aprofundado e inacessível à maioria; não é uma disciplina escolar separada das outras; não se limita a conhecer os benefícios da reciclagem, ignorando a febre do consumo; não é uma estratégia fantasiada de brindes ou festas pelas quais as grandes empresas pedem “desculpas” à sociedade; tampouco consiste em construções com o dinheiro de multas das mesmas; não é só ensinar as crianças através do não exemplo, ou seja, mostrar o animal preso para dizer que é errado prender; não

³⁷ Dicionário Priberam. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/biofilia>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

é, portanto, uma forma de legitimar ações duvidosas em relação aos outros seres ou ecossistemas sob justificativa de que o sacrifício de um salva sua espécie; não pode ser biologizante (é também social); não pode ser antropocêntrica (porque deve ser sistêmica); não pode ser absoluta (os paradoxos e contradições fazem parte de sua essência); não pode ser tradicional (senão não seria crítica e reflexiva); não pode ser incoerente entre o que diz ser e o que é.

Encerro estas reflexões, conclusivas pela sua natureza de determinação conceitual, e preliminar pela sua natureza aberta e revisitada, com a citação de um pensador da Modernidade. Bauman afirma:

Tudo o que resta à sociedade são indivíduos atomizados, solitários fragmentados, com um frágil poder de associação. Seu único problema é consigo mesmo e com sua iminente morte e extinção. Uma cultura viva cria suas próprias formas de vida. Uma cultura moribunda não cria mais coisa alguma, apenas a interpreta. (BAUMANN e DONSKIS, 2014, p. 242).

Inferimos, assim, que a Educação Ambiental, apesar de necessitar e ter uma firmeza conceitual, não se basta em teorias provisórias, e muito menos em adestramentos. Nossa cultura, que abarca tudo o que o humano cria, pode e deve revigorar e rever seus objetivos, na busca da melhoria da vida coletiva, acolhendo as esferas individuais e socioambientais da forma mais ética possível. Isto, sim, seria uma missão possível e permanente de Educação Ambiental.

2.4.2 Direitos Animais na Educação – um nicho para Educação Ambiental

Aprender e ensinar sobre Direitos Animais é, ao mesmo tempo, fácil e difícil. Fácil porque tanto a informação racional acerca da exploração dos animais, quanto o apelo emocional, são medidas eficazes de argumentação. São pertinentes em diversos discursos, diferentes disciplinas e contextos para as mais diversas faixas etárias. Por outro lado os estigmas tradicionais e culturais fazem do tema um arcabouço de verdades inconvenientes de que se evita falar. Quando o assunto vem à tona em meio ao contexto social – familiar, escolar, ou outro – o desfecho é sempre o mesmo: “a natureza é assim mesmo”, “Deus fez as coisas assim”, ou pior: “Não podemos abandonar nossas tradições”. A resistência e a intolerância são grandes, e pior do que isso: são renovadas a cada geração.

Levar o tema para o contexto escolar é tarefa da Educação Ambiental, e há maneiras homeopáticas de fazer isto. Está claro que dependendo do tema específico e da intensidade

com que é trabalhado, ele vai atingir os educandos de forma avassaladora, e isso poderá representar problemas de cunho pedagógico-burocrático junto aos pais e responsáveis. De qualquer forma os fundamentos da Educação Ambiental mostram-nos que não é mais do que coerente introduzir, cada vez mais, este tema na escola. Em outras palavras, e não só por causa da Educação Ambiental, às vezes se faz necessário ensinar a escola a ensinar Educação Ambiental, pelo ponto de vista crítico e ativo: do consumo, dos costumes, do que cada criança e adulto pode fazer para “ajudar o planeta”, para além de fechar a torneira para escovar os dentes ou produzir artefatos com lixo reciclável; não que esses atos sejam irrelevantes, muito pelo contrário, mas porque não bastam para entender a nossa responsabilidade na exploração de recursos; e, ainda mais, os estragos que o fator mercadológico faz a partir das vontades que achamos que temos.

O tema Direitos Animais, quando trabalhado na educação, tanto institucional como familiar, abre portas para muitos dilemas éticos que poderão desenvolver reflexões morais nos indivíduos em qualquer tempo de sua vida. Logo a educação ambiental desenvolvida por meio de projetos de zoológicos, e aceita na comunidade escolar é muitas vezes um desserviço, por conta de privar os alunos da reflexão ética, já que se preocupam muito mais com as aprendizagens de cunho exato-biológicos sobre espécies, aumentando a coleção de informações dos humanos, e não enxergando no animal um sujeito de uma vida.

Esforços estão sendo conduzidos para que o tema chegue às escolas, muito devagar, mas com relatos importantes. Leon Denis³⁸, um professor de filosofia vegano, em Minas Gerais, foi chamado a comparecer na escola que lecionava, na cidade de São João Evangelista. Ele foi proibido de lecionar em seu Estado por defender os Direitos Animais. Ele nos ajuda a entender a problemática, afirmando que: “*Desde muito cedo se ensina ao filho ver animais ditos exóticos e selvagens enjaulados em zoológicos como vejo uma peça de roupa pela vitrine de uma loja*” (DENIS, 2010, p. 174). Seguindo o modelo cartesiano, nossa educação pública e privada, mesmo a do Ensino Fundamental, acostumou-se a separar o humano da natureza tal que:

O ensino fundamental frisa sistematicamente uma divisão científica onde o homem colocou a si mesmo no topo de uma cadeia alimentar (...)e concluindo com um ensino médio onde a filosofia passada ao aluno é aquela que se orgulha de ser

³⁸Leon Denis – Atleta e ativista vegano pelos direitos animais. Autor da obra Educação Vegana: tópicos de direitos animais no ensino médio (2012), organizador da obra Educação & Direitos Animais (2014), e coautor das obras Visão Abolicionista: ética e direitos animais (2010) e Somos Todos Animais (2014). Pioneiro no ensino de Direitos Animais e Veganismo em escolas públicas no Brasil. Membro fundador da Sociedade Vegana no Brasil, da Liga Animalista, e da EBRAV – Educadores Brasileiros Abolicionistas Veganos.

antropocêntrica. A história é a do homem, branco e burguês. A geografia é a que ignora a origem alimentar dos impactos socioambientais. A biologia é a apologista da experimentação animal e da visão de que tudo que não é humano é um recurso para benefício humano. A química é a naturalizadora dos impactos ecossistêmicos pela industrialização, já que esse processo é facilitador da vida humana em sociedade. (DENIS, 2010, p. 176).

Assim, infelizmente e num ciclo vicioso:

A escola acaba sendo: reprodutora da milenar tradição moral especista e apologista da dominação humana sobre a natureza. Todas as disciplinas escolares, sem exceção, reproduzem a visão especista e capitalista que denomina todas as formas de vida não humana como produto, coisa, mercadoria e recurso. (...) A escola não é o lugar onde se produz conhecimento novo como muitos acreditam, é um local onde se reproduz um saber estabelecido por poucos para a manutenção da exploração de muitos, humanos e não humanos. Portanto, se uma geração após outra é sistematicamente formada em casa e na escola por uma tradição coisificadora da vida, fica fácil entender por que é tão difícil o exercício da reflexão ética. Temos um sistema de ensino irreflexivo, superficial e vazio de pensamento. (DENIS, 2010, p. 176).

Além do tema específico da ética para com os animais, uma modificação no ensino representaria outras aberturas, em outras lógicas:

Os direitos animais trazem para o campo educativo a necessidade urgente da abolição de um ensino pautado na incoerência lógica, moral e científica da tradição antropocêntrico-especista de que somos herdeiros. A força pedagógica dos direitos animais já é perceptível (...) Portanto, uma educação fundamentada nos direitos animais não permitirá que o capital cultural especista seja reproduzido, que as crianças e jovens cresçam tendo como natural a banalização do mal e a coisificação da vida. (...) Esse novo paradigma educacional não permite que a violência institucionalizada, a crueldade consentida aos animais humanos e não humanos em estado de vulnerabilidade e a banalidade do mal sejam mimeticamente transmitida às novas gerações. (DENIS, 2010, p. 178).

Após citar o autor, que é uma inspiração para todos os professores da educação básica preocupados com a causa, faço um breve resumo de algumas de minhas ações, no mesmo âmbito, no contexto escolar onde sou professora.

Em 2014, desenvolvi um projeto escolar de Educação Ambiental, junto com uma colega de trabalho e alunos dos 5^{os} anos da escola em que trabalho, chamado Bicho que te Quero Arte que te Quero Livre. Tratava-se de levar as noções dos Direitos Animais para a sala de aula, nas atividades das disciplinas de Artes e de Produção Textual. Esta atividade, que durou todo o ano letivo, transcendeu as expectativas e rendeu muitos frutos notáveis. Isto aconteceu pela capacidade de comprometimento e de empatia das crianças para com a causa animal. As crianças criaram um blog; desenvolvemos grupos de trabalho para dar conta das “demandas” do projeto; foi feita a arrecadação de quinhentos reais por meio de rifas e artesanatos feitos e organizados pelos próprios alunos, que se destinaram à castração de cinco

animais de rua. Os trabalhos artísticos realizados, bem como *folders* e artesanatos foram expostos, vendidos e distribuídos no VI Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental – EDEA, promovido por alunos e professores do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental – PPGEA-FURG. Na ocasião as crianças conheceram alguns laboratórios do Instituto de Biologia, ficando, diga-se de passagem, horrorizados com o fato de que alguns animais nesses locais estão vivos e presos em potes plásticos. Nesta mesma ocasião entrevistaram ativistas pelos Direitos Animais.

Mais tarde foram gravados programas na Rádio FURG, em que nosso Projeto foi apresentado e divulgado, um deles com a presença de nove alunos representantes. O mais importante, todavia, foi perceber a assimilação das crianças acerca dos conceitos-chave do projeto, como empatia e ética, bem como reparar na sensibilização e compromisso que foram ascendidos pelo tema do respeito aos animais. Este trabalho rendeu-me também um artigo, onde relatei todo o processo, e que foi aceito no II Encontro Catarinense de Direitos Animais, da Universidade Federal de Santa Catarina, constando também em seus anais. No ano seguinte (2015) as crianças continuaram desenvolvendo algumas atividades do projeto, pois eram elas as protagonistas, sob coordenação de outra professora, já que eu não atuo nos sextos anos.

Este foi o primeiro projeto da escola Porto Seguro que durou, ativamente, por mais de um ano letivo. Neste mesmo ano, 2015, dei impulso a um novo projeto, “filho” daquele, com as novas turmas de quintos anos. Este se chamou: Educação Ambiental para um Porto Seguro, e abarcou questões mais amplas do campo da Educação Ambiental, incluindo os Direitos Animais. O resultado foi muito positivo também, mas pude perceber que o foco em um único tema colabora para um envolvimento mais efetivo do coletivo de alunos, promovendo maior cumplicidade e responsabilidade. Então, se pudesse repetir um dos dois projetos, ou continuar, escolheria o primeiro, que abraçou e honrou a Educação Ambiental sob o ponto de vista dos Direitos Animais.

No ano de 2017, também com os quintos anos, o tema foi trabalhado em sala de aula, também em parceria disciplinar com a colega, professora de Português. Os alunos fizeram cartazes informativos, ativistas, apresentaram teatro de fantoches e números musicais. Os resultados em relação à sensibilização das crianças foram muito positivos, e fortalecem uma nova tradição nesta escola. No presente momento já realizamos mais doze piqueniques veganos, desde 2014, todos eles contando com o compromisso como tarefa de casa, fazendo com que cada um preparasse um alimento para levar na ocasião. A fundamentação destas

atividades orienta-se por um contexto histórico e vínculos com uma Educação Ambiental problematizadora, tais como:

Crescimento de uma nova filosofia, pertinente ao avanço de todas as outras áreas do conhecimento; crítica ao modelo político e social, ao antropocentrismo e à subtração do poder de pensar e sentir das pessoas diante das mídias alienantes em relação ao consumo e conservadorismo de ideias ultrapassadas e preconceituosas; fortalecimento de ideias que buscam transformações significativas nos campos do Direito, da Política e, especialmente, da Educação; esclarecimento sobre a pressão em relação ao fim dos recursos naturais, e a ênfase na HUMANIDADE como principal vítima e motivo para que tentemos mudar isso, ou seja, um adestramento irrefletido pela própria “sobrevivência”; recriação do entendimento de que o Humano faz parte da natureza, é um animal, que assim como vários outros, transformou seu ambiente para melhor atendê-lo, mas também é capaz de raciocinar, observar, sentir e solidarizar-se com o outro, assim como renovar sempre seu modo de pensar e viver; entendimento de que a lógica da exploração e escravidão é a mesma em relação a pessoas e animais; Ênfase no valor intrínseco da vida. Uma educação ambiental problematizadora deve levar e levantar questões que abarquem o local em que vivemos e outros locais onde vivem outros. Principalmente o projeto focou em ajudar a pensar, para além do que aprendemos, e pretende ascender à promoção da atenção às coisas mais importantes da vida.

Tenho ciência de que estas propostas poderiam ser consideradas como microintervenções na teoria de Félix Guattari. O projeto de 2014 rendeu um artigo intitulado: “Bicho que te quero arte que te quero livre: Um projeto de Educação Ambiental para além da sala de aula”, apresentado em evento, e um capítulo de livro, intitulado: “Da Escola para a Comunidade: Experiências do projeto bicho que te quero arte que te quero livre”.

Organizei, ao final da tese um apêndice com fotografias de algumas destas atividades de educação ambiental com foco nos direitos animais. E a seguir encerro este subcapítulo com um texto do brilhante Carlos Drummond de Andrade, que inspirou uma apresentação no ano de 2015, quando fizemos uma releitura deste texto, em forma de teatro, readaptando as situações para animais mais presentes no cotidiano. Esta composição poética explícita, claramente, os problemas da coisificação da vida ensinada em nossa escola, e é a antítese do que queremos, quando dissemos que os Direitos Animais devem fazer parte, cada vez mais da Educação Ambiental, não somente do ponto de vista teórico-científico, mas também na prática ativa junto aos sujeitos em formação.

DA UTILIDADE DOS ANIMAIS³⁹

Terceiro dia de aula. A professora é um amor. Na sala, estampas coloridas mostram animais de todos os feitios. É preciso querer bem a eles, diz a professora, com um sorriso que envolve toda a fauna, protegendo-a. Eles têm direito à vida, como nós e, além disso, são muito úteis. Quem não sabe que o cachorro é o maior amigo da gente? Cachorro faz muita falta. Mas não é só ele não. A galinha, o peixe, a vaca... Todos ajudam.

– Aquele cabeludo ali, professora, também ajuda?

– Aquele? É o iaque, um boi da Ásia Central. Aquele serve de montaria e de burro de carga. Do pelo se fazem perucas bacanas. E a carne, dizem que é gostosa.

– Mas se serve de montaria, como é que a gente vai comer ele?

– Bem, primeiro serve para uma coisa, depois para outra. Vamos adiante. Este é o texugo. Se vocês quiserem pintar a parede do quarto, escolham pincel de texugo. Parece que é ótimo.

– Ele faz pincel, professora?

– Quem, o texugo? Não, só fornece o pelo. Para pincel de barba também, que o Arturzinho vai usar quando crescer.

Arturzinho objetou que pretende usar barbeador elétrico. Além do mais, não gostaria de pelar o texugo, uma vez que devemos gostar dele, mas a professora já explicava a utilidade do canguru:

– Bolsas, mala, maletas, tudo isso o couro do canguru dá pra gente. Não falando da carne. Canguru é utilíssimo.

– Vivo, fessora?

– A vicunha, que vocês estão vendo aí, produz... produz é maneira de dizer, ela fornece, ou por outra, com o pelo dela nós preparamos ponchos, mantas, cobertores, etc.

– Depois a gente come a vicunha, né fessora?

– Daniel, não é preciso comer todos os animais. Basta retirar a lã da vicunha, que torna a crescer...

– E a gente torna a cortar? Ela não tem sossego, tadinha.

– Vejam agora como a zebra é camarada. Trabalha no circo, e seu couro listrado serve para forro de cadeira, de almofada e para tapete. Também se aproveita a carne, sabem?

– A carne também é listrada?- pergunta que desencadeia riso geral.

– Não riam da Betty, ela é uma garota que quer saber direito as coisas. Querida, eu nunca vi carne de zebra no açougue, mas posso garantir que não é listrada. Se fosse, não deixaria de ser comestível por causa disto. Ah, o pinguim? Este vocês já conhecem da praia do Leblon, onde costuma aparecer, trazido pela correnteza. Pensam que só serve para brincar? Estão enganados. Vocês devem respeitar o bichinho. O excremento – não sabem o que é? O cocô do pinguim é um adubo maravilhoso: guano, rico em nitrato. O óleo feito da gordura do pinguim...

– A senhora disse que a gente deve respeitar.

– Claro. Mas o óleo é bom.

– Do javali, professora, duvido que a gente lucre alguma coisa.

– Pois lucra. O pelo dá escovas é de ótima qualidade.

– E o castor?

– Pois quando voltar a moda do chapéu para os homens, o castor vai prestar muito serviço. Aliás, já presta, com a pele usada para agasalhos. É o que se pode chamar de um bom exemplo.

– Eu, hem?

– Dos chifres do rinoceronte, Belá, você pode encomendar um vaso raro para o living da sua casa.

Do couro da girafa Luís Gabriel pode tirar um escudo de verdade, deixando os pelos da cauda para Tereza fazer um bracelete genial. A tartaruga-marinha, meu Deus, é de uma utilidade que vocês não

³⁹ Extraído de DRUMMOND, Carlos de. **De notícias e não notícias faz-se a crônica**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

calculam. Comem-se os ovos e toma-se a sopa: uma de-lí-cia. O casco serve para fabricar pentes, cigarreiras, tanta coisa. O biguá é engraçado.

– Engraçado, como?

– Apanha peixe pra gente.

– Apanha e entrega, professora?

– Não é bem assim. Você bota um anel no pescoço dele, e o biguá pega o peixe mas não pode engolir. Então você tira o peixe da goela do biguá.

– Bobo que ele é.

– Não. É útil. Ai de nós se não fossem os animais que nos ajudam de todas as maneiras. Por isso que eu digo: devemos amar os animais, e não maltratá-los de jeito nenhum. Entendeu, Ricardo?

– *Entendi, a gente deve amar, respeitar, pelar e comer os animais, e aproveitar bem o pelo, o couro e os ossos.*

2.4.3 Os Zoológicos

O princípio dos animais como objetos de espetáculo teve uma origem mais macabra e imoral do que pode imaginar um cidadão comum, passeando em um zoológico em nossos dias. Essa origem remonta a um tempo histórico, bem mais recente do que se desejaria: a última exposição aconteceu em 1958, trata-se dos zoológicos humanos em que diversas “raças” humanas, índias, negras e asiáticas, foram expostas em jaulas ou recintos, tal como os animais, para servir ao entretenimento dos europeus, instigando sua curiosidade acerca do exótico, e as possibilidades mercadológicas sobre esse exótico. A intencionalidade desse dito entretenimento era idêntica à do zoológico de não humanos, e só foi abandonada, e vista com horror ou vergonha, há pouco tempo, graças ao crescimento de uma consideração dos Direitos Humanos. Este tema merece um estudo aprofundado e exclusivo, que não nos cabe agora. Os “Zoológicos Humanos”, aberração moral de nossa espécie, um dos cumes da supressão ética de *Homo sapiens* para *Homo sapiens*, tanto quanto ou quase tão repulsiva quanto à escravidão, se conecta, diretamente, com a problemática essencial desta pesquisa.

As informações a seguir pertencem aos estudos de BAÉZ e MASON (2006), encontradas em sua obra: *Zoológicos humanos: fotografias de fueguinos y mapuche em El Jardin d’Acclimatation de Paris, Siglo XIX*.

O início das exposições antropozoológicas deu-se nas décadas de setenta e oitenta do século XVIII, mesmo século do princípio dos zoológicos comuns, embora o hábito de colecionar animais exóticos remonte à Antiguidade com imperadores chineses, astecas e faraós. O naturalista George Louis Leclerc aprovou um plano formulado pelo arquiteto D. Verniquey para criar uma coleção de feras de todas as regiões do mundo, na qual povos indígenas foram exibidos ao lado da flora e fauna. No entanto o conceito de exposição

antropozoológica é do empresário alemão Carl Hagenbeck Jr. (1844-1913), que reconheceu que a ideia de apresentar seres humanos em um zoológico foi de seu amigo, o retratista de animais Heinrich Leutemann (BAÉZ e MASON, p. 17, 2006).

Em 1877, em Paris, em recinto rodeado por uma vala para proteger o público, e junto aos camelos, girafas, elefantes, rinocerontes e avestruzes, foram expostos 14 africanos. A exposição foi tão próspera que se repetiu no mesmo ano, apresentando também seis esquimós. O lucro chegou a 57.963 francos, equivalentes a 170.000 dólares atuais. No ano seguinte, 985.000 visitantes estiveram no Jardim para a exibição de lapões (grupo étnico da região setentrional da Noruega, Suécia, Finlândia e da península de Kola) e *gauchos* argentinos. Em 1880, quando não houve a exibição de seres humanos no Jardim, a venda de ingressos caiu, mas no ano seguinte subiu, novamente, quando então se expôs fueguinos– indígenas do extremo Sul da América do Sul (BAÉZ e MASON, p. 18, 2006).

Segundo os autores as exposições humanas tinham três modalidades: o formato de “feira mundial”, o teatro de variedades, e a exposição antropozoológica (BAÉZ e MASON, p. 23, 2006). Um dos aspectos mais relevantes de ser destacado é a questão da mortalidade dos humanos expostos. Mesmo os europeus compreendendo que a ida dessas para a Europa representava enfermidade e morte, continuaram a raptá-los, (BAÉZ e MASON, p. 30, 2006).

O site “Museu de Imagens⁴⁰” possui um material revelador desse período histórico, e trago aqui algumas fotografias do processo que acabamos de averiguar:

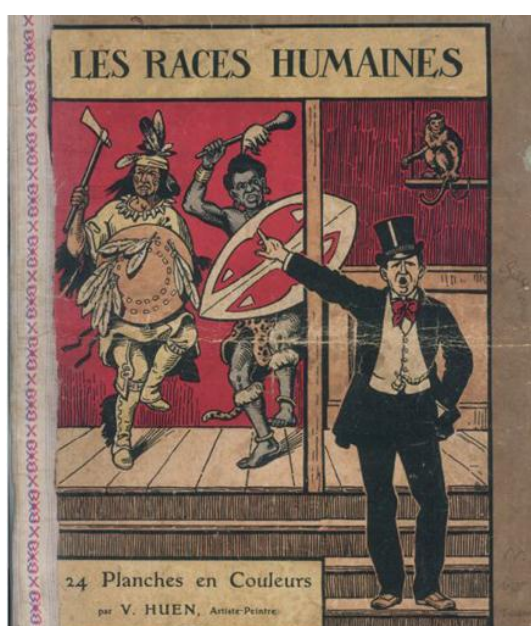


FIGURA 9 - Pôster-propaganda sobre a exposição de humanos-animais
Fonte: Site Museu da Imagem.

⁴⁰ Disponível em <<http://www.museudeimagens.com.br/zoologicos-humanos/>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

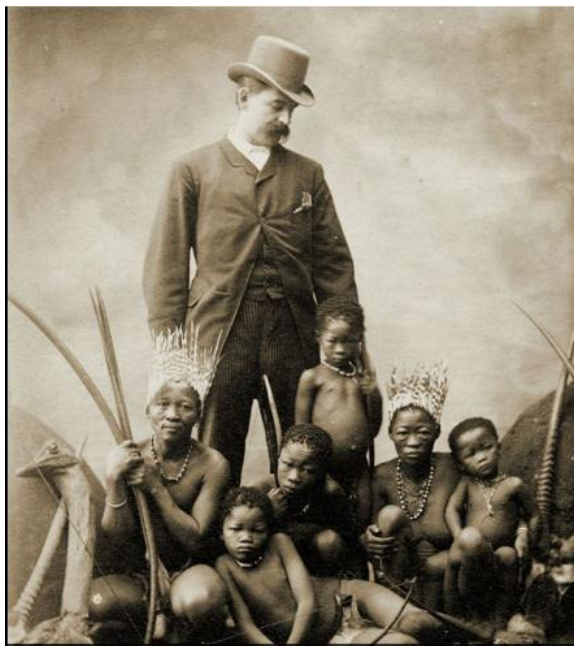


FIGURA 10 - Guillermo Antonio Farini posa com pigmeus no Royal Aquaryum de Londres, em 1888
Fonte: Site Museu da Imagem.

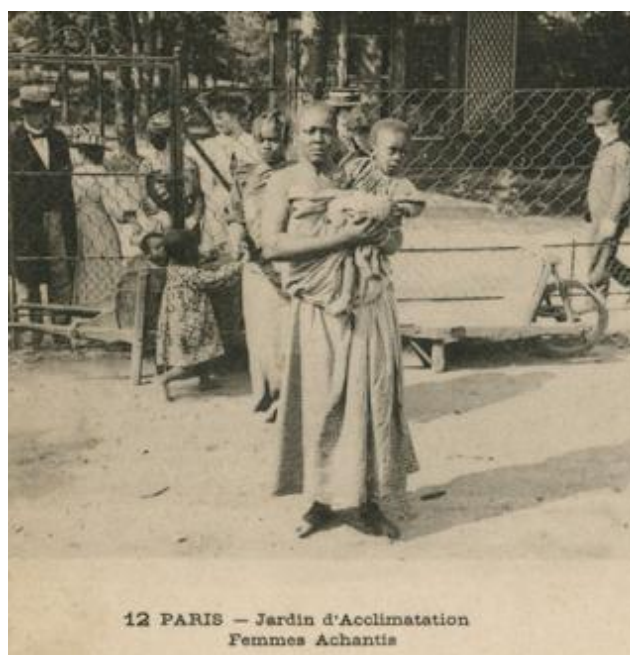


FIGURA 11 - Mulher da etnia Ashanti, exibida no Jardim Zoológico da Acclimatation de Paris junto com seu filho, 1903
Fonte: Site Museu da Imagem.



FIGURA 12 - Anúncio publicitário do grande “espetáculo” de Guillermo Antonio Farini, onde adultos e crianças da tribo Boschiman (de Botswana, Namíbia e África do Sul) seriam exibidos em Paris entre 1898 e 1905.
Fonte: Site Museu da Imagem.



FIGURA 13 - Índios Galibi, que viviam no Oiapoque são exibidos na jaula em um espetáculo etnológico no jardim zoológico da Acclimatation, em Paris, em 1893.
Fonte: Site Museu da Imagem.

Creio que as imagens explicam mais do que se pode dizer. E, propositadamente, abri este subcapítulo com os zoológicos humanos, para instigar nosso exercício de empatia, e repararmos como a indignidade da vida, em relação à sua complexidade ecológica e ao desejo

de liberdade, não é diferente entre humanos e outros animais. Muito embora a maioria de nós tenha nas imagens dos humanos em cativeiro uma sensação mais perturbadora, queremos afirmar que o mal infligido é o mesmo, e independe das vítimas.

O artigo intitulado “Uma reflexão sobre animais selvagens cativos em zoológicos” nos ajuda a contextualizar as origens e demandas da prática do zoológico, como coleção de animais para exibição. O primeiro zoológico de que se tem notícia data de 1795, o Jardin des Plantes, em Paris. Os animais provinham de circos e outros espetáculos. Já em 1826 foi fundado o zoológico de Londres no intuito de ser uma instituição para fins científicos, os estudos de zoologia. Com a demanda do gasto para a manutenção dos animais a instituição foi aberta à visitação pública, o que, em ciclo vicioso demandou mais animais e os “shows” com animais, para atrair mais público. Desta forma os animais foram buscados da natureza, o que, certamente causou a morte de muitos indivíduos (SANDERS e FEIJÓ⁴¹, p. 2).

Não é novidade que espetáculos e aprisionamento de animais remontam à Roma Antiga, por ocasião das lutas em arenas. O problema é nos assustarmos com os objetivos das barbáries, e não com elas por si mesmas. As arenas de Roma eram uma demonstração de agressividade em todos os sentidos imagináveis. Com sorte as arenas com gladiador e animal, ambos escravos, com lutas até a morte para entretenimento do público foram extintas. A reconfiguração desse processo para substituição do frenesi do público pode ser percebida hoje no futebol, muitíssimo menos agressivo, já que ao menos não é a morte e a violência o objetivo do jogo. Assim é histórico o uso de animais para os espetáculos. E todos eles devem ser privados de sua liberdade natural e fundamental para que o *show* aconteça.

Hoje as justificações e objetivos para a existência dos zoológicos se concentram em: conservação de espécies; pesquisa científica; lazer humano; e educação ambiental. Como praticamente já foi dissertado, nenhuma dessas justificativas ou objetivos é ética.

A conservação de espécies é uma medida praticamente paliativa e, *quicá*, cruel, para amenizar os estragos, muito mais complexos, da destruição dos habitats naturais. Também é uma medida polêmica, como colocarei mais adiante. A pesquisa científica significa a legítima exploração dos animais, seus corpos e mentes para fins terceiros; trata-se, descaradamente, da coisificação da vida, quase sempre sem justificativa à altura por parte das comissões de ética. Em relação ao lazer nem me detenho a explicitar mais do que o óbvio: os animais não são para nos entreter; eles existem para seus próprios fins. A exploração dos animais para

41

Disponível em:
<https://www.academia.edu/7496021/UMA_REFLEX%C3%83O_SOBRE_ANIMAIS_SELVAGENS_CATIVOS_EM_ZOOL%C3%93GICOS>. Acesso em: 05 fev. 2018.

entretenimento humano é a mais constrangedora de nosso tempo, e deveria ser a primeira a ser completamente extinta, o quanto antes. A última justificativa, parecendo também o último recurso argumentativo da instituição dos adeptos à existência dos zoológicos, é a educação ambiental. E é principalmente sobre ela que devemos nos debruçar.

A seguir dissertarei muito brevemente sobre parte da problemática da preservação das espécies, os dilemas éticos presentes na questão da conservação de espécies, e do enriquecimento ambiental em busca do bem-estarismo.

2.4.3.1 Dilemas acerca do enriquecimento ambiental e da Conservação – Serão os cativéis o mal necessário?

Neste subcapítulo me detenho a discutir questões como: o cativél como recuperação é uma falácia ou uma exceção? Se a própria condição do cativél priva o animal de agir conforme seus instintos naturais, há uma contradição nesta salvaguarda? O perigo das gaiolas abertas, o que nos leva a questionar em que medida a garantia de subsistência é mais desejável do que o risco da vida em liberdade? Afinal os animais protegidos são ou não são exemplares de uma coleção? E como tal não continuam sendo objetos?

Em julho de 2015 tive a oportunidade de assistir a palestra do zootécnico, especialista em comportamento animal, Alexandre Rossi, o conhecido “Dr. Pet”, apresentador de programas de televisão sobre comportamento de *pets*, e ativo em problemas de comportamentos em zoológicos.

Cabe registrar aqui o que de principal a fala do palestrante me deixou, a reposta-pergunta que configura o dilema deste subcapítulo. Após os inúmeros exemplos de adestramento com sua companheira canina, a Estopinha, e o relato de histórias impressionantes sobre casos problemáticos com animais selvagens em zoológicos, abriu-se uma sessão de perguntas. É necessário lembrar que o evento que trouxe esse profissional tratava-se da Semana Acadêmica de Zootecnia, da Universidade Federal de Pelotas. Assim a totalidade das indagações dos ouvintes era referente à prática de domínio dos animais de produção como, por exemplo, facilitar o momento de entrada dos bois no brete para vacina, medicação e abate, e atividades que o valham. Lá, é claro, os conhecimentos do palestrante estavam sendo aproveitados para otimização da exploração animal. Eu estava sozinha, sem colegas ou conhecidos, e obviamente aquele era um ambiente inóspito aos meus ideais, mas às vezes é justamente nesse tipo de situação que aprendemos mais. Deixei minha pergunta por

último, adivinhando que ela causaria algum discreto alvoroço, e que eu seria mirada com estranhamento.

Meu questionamento foi simples: “Levando em conta a quantidade de problemas de comportamento encontrados nos zoológicos, todos provindos de doenças e do estresse do próprio confinamento, incluindo a morte de um tratador pelo animal, tu achas que a manutenção e existência desse tipo de local ainda vale a pena?” Sua resposta foi longa e para além de meu questionamento. Mas concluiu-se também de forma simples, com outra pergunta: “Onde está a natureza para que esses animais vivam nela?”

O palestrante deve estar habituado a responder às pessoas contrárias à exploração da natureza, pois tinha um discurso pronto e bem articulado sobre vários fatores da crise ecológica. Sua fala, à minha pergunta, chegou a dissertar sobre recursos como água potável no planeta, desmatamento e outras questões comumente relacionadas ao domínio injustificado do homem em seu meio, o que para nós da Educação Ambiental, apesar de terem imensa importância, tornam-se clichês quando tratadas de forma genérica. Ainda assim deixou claro que sua opinião teórica é que todos os animais de zoológico deveriam estar em liberdade e em seus devidos habitats, mas que atualmente, e cada vez mais, essa opinião não tem força prática devido à diminuição da área natural dos mesmos, por fatores diversos de outros tipos de exploração.

Alguns animais da savana africana estão sendo mortos por invadirem e representarem perigo para comunidades humanas. Sabemos também da problemática das detestáveis caças em prol de adquirir partes dos animais para a venda em comércio ilegal, como o marfim, por exemplo. E que talvez chegue o dia em que somente visualizaremos algumas espécies que estejam sob guarda do cativo, que mesmo que a prive de liberdade, sustenta sua vida com o essencial para vida, ou seja, permite que o animal não seja extinto, que ele permaneça usufruindo da condição “vida”.

A complexidade desta resposta pende entre dois lados verdadeiros. De fato a natureza selvagem está, literalmente, diminuindo de tamanho. É visível, empiricamente, testemunhar animais silvestres adentrando as zonas urbanas em busca de comida ou abrigo, creio que sem muito sucesso. Mas são testemunhas de seu próprio despejo, direto ou indireto, que se dá por conta da intoxicação da terra, desertificação, e devastação de áreas vegetais nativas em volta de lavouras quilométricas, e da pecuária só para citar atividades do agronegócio, mas há outras formas antrópicas de ocupação. A legislação vigente, ou fiscalização não dão conta de conter tal desenvolvimentismo. E esses animais ficam “sobrando” no ambiente, quando na verdade estão cada vez mais “faltando” a ele.

O outro lado desse paradoxo é duvidar da qualidade de vida que esses animais teriam quando presos em gaiolas ou recintos, mesmo que na intenção humana de que sejam preservados. O dilema encontra-se também na impossibilidade de se “ouvir” o ponto de vista do animal. Se as possíveis vantagens, ou os ditos benefícios dos cativeiros serão suficientes para sua concordância em viver dentro deles. Se analisarmos o que consideramos vida, e complexificarmos este termo, veremos que não é simples traçar um limite. Mas uma resposta pertinente ao abolicionismo animal seria a da liberdade em qualquer situação, ainda que, futuramente, isso represente a extinção, o que é infelicidade e inevitabilidade comum no reino animal desde que o conhecemos como tal. Afinal se existimos a partir dos significados que nos autoaplicamos, o que seriam os animais confinados além de máquinas de manter o organismo vivo? Que representações deles mesmos, dos outros e do mundo passam a ter?

Na revista REMEA, jan/jul 2012, encontramos um estudo sobre a Educação Ambiental em Zoológico, E é interessante registrar um fato observado pelas autoras acerca do enriquecimento ambiental. O cuidado com o bem-estar do animal, no relato de pesquisa de Oliveira e Oliveira (2015), mostra-se sempre acompanhado, quando não ignorado, por uma preocupação com a compreensão do público acerca do animal, muito mais pelo conhecimento de espécie, num caráter científico, de aprendizagem técnica, do que para o animal se beneficiar diretamente. Elas contam, por exemplo, que em um dos zoológicos observados, os objetos para enriquecimento ambiental⁴² eram colocados dentro dos recintos na hora da visita do público para que a pessoa presenciasse o momento de maior interação do animal, inteirando-se, assim, de mais um aspecto sobre aquele animal (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2015, p. 276). Desta forma ignora-se o tédio doentio e angustiante de que esses animais são padecentes, na maior parte do seu tempo, pois o que se considerou significativo foi a experiência visual do visitante humano. Entende-se que essa operação para essas autoras, foi enquadrada como educativa.

Creio na relevância de focarmos no valor individual do sujeito vivo, e não no valor instrumental do exemplar de uma espécie. Se um pássaro está vivo em cativeiro, e deseja voar, esse pássaro está infeliz, atrofiado em uma condição artificial, a qual não compreende. E isso importa, porque esse pássaro importa. Ele não está usufruindo de tudo que a vida, tal como planejada pela natureza, teria para lhe dar, não está exercendo as funções naturais de seu próprio organismo, nem de sua espécie, e nem em seu ambiente, portanto, essa vida que ele está levando é duvidosa. E negativa se considerarmos uma polêmica comparação com

⁴² Prática de complexificar o ambiente do cativeiro, promovendo interação e novidades para o animal, para fins de que exerça tarefas similares às que teria na natureza, diminuindo assim o estresse do confinamento.

pacientes terminais que optam por cuidados paliativos ou eutanásia, ao invés da continuação de um tratamento doloroso, improvável, e infértil.

Morris (1990) desenvolve muito bem as intensas contradições acerca dos zoológicos em relação ao bem-estar dos animais, ao que ele chama de “puristas”, hoje conhecidos como abolicionistas, aqueles que não aceitam a exploração animal sob justificção alguma, e à perda da natureza, relacionada à problemática da superpopulação humana, e a desafortunada probabilidade de que alguns animais só estarão vivos no futuro, se forem habitantes de um zoológico, o que atrasa toda a luta pela abolição desses locais. Ele disserta sobre novos zoológicos onde os recintos imitam o habitat natural, as jaulas menores são abolidas, e a relação se inverte: são humanos que passam por corredores de arame, e podem observar os animais em sua vida normal, ou não observarem se estes estiverem escondidos. Não podemos negar que tendo em vista a sensação corpórea e psicológica do animal esse novo tratamento é superior ao anterior, o dos antigos e aterrorizantes zoológicos. Porém trata muito pouco sobre uma efetiva mudança de mentalidade humana, pois os animais continuam sendo coisas, coisas protegidas, coisas alimentadas, coisas apresentadas. Acima de tudo, coisas. Sobre os novos zoológicos coloca Morris (1990):

O desenvolvimento de *exposições animais mais esclarecidas* reflete uma preocupação crescente com o que andamos fazendo com os animais selvagens no passado. Essa nova conscientização nos está levando a um estilo mais naturalista de manutenção de zoológicos, porém isso cria uma contradição incômoda: precisamos projetar um cativeiro que não pareça um cativeiro, e fingir que os animais selvagens estão na selva apesar de sabermos que não estão. (MORRIS, 1990, p. 53) (grifo meu).

Morris, em 1990, foi um otimista. Sabemos que sua proposta é deveras melhor do que muitas outras, e na verdade já se começou a vislumbrar esse tipo de sistema para os animais confinados, na realidade atual. Entretanto, após debate teórico sobre ética, nosso lugar no mundo, nossas limitações e potências, e nossa busca pela civilização moral, não podemos admitir somente isso. Mais uma vez somente a busca pelo bem-estarismo. No zoológico de Belo Horizonte, Minas Gerais, onde fui fazer uma visita descomprometida da pesquisa, já que não pertencia ao *corpus* pretendido no meu projeto, pude observar o local passando por reformas, sob *status* de “melhorias”. Posso afirmar que de maneira alguma os recintos novos que testemunhei são bons para os animais. Mesmo que pudéssemos considerar a possibilidade das jaulas maiores, para aqueles que não tiverem suas “jaulas vazias”, o que presenciei lá é inadmissível. O tamanho do local que abriga a Fundação Zoobotânica propiciaria algum bem-estar aos animais se realmente investissem no tamanho dos recintos. Os recintos novos em

folha que vi são minúsculos, com paredes pintadas de vermelho, poucas plantas ornamentais fazendo papel de bibelôs e caminhos sinuosos de brita no chão para alegrar o olhar dos visitantes, mais parecendo casinhas de bonecas do que um lar para qualquer animal maior do que um inseto. Esses recintos que descrevi abrigam aves selvagens. Fica muito difícil, sequer, pensar a possibilidade do bem-estarismo. Mesmo quando houve um raro investimento de capital no local, as melhorias foram praticamente uma decoração pobre focada somente no olhar humano. Em hipótese alguma foi pensada a complexidade do animal, ou mesmo sua, claramente escancarada, frustração, apatia e tristeza. Sônia Felipe afirma que:

O valor próprio de uma vida só pode existir na correspondência espiritual da mente do animal com a especificidade da vida que aquela configuração material biológica permite. E os animais criados pelos humanos têm seu espírito completamente atrofiado, quando não degenerado. (FELIPE, 2014, p. 264).

Esses animais, claramente, não estão exercendo suas funções ecológicas e não estão vivendo conforme a natureza de seu comportamento, nem em meio doméstico com o melhor dos tratamentos, e muito menos na solidão dos recintos zoológicos.

De qualquer forma não podemos negar que há cativeiros e cativeiros. É muito raro e nunca suficiente, mas de fato o bem-estar animal, apesar de repudiado pelos abolicionistas, representa para muitas vidas a diferença entre querer e não querer viver. Representa salubridade, distração e alimentação minimamente adequada, além da proteção de predadores. O problema de assumirmos a postura de que, se bem tratado podemos prender, é que a condição não seria vista apenas como exceção, como recurso do inevitável, como um pouco de dignidade a um completo condenado. Não, o dito bem-estar acaba podendo representar um padrão permissivo à atividade, negligenciando e anestesiando a ideia da libertação animal. Tal como a contradição encontrada na permissão de Criadouros comerciais legais venderem o animal com licença e documento, representando ao comprador como único risco de ter “seu” animal retirado, um ato que represente maus tratos. É dito que eles podem viver domesticamente de acordo com algum padrão de “bem-estar”.

Sobre isso chegamos à questão nomeada de enriquecimento ambiental, ou seja, as ações práticas e materiais que podem trazer distração, exercício físico e possivelmente outros alívios para os animais em cativeiro. Trata-se da colocação de objetos, estruturas, presas vivas e outros fatores para promover maior interação dos animais. Porém este estudo adentra, como coloquei, o dilema do bem-estarismo. O que pode nos parecer serem ações menos ruins, na admissão de que o ideal é impossível, podem representar a legitimação do que queremos combater. Não se pode correr o risco, pelo menos intelecto-moralmente, de estabelecer

padrões de enriquecimento ambiental que sejam motivadores e permissivos aos cativeiros, pois a abertura de precedentes será emergente e trará danos práticos e morais irrecuperáveis. Em outras palavras estaríamos dizendo que não há problema prender os animais, desde que eles possam brincar no recinto. Já nos parece óbvio que essa afirmativa é tão tola, quanto perigosa.

O enriquecimento ambiental é limitado, acaba. A natureza é dinâmica, se refaz, ressurgue, movimenta-se. Nos recintos fechados as presas vivas são caçadas e acabam. O pneu pendurado é destruído e se termina a “diversão”. Os galhos e troncos são roídos e viram serragem. Tudo que está confinado torna-se finito. A teoria da complexidade nos diz que o caos e a desordem são complexos, múltiplos, férteis. A ordem é premeditada, limitada, efêmera, e logo, esvaziada.

Por outro lado as amenizações, compensações e contrapartidas do enriquecimento ambiental nos cativeiros é, de fato, melhor do que nada e podem representar um pequeno alívio, para aqueles que passarão presos para o resto, ou mesmo uma parte, de suas vidas. A questão é buscar estratégias que não tragam resultados limitantes para os animais. Essa é a problemática: Não pode haver absolutismo dessas decisões, mais uma vez o método que melhor irá apurar esse dilema é o pensamento complexo.

Respondendo aos questionamentos do primeiro parágrafo deste subcapítulo: o cativeiro como recuperação é uma falácia ou uma exceção? Pode ser os dois. Falácia porque representa uma desculpa, e porque nem sempre é verdade, e exceção porque pode ser verdade, e pode até funcionar já que os animais são bancos de genes de sua própria espécie. Em ambos os casos não é ético sacrificar um indivíduo apenas para guardar sua informação genética para que depois haja mais indivíduos, provavelmente enclausurados tanto quanto seu ancestral. Talvez isso signifique a extinção, pois bem. Em relação à natureza dos seres vivos, a extinção é mais moral do que a tortura.

Meu outro questionamento era: se a própria condição do cativeiro priva o animal de agir conforme seus instintos naturais, há uma contradição nesta salvaguarda? Certamente que há. É uma salvaguarda que lhe provê apenas o fundamental para que seu corpo biológico-sistêmico não atinja a falência. Os instintos são intrínsecos ao ser. Não existe substituição nem retirada, somente as consequências negativas da abstinência.

Indaguei também sobre o perigo das gaiolas abertas, que nos leva a questionar em que medida a garantia de subsistência é mais desejável do que o risco da vida em liberdade? A resposta a essa indagação é muito parecida com a das anteriores. Porém não poderemos responder, porque não estamos, fatidicamente, no lugar do animal. Só ele poderia decidir se

vale a pena viver uma vida que priva algo fundamental, mas protege outra categoria fundamental. Poderíamos exemplificar, por exemplo, de animais que na natureza seriam presas, e estariam alertas o dia todo e guardados no zoológico estariam a salvo, e alimentados. Mas, se pudesse opinar, diria que a complexidade e a plenitude da liberdade de ser quem se é, e de viver a vida utilizando os recursos naturais internos tem mais valor do que aparentemente estar a salvo.

Por último perguntei: afinal os animais protegidos são ou não são exemplares de uma coleção? E como tal não continuam sendo objetos? Sem dúvida todo o zoológico ou criadouro de certa forma apresenta uma coleção e, como exemplares de uma coleção, os animais só podem ser vistos como objetos. Ainda que o local que abriga os animais confinados seja o mais “ético” que possa ser, e procure tratar bem seus exemplares há, de toda a forma, coisificação da vida. Se encontramos uma negação disso, podemos perguntar por que não há mais zoológicos humanos. A resposta será: porque a vida das pessoas pertence a elas próprias, e nenhuma delas quer ser exemplar em uma coleção. A vida delas não é uma coisa. É a vida delas.

Harari, reconhecendo a complexidade dos animais e o ceticismo das pessoas resistentes às quebras de paradigmas nos confirma, indiretamente o caráter castrador dos cativeiros e suas consequências. Ele coloca que:

Vários experimentos indicam que ao menos alguns animais – inclusive aves como papagaios e gralhas azuis – se lembram de incidentes individuais e se planejam conscientemente para eventualidades futuras. Contudo, é impossível provar isso definitivamente, porque não importa quão sofisticado seja o comportamento exibido por um animal, os cétricos sempre poderão alegar que ele resulta de algoritmos inconscientes em seu cérebro, e não de imagens conscientes em sua mente. (HARARI, 2016, p. 132).

Ele nos conta ainda um caso interessante:

Para ilustrar esse problema, considere o caso de Santino, um chimpanzé macho do Zoológico de FRUVIK, na Suécia. Para amenizar o tédio em seus domínios, Santino desenvolveu um excitante hobby: jogar pedras nos visitantes. Esse ato, em si mesmo, não é excepcional. Chimpanzés enraivecidos frequentemente fazem lançamento de pedras, paus e excrementos. No entanto, Santino planejou previamente suas ações. Pela manhã, bem cedo, muito antes de o zoo abrir para os visitantes, Santino juntou projéteis e os empilhou, sem demonstrar nenhum sinal visível de raiva. Guias e visitantes logo aprenderam a se acautelar contra ele, em especial quando estava em cima de sua pilha de pedras, assim, o animal tinha cada vez mais dificuldade em localizar alvos. Em maio de 2010, Santino reagiu com uma nova estratégia. De manhã cedo ele tirou fardos de palha da área onde dormia e os colocou junto ao muro onde comumente os visitantes se agrupam para olhar os chimpanzés. Depois quando os primeiros visitantes se aproximaram, Santino ostentava calma, sem sinais de irritação ou agressão. Somente quando suas vítimas

estavam em seu raio de alcance é que Santino, de súbito, tirou as pedras de seu esconderijo e bombardeou os assustados humanos, que debandaram em todas as direções. No verão de 2012, Santino acelerou a corrida armamentista, escondendo pedras não apenas sob fardos de palha, mas também em troncos de árvores, construções e em qualquer outro lugar utilizável como esconderijo. (HARARI, 2016, p. 133).

O reconhecimento de uma subjetividade dos animais realmente configura-se em uma transcendência de fronteiras. É a prova concreta de que os animais não humanos não existem apenas como corpos portadores de instintos, mas possuem, como nós, uma rede de conexões emocionais e de capacidade de planejamento. Isto não é nenhum absurdo de afirmar, se lembrarmos da nossa árvore filogenética. Por que motivo teríamos em comum com os animais as funções vitais, os órgãos, os instintos, e nada mais? Se insistirmos nesse ceticismo acabaremos na limítrofe conclusão de Descartes, que deduz a ausência de alma nos animais, por não ver quase nenhuma outra grande diferença provável. E também porque esta não foi, e nunca será, comprovada. Parece-me mais ridículo e absurdo negar a mesma ciência na qual acreditamos, quando é conveniente. E agora ela finalmente está reconhecendo nos animais atributos desconhecidos até então, e que, nem por isso, estiveram ausentes neles até agora.

Certa vez nos perguntou Drummond: “Existem as coisas sem servistas?”⁴³ E eu lhe diria que não sei sobre todas as coisas, mas sobre aquelas que me fazem sentir, e que demonstram querer viver, existem sim. Até provarmos se somos ou não “uma hipótese de luta ao sol do dia curto em que lutamos”, melhor estendermos nossa consideração a tudo o quanto nos parece semelhante, mais do que isso, aderindo a Schweitzer, a tudo o que vive.

Também não posso me furtar de mencionar o caso do Pampa Safári, zoológico fundado há trinta anos, agora desativado. Localiza-se no km 11 da ERS-020, entre os municípios de Gravataí e Cachoeirinha. O local tem uma área de 300 hectares. Lá o abandono foi ilustração perfeita para A insustentabilidade dos zoos. A suspeita de tuberculose nos cervos fez com que os próprios proprietários pedissem autorização para abater os animais, e que a carne dos animais saudáveis pudesse servir para o consumo humano. O local que já havia sido autuado em 2013, 2015 e 2016, por funcionar sem licença ambiental, teve 20 animais abatidos, dentre eles quatro fêmeas prenhes. A ação motivou ativistas a protestar, pois:

O exame para comprovar a tuberculose só seria feito após a morte dos animais. Esse procedimento seria mais barato... Porém, os donos do parque disseram que não tinham dinheiro para fazer os exames e o tratamento dos cervos doentes. Logo, pediram o abate emergencial de todos os animais. Mas essa não é a primeira vez que casos de tuberculose aparecem no parque. Em 2007, búfalos foram contaminados. Em 2013, um novo surto

⁴³ A Suposta Existência – Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/5956314>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

atingiu camelos, lhamas e cervos. O Ibama chegou a interditar o local, mas ele reabriu três meses depois. (G1, 2017)⁴⁴.

O dilema ético existe porque esses animais estão no contexto humano. Alguns relutantes poderiam argumentar que, se fosse na natureza selvagem, os animais doentes morreriam de qualquer jeito. É verdade, mas também é verdade que eles não teriam tanto o acesso a doenças desse tipo. Além disto, a permissão para que o humano tire uma vida não deve ser concedida como se esta vida fosse um objeto descartável. Então há polêmica, e isto é bom.

É reconhecida assim a insustentabilidade nos zoológicos, insustentabilidade física e moral para os diversos sujeitos presentes neles. A falácia do bem-estar e o paradoxo do enriquecimento faz com que não possamos deixar estabelecido um preceito único. Tudo o que podemos fazer é considerar a ética em cada caso.

O que fazer então? O ético, a meu ver, é óbvio. Partir da realidade presente, dando todo o conforto e similaridade com o ambiente natural possível ao animal confinado que não terá volta ao habitat e evitar, a todo custo, que mais animais sejam postos nesta situação degradante. Além do que os cuidadores ou tratadores de zoológicos ou criadouros têm sob sua responsabilidade muitas vidas, que frequentemente requerem tratamentos práticos distintos. Então não é possível dar conta desta demanda de maneira aceitável às necessidades dos animais.

Em relato de meus dados de pesquisa expliquei os dilemas de necessidades dos animais acerca do contato humano, quando ele é desejável pelo animal. Para alguns pássaros recolhidos da criação ilegal, a privação repentina do meio doméstico ao que se acostumaram representa depressão e até morte. Desta forma, até que ponto o cativo doméstico é mais prejudicial àquele indivíduo do que a proteção normativa? Não há um exame ético de cada caso na aplicação da lei pelo órgão fiscalizador. Não há flexibilidade na legislação ou estudo de caso, em busca do bem maior. Há um fundamento moral determinado e irrefutável. Creio que aqui voltamos ao “acendedor de lampiões”, em um planeta em que o dia dura um minuto. Continua-se exercendo tarefas estabelecidas, independentemente de suas causas ou consequências.

⁴⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/justica-volta-a-suspender-abate-de-cervos-no-pampas-safari-em-gravatai.ghtml>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

2.4.4 Educação Ambiental ou aula de ciências?

A Educação Ambiental proposta em muitas instituições tem se relacionado mais com um aprendizado biologizante do que com qualquer outro processo educativo. Sendo ela um campo do conhecimento, e como tal, trabalhando com desenvolvimento científico, com desenvolvimento intelectual e moral de pessoas, traço aqui algumas considerações, especialmente porque considero que as aulas de ciências, intituladas como educação ambiental, ministradas nos centros de concentração de animais em cativeiro não estão fazendo um bom trabalho reflexivo.

É notável certo retorno a Descartes que dominava a natureza para conhecê-la, o que segue acontecendo, mas agora também para “cuidá-la”. É um pouco irônico também pensar nas placas em frente aos recintos informando qual o habitat natural de determinado animal, e quais são seus hábitos em liberdade. A placa funciona só como uma televisão sem graça, com a imagem parada, porque o verdadeiro *show* vivo e ao vivo em nada se assemelha às informações contidas ali.

Ainda que fosse para usar os animais para ensinar algo, esse algo tem se ocupado de métodos semelhantes ao das ciências antigas. Com exceção de abrir e examinar um cachorro vivo, até porque muitas crianças não iriam permitir (ainda bem). Tomemos o caso dos répteis, da cobra, animal estigmatizado na sociedade desde a Bíblia, alguns locais deixam que as crianças toquem e peguem esses animais, “com cuidado, um de cada vez”, o que lhes causa uma elevação de adrenalina. Compreensível. As aulas de olhar e tocar outros corpos vivos que não lhe deram “permissão” (FELIPE, 2014) ensina muito mais a respeito do nosso poder sobre esses animais do que sobre a viscosidade de sua pele. E, aliás, de que nos serve, cientificamente falando, saber sobre a viscosidade da pele das cobras ou dos sapos?

O que as crianças em visita-passeio, inseridas no Programa de Educação Ambiental das Instituições de animais em Cativeiro, vão fazer com essa “sabedoria”? Eu lhes digo o que vão fazer. Vão, faceiras, contar aos seus pais que tocaram numa cobra de verdade! Que sua pele era gelada! Talvez lhes digam ainda que ela era muito mansa. Se tiverem uma foto para guardar de recordação e mostrar a todos depois, tanto melhor! E não só as crianças menores dos anos iniciais o farão. Adolescentes também, e até adultos. E não podemos julgá-los. É natural-cultural que se sintam assim.

Longe de querer estragar essa alegria, esse encantamento pela proximidade com a “natureza”, venho apenas lembrar que estamos falando de educação, não de entretenimento, sob dispositivo da curiosidade, sentido intrínseco ao *Homo sapiens*. Então volto às

provoações, já que os locais de cativeiro animal se dizem educativos. Já respondi o que as crianças vão fazer com o fato de terem tocado nos animais. Agora perguntemos o que ela aprendeu?

Sobre a vida das cobras? Onde vivem? Como procriam? Como se alimentam em liberdade? Como se alimentam em cativeiro? Por que gostam de se esconder? Por que às vezes são mansas e às vezes não? Por que se enroscam? Por que trocam de pele? Como sabemos se ela está ou não doente? Como sabemos se um indivíduo é macho ou fêmea?

Mesmo que cada uma dessas respostas fosse extremamente relevante para um indivíduo em formação que no futuro quer trabalhar com animais, ser biólogo, por exemplo, é improvável que ele guarde na memória e utilize para seu benefício ou benefício das cobras, todas essas informações. Para todos os outros, que no caso hipotético não serão biólogos, essas informações, salvo exceções, beiram a total inutilidade. O que todos os alunos, sem exceção, aprenderam é: eu posso tocar em cobras, se elas forem mansas, se o monitor ajudar. E elas gostam de morar aqui porque tem comida à vontade, estão bem cuidadas e protegidas. Então as crianças se entediam da atividade, encaminhando-se eufóricas ao próximo recinto, e a cobra é colocada de volta no aquário de vidro onde mora.

Trata-se de uma aula de ecologia que dessensibiliza, e a dessensibilização é a margem última da barbárie. A autora Sônia Felipe explicita uma situação adversa em um zoológico, onde uma exposição a uma cena brutal foi aberta ao público. Pessoalmente tenho uma opinião didática paradoxal em si mesma sobre esse tipo de atividade. Sempre abominei demonstrações de violência contra animais. Ainda hoje me é impossível, emocionalmente, assisti-las em filmes e documentários. Entendo que isso pertence à minha subjetividade individual, mas entendo também que meu terror não é incomum. Assim me posiciono contra essa exposição de todo o tipo de violência, tanto por preservação psicológica dos seres humanos sensíveis, especialmente das crianças, quanto pelo perigo da banalidade da situação: de tanto que vemos, já se torna algo comum. A notícia⁴⁵ afirma que:

Muitas pessoas se revoltaram com o esquarteramento de um adolescente girafa que teve os pedaços de seu corpo jogados para alimentar leões no mesmo zoo na Dinamarca. A revolta das pessoas, de boa parte delas, especialmente das não veganas, deveu-se ao fato de o ato de matar e esquarterar o animal ter sido realizado na frente de crianças e adolescentes. Para essas pessoas se o animal houvesse sido morto às escondidas e dado igualmente de comer aos leões, o ato em si não seria trágico. Para o jovem animal, agora morto, não importou nada sua morte ter ocorrido sob o olhar testemunhal de adultos e de crianças. Ela teria sido a mesma cena trágica se houvesse ocorrido na solidão da companhia de seu assassino. Não me repugna o

⁴⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/03/zoologico-que-gerou-polemica-ao-matar-girafa-sacrifica-quatro-leoes.html>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

fato de terem feito isso na frente de humanos jovens. Todos os dias, animais mais jovens ainda do que essas crianças e adolescentes são mortos para serem servidos a essas mesmas crianças. (FELIPE, 2014, p. 90, 91).

Logicamente, a autora reconhece que aquela alimentação é a nutrição adequada e natural do leão, mas aproveita o fato ocorrido no zoológico para problematizar a própria alimentação das crianças, que teriam possibilidade de garantirem seus nutrientes sem alimentação animalizada. E, especialmente, o que podemos supor é que, mais uma vez, a revolta e indignação em prol dos animais, por parte do grande público deu-se muito mais por causa da exposição de uma cena bruta, do que pela brutalidade em si. Como disse a autora, para a girafa não fez a menor diferença. Somos muito preocupados, e não é para menos, em manter nossas certezas absolutas e nossos olhos protegidos da barbárie por paredes firmes. No momento em que as cortinas caem, a verdade é inconcebível. Será que devemos continuar protegendo nossas crianças desta verdade? Eu ainda tenho dúvidas. O caso também me provocou um paradoxo: se costumo sustentar que os zoológicos dão aula de ciências, dizendo que é educação ambiental, desta vez eles podem ter desejado dar uma aula de ciências que virou educação ambiental, por causa da emoção e revolta que se insurgiu. Não é a educação ambiental que eu desejo e que eu faria, mas é muito mais educação ambiental do que estudar os animais como se fossem coisas, ou seu *habitat* que ele próprio nunca conhecerá, ou sua alimentação, ou a textura de sua pele.

Tenho repensado esta minha ideia que prega o resguardo de olhares despreparados, buscando cortesia e amabilidade. Isto porque muitas transformações eficazes no plano individual e coletivo têm se dado a partir desses traumas, da exposição a uma violência que é verdadeira, “normal”, constante e banal para quem a comete. Parece-nos, à primeira vista, que esse método, o de apresentar às crianças e adultos desavisados, ou cegos por opção, as verdades inconvenientes de nossa postura em relação aos animais, não é pedagógico. Mas o caso colocado por Felipe nos faz repensar. Creio que a experiência de visita ao zoológico no dia da alimentação do leão com outra “atração” do ‘espetáculo zoológico’ para quem assistiu ao feito, foi muito triste. Talvez tenha promovido certa repulsa à ideia de voltar ao local. De qualquer forma mostrou que o zoológico não é só diversão, nem mesmo pra gente. E isto é positivo.

Em *Ciência com Consciência*, Morin afirma que: “*É certo que a consciência da inconsciência não nos dá a consciência, mas pode nos preparar para ela*” (MORIN, 2005, p. 128). Em relação ao tema deste capítulo, podemos ter certeza de que nossa criticidade alerta e constante nos protege das armadilhas do *status quo*. Saber em que caminho nos encontramos,

ter consciência das nossas inconsciências é um passo fundamental para a tomada de decisão ética. Se os educadores dentro da instituição de cativeiro de animais promovessem essa abertura em si mesmos, se não acreditassem, piamente, naquilo que se habituaram a fazer, poderiam levar sua potência educativa a outros âmbitos. Ou ir para a escola e dar aula de ciências a partir do livro, que é uma coisa que pode ser tratada como coisa, e que contém muita informação importante.

Morin também nos alerta para o perigo de seguirmos o fluxo das coisas, por serem, simplesmente, determinadas por alguém, especialmente pela ciência: “*Ciência e banalidade do mal: obedecemos à máquina e não sabemos para onde vai essa máquina*” (MORIN, 2005, p. 128). Também aponta um paradoxo filosófico da atualidade:

Atualmente, não só estamos no momento crepuscular quando o pássaro de Minerva, ou seja, a sabedoria, levantava-as também num momento de trevas, aguardando pelo canto do galo que vai nos acordar. O canto do galo vai nos deixar alerta para o homem, para a vida e para a humanidade. E, mesmo que nossos alarmes se revelem exagerados, terão sido úteis porque terão permitido implantar os meios que possibilitam afastar ou reduzir o perigo. (MORIN, 2005, p. 125).

Encerro este pequeno subcapítulo com Harari que, embora esteja se remetendo, principalmente, à tecnologia, pode nos fazer visualizar essa realidade que coloca no modo de vida atual, não somente por culpa das máquinas. Vivemos assim mesmo antes do advento do computador. Há muita verdade que não enxergamos. Muita ficção que nos vale mais, e nos facilita a vida.

Portanto no século XXI a ficção se tornará a força mais poderosa na Terra, superando os asteroides e a seleção natural. Daí que, se quisermos entender nosso futuro, decodificar genomas e triturar números, dificilmente será suficiente. Temos de decifrar também as ficções que dão significado ao mundo. (HARARI, 2016, p. 158).

Continuar a aprovar o animal preso, dentro de uma vitrine de grade ou vidro é negar sua existência real, é não ver além da figura sob uma carapuça de bicho de pelúcia que se mexe. E se mexe de um jeito aflito, quase sempre. Quanto mais batalharmos para desfazer os significados fantasiosos e vazios desse tipo de ficção, e de representação, mais estaremos no caminho da ética.

2.4.5 Por que animais presos não são recursos para Educação Ambiental?

Poderia resumir este subcapítulo na resposta do seu título, que é: Apenas porque os animais não devem ser recursos. Tanto pior se forem usados para qualquer prática *educativa*.

Outro problema ético implicado no esquema de educação ambiental nos zoológicos é o perigo do “mercado verde”, na moda da sustentabilidade, moda esta que tem se comprovado pouco a pouco como uma falácia, em grande parte das vezes. E que, na melhor das hipóteses, é sim benéfica a todos nós, mas não pode substituir a Educação Ambiental, como tem se dado em partes da Europa⁴⁶.

Devemos problematizar por quem, para quem e por que se faz Educação Ambiental nos locais que abrigam animais em cativeiro e como é que se dá essa Educação Ambiental. Retornarei a essas perguntas no final de meu texto.

De uma forma geral a Educação Ambiental dita ativa nos locais de cativeiro, tanto os lucrativos quanto os de socorro aos animais, debruça-se sobre alertar as crianças acerca do respeito e admiração à fauna. A contradição já começa logo no princípio. Respeitar e prender são duas palavras que possuem entre si um abismo. É claro, não vou ignorar que alguns dos locais utilizam a própria situação indigna do animal atrás das grades como o retrato da vitimização e do que devemos não fazer. Ainda assim é complicado diagnosticar se as crianças entenderão a proposta, ou desejarão também possuir aquele animal interessante, o que constituiria a antítese do que se espera.

Éticamente o método de mostrar o que NÃO queremos é menos grave e mais inevitável nos abrigos de animais recolhidos, em locais que não almejam a visita, e que não têm por intuito fazer coleções para impressionar crianças, como devem ser os criadouros legalizados pelo IBAMA. O que não acontece com os zoológicos comuns, que por mais que tentem oferecer (ou digam que tentam) uma boa vida aos seus animais, e mesmo que ofereçam uma vida melhor do que nos criadouros, pecam na questão ideológica e deixam claro que é necessário mudar a perspectiva motivacional da existência dos zoológicos, para não ter que acabar com eles. Tem ficado, com o passar do século XXI, cada vez mais indesejável, senão quase vergonhoso, a existência do zoológico como local de espetáculo porém, veladamente, ou nem tanto, ainda funciona como entretenimento.

⁴⁶ Em palestra por videoconferência, no IX EDEA – Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental/2017, a Professora Paula Henning, residente na Espanha por ocasião de seu pós-doutorado, expôs esta problemática dos discursos de *sustentabilidade*, vendo que esta está substituindo a educação ambiental nas instituições e estudos do tema, na Europa, e o quanto isso representa um perigo às dimensões crítica e política que só a Educação Ambiental pode fornecer.

A verdade sobre o que é ético a fazer é clara: buscar esforços para dar uma destinação adequada aos animais em cativeiro, o que inclui, claro, a tentativa de devolução à natureza, pelo menos para alguns. E aí é que mora a dita dificuldade. Contudo isso não significa que os animais condenados ao destino do cárcere permanente devam ser obrigados a passar por situações repugnantes, residir em espaços físicos imundos e minúsculos e, dessa forma, servir de vitrine para educar alguém. Se compararmos isto aos ideais de fundamentos observados anteriormente, vemos que a Educação Ambiental desmorona ao tentar se aplicar utilizando os animais como coisas: ferramentas, instrumentos, objetos, modelos, etc. Se, depois de toda a explicação racional ainda não for possível compreender o que há de errado nisso, apelemos ao olhar: os animais estão visivelmente tristes em cativeiro, sua vida parece anulada, seu microcosmo não oferece nada que lhe pareça remeter a uma vida. E permanecem tristes quando os estamos vendo, e quando não estamos. Muitos deles já não têm, sequer, alguma *vida* no olhar.

Afirmo uma insustentabilidade física, mental, emocional, moral... nos zoológicos e em outros locais de cativeiro animal, por ter conhecimento de acidentes, incidentes e maus tratos, além de toda a problemática da indignidade da vida pela qual passam esses animais. Procurando por acontecimentos adversos em zoológico, como o do ocorrido relatado pela autora Sônia Felipe, em subcapítulo anterior, pude ter outros detalhes sórdidos do mesmo zoológico, ficando um tanto, mas não muito, pasma com o que vi. A notícia é de março de 2014, sobre o zoológico de Copenhague, que ficou conhecido pela situação da morte da girafa. Pois também é colocado que quatro leões, dois filhotes e dois idosos foram sacrificados por ocasião da chegada de um novo leão, macho, adulto, em idade de reprodução, porque não poderiam conviver juntos e não havia outro lugar para os outros, no zoológico. Esse é um pequeno retrato da completa insustentabilidade na qual se baseiam os cativeiros animais. Se fizéssemos um apanhado de notícias drásticas ou assustadoras sobre zoológicos ao redor do mundo não teríamos controle do limite de páginas e críticas nas quais poderíamos trabalhar.

Quando tratamos os Direitos Animais, a primeira exploração lembrada costuma ser a da indústria alimentícia. A segunda, a das pesquisas científicas com seus testes de laboratório. Isso porque incontáveis vidas (70 bilhões, por ano, só na indústria alimentícia) são abatidas como se não fossem nada, em um sistema mecânico, frio, onde toda e qualquer relação subjetiva é inexistente.

A questão do confinamento animal para o lucro a partir da exibição, ou como querem nos convencer “para educação ambiental”, é quase mais suave, se levarmos em conta o

holocausto a que os animais estão submetidos nas indústrias e pesquisas científicas. Isso acontece porque, teoricamente, os animais confinados para exibição são “estrelas”, são atrações turísticas, atrações exóticas, objetos para encantamento. O trabalho deles não é comer, se reproduzir e morrer, em um cubículo mínimo, como na indústria alimentícia, nem submeter seu corpo às mais tenebrosas e medonhas sensações em um laboratório. O trabalho deles é comer, dormir, e viver em um cubículo não tão mínimo como o dos porcos, que sequer podem se mexer, mas pequeno o suficiente para mantê-los numa vida infernal. E devem fazer isso sob os olhares curiosos do público, o que torna, no mínimo simpático, que apresentem boas condições físicas, o que, para olhares brevemente atentos, já sabemos que não procede.

Mesmo assim, a notícia do sacrifício de quatro leões saudáveis não nos é banal, ainda bem. Em um tempo-espaço de aumento e extinção de espécies selvagens, matar para inovar é o pleno exercício de coisificação da vida e o que nos choca é que, teoricamente, eram vidas desejáveis/desejadas, e não corpos de engorde. O que se configura que, do ponto de vista da relação com os animais que prestam algum serviço ao humano, vale tudo. Na hora decisiva não há grande diferença de consideração entre os “estrelas” e os “sacos de carne”.

Não há comparação, portanto, entre o número de mortes e maus tratos ocorridos nos zoológicos e nas indústrias e pesquisas, porque nessas últimas o número de indivíduos atingidos é colossal. Entretanto com isto quero dizer que é natural ter o costume de pensarmos que os zoológicos serão mais éticos no tratamento com seus animais, pelo menos na comparação com a indústria, mesmo porque os motivos dos dois métodos de exploração têm enfoques e objetivos completamente diferentes. Também é natural, mas deve deixar de sê-lo, pensar que visitamos o zoológico porque amamos os animais; levamos nossas crianças no zoológico para aproximá-las da natureza e ensiná-las o respeito para com os animais. Pois é lá que estão os animais dos livros infantis que, costumeiramente, são divididos em: “Animais da Fazenda”, “Animais do Zoológico”, “Animais Domésticos”, e assim por diante. Portanto, as crianças não tiveram sequer a chance de perceber a vida animal desvinculada do serviço que “deve” prestar aos seres humanos. Muito menos que ela, essa vida, possui um valor nela mesma.

Ensinar que uma vida existe dentro de um espaço limitado, apenas para que possamos vê-la quando nos convém não é, nem nunca será, educação ambiental. Portanto, os responsáveis pela guarda, mas especialmente, por adquirirem novos animais para seus zoológicos já podem pensar em outra desculpa para sua coleção.

Revisemos, novamente, cada uma delas. A motivação tradicional que é a exposição para divertimento é constrangedora e está caindo por terra, tendo em vista a natural e lenta, mas contínua, ascensão da moral humana. A desculpa da conservação e guarda de banco genético, em prol da biodiversidade, para que as futuras gerações (humanas) tenham acesso a esses animais, tal como não o temos, e nem deveríamos, aos dinossauros, é descaradamente antropocêntrica e antiética já que sacrifica o bem-estar de inúmeros indivíduos vivos existentes hoje.

Restou a educação ambiental, essa “bengala” e esse “pilar”, que rodopia nas bocas e projetos das mais diversas instituições e movimentos, sem que se leve em conta, muitas vezes, a ética para com a vida como sustentação óbvia para esta educação. Isto posto, com orgulho, me uno em pensamento a quem quer que seja que concorde que zoológico e criadouro não fazem educação ambiental, e é com orgulho que o faço advinda de um Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

As soluções para os animais presos devem ser estudadas uma a uma para atender aos animais, não às pessoas. As vidas frágeis que devem ser suavizadas em seu bem-estar é a dos animais presos, não às das crianças que os assistem. Não pude, nem era objetivo averiguar junto aos visitantes dos locais se saíram de lá “ambientalmente educados” ou não. Talvez esse projeto tenha, sim, funcionado, para diversas pessoas, na sua dimensão psicológica. Não estou afirmando que não, e nem poderia. O que nego, veementemente, é o retrocesso moral das nomenclaturas, dos fundamentos de uma educação ambiental, que colaboram na perpetuação do sofrimento de milhões de vidas.

Certamente há, cada vez mais, maneiras de observar a natureza selvagem. Se eu citasse algumas aqui, como os documentários feitos de maneira pouco invasiva, a tecnologia de projeção, os livros, as fotografias, os santuários, os safáris, que não são o ideal, mas que nos parecem infinitamente melhores do que os zoológicos, eu teria também de assumir o risco de me contradizer em algum momento, de me deparar com o desmanche de meus argumentos um a um, à medida que essas formas de conhecer a natureza fossem também evidenciadas como antiéticas, insustentáveis ou insuficientes. Ainda assim sinto em mim, a esta altura, o dever de apontar soluções ao problema, tanto para somar possibilidades educativas à vida humana, como para contribuir no desmoronamento das falácias do mercado e das tradições.

Ainda sobre a insustentabilidade dos zoológicos releio Morin, em passagem que podemos remeter, também, ao problema de pesquisa:

Quanto mais evoluído for o ser vivo, mais autônomo será, mais extrairá de seu ecossistema vivo energia, informação, organização. Mas mais dependerá, pela mesma razão, de seu ecossistema. O ser vivo é, portanto, ao mesmo tempo, autônomo dependente e, em se tornando mais autônomo, torna-se mais dependente. É, portanto, auto-organizador sem ser auto-suficiente. Essa ambiguidade que desfaz toda a noção de entidade fechada relativa ao ser vivo, “sistema aberto”, remete-nos ao outro aspecto da complexidade biológica, a complexidade da relação ecossistêmica. (MORIN, 2005, p. 294).

As dependências dos sistemas citados por Morin são lidos por mim, quando no filtro deste tema de pesquisa, à medida que trata a relação entre seres vivos e seu ecossistema, necessariamente. A autonomia é subtraída do animal em cativeiro, e sua dependência vai às últimas consequências. Esse domínio humano, de sentir-se responsável e, ao mesmo tempo, dominador da vida alheia fomenta o antropocentrismo natural da espécie, nos afastando da ética de respeito à vida.

Outros casos de insustentabilidade dos zoológicos referem-se aos acidentes que põem em risco a vida humana como o caso de Binti, colocado no capítulo do *Homo sapiens* pelo primatólogo Wall. Fato que lembrou outro acontecido, caso oposto, quando um gorila do zoológico de Cincinnati, nos Estados Unidos, em maio de 2016, foi sacrificado por ocasião da queda de uma criança no seu recinto. Notícia em vídeo mostra as quase 200.000 pessoas que gostariam de responsabilizar os pais de uma criança pela morte do gorila. Caso quase semelhante tivemos no Brasil, quando um tigre estraçalhou o braço de um menino, através da grade, em zoológico no Paraná.

Sobre os *shows* nas exposições de mamíferos marinhos, os zoológicos do mar, confirmando o que venho afirmando até agora, coloca Tom Reagan:

Como outras indústrias cuja receita financeira depende dos animais selvagens, a “indústria do cativeiro de golfinhos” enfatiza seu papel de educadora e conservacionista. Se essas indústrias dão uma contribuição conservacionista, é uma contribuição limitada, quando muito. Nenhuma espécie em perigo de extinção é protegida por esses parques. E quanto à educação, não há dúvida que crianças e adultos aprendem alguma coisa quando veem duas focas treinadas consertando maçanetas e aplicando papel de parede. A pergunta é: as pessoas aprendem o quê? Que focas gostam de dizer “iâc! iâc!”? Que golfinhos fazem qualquer coisa para conseguir um peixe morto? Ou será que aprendem (...) como os golfinhos se comportam naturalmente quando vivem em piscinas de concreto e fazem números o dia inteiro? Além disso, é difícil ajustar o discurso promocional sobre educação e conservação àquilo que o próprio pessoal do Sea World diz sobre os espetáculos com animais. (...) O verdadeiro objetivo é um bom entretenimento antiquado. (REAGAN, 2006, p. 167).

Reagan, humildemente declara que entende que para a maioria das pessoas é difícil ver algo errado nisso, mas que se abirmos os olhos saberemos que: “*Essas prisões não se prestam a nenhum propósito educacional legítimo, nem a qualquer propósito*

conservacionista legítimo. O propósito a que se pretende é econômico” (REAGAN, 2006, p. 171).

Consgo compreender que nem eu, nem ninguém apontaremos a solução prática para o problema ético que aqui se configura: Mesmo que todos concordassem com minha pesquisa, para onde levar os animais que se encontram presos?

O que precisamos é dar outro enfoque para todos aqueles para quem a resposta a esta pergunta for negativa. Aos que ficarem poderíamos supor que o mais ético, dentro das possibilidades práticas é não usá-los mais, sob hipótese alguma, especialmente para qualquer coisa que lhes traga um desconforto maior do que o seu perene e habitual. Também não usá-los para Educação Ambiental sob o risco óbvio do desserviço moral a que isso serve aos nossos jovens. Essa coisa de dizer que “pelo menos eles estão servindo para educação ambiental”, não passa de uma tagarelice, uma busca de justificação qualquer sem reflexão nem mesmo em termos antropocêntricos.

No caso da justificativa da conservação de espécie, não podemos negar que isso é possível. A pergunta não é se os zoológicos farão ou não a conservação das espécies. A pergunta é por que eles farão isso? Para o gozo das “gerações humanas futuras”? Outra pergunta importante: a que custo o farão? A partir da exploração e do sofrimento de indivíduos selvagens vivos hoje, da extração de seus fluidos corporais, sem seu consentimento e de forma artificial? Não pareço estar descrevendo aqui uma cena no mínimo bizarra e grotesca? Vale a pena do ponto de vista ético?

Não sei, exatamente, o que os chineses pretendem com todos aqueles institutos de conservação e reprodução de ursos-pandas. Mas no Brasil tenho certeza que, se depender da nossa política nacional, nossos representantes não estão preocupados em manter ou preservar um papagaio sequer, nem mesmo para que seu bisnetinho possa vê-lo. Pelo menos não pelos motivos certos.

Poderão responder que essa conservação de biodiversidade feita nos zoológicos servirá para reequilíbrio de inúmeros ecossistemas, onde essas espécies estão em “falta”. Mesmo que esse fosse um bom motivo, seria muita ingenuidade acreditar que daria tempo para isso, em um mundo cuja política de estado extingue, sem pudor algum, ecossistemas inteiros em segundos em prol do lucro. E em nosso país, cuja política e grandes empresários que não respeitam nem o ambiente nem os seres humanos com a gravidade de acidentes ambientais evitáveis e deslocção, ou melhor, a expulsão de comunidades tradicionais, a suposta conservação de espécies nativas em cativeiro me soa como piada. A não ser, é claro, e isso me aterroriza, que a pretensão dos cientistas seja manter todas as próximas gerações da espécie

“conservada” em cativeiro continuamente e para a eternidade. Tal, aliás, como se propôs o Parque dos Dinossauros que “nem mesmo em Hollywood, deu certo”. E ainda bem que Hollywood nos mostrou isso.

Aliás, o Filme Jurassic Park (Steven Spielberg, 1993) merece uma revisão/reflexão sobre este tema: a crença de que o *Homo sapiens* tem total controle do mundo, da natureza e de tudo o mais que ele inventar e reinventar. Além disso, o filme traz uma referência clara da teoria sistêmica, colocada por um personagem secundário e caricato, porém que prevê, desde o princípio, o desastre do processo do qual se gabam os cientistas, eu diria, “cartesianos”. A sequência da história não decepciona nesse sentido. Os quatro filmes com o tema do parque ou ilha dos dinossauros, salvo estratégias narrativas cinematográficas não originais, são verdadeiras lições de vida da teoria sistêmica e da irresponsabilidade e *ignorância da ecologia da ação* de um *Homo deus*.

Embora intelectualmente desprestigiada pelo seu caráter hollywoodiano e sensacionalista (apelos cênicos e peripécias venturosas das personagens, típicos de um campeão de bilheteria), a saga dos filmes sobre o retorno da vida dos dinossauros, após aproximadamente 67 milhões de anos de extinção é reveladora do ponto de vista ético, da nossa relação com outros animais e da proporção desmedida das ambições humanas. Os Direitos Animais também estão presentes no filme, explícita e implicitamente. Além de retratar as ponderações da complexidade e da insustentabilidade da ação humana, enquanto “brincar de Deus”, pelo menos no que se refere à manipulação da vida de entes vivos, os filmes apresentam sutis apontamentos acerca da superioridade, mas mais ainda da fragilidade, do *Homo sapiens* perante as consequências de suas próprias atitudes. Dada a evolução insana no avanço dos estudos em genética e biotecnologia só podemos torcer que a insensatez científica não nos presenteie com algo assim nos próximos anos.

Estou dizendo que se sou contra esse tipo de atividade do zoológico, então sou a favor da extinção de espécies? Sim, infelizmente. Se houver apenas essas duas possibilidades esta é minha posição. A extinção das espécies é um processo que consideramos historicamente triste, porém sabemos ser biologicamente natural. Milhares de espécies sumiram do planeta por muitos motivos, algumas delas por causa da predação e o domínio de outras espécies, e o desequilíbrio deste processo. Depois de aceitarmos, sem reservas, que o ser humano é um animal como outro qualquer, não seria exatamente um processo natural que ele esteja acabando com todos os outros? Eu disse “exatamente”, mas não “justamente”. A extinção das espécies é uma fatalidade para qual há um consenso social: devemos evitar. Além de triste, ela

é um símbolo do descontrole humano, e do nosso fracasso na retificação dos erros. Mas não devemos pensar que dezenas de milhares de indivíduos inocentes devam pagar por isso.

Nossa luta é apelar para o lado da justiça, o lado moral-emocional dos seres humanos, tentando asfixiar um pouco seu instinto primitivo de domínio. Afirmo isto porque não resta dúvida, após o estudo que gerou o primeiro capítulo desta tese, de que o *Homo sapiens* é um ser absolutamente dominante, evoluiu para esta condição, dizimou, por este motivo, outros homínídeos, e desde sempre procura sua evolução material apoiada na exploração dos mais frágeis. E acredito que isso já faça parte de seu ser mesmo não tendo sido, formalmente, encontrado nos seus genes.

Sendo assim, não pode me surpreender o fato de que se o ser humano usar somente seu instinto e o raciocínio atrelado a ele, ignorando outros aspectos potenciais, ele seguirá destruindo tudo e qualquer coisa viva, ou que acolha a vida, no caso os ambientes, até que não haja mais nada e o último *Homo sapiens* dê o último suspiro sobre a Terra. Não vejo isso como melodrama, mais parece uma previsão estatística. Não estaremos aqui para ver, mas é o que tudo indica. Entretanto até lá alguns de nós procuramos saídas alternativas, e a educação ambiental é uma delas. Mas ela não vai modificar instintos, ela pode e deve alcançar outras instâncias que, quando acionadas, abrihantam outros sentidos e esferas de ser e estar no mundo.

De qualquer forma, apesar deste embasamento, quem está pela “conservação” das espécies também terá embasamento quando nos informamos, espantados, dados como trouxe Harari:

Quantos lobos vivem hoje na Alemanha, o país dos Irmãos Grimm, de Chapeuzinho vermelho e do Lobo Mau? Menos de cem. (...) Em contrapartida, a Alemanha abriga 5 milhões de cães domesticados. No total, cerca de 200 mil lobos selvagens ainda perambulam pela Terra, mas existem mais de 400 milhões de cães domesticados. Há no mundo 40 mil leões, comparados com 600 milhões de gatos domésticos; 900 mil búfalos na África contra 1,5 milhão de vacas domesticadas; 50 milhões de pinguins e 20 bilhões de galinhas. Desde 1950, malgrado o aumento da consciência ecológica, as populações selvagens foram reduzidas à metade (...). Atualmente, mais de 90% dos animais de maior porte do mundo (isto é que pesam mais que uns poucos quilos) são humanos ou animais domesticados. (HARARI, 2016, p. 79, 80).

Também é resolução pretendida pelos Direitos Animais a necessidade moral de proteger os animais vivos, sejam eles os que existem em excesso, sejam os que estão sumindo da Terra. Por isto não podemos, simplesmente, nos filiar a uma luta pela biodiversidade. Nossa luta é pelo indivíduo que aí está. Se a existência de 400 milhões de cães domesticados é ou não é responsabilidade humana não interessa à vida dos cães. Eles merecem todo o

respeito, enquanto estiverem usufruindo de suas vidas. É também por esse motivo que não podemos lutar por uma conservação artificial promovida pelos zoológicos, pois isso nega a ética do respeito à vida do indivíduo utilizado. Não importa tanto quantos descendentes ele poderá ter, até porque, como vimos, as causas não são nobres, nem em prol dos animais, nem em prol de nossa moral. O que importa é sua vida intrínseca, a qual ele quer preservar, pelo mesmo motivo que qualquer um de nós.

Encerro este capítulo com uma provocação mediante a comparação dos zoológicos com os internatos para os “loucos”. De fato a linha que separa a sanidade da insanidade em nosso cotidiano normal é tênue, frágil, às vezes invisível. Privado o ser de sua liberdade fundamental a permanência do lado sadio da linha é quase impossível. Acredito que isso seja, polemicamente, um resultado comum entre hospitais psiquiátricos, presídios, internatos e zoológicos. E, repito, não estou colocando o animal na mesma esfera humana, apenas encontrando nele uma semelhança de sentido que é inegável.

Tanto o é que Michel Foucault, em “Doença Mental e Psicologia”, traz a seguinte afirmação:

O internamento não conservou mais do que um século sua função primeira de manter silenciosa a loucura. A partir do meio do século XVIII, a inquietude renasce. (...) Todo o mundo reclama a abolição do internamento. Restituída a sua antiga liberdade, que vai tornar-se a loucura? (...) Procurou-se definir uma fórmula de socorros financeiros e de cuidados médicos com os quais os pobres pudessem beneficiar-se na sua própria casa, escapando assim ao pavor do hospital. Mas os loucos têm isto em particular: restituído; à liberdade, podem tornar-se perigosos para sua família e o grupo no qual se encontram. Daí a necessidade de contê-los e a sanção penal que se inflige *aos que deixam errar os loucos e os animais perigosos*. (FOUCAULT, 1975, p. 56) (grifo meu).

Os casos dos hospitais psiquiátricos sempre se revelaram a mim de forma pavorosa, perigosa, medonha. É com muito respeito que traço esta comparação, tendo em vista não a categoria das vítimas, mas seu sofrimento. Tudo o que tratei sobre zoológicos até aqui se passa em qualquer lugar de cativeiro, da pequena e odiosa gaiola para um canário-da-terra caçado, ao maior recinto que um zoológico possa oferecer. Talvez ainda não esteja claro quem tem ou não tem direitos e quais são eles, nem como fornecer, na prática, tais direitos a cada um que os tem. Mas uma certeza permanece: Ninguém tem direito de desprover o Outro de seus próprios recursos mais básicos, de sua vida.

Para uma vida a invasão é uma violência abominável. A privação da liberdade fundamental é uma tortura que não permite que o cérebro permaneça saudável. Os animais no zoológico estão mentalmente desequilibrados. De uma forma ou de outra estão. Se os

achamos bonitos, poderosos, aterradores, queridos, engraçados, isso pertence apenas à esfera de nossa imaginação. A Educação Ambiental praticada em zoológicos ou em outro lugar que utilize o animal preso, desprovido de seu espírito genuíno é, nada mais do que ensinar seres humanos inocentes ou adultos ingênuos a partir da loucura, do fracasso e da dor de outro ser que existe e quer existir, e quer fazê-lo com plenitude, tanto quanto nós, independente do sentido que damos à vida dele. Ninguém nasceu predestinado a ser usado, ninguém nasceu predestinado a ser um objeto de apreço ou de curiosidade. Uma Educação Ambiental ideal e possível teria, certamente, esta premissa como meta e princípio. A vida é insubstituível e sagrada em cada corpo que ocupar. Não façamos da batalhada, sofrida e heroica Educação Ambiental um dos vilões enganadores da história da *vida*.

3. METODOLOGIA

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar.
(Antônio Machado)

A complexidade nos ajuda a pensar por que o problema da falta de ética está longe de se bastar na supremacia branca, burguesa, europeia, cristã, etc. Vários humanos de várias épocas e regiões fizeram parte do horror infligido aos humanos e aos outros animais. É claro que sistemas políticos e religiosos contribuíram muito e, portanto, foram rotulados. Entretanto é incorreto atribuir a uma só causa humana todas as consequências que temos vivenciado ou estudado. É necessário um entendimento complexo que vincule a racionalidade, as emoções e a solidariedade. As emoções e paixões humanas são inseparáveis de seus hospedeiros, e eles inseparáveis delas.

O método pretendido para esta investigação perpassou as diferentes atividades que são: Mapeamento e seleção dos locais a serem estudados; Formação de um banco de imagens do objeto de estudo; Análises dos documentos dos locais, como Projetos de Educação Ambiental, Inspeção *in loco* e comparação entre os locais; Confronto com a legislação existente; Entrevistas com trabalhadores dos locais abordados; Pesquisa bibliográfica. Os locais selecionados para a pesquisa com visitação e entrevista são: Criadouro Conservacionista São Braz, em Santa Maria; Quinta da Estância, em Viamão; GramadoZoo, em Gramado e Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, em Sapucaia do Sul.

Estes locais foram assim selecionados por se configurarem nos principais e mais visitados centros de animais de cativeiro, com exceção do São Braz, que não é aberto ao público, mas que funciona com visitas escolares agendadas, e que trabalham com Programas de Educação Ambiental junto ao público. Foram analisados: a condição etológica dos animais presos; a origem de alguns indivíduos – por que chegaram naquele espaço; a política de manutenção desses animais e a inaplicabilidade de reinserção dos mesmos na natureza; a coisificação da vida animal a serviço do entretenimento ou aprendizagem humanos; e as

atividades nomeadas de Educação Ambiental aplicada pelos educadores e projetos institucionais.

O método identificado como aquele que oferece o melhor desenvolvimento para este estudo segue a epistemologia da Complexidade, proposta por Morin, o que queria deixar aqui evidenciado. As obras utilizadas por esse autor que norteiam as dimensões teóricas e metodológicas da pesquisa são *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, e a série *O Método*. Tentei, durante todo o trabalho, costurar o melhor possível partes tão diferentes acerca do estudo do humano. Vi também, na própria prática de pesquisa que, eu mesma, me vali de diversos métodos diferentes na busca de dados.

A palavra *Complexus* significa “o que é tecido junto” (2005, p. 38). Trata-se da união entre a unidade e a multiplicidade. Segundo Morin, a complexidade reside quando elementos diferentes são inseparáveis do todo e quando há uma interdependência, interação e inter-retroação entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, e as partes entre si. A complexidade, então, configura-se no todo: objeto central da pesquisa e nas partes: fatores que com ele interagem, o causam ou dele provêm, no passado ou no presente. Essas partes existem para além e apesar do todo, assim como o todo deve ser considerado não apenas como uma soma explicativa das partes/fatos, mas na sua integridade e independência, especialmente no tempo presente. Faço minhas as palavras de Morin, quando afirma:

Precisamos de um método que saiba distinguir, mas não separar e dissociar, e que saiba promover a comunicação do que é distinto. Precisamos de um método que respeite o caráter multidimensional da realidade antropossocial, isto é, que não escamoteie nem sua dimensão biológica, nem a dimensão do social, nem a do individual, isto é, que possa enfrentar as questões do sujeito e da autonomia. (MORIN, 2005, p. 279).

E esse método, de que necessitamos, não funciona a partir de uma nomenclatura, nem de uma ordem padrão das ações, mas da ciência de perceber o múltiplo, e saber como lidar com ele. Como podemos imaginar, em uma pesquisa que considere uma série de fatores práticos e teóricos, não há possibilidade de compreensão e pretensão de verdade na investigação se ignorarmos os fatos e contextos históricos, políticos, econômicos, culturais, sociais e psicológicos da própria humanidade. No presente estudo, as questões abordadas são de diversidade conceitual, ênfase moral e resgate histórico; algumas delas trataram de: primórdios de necessidade e exploração; exploração e violência do *Homo sapiens* pelo *Homo sapiens*; dominação da natureza; curiosidade e utilização; espetáculos; valor individual da

vida x biodiversidade. Em Ciência com consciência Morin afirma, acerca da Complexidade que:

o objetivo é convidar a pensar-se na complexidade. Não é dar a receita que fecharia o real numa caixa, é fortalecer-nos na luta contra a doença do intelecto – o idealismo –, que crê que o real se pode deixar fechar na ideia e que acaba por considerar o mapa como o território, e contra a doença degenerativa da racionalidade, que é a racionalização, a qual crê que o real se pode esgotar num sistema coerente de ideias. (MORIN, 2005, p. 140).

A complexidade assume que pode haver contradições entre o bem por si mesmo (ética) ideológico e a prática efetiva atualizada. Assim, necessito dos operadores da complexidade para a colaboração no entendimento das diversas contradições e paradoxos que o meu estudo provoca, entre eles:

1) O declínio da Natureza enquanto espaço selvagem intocado: Aqueles animais que ainda estão encarcerados, ou ainda o serão, onde estariam no caso da liberdade?; 2) Salvar ou aprisionar? E por quê? 3) Conveniência humana a partir de necessidade ecológica, solidária, científica, “ética”, “educacional”? Dialógica ou paradoxo? 4) Indivíduo x Biodiversidade – o sacrifício de um para salvação de todos? O que nos leva a Senciência x Patrimônio Genético; 5) Dilema do Enriquecimento Ambiental: Melhora e/ou legitima os cativeiros? 6) Racionalidade E (e não OU) Compaixão, como estopim dos Direitos Animais. 7) Dilemas éticos e *ecologia da ação*: Ainda que pela sua própria sobrevivência, até que ponto a vida em cativeiro apresenta-se vantajosa, ou que características de “vida” ela passa a ter? Se existimos a partir dos significados que nos autoaplicamos, o que são esses animais além de máquinas de manter o organismo vivo? Que representações deles mesmos, dos outros e do mundo passam a ter? O animal fora do habitat poderia representar o que coloca Morin quando afirma: “*nenhum corpo, nenhum objeto, pode ser concebido fora das interações que lhe constituíram e das interações das quais ele participa necessariamente*”? (MORIN, 2013, p. 78). Creio ter feito um esforço para responder a estes questionamentos nos capítulos anteriores.

A questão da ordem e desordem, em Morin, também é muito ilustrativa e significativa a esta pesquisa, já que a própria natureza parte do caos – a desordem. Poderíamos ilustrar que o cativeiro é a ordem premeditada: limitada, programada, controlada. E a liberdade – a autonomia da natureza – a desordem: ilimitada, imprevisível, mutável, complexa, diversa, fértil, e portanto, mais próxima da plenitude. Além disto: “*Quanto maiores a diversidade e a complexidade dos fenômenos em interação, maiores são a diversidade e a complexidade dos*

efeitos e transformações resultantes dessas interações” (MORIN, 2013, p. 72). Portanto, trazendo este raciocínio para o tema de pesquisa poderíamos dizer que um animal no cativeiro teria interações ordenadas (se as tiver e, ainda assim, muito limitadas). Um animal em liberdade teria interações desordenadas e, assim, muito mais naturais, venturosas, prósperas, fecundas, favoráveis, vantajosas e abundantes.

Como coloquei acima, uma conexão entre método complexo e teoria da complexidade em minha pesquisa é transitar, necessariamente por outras áreas do conhecimento. Credo que a filosofia deve partir do mundo real. Precisando o método de estratégia, como coloca Morin, citado abaixo, só posso confirmar o que disse o poeta Antônio Machado – o caminho se faz ao caminhar.

A palavra método deve ser concebida fielmente em seu sentido original, e não em seu sentido derivado, degradado, na ciência clássica; (...) na perspectiva complexa, a teoria é engrama⁴⁷, e o método, para ser estabelecido, precisa de estratégia, iniciativa, invenção, arte. Estabelece-se uma relação recorrente entre método e teoria. (MORIN, 2005, p. 335).

A importância da teoria, por sua vez, não é apenas embasar e orientar, mas mostrar-se a si mesma como um campo aberto em perene regeneração. As teorias trazidas neste trabalho dialogam, porque partem de princípios mutáveis de observação, e conclusões que poderão ser temporárias. Mas isso não lhes tira o caráter de firmeza e rigor intelectual. Os apontamentos de contradições e paradoxos encontrados em meus próprios resultados de pesquisa causam duas coisas: uma incerteza desconfortável acerca de várias situações, mas também um alerta da necessidade de revisitação desses resultados, das teorias que o apoiaram, assim como a re-observação das forças que lhe deram sentido, das situações reais que julguei e das teorias que apoiaram aquilo que critiquei.

Toda teoria dotada de alguma complexidade só pode conservar sua complexidade à custa de uma recriação intelectual permanente. Arrisca-se incessantemente a degradar-se, isto é, a simplificar-se. (MORIN, 2005, p. 336).

Desta forma esta tese pertence a um tempo histórico, e segue uma direção que luta pela aplicação ética a seres que têm sido, emocionalmente, invisíveis em suas “condições invisíveis” sob o óculos-filtro do antropocentrismo. Pode ser que a mesma problemática que deu sentido a esta pesquisa, daqui a poucos anos, tome outras formas, por isso a necessidade

⁴⁷Alteração bioquímica ou biofísica produzida no cérebro pela memória de um estímulo muito forte “engrama”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/engrama>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

de agarrar-me àquilo que ainda considero absoluto: a ética. Ela é minha única direção neste caminho que fiz, e faço, caminhando.

O método, gerado pela teoria, regenera-a. O método é a práxis fenomenal, subjetiva, concreta, que precisa da geratividade paradigmática/teórica, mas que, por sua vez, regenera esta geratividade. Assim, a teoria não é o fim do conhecimento, mas um meio-fim inscrito em permanente recorrência. (MORIN, 2005, p. 335, 336).

Ainda sobre método e teoria:

Aqui, a teoria não é nada sem o método, a teoria quase se confunde com o método ou, melhor, teoria e método são os dois componentes indispensáveis do conhecimento complexo. O método é a atividade pensante do sujeito. Assim, o método torna-se central e vital: quando se sabe que o conhecimento não é a acumulação dos dados ou informações, mas sua organização; quando a lógica perde seu valor perfeito e absoluto; quando sociedade e a cultura permitem duvidar da ciência em vez de fundar o tabu da crença; quando há incerteza e tensão no conhecimento; quando o conhecimento revela e faz renascer ignorâncias e interrogações. (MORIN, 2005, p. 337, 338).

Mal aventurados aqueles que dissertam em filosofia repetindo Descartes, quando afirma que os “brutos” são desprovidos de mente e não têm linguagem, o que hoje, na ciência, é menos do que uma falácia. Se isso não houvesse sido superado, onde estaríamos? Foi fundamental a interdisciplinaridade, para conhecer esses pontos de vista, e contra-argumentar. Apesar de isso já ter sido feito, e continuar sendo feito, permanentemente, por muitos autores foi muito importante para mim estudar a partir de vários originais para desenvolver minha própria percepção. Devemos ser abertos ao entendimento complexo, e não aderir a um absolutismo teórico, por mais acolhedor e correto que ele nos pareça.

Uma teoria não é o conhecimento; ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada; é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é uma solução; é a possibilidade de tratar um problema em outras palavras, uma teoria só realiza seu papel cognitivo, só ganha vida como pleno emprego da atividade mental do sujeito. É essa intervenção do sujeito que dá ao termo método seu papel indispensável. (MORIN, 2005, p. 335).

A intervenção inevitável do sujeito em sua pesquisa, e a percepção da complexidade de outros sujeitos (vivos) que estão no entorno de seu estudo apresentam, então, um caráter imprescindível ao desenvolvimento de um método. A resistência da Academia em aceitar metodologias novas e fontes de informação e reflexão não ligadas à ciência tradicional é notável. É também compreensível para nós, das ciências humanas, que assistimos e sofremos isso, por três motivos: porque observamos a dureza e fragmentação das ciências exatas e biológicas na maioria das vezes, e a crença de seus adeptos de que só assim chegarão a suas

descobertas. Também nos é compreensível porque buscamos ser pedagógicos no entendimento do Outro, do cientista tradicional, e não nos cabe somente o purismo em acusá-lo e reensiná-lo a estudar, mas entendê-lo e ouvi-lo, para continuar desenvolvendo propostas mais humanas e mais complexas para todas as áreas do conhecimento. Também nos é compreensível a resistência da Academia em relação às sociologias das tomadas de consciência desvinculadas do cientificismo, porque precisamos solidificar as ciências humanas enquanto área intelectual relevante, e infelizmente é preciso fazer parte dela, acompanhar seu padrão, para poder contestá-la. Sobre esta fragmentação que impede a própria ciência de crescer coloca Morin:

A outra sociologia trata de atores, de sujeitos, de tomada de consciência, de problemas éticos, mas, neste momento, é considerada absolutamente não científica. É denunciada pelos "cientistas" como literária, ensaísta, jornalística, termos carregados de maldição para os jalecos brancos. Efetivamente, não tem fundamento científico. Por outro lado, a sociologia que se diz científica fechou-se para a biologia. Fechou-se não para defender a especificidade do fenômeno humano, mas para fugir da realidade bioantropossocial. Por isso, essa clausura é empobrecedora. Os fenômenos antropossociais são reduzidos a estruturas de pensamento provenientes do modelo físico clássico, mais simples do que o modelo biológico contemporâneo. Assim, a sociologia torna-se uma ciência privada de vida. (MORIN, 2005, p. 278).

É necessária uma revolução ao método científico, à racionalidade irreflexiva, ou quase irracional do ponto de vista do bom senso em relação ao respeito ao outro. É necessária a busca de uma verdade que não despreze as várias partes que o compõem, mesmo quando pareçam coadjuvantes. O método de Morin, já supracitado, me oferece um aporte de compreensão de meu objeto de pesquisa, qual seja buscar entender os fundamentos de uma “educação ambiental” que coisifica a vida, o que nos parece, e realmente é, um dos maiores paradoxos dessa área do conhecimento e da ação.

A teoria da Complexidade vincula-se ao meu trabalho também, porque procurei não separar a argumentação que me apoiou e a que eu tentei desenvolver do “jeito de fazer” esta pesquisa. Um método deve estar de acordo com a reflexão crítica sobre o que pretende, ainda mais quando estamos falando de questões ideológicas, éticas e morais. Minha visita aos zoológicos e criadouros, para realizar esta pesquisa, também é paradoxal, porque também eu me servi deste local para dizer algo. Por outro lado, se não o tivesse feito, meus resultados poderiam não ser considerados científicos o suficiente. Não quero afirmar que minhas ações na escola serviram de “contrapartida” a todas as contradições que vivo neste mundo baseado na exploração dos vulneráveis. Não acredito em contrapartida que não retorne diretamente, e em mesma medida, para o explorado.

Isso se assemelha a outros projetos de educação ambiental que, semelhantes aos que trago nesta tese, legitimam a exploração velada de humanos e o restante da natureza, como os proporcionados por empresas multinacionais que utilizam nosso canal da Laguna dos Patos, como esgoto para dejetos tóxicos, por exemplo, empresas que preferem pagar multas homéricas pelo não cumprimento de uma gestão ambiental apropriada do que adaptar sua empresa a normas que protegem humanos, outros animais e seus ambientes. Há vários exemplos parecidos de instituições que “mordem e assopram”, e nada curam, por nada se responsabilizam, e que fazem “educação ambiental”. Isso não nos representa, e ao que toca minha vocação empática resolvi tratar dos animais presos, mas a problemática do esvaziamento de sentido dos fundamentos da educação ambiental é múltipla e, certamente, um problema metodológico, teórico, e especialmente ético.

Encerro este capítulo, anunciando que a seguir constam meus resultados de pesquisa, minhas análises e minhas últimas considerações. Escolho uma reflexão curta e fatal de Morin, para ilustrar a importância da conexão de uma rede de significados, especialmente no nosso *fazer ciência*, que se conecta, inevitavelmente, e palpitando ainda mais no nosso *fazer educação*: “O método, afirmava Descartes, é a arte de guiar a razão nas ciências. Acrescentemos: é a arte de guiar a ciência na razão” (MORIN, 2005, p. 339). Além disso é importante acrescentar, como asseverou o Prof. Alfredo Martin, membro da Banca Avaliadora, que o método “é também a arte de orientar tanto a razão como a ciência nos caminhos da ética”.

4. ANÁLISE DE DADOS

Não queremos jaulas maiores. Queremos jaulas vazias. (Tom Reagan)

Antes de iniciar o registro de minha experiência em cada um dos locais visitados, gostaria de dar corpo à epígrafe acima. Porque mesmo assumindo uma concordância com uma série de situações acerca dos animais em cativeiro, não perco meu ponto de vista abolicionista, e devo afirmar porque o bem-estar é uma falácia. E para tanto apoio-me em Tom Reagan, já que sua célebre frase ecoa nos corações de quem nutre uma preocupação com os animais, além de ser um recado claro e simples a todos aqueles que quiserem nos convencer de que há justificativas para manter o cativeiro, mesmo para os indivíduos que possam estar em liberdade.

Desta forma minha crítica, apoiada nas colocações de Reagan, serve para refletirmos de uma forma geral sobre os cativeiros, mas é mais especialmente direcionada ao sistema de permutas entre instituições zoológicas, que perpetuam a manutenção de espécimes de forma colecionável, e não para remediação de um problema, mantendo assim uma importação e exportação de animais exóticos, nascidos em cativeiro somente para este fim.

Elenquei algumas citações que servem de referência para a realidade de exploração trazida neste trabalho, qual seja o confinamento animal. Tom Reagan, em seu “Jaulas Vazias”, já exposto neste trabalho, não dedica um capítulo especificamente aos zoológicos, mas sim aos circos. Penso que os circos são ainda piores do que o zoológico, para os animais. Pois lá eles são adestrados com violência para aprender peripécias a serem apresentadas no picadeiro, e vivem em jaulas ainda mais minúsculas do que qualquer recinto. Felizmente nosso país aprovou leis proibindo a participação de animais no circo, o que inclusive é lembrado por Reagan (2006, p. 166).

De qualquer maneira é importante lembrar que a situação em que se encontram os animais, em ambos os casos, pode assemelhar-se, e várias colocações de Reagan em relação à natureza dos animais, quando ele fala no problema dos circos, presta-se também ao que estudamos aqui; por isto tomo a liberdade de dispor de colocações deste renomado autor. E, como se verá, a aplicabilidade de nosso lamento procede:

Em ambiente selvagem, o território em que os leões moram varia entre 21 e 404 quilômetros quadrados; o dos tigres machos fica entre 21 e 55 quilômetros quadrados (na Índia) e até 1.036 quilômetros quadrados (na Sibéria) (...) O território de um elefante varia entre 13 quilômetros quadrados, numa floresta sobre lençóis de

água, e mais de 3.496 quilômetros quadrados numa savana árida – uma área maior do que quatro vezes o tamanho da cidade de Nova York. (REAGAN, 2006, p. 157, 158).

Os felinos selvagens e elefantes destacam-se nas reflexões acerca da agonia dos cativeiros, por ocuparem e caminharem por áreas colossais em extensão e por terem laços familiares muito fortes, na verdade fundamentais à própria sobrevivência. Além disso, seu cuidado parental, como na maioria dos mamíferos, é muito intenso e necessário à educação e ao desenvolvimento dos filhotes. Todo esse processo não é essencial somente aos indivíduos jovens, mas também aos adultos que mantêm esse ciclo etológico continuamente, e para os quais, imaginamos, é também uma realização “pessoal”, pois se trata do desempenho de suas verdadeiras funções ecológicas.

No seu habitat natural, os filhotes de tigre ficam com as mães durante anos. Mentoras que são, as mães lhes ensinam práticas de sobrevivência. Quando nasce uma nova ninhada, os tigres mais velhos partem para se virar sozinhos. Embora os machos tendam a levar uma existência solitária, eles às vezes cooperam entre si, nas caçadas. (...) Leões são criaturas sociais que vivem em grupos chamados bandos. Os bandos consistem de até doze fêmeas, todas parentes entre si, e seus filhotes. Os filhotes são criados comunitariamente, mas os laços entre mães e filhas são especialmente fortes e duram a vida toda. No comando de cada bando está um macho dominante ou, às vezes, um grupo de machos. Na cultura dos leões, as fêmeas tendem a ser caçadoras; os machos, os protetores. Em alguns casos, os machos formam um grupo próprio, vivendo juntos durante anos. (...) Elefantes vivem em grupos (manadas) de oito a quinze membros, com uma fêmea dominante no comando. Os machos partem na puberdade, mas as fêmeas permanecem com suas mães pelo resto da vida, os grupos aparentados entre si tendem a ficar na mesma área geral e se comunicam frequentemente. Em tempos de perigo, juntam as forças de até duzentos elefantes para a defesa comum. Num território que, para os elefantes africanos, se estende até 800 quilômetros, as rotas migratórias das manadas não são conhecidas “instintivamente”, mas têm de ser ensinadas pelos mais velhos. (REAGAN, 2006, p. 158, 159).

Portanto, é óbvio que:

Em um ambiente de confinamento: “não há matriarcas, grupos aparentados, rotas migratórias, nada que sequer sugira o que seja a vida desses majestosos animais”. (REAGAN, 2006, p. 159).

Não é só uma questão de espaço. O cativeiro é uma negação da complexidade da vida dos animais, sobre a ingenuidade de pensar que tudo o que precisam é alimentação, água e abrigo, lembrando que nem todos os cativeiros podem sequer oferecer isso com abundância ou qualidade, o que torna ainda pior a clausura, já que não poderão sair para procurar mais comida, água mais limpa, uma sombra mais eficaz, ou um melhor lugar ao Sol. Tudo o que

têm está dentro de um quadrado, seja de concreto, vidro, terra ou grade, e ali dentro nada mais acontece além do premeditado, assim nem mesmo o cérebro precisa se manter ativo.

Em exercício de empatia sobre animais em cativeiro, provooco uma situação hipotética aos meus alunos: que se imaginem dentro da sala de aula com todo o conforto que possa ser possível a uma criança ou jovem: comida, água, suco, ou o que seja, guloseimas, companhia, diversão (incluindo aparelhos eletrônicos de última geração), e o que mais material elas puderem imaginar, também a limpeza do local por alguém que vem de fora uma vez ao dia, e onde estão livres de qualquer perigo real ou castigo. A única condição é que trancaremos a porta de saída para sempre. Deveremos passar lá dentro, usufruindo de todas essas coisas boas, e sendo cuidados por alguém que aparece uma vez por dia, mas não poderemos sair de lá. Jamais obtive resposta afirmativa sobre a aceitação dessa condição hipotética. Todas as crianças preferem a liberdade. Todas preferem a insegurança do mundo lá fora, o perigo, o inesperado, a esperança, a surpresa. Todas preferem não ter o melhor celular, e não comer à vontade a melhor guloseima, do que não poder sair, quando quiserem sair. Todos preferem batalhar pelas suas vidas, mesmo sem saber se terão o reconhecimento, trabalhar na vida adulta, estudar para isso, desde que possam ir e vir quando quiserem.

A negação à liberdade não é uma questão de espaço físico. Podemos todos nós fazer esse exercício para compreender o horror do cativeiro. Porque, por mais que a sensibilidade das crianças funcione aí como um bioindicador para nós, elas mesmas só percebem que o animal quer ser livre a partir do exercício que as faz imaginar elas mesmas perdendo a liberdade. Porque somos acostumados a ver no zoológico os animais em suas “casinhas”. Mas não é bem assim. Uma casa é um lugar onde quero estar, de onde saio e aonde chego para descansar. Um recinto torna-se, sim, um lar, mas não pelos motivos certos. São significados muito diferentes.

Podemos entender por que esses animais não são mentalmente saudáveis, a partir do momento em que nos damos conta de que no lugar deles nós também não seríamos. Desta forma, não há um local que eu tenha visitado, incluindo a FZB de Belo Horizonte, que não entrou nos meus dados de pesquisa, mas que muito me mostrou, em que eu não tenha visto os apavorantes comportamentos estereotipados descritos por Reagan:

O que vemos é o mesmo tipo de comportamento estereotipado encontrado nos animais enjaulados nas granjas industriais e nas fábricas de peles. Leões e tigres andando para lá e para cá, indo e vindo, indo e vindo, indo e vindo, nunca desviando de sua rota circunscrita. Elefantes balançando para lá e para cá, para lá e para cá, para lá e para cá, ou sacudindo a cabeça para este lado, depois para aquele, repetidamente. Às vezes o comportamento fala mais alto do que as palavras. Esses

são seres mentalmente doentes, psicologicamente derrotados. (REAGAN, 2006, p. 159).

Eventualmente, estando nos locais a observar esse tipo de comportamento, ouvi uma criança, que assistia o mesmo que eu, perguntar à mãe: “Que que ele tá fazendo?”. A mãe, não sabendo o que responder, diz qualquer coisa, e eles logo passam ao recinto seguinte. Essa é a realidade: Os humanos os olham, mas não querem entendê-los. Talvez porque sua compreensão seja realmente limitada, ou talvez porque prefiram não saber. Às vezes riem-se do animal por parecer um louco, tudo faz parte da “diversão”, “aprendizado” e da “proximidade com a natureza”. Outras vezes as pessoas se aborrecem porque os animais estão dormindo, ou estão meio escondidos no recinto (como veremos na análise da FZB-RS).

Inevitável uma relação com a polêmica comparação de Reagan, a qual também fiz na ocasião de minha qualificação:

É uma piada cruel dizer que prisioneiros humanos confinados em celas de 2m por 2,5m têm amplo espaço para serem humanos. De fato, com o espaço limitado pretende-se constituir uma privação para os prisioneiros humanos, uma parte do castigo pelo seu crime. Para felinos ou animais que atuam nos circos, o espaço limitado também constitui privação, só que no caso deles, nenhum crime foi cometido. (REAGAN, 2006, p. 160).

Posso afirmar que os locais de cativeiro animal para exibição não são tão diferentes. E que devemos estar alertas, abertos aos dilemas e aos novos horizontes para poder compreender com clareza, e o quanto neutralidade for possível, a problemática dos animais em cativeiro.

O critério de seleção dos locais, já explicitados na Metodologia e divididos em subcapítulos aqui, baseou-se em mapeamento das instituições de cativeiro animal que oferecem Programas de Educação Ambiental, no Rio Grande do Sul, dois deles não sendo zoológicos: São Braz e Quinta da Estância, e os outros dois sendo zoológicos: GramadoZoo e Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Os dois primeiros, teoricamente, utilizam a exposição de animais com o cunho mais educativo, sendo o São Braz uma instituição sem quaisquer fins lucrativos, e a Quinta da Estância, propriedade privada com fins lucrativos, mas que oferece outras atividades de entretenimento e vivências, que não somente à visita aos recintos animais.

Já o GramadoZoo é um zoológico, também privado e com fins lucrativos, conhecido como o décimo melhor zoológico no *ranking* mundial, e o melhor da América Latina, ele apresenta animais somente da fauna brasileira. Finalmente a Fundação Zoobotânica em

Sapucaia é o zoológico mais antigo do Rio Grande do Sul, pertencendo ao Estado. Possui mais de mil animais em exposição, com um número muito grande de animais exóticos, como os sempre famosos: leão, elefante, tigre, urso, rinoceronte, chimpanzés, etc. Em todos esses espaços grande parte, ou até todos os animais tiveram origem no tráfico ilegal de animais, maus tratos, e fiscalizações de criação doméstica ilegal.

Antes de adentrar em detalhamentos e considerações acerca dos locais visitados, é necessário registrar, bem claramente, algumas ponderações. As críticas que meu trabalho apresenta em relação aos cativeiros animais como um todo, ou especificamente aos recintos em que meu dó ou perplexidade foram maiores, ou ainda aos programas de Educação Ambiental oferecidos não responsabilizam, muito menos de forma denunciativa, os trabalhadores das instituições. Após o encerramento da coleta de dados fica claro que o problema teórico-moral encontrado na frustração da manutenção de cativeiros animais em nosso século tem raízes políticas e sociais muito fortes. E as pessoas que trabalham com esses animais hoje, direta ou indiretamente, por ordem de proximidade: tratadores, biólogos, estudantes, depositários, administradores e donos dos espaços têm a necessidade de crer que fazem o melhor possível para cada um daqueles indivíduos, e necessitam crer na relevância da teoria da “biologia da conservação”, cuja última consequência é criar exemplares de uma espécie em cativeiro para ela não entrar em extinção. Seria uma ingenuidade supor que alguém do movimento contra os zoológicos estaria à frente de um, defendendo sua existência, ainda que com todas as contradições éticas que conhecemos nesse processo.

Foram apresentados também muitos motivos irrefutáveis a favor do cuidado dos animais cativos, especialmente no que diz respeito aos indivíduos encontrados sob condições agonizantes e de quem foram arrancadas as possibilidades de cura, restabelecimento de forma natural ou retorno ao habitat, sob condenação de terem uma morte lenta e sofrida, ou a condenação de uma vida ainda pior, não fosse a apreensão e tratamento em espaço institucional. São casos como esses com os animais provindos do tráfico (sempre em condições deploráveis, como já vimos aqui, anteriormente); atropelamentos; orfandade (por ocasião de caça ou acidente); criação doméstica com maus tratos (como é o caso de um tuiuiú, pássaro grande e com formosa aparência, que teve suas asas quebradas por um fazendeiro que desejava mantê-lo no chão, como ornamento da entrada de sua estância, e tantos outros).

A importância de conhecer o caso de cada animal interfere na conclusão última de nosso julgamento. Dezenas de casos que conheci, e sei de outros que não conheci, configuram uma triste história envolvendo a violência, vaidade e falta de bom senso humanos, casos que acabam sendo acolhidos e resolvidos por outro humano. O dilema ético é profundo. O debate

sobre o que é correto a fazer nesses casos pode tornar-se infinito. Talvez alguns puristas concordem que o animal deve morrer na natureza, se assim lhe impôs a natureza, abandonado pelo humano que iria curá-lo, porém encarcerá-lo para sempre. Mas o calor do debate só está iniciando se levarmos em conta a negação do cuidado com uma vida, um cuidado emergencial, que alivia o sofrimento e prolonga a vida. Poucos serão contra argumento tão forte.

Os casos desses animais são a janela aberta que parte do extremismo teórico da proteção animal (contra os zoológicos a despeito de qualquer justificativa) que tenta não ver, ou não falar sobre. Por outro lado estão certíssimos em serem extremistas, pois pensando em longo prazo, não há felicidade no cativeiro e, muito provavelmente, o frágil animalzinho recolhido e cuidado com ética e compaixão vai, sim, acabar virando ferramenta para fins terceiros. Assim seguem os tantos paradoxos que circundam este tema complexo.

A Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil – SZB⁴⁸ – é uma instituição que agrega zoológicos e aquários de todo o Brasil, visando seu desenvolvimento. Segundo dados publicados pela Sociedade, o Brasil possui hoje, vinculados ou não à SZB, cento e dezesseis (116) instituições de cativeiros animais, sendo eles: na região sudeste: 67 instituições (59 zoos e 8 aquários); na região nordeste: 12 instituições (10 zoos e 2 aquários); na região norte: 9 instituições (zoos); na região sul: 22 instituições (zoos); e na região centro-oeste: 6 instituições (zoos).

Uma das funções dessa instituição é: elaborar e coordenar a implementação de projetos de educação para a conservação nacionais, apoiando seus membros na implementação. E assim estão em comum acordo com os diversos projetos de Educação Ambiental de seus associados. Seus objetivos configuram:

- a) Promover e facilitar a compreensão e implementação da Estratégia Mundial de Conservação de Zoológicos e Aquários (WZACS) em instituições brasileiras;
- b) Incentivar e promover o desenvolvimento dos zoológicos e aquários brasileiros como instituições de ensino, pesquisa científica, conservação, recreação e cultura;
- c) Promover a formação e capacitação de profissionais, técnicos e trabalhadores de zoológicos e aquários do Brasil por meio do intercâmbio, de compartilhamento de conhecimento, realização de cursos, workshops, simpósios e conferências;
- d) Assegurar-se que seus membros mantenham altos padrões profissionais de operação;
- e) *Desenvolver campanhas de educação ambiental e conscientização em âmbito local e global.* (SZB, 2018) (grifo meu).

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.szb.org.br>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

Além disso, também é objetivo: “*Promover a conservação ex situ*⁴⁹ dos componentes da fauna, nos termos da Lei Nº 9.795/99 e em consonância com os princípios constitucionais previstos no Artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988...” A lei, por sua vez, tem como base:

Art.1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade⁵⁰.

Tomando por base essa legislação genérica, vimos que a educação ambiental praticada nos locais de cativeiro examinados não foge à regra, tampouco deixa a desejar se simplificarmos o entendimento da lei. Mas sabemos que isso não é suficientemente Educação Ambiental. A SZB também possui um extenso documento que registra seu “Código de Ética”, do qual valeria uma análise mais focada, não possível neste momento. Mesmo assim considerarei interessante importar alguns parágrafos, sobre o uso de animais para fins didáticos:

USO DE ANIMAIS EM APRESENTAÇÕES DIDÁTICAS a. Os zoológicos e aquários membros da SZB que quiserem realizar apresentações didáticas devem seguir as recomendações da Sociedade e submeter um projeto à aprovação dos Comitês de Ética e Bem-Estar Animal da SZB, que podem propor adequações e tem poder de veto para fins de apoio no âmbito da SZB b. O uso de animais em apresentações didáticas fica condicionado a manter o bem estar animal, incluindo sempre uma mensagem clara de conservação, sem antropomorfizar os animais e promovendo a exibição de seu comportamento natural. (SZB, 2018).

E sobre o bem-estar animal, permitindo-nos, de antemão, perceber a relevância do bem-estar para fins de “imagem positiva para o público”. De qualquer forma o Código na íntegra aponta, coerentemente, preocupações genuínas, mas sempre regularizando tudo aquilo que já sabemos:

BEM-ESTAR ANIMAL Para fins de conservação e para veicularem mensagens de conservação positivas ao público, os zoológicos e aquários membros da Sociedade de Zoológicos do Brasil devem, sempre que possível, superar os requisitos oficiais mínimos estabelecidos para a manutenção de animais silvestres em nosso país. A SZB entende que é imprescindível que as instituições trabalhem para manter populações de animais saudáveis e com o mínimo possível de comportamentos anormais em seus repertórios e tenham padrões sólidos de BEA instituídos em sua missão, estabelecendo-se como organizações responsáveis no que se refere ao oferecimento dos melhores cuidados para os animais sob sua responsabilidade. A SZB defende que os objetivos de conservação, educação, pesquisa e recreação das instituições membro devem ser baseados nos princípios de BEA. a. As instituições

⁴⁹ Fora de seu lugar de origem.

⁵⁰ Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/2312/a-lei-n-9-795-99-reveste-se-de-importancia-para-os-educadores-ambientais-brasileiros>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

membros da SZB devem observar os princípios estabelecidos no Manual de Bem-Estar Animal da SZB. b. A realização de atividades didáticas/demonstrações utilizando animais devem seguir o estabelecido pela SZB. (SZB, 2018).

Dos quatro locais abordados nesta pesquisa apenas a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul é membro da SZB.

Nos quatro locais abordados a questão das melhorias foi tema recorrente nas entrevistas e conversas. É dito haver um esforço permanente na busca de recintos maiores, enriquecimento ambiental, preocupação com cada um dos indivíduos, tratamento adequado para os animais doentes, bem-estar e segurança dos animais de forma geral, e também bem-estar e segurança para o público humano visitante.

Mais uma vez reforço que os relatos a seguir, vivenciados e interpretados por mim, não visam nenhum denunciamento direto aos humanos trabalhadores dessas instituições. Embora a ética perpassa, inevitavelmente, seu trabalho, a maioria das decisões realmente relevantes para problemática foge da esfera de seu cotidiano e autonomias⁵¹. Não cabe a mim, ou à pesquisa, o julgamento dessas pessoas, nem é o objetivo. Porém podem aparecer reflexões negativas, das quais não pude me furtar, para privilegiar um estudo neutro e crítico, ao mesmo tempo. Cada leitor desta tese, de outras teses, estudos ou literaturas, ou cada ser humano que se aproximar de querer compreender tais problemáticas, poderá, pouco a pouco, tomar partido em uma opinião. A frase de Reagan, apelando por jaulas vazias, porque não é suficiente que somente sejam maiores, não tem sido uma regra básica e obrigatória. Contudo deve permanecer, pelo menos, sendo o vislumbre de um horizonte que há de vir.

A seguir o registro, então descrito, de minhas visitas, leituras e percepções de cada um dos locais abordados.

4.1 Análise de dados: Criadouro Conservacionista São Braz – Santa Maria- RS

O Criadouro Conservacionista São Braz é legalizado junto ao IBAMA sob o registro número 2/43/96/0001.0. Ele está localizado em uma área rural, com 40 hectares, no Passo da Ferreira, no Distrito de Boca do Monte, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Nas férias acadêmicas e escolares de julho do ano de 2014, primeiro ano de meu doutoramento, tive a oportunidade de estagiar em um dos estabelecimentos que compõem o *corpus* desta pesquisa, o Criadouro Conservacionista São Braz, em Santa Maria. Minha

⁵¹ Muito embora isso possa nos remeter ao subcapítulo sobre ética e autonomia, aqui a situação complica. As decisões finais veem de forma autoritária, de uma chefia política, e da permanência das tradições sociais.

atuação rendeu-me um certificado de sessenta horas de manejo de fauna silvestre, uma entrevista com o responsável pelo estabelecimento, seu Projeto de Educação Ambiental impresso, uma cópia da listagem dos animais residentes do criadouro, no plantel de declaração anual de atividades do próprio IBAMA, a estadia no próprio local, fotos, vídeos, anotações e muita experiência. Esta análise, a primeira que realizei, é também a que representa minha maior imersão na pesquisa *in loco*. Nos outros três locais minha visita presencial foi muito mais breve e a coleta de dados mais singela do que aquela que apresento aqui.

Minha atividade consistia, basicamente, na colaboração para o preparo da alimentação dos animais desde a seleção de hortifrutigranjeiros à tarefa de picar os alimentos, diferentemente para cada espécie, além da higienização da própria cozinha. Além disto, acompanhei e auxiliei, tanto quanto pude, a entrega da comida em todos os recintos, para conhecer a rotina, juntando-me aos tratadores que lá trabalham.

Ao fim do dia sobrava um tempo para minha pura observação. Fotografias e filmagens foram feitas em intervalos, em momentos de alimentação e antes de me recolher ao quarto que me foi cedido no galpão. No convívio com as pessoas que trabalhavam lá (donos, tratadores, voluntários, uma pesquisadora que encaminhava um trabalho de retorno de macacos-prego ao seu habitat, além de uma escola que visitou o espaço e um representante do IBAMA) todos colaboraram para que eu formulasse este relatório que aqui apresento em forma de subcapítulo.

As fotos e filmagens, assim como a entrevista com o responsável pelo local, apresentam fatos que corroboram para a não justificativa dos cativeiros, apesar de o local ser o melhor socorro possível àqueles animais. Vários dos animais observados encontram-se em estado psicológico visivelmente perturbado, mesmo vivendo em recintos aprovados pelas normas do IBAMA. O registro da entrevista, bem como fotografias e vídeos apresentam forte argumentação para a confirmação da hipótese de pesquisa. É importante, porém, deixar muito claro que esse Criadouro não existe com o intuito de ser um zoológico. É um espaço de abrigo aos animais vítimas de maus tratos nas diferentes situações: violentados pelo ser humano no seu próprio habitat através da caça ou da violência cometida quando da “invasão” destes animais em propriedades rurais, além dos oriundos de fechamentos de circos e de outros espaços de confinamentos como recintos em praças; ademais, os muitos animais resgatados do tráfico. Neste sentido o criadouro é um local de salvaguarda, sem dúvida.

O que se percebe, porém, e é necessário registrar, é que mesmo um local existente no melhor intuito de cuidar da vida dessas vítimas não consegue lhes dar o bem-estar que teriam

na natureza. Assim, a partir desta primeira parcela da coleta de dados, podemos supor que a condição natural do habitat, ainda que hoje com tantos problemas de perda de território, poluição, predação humana, descontrole populacional, e outros, continua a ser insubstituível para que o animal exerça sua condição de animal silvestre ou selvagem, pois os perigos representados em liberdade ainda são aqueles dos quais ele estaria disposto a se proteger, mantendo a expectativa de fazer um novo ninho, migrar, esconder-se ou enfrentar. E sua morte, ainda que a consideremos trágica, seria, de certa forma, o resultado do movimento natural de um mundo dominado por uma única espécie, fato que os próprios animais, ao contrário do que pregam os antigos e ultrapassados estudos, já compreenderam.

No cativeiro, toda ação é nula, não há expectativa, não há motivação, não há esperança, não há entendimento, não há esconderijo suficiente, não há força suficiente, muitas vezes não há companhia desejável, não há espontaneidade, não há espaço para os instintos, aliás, não há espaço para quase nada. Dificilmente o animal compreenderá que o confinamento a que está submetido é uma medida para o seu próprio bem. Não havendo todas essas coisas, talvez para o animal o que exista seja uma subvida. E a pergunta que não cala em quem observa esses fatores é: “Vale a pena?” Esta pergunta só poderia ser respondida pelos próprios animais. Fora isto ela não passa de um questionamento inerente a um irrefutável dilema ético que permanecerá sem resposta, a não ser por reflexões parciais, por raciocínios calculistas acerca do pior e do menos ruim para uma natureza terceira, como muitos ainda a veem na perpétua dualidade sociedade \times natureza.

A partir desta primeira experiência em campo, também posso afirmar que a burocracia, por vezes, é efetivamente a responsável pelo fechamento dos cadeados. As grades, para o observador, mas não para os animais, passam a ser simbólicas. Quero dizer com isto que parece haver animais com condições de soltura imediata na natureza, condição esta averiguada, inclusive, por alguns cuidadores e observadores. Bem como outra situação similar e perturbadora é notada, o recolhimento de animais por motivos banais e que, uma vez depositados no criadouro, jamais sairão de lá... E, mesmo assim, legalmente, não há nada que se possa fazer. Pela riqueza das informações e imagens obtidas nesta visita, acho pertinente traçar um subcapítulo, o mais detalhado possível, para melhor ilustrar ao que estou me referindo.

O Criadouro em questão funciona como remediação de uma situação que continua comum: necessidade de abrigo permanente para animais que são recolhidos por estarem sendo submetidos a condições ilegais pelas diversas instâncias humanas: tráfico, circo, zoológicos, gaiolas, caça, suposição de humanização e outros motivos. Sendo assim, este registro não se

estabelece como um registro de visita a um zoológico, onde os animais são o espetáculo, e sim a outro tipo de cativeiro, aquele que procura mais salvaguardar do que explorar. O que percebemos, agora do “ponto de vista do animal”, é que, mesmo na melhor das iniciativas e intenções, o cativeiro dificilmente cumpre um papel de dar ao animal uma vida minimamente satisfatória, a não ser pela alimentação. No que diz respeito a usufruir das condições da natureza e de utilização de seus instintos, os cativeiros mais se assemelham a pesadelos, do que a lares.

Entretanto devemos compreender que dentro da possibilidade humana, esse é o mal menor, e que esforços são feitos para que os animais possam viver de forma segura pelo tempo que lhes resta. Assim, poupo aqui uma crítica maior, a fim de esclarecer que não estou pondo em questão as condições do lugar visitado que, como insisto, são as melhores possíveis, mas reafirmando que dificilmente qualquer cativeiro, mesmo aquele que existe para o bem dos animais, poderá suprir a lacuna do bem maior para esses animais, a liberdade. Com isso ratifico que há uma importância do local visitado se dar como um espaço de problematização da crueldade humana, da criação ilegal, etc. E que esses locais, são preferíveis, do ponto de vista moral, se compararmos aos zoológicos, mas que acabam por constituírem uma ilustração dos mesmos problemas e resultados de qualquer cativeiro.

Antes de dissertar acerca da entrevista com o responsável pelo local, gostaria de registrar dados que observei e informações que obtive no meu estágio de 60 horas, trabalhando neste local, onde me foi cedido abrigo pelos seis dias em que lá estive, possibilitando uma observação dos animais do amanhecer ao anoitecer, inclusive ouvindo-os na madrugada.

Há no criadouro um monumento interessante, poético e de grande proporção, que acaba sendo, na minha opinião, uma das melhores ferramentas visuais para a Educação Ambiental que lá é praticada. Trata-se do Monumento da Liberdade, um enorme amontoado de gaiolas e armadilhas vazias que chegaram lá como abrigos temporários de animais provindos do tráfico, ou mesmo de residências. Alguns dos espaços cubiculares desses pequenos cárceres não permitiam, nem ao menos, que o animal se movimentasse, como é possível ver na figura, em comparação com a proporção de minha mão. Creio que, quando avistado, esse monumento pode dar uma ideia, ainda que passiva, do terror que esses animais passaram. A escultura instiga nossa imaginação com sua estética singular e nos proporciona certo alívio sentimental e uma real sensação de liberdade, quando vemos que todos aqueles cubículos gradeados e telados estão vazios.



FIGURA 14 - Monumento da Liberdade
Fonte: Acervo da autora.



FIGURA 15 - Nichos onde foram carregados pequenos pássaros
Fonte: Acervo da autora.

O justo seria poder contar por que cada um dos animais encontra-se na situação de cativo, de onde vieram, se estão machucados, qual seu tempo de vida, bem como fazer comparação com a vida de sua espécie em liberdade. Tendo em vista que se trata de mais de

600 animais, debruço-me, brevemente, sobre algumas histórias, e trago também algumas figuras que configuram uma forma mais nítida de perceber as vidas a que me refiro. As imagens serão intituladas com os nomes populares das espécies.

Logo que cheguei, conheci os filhotes de bugio que permaneciam no setor extra, ambiente que antecede os recintos, logo da chegada desses animais. Eles haviam sido eletrocutados em fios de luz externos, e sua mãe não resistira ao choque. Apesar de muito assustados, os animais passavam bem, mas, devido à pouca idade, não sobreviveriam sem a mãe. Ao que tudo indica que seu lar passa a ser um recinto no criadouro, logo no início de suas vidas.



FIGURA 16 - Bugios
Fonte: Acervo da autora.

Problematizando a informação, vemos aqui o dilema inconveniente com o qual esta pesquisa se depara. O que faziam macacos silvestres, como todos os macacos, tão próximos à fiação elétrica das zonas humanamente habitadas? As respostas podem ser muitas: busca por comida, curiosidade, falta de espaço para suas andanças naturais em meios intocados onde, imaginamos, macacos devam viver. O fato é que não podemos nos omitir de, por vezes, admitir que a natureza selvagem, tão desejada idealmente para a liberdade dos animais, esteja cada vez menor e que aqueles que restam estão invadindo as cidades humanas ou, mais provavelmente, as cidades humanas estão invadindo os espaços selvagens...

O caso de uma caturrita (cocota), pássaro da nossa fauna, que sobrevoa cidades e campos da nossa região, é dos mais comuns. Recolhida pelo IBAMA do meio doméstico, onde era criada por uma senhora, ela não resistiu ao estranhamento e, ousamos dizer, à solidão, de um novo cativeiro. Em “casa”, vivia solta, entrava na gaiola quando queria, para

recolher-se, por exemplo. Obtinha atenção de sua dona, e possivelmente uma alimentação variada. Longe do ideal este animal adaptou-se a um cárcere parcial, que lhe oferecia certos benefícios. Uma vez recolhida e aprisionada em uma gaiola minúscula, em relação ao seu universo anterior, ela morreu. Seria talvez melancólico, e politicamente incorreto, de minha parte, mas não posso evitar lembrar do fato de que a dona do animal sentiu sua falta, entristeceu-se. Ninguém saiu ganhando nessa história. Mesmo assim, do ponto de vista da legalidade, foi o final mais correto do fato.

Esse absolutismo legal apenas comprova como na sociedade nossas bases morais são construídas sobre verdades inflexíveis e, portanto, como não há uma consideração complexa na maioria da resolução de problemas. Insisto, entretanto, que de forma alguma eu seria a favor da criação de uma caturrita em meio doméstico. E creio que o recolhimento, inevitavelmente, serviu como punição ao humano que cometeu esse erro, sabendo ou não que era um erro. Mas a morte do animal, como se deu, de maneira quase singela e evitável, no mínimo nos faz pensar se as medidas tomadas estão mesmo de acordo com algum princípio ético. De qualquer maneira, na falta de melhor política de pensamento e resolução de problemas, há de se interromper, urgentemente, a cultura da criação doméstica de animais silvestres. Talvez seja pautada nesse absolutismo, do qual não discordamos, mas problematizamos a justificativa do recolhimento e morte do animal.

Menos violento, mas não menos estarrecedor, é o caso da pequena fêmea de veado campeiro, residente no criadouro. Sua história beira a total improficuidade. Ela foi recolhida por andar muito próxima à zona habitada do meio rural. Ao que consta observou-se uma espécie de “amizade” entre ela e uma menina, que a alimentava por entre uma cerca do quintal da casa. O animal continuava a procurar a menina, certamente em busca da comida, e acabou aproximando-se da cerca da escola, de onde o órgão ambiental foi chamado devido àquela aproximação ser considerada um problema ambiental. A veada não apresenta qualquer sinal de agressividade, nem antes, nem agora. O animal foi recolhido e, agora, vive em um recinto sozinho, não há nenhuma espécie próxima a dele, nas proximidades deste cercado. E não há meios legais para devolvê-lo à natureza. Pelo meu humilde entendimento de comportamento animal não vejo aí a menor justificativa para manter este animal em cativeiro nem mais um dia.



FIGURA 17 - Veado campeiro
Fonte: Acervo da autora.

Aqui estou apenas relatando minha experiência, mas ela não está ancorada em compaixão ou poesia, e sim em fatos e observação. Tão fatídicos também são os impedimentos limitantes e irrefletidos que perpetuam o descaso para com a vida, como esse exemplo que nos soa de tão simples resolução. São vários os casos de animais que lá estão pelo encontro accidental com o ser humano.

Marcante o caso do bellissimo falcão que levou um tiro na asa, enquanto sobrevoava uma fazenda, impedindo-o permanentemente de voar. O animal é bravio e esquivo, e ainda arrisca tentativas de voar no pequeno recinto no qual vive sozinho, e onde é possível visualizar sua asa quebrada.



FIGURA 18 - Gavião-de-rabo-branco
Fonte: Acervo da autora.

Os papagaios falantes são uma marca do criadouro. Difícil deve ser convencer as crianças de que é um erro esses animais estarem ali, já que imitam a voz humana com perfeição, “cumprimentando” as pessoas e “cantando” canções. Certamente, se não tivermos a visão afiada sobre o absurdo que isso representa, a atitude desses animais poderá impressionar e encantar muita gente. Eles solicitam atenção humana com frequência e intensidade. Essas “falas” acontecem sempre que uma pessoa passa pelo viveiro, e se intensificam com a proximidade delas. É uma busca por atenção humana.



FIGURA 19 - Papagaio “falante”
Fonte: Acervo da autora.

Não preciso dizer, mas vou fazê-lo mesmo assim, que esses animais não fazem a menor ideia do significado das palavras que repetem. E que, quando sozinhos, comunicam-se com seus piados costumeiros, os quais nós, é claro, não compreendemos. Essa humanização dos animais, que também acontece em meio doméstico, é uma tentativa de efetivar as sensações de proximidade e afeto, e os animais adaptam-se a elas, as entendem e dão seu retorno. Acontece que, fisiologicamente, esses animais podem imitar diversos outros sons e que “falarem” (eles parlam) com voz humana não significa que compreendem mais a vida humana, ou que desaprenderam a ser quem realmente são.

Assim como as caturritas, a retirada desses animais de famílias humanas que não os maltratavam nem sempre é positiva. Nem todos superam o trauma da troca de ambiente, da solidão, ou do convívio com sua própria espécie, que muitas vezes pode ser estranha a ele até aquele dia. A lei assim, como já coloquei, orienta para aquilo que se pensou estar correto, e não complexifica caso a caso. Poderia haver estratégias para alguns casos, incluindo grave

multa ao dono do animal e exigência de padrões de bem-estar. Mas sabemos que isso, infelizmente, abriria precedentes que iriam além da remediação de um problema. Mesmo assim o nível de domesticação e dependência é elevado e a soltura desses animais não passa de uma utopia. Cabe que a Educação Ambiental feita no criadouro concentre-se em convencer as pessoas de que, apesar de interessante, esse animal não deve conviver conosco. E ali está por não ter mais para onde ir.

No período em que estive no local havia um papagaio falante em uma pequena gaiola na “enfermaria”, aguardando veredicto sobre seu estado de saúde e uma vaga em um recinto maior. A enfermaria comunicava-se com a cozinha, onde trabalhávamos o dia todo, por uma porta de vidro. Lá de dentro o papagaio observava nosso movimento, e sempre que via uma pessoa só e o ambiente calmo, ele “chamava”. Provindo de meio doméstico ele sabia como ter a atenção de um ser humano. Comunicava-se projetando palavras como “Loro”, e “Oi”. E eu, que sou terminantemente contra essa humanização, por diversas vezes abri a porta e respondi ao animal, buscando confortá-lo daquela solidão. Aproximava-me da gaiola e deixava que ele me olhasse e “falasse”, “parlasse” comigo, pois sua estadia naquele cárcere minúsculo para seu corpo, na sala azulejada fria e branca, sem nada nem ninguém que conhecesse devia estar sendo bem sofrida. Ainda assim ele estava “salvaguardado”; aquilo era tudo o que podiam fazer por ele. Para os animais, muitas vezes, tudo o que se pode fazer, apresenta pouco mais que o mínimo de que precisam.



FIGURA 20 - Papagaio “Falante”, chegado há pouco no Criadouro, ainda na “Enfermaria”

Fonte: Acervo da autora.

É claro que são indiscutíveis os casos de negligência e maus tratos domésticos, quando os animais necessitam, urgentemente, ser recolhidos, e qualquer outro lugar onde tenham alguma paz será melhor que o anterior.

As corujas compõem, certamente, uma das visões mais tristes do criadouro. Seus recintos são muito pequenos, e alguns indivíduos estão sozinhos nesse pequeno espaço. Estarei sendo novamente, mas inevitavelmente, melancólica ao lembrar o olhar desses animais, contendo um tanto de vazio, medo, e mais do que tudo de total desesperança. Ao que consta estão ali também pela violência da predação humana visto que se aproximaram de fazendas, onde poderiam buscar um alimento proibido. A maioria possui fraturas que as impedem de voltar ao meio natural. Dou importância a esse cenário, visto que diversos outros recintos apresentam pássaros mais ativos, que possuem companhia, que demonstram certo ânimo, o que não se vê nas corujas. Esses animais apresentam sua rusticidade tal qual em natureza, mas ali estão impedidos do seu próprio sentido de ser, não pode esconder-se durante o dia como fariam em liberdade, não caçando, e vivendo encolhidos em um ambiente pequeno e úmido, sem escolha de incidência solar ou de escuridão e, claro, sem poder voar, mesmo que a fratura não os impedisse.

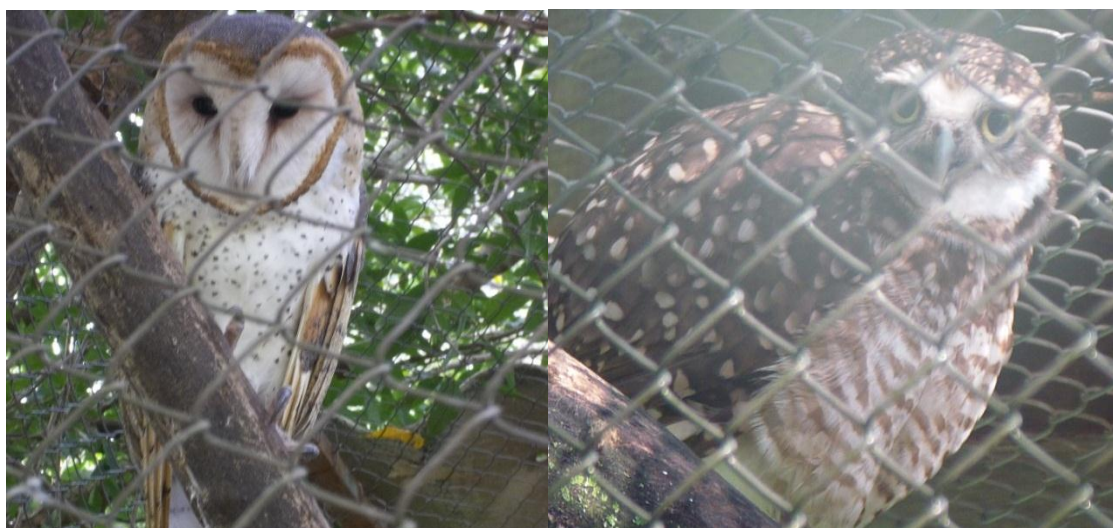


FIGURA 21 - Recintos das corujas
Fonte: Acervo da autora.



a)

b)



c)

d)

FIGURA 22 - Corujas

a) Coruja orelhuda

b) Corujão

c) Coruja das torres

d) Coruja buraqueira

Fonte: Acervo da autora.

Os saguis possuem um tratamento atencioso. Além de diversas frutas picadas, é conservada, para eles, uma caixinha com insetos decompostos a fim da criação de organismos que muito lhes apeteçam, e lhes são dados vivos. Os animais apresentam muito gosto por essa alimentação. E procuram interagir com as pessoas, almejando ganhar mais dessa comida.

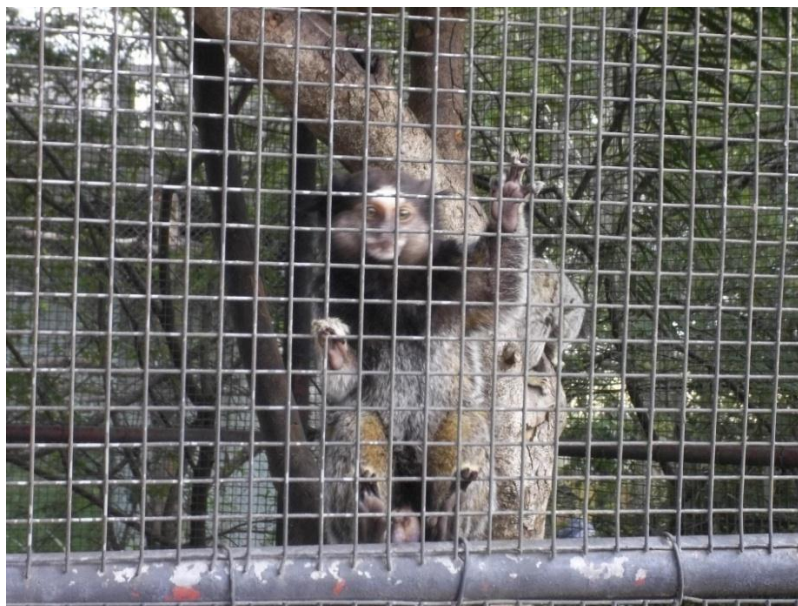
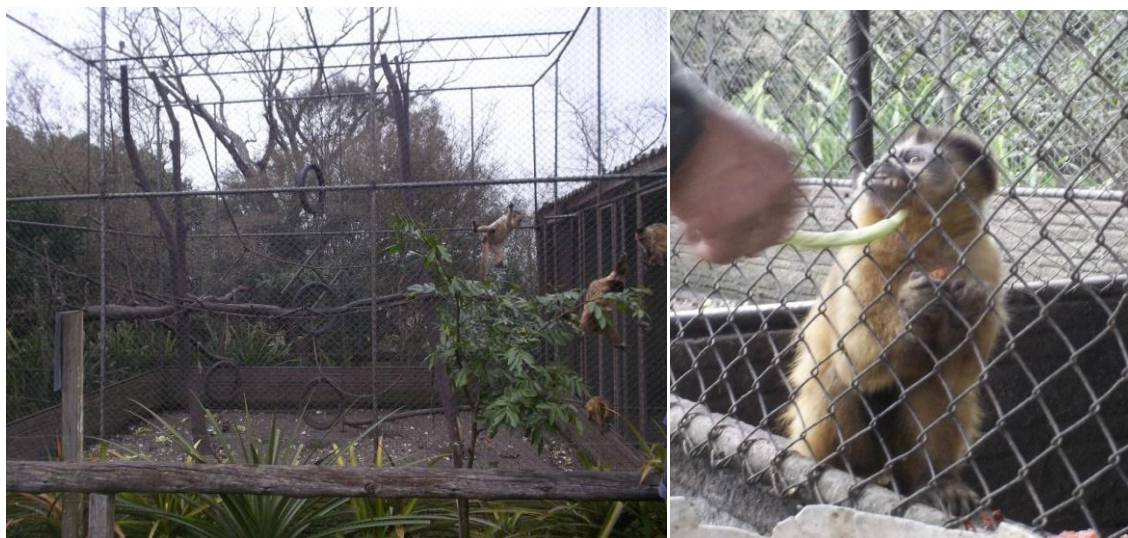


FIGURA 23 - Saguí
Fonte: Acervo da autora.

Os recintos de macacos-prego são pelo menos cinco. Trata-se dos cativeiros em que mais se vê movimentação e vida social, o que não os justifica, mas diminui nosso mal-estar, se compararmos à sensação que dão tantos outros. Alguns desses macacos apresentam graus de humanização e, em específico, uma fêmea, de um dos recintos apresenta grande carência afetiva de pessoas. Apesar de estar em grupo social com sua espécie, sua ansiedade é pela proximidade com as pessoas. Na hora da alimentação ela segura-se na grade e segura fortemente a mão de quem ali estiver, mesmo que para isso tenha que soltar a comida, ou pegá-la com o pé. Ela compreende bem a diferença entre aqueles que dividem com ela aquele espaço, e nós, primatas que passamos pelo lado de fora, e é com esses últimos que ela almeja estar. Apesar da doçura que nos acende esta atitude é só mais um sintoma da problemática da criação de animais silvestres, que serão recolhidos e depositados em outro lugar, sem que importe, claro, qual seria a sua preferência.

Os macacos das fotografias abaixo são de um recinto, do qual houve fuga planejada por cinco vezes. Contam, no Criadouro, que, durante a madrugada, os macacos torciam e retorciam o mesmo lugar das telas, a fim de rompê-las. Conseguindo uma pequena brecha, os macacos saíam um a um, mas sua fuga não se dava “natureza a fora”. Seu destino foi a cozinha da casa do responsável pelo local, possivelmente por vir de lá o aroma do que eles mais entendiam como comida. Assim, foi possível, todas as vezes, recolocá-los em seu recinto, cada vez mais reforçado no local das fendas conquistadas por seus esforços. Essa peripécia foi descoberta, segundo Braz, através de uma câmera.



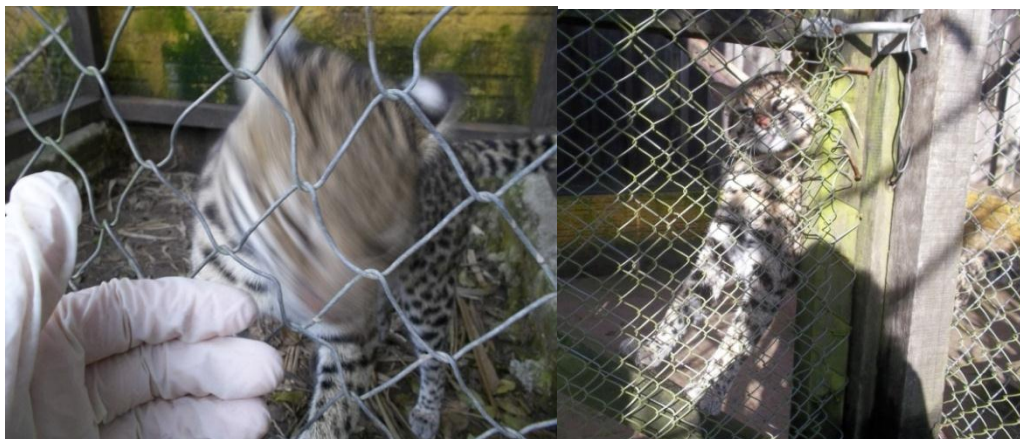
a) b)
 FIGURA 24 - Macacos-prego
 a) Macacos-prego na jaula
 b) Macaco-prego se alimentando
 Fonte: Acervo da autora.

Os grandes felinos são casos que saltam aos olhos. Talvez devido à sua natureza de caminhar por muitos quilômetros diariamente, e quando confinados demonstrarem claramente comportamentos estereotipados e andarem em círculos nos recintos por horas a fio. É uma visão desgastante e deprimente. É claro que é uma situação parecida com a das aves, que podem inclusive migrar por grandes distâncias, e cujo voo nunca mais será vivido no interior de um recinto, por mais bem projetado que este lhe pareça.

No entanto começarei aqui com dois pequenos felinos, para logo em seguida apresentar algo sobre os maiores. O gato mourisco, o qual tive muita dificuldade de enxergar, é extremamente antissocial, como esperado. Fica a maior parte do tempo dentro da toca, e quando o vislumbrei deitado, mais me pareceu um boneco, dada a imobilidade completa de seu corpo.

O gato do mato que chegou lá ainda filhote, com o irmão, após ter perdido a mãe, apresenta traços de socialização. Apesar de ser muito agitado, o animal pede carinho, assemelhando-se, de certa forma, ao gato doméstico. Hoje está sozinho no recinto e seu grau de carência afetiva é muito perceptível. Arriscando-me a tocá-lo por entre as grades acabei sendo mordida por ele, o que não me levou a complicações maiores. Mas o que ajuda a provar que esses animais não podem ser facilmente compreendidos por nós. Ficou claro que seu ato foi mais lúdico do que defensivo, mas infelizmente colabora com a premissa de que é impossível uma proximidade maior com seres humanos o que parece, nesse caso, daria maior alívio e acalento ao animal. Na primeira figura o pequeno gato aparece como quase sempre o

vi, em frenético movimento. Já na segunda podemos visualizá-lo melhor, bem como sua necessidade de atenção.



a)

b)

FIGURA 25- Gatos do mato

a) Gato do mato interagindo com o cuidador

b) Gato do mato na jaula

Fonte: Acervo da autora.

A onça pintada, *Belinha*, é outro caso de criação em meio doméstico, podemos supor, verdadeiramente, mais ousado e perigoso que outros. Vivia no pátio de uma casa, na cidade de Caxias, juntamente com os cães da família. Ao que consta teria matado um cão antes de ser entregue ao criadouro. Apresenta pequenos traços de interação com humano, um leve resquício de “adestramento”. Ela “rola” quando lhe é pedido, vira o corpo roliço em um malabarismo desajeitado, imitando algo como uma cambalhota, ação confusa se consideramos o caráter ameaçador e elegante da sua espécie. Demonstra, obviamente, sinais de estresse, devido à clausura, porém menos do que outros grandes felinos, como veremos.

Os pumas, três fêmeas em um recinto, mãe e duas filhas, demonstram alto grau de ansiedade. Movimentam-se continuamente de um lado para outro e emitem ininterruptamente um grunhido de provocação e insatisfação umas contra as outras, aumentando, vez por outra, esse resmungo a um tom de briga. A mãe não consegue alimentar-se pacificamente, é necessário que o tratador distraia ou prenda as outras duas para que a mais velha possa comer, pois perdeu a dominância e as mais novas tentam impedi-la de se alimentar, mostrando-se bravias e impacientes. Esse recinto apresenta enriquecimento ambiental que lhes permite andar sobre troncos. Mesmo assim o nível de estresse nunca baixa.



FIGURA 26 - Puma
Fonte: Acervo da autora.

O leão, sozinho em seu recinto, proveio de um parque onde nasceu. Ele nunca esteve na natureza. Eu diria que ele é o retrato do comportamento estereotipado visível ao mais grosseiro dos olhares. Ele anda em círculos dentro do recinto por muitas horas, enquanto emite rugidos. Pude ouvi-lo durante a madrugada fazendo o mesmo. Não demonstra mudança de comportamento quando é assistido ou fotografado. Apesar de seu olhar demonstrar o provável vazio de sua vida, ele guarda em si algo de aterrador e intimidante quando nos encara, e de certa forma dá a entender como seria a imobilidade que a potência feroz desse animal nos traria. Esse recinto, na ocasião, apresentava um problema no fechamento de um dos espaços no esquema de abertura para alimentação, de forma que o tratador não podia entrar com segurança para limpar o recinto, apenas para colocação da comida. Assim a sujeira do animal, no interior do local, era cumulativa e não fosse pelo tamanho mediano do recinto tornar-se-ia insuportável.

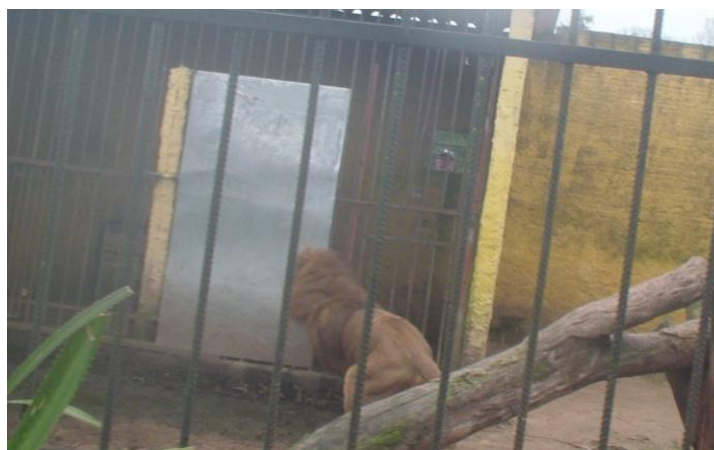


FIGURA 27 - Leão
Fonte: Acervo da autora.

O casal de tigres, diferentemente do leão, nunca encara as pessoas; não encontra seu olhar com o do ser humano, e não parece importar-se com a presença ou ausência das pessoas ao seu redor. São provindos do circo, e a jaula em que residiam encontra-se lá, ao lado do seu recinto para que as pessoas possam visualizar como viveram durante os anos que precederam sua estada no criadouro. Quando trabalharam no circo sua alimentação consistia, entre outras coisas, em gatos e cães de rua. A alimentação desses animais, hoje, depende de doações e baseia-se em carne em fase de descongelamento. Ou, por vezes de carne chegada por ocasião de abigeato, o que, imagino, deva ser o mais próximo do que comeriam na natureza. Em uma das ocasiões de alimentação que pude presenciar, a comida era fígado e cabeça de galinha. Na limpeza do local foram encontradas grandes porções de pelo que estavam no chão, o que não sei afirmar, mas poderiam ter sido retirados de si pelos próprios animais, possivelmente em um processo de automutilação.

Nas figuras seguintes são retratados um dos tigres se refrescando e, na outra, a jaula onde os animais viveram por dez anos. Nesta estou na foto para que seja possível imaginar proporcionalmente a dimensão da jaula em relação ao tamanho desses animais.



FIGURA 28 - Tigre
Fonte: Acervo da autora.



FIGURA 29 - Jaula onde viveu o casal de tigres durante os dez anos de trabalho no circo
Fonte: Acervo da autora.

A leoa e o urso terão suas histórias contadas na entrevista.

O caso dos animais exóticos elucida a ignorância e negligência humana de modo muito ilustrativo. Não apenas nesse criadouro, mas onde quer que existam animais confinados da fauna norte-americana, africana ou asiática, ainda que tivessem condições de retornar a seus habitats, a grande dificuldade não precisaria de segunda opinião: o transporte. Quem se dispõe a arcar com o retorno à Ásia de um casal de tigres maltratados? Que saibamos não será comum encontrar esse sujeito, ainda que toda a burocracia colaborasse e que as condições dos animais fossem perfeitas. Por isso trago aqui a palavra humanidade e não individualidade. Alguém, certamente, custeou a vinda desses animais, ou de seus pais, provavelmente de forma ilegal, e deu certo. Mas consertar sempre é mais difícil. Aqueles nascidos em cativeiro, esses, sim, apresentam pouca ou nenhuma condição de sobrevivência, por si mesmos. Os explorados violentamente, menos ainda. Além do que, em sua maioria, são predadores de extremo risco ao contato humano, o que os isola ainda mais.

Vários animais, porém, em minha observação diária na temporada em que presenciei, e com minha breve visão sobre comportamento, parecem apresentar condições psíquicas e físicas pertinentes ao retorno para seu habitat. Esta minha afirmação não quer ser comprometedor, já que conheço os limites de minha percepção acerca do tema, no qual apesar de profundo interesse não tenho formação. Mesmo assim explico por que estou a afirmar tal impressão. Comparados a vários outros animais, gravemente feridos, nascidos em cativeiro, dependentes afetivos, dependentes práticos e vítimas de outros problemas, conseguimos encontrar, ainda que quase empiricamente, uma lista de animais que parecem

manter seus instintos de autoproteção, forçando a distância com o contato humano, permanecendo ferozes e “ariscos”, e/ou simplesmente saudáveis, características necessárias para a vida em liberdade, além do que são animais cujos habitats são regiões locais, assim que não necessitariam do inconveniente de transportes em longo prazo ou de difícil acesso. Seriam inofensivos aos seres humanos circundantes e, mesmo que lhes faltassem presas ou predadores, um sistema de adoção à distância poderia ser efetivado. Quero dizer com isto algo que se assemelhe ao cão comunitário, porém sem a proximidade, ou seja, postos ou fazendas poderiam responsabilizar-se por tentar prover algum alimento nos campos aonde esses animais seriam soltos, em período de adaptação e até posteriormente, no caso de a “natureza” ser faltante para aquela espécie. Enfim, são suposições que me vieram à tona durante meus estudos.

Nas anotações feitas durante o estágio esta minha lista consistia em: cutias, jaguatirica, corujas e outros rapinantes, porcos catetos, emas, pumas, sorros (graxains), jacarés, gato mourisco, araras, e pequenos pássaros como, por exemplo, cardeais. Algumas dessas intuições foram corrompidas no momento da entrevista, quando tive acesso a maiores informações sobre o histórico e condições atuais de vários animais. Explico isso por que a entrevista explicitou detalhes problemáticos sobre os animais, que os levam a incapacitação de sobrevivência no meio natural, sem a interferência humana. São problemas: orfandade, o que os levou a não aprender estratégias de sobrevivência; lesões permanentes oriundas de violência humana culposas, como tiros com arma de fogo; outras formas de violência indireta; mas principalmente a perenidade dos hábitos em cativeiro, o que, segundo podemos observar no trabalho e justificativas do IBAMA consiste em condição fatal para o não retorno à natureza, já que os animais desaprendem, no caso dos que chegaram a aprender, a defender-se, abrigar-se ou alimentar-se na natureza selvagem. Outros intuitos permanecem em meu pensamento, inertes mas latentes, me levando a crer que muitos animais que ali estão têm na burocracia a única barreira para tais solturas. E, lógico, quanto mais o tempo passa mais o animal é inabilitado a manter suas condições individuais sócio-biológicas para a eventual e, como já dito, utópica liberdade.

O “Projeto de Educação Ambiental na Prática”, desenvolvido neste espaço, a partir da cópia do documento que me foi dado, existe desde o ano de 2005 e consta em usar o conhecimento sobre o sofrimento do animal, que chega mutilado e vítima do descaso, para a conscientização e educação da população visitante em relação à natureza. Seu público são crianças e adolescentes em idade escolar, e são apresentados fatores como os prejuízos

causados pelo tráfico, as consequências da caça predatória, o abandono dos animais, assim como enfatiza a importância da preservação da fauna.

De acordo com o projeto os alunos são recepcionados no Galpão Crioulo, de 300 metros quadrados, local abrigado, interno ao espaço do criadouro onde ocorrem palestras, aulas e instruções sobre a visita, que leva duas horas. Na sala de Educação Ambiental são mostradas ferramentas e armadilhas usadas pelos caçadores para capturar os animais e as consequências do seu uso, bem como as formas desumanas a que estes são submetidos, buscando educar e conscientizar sobre a violência contra os animais. Através do Projeto Ninheiro (aula inerente ao Projeto de Educação Ambiental) os estudantes visualizam diversos ninhos e aprendem sobre a sua construção para que desta forma possam respeitar a moradia e o lugar onde estas espécies se reproduzem. Os estudantes também visualizam penas de diversas espécies de aves, aprendendo assim a fazer sua identificação. Depois o monitor acompanha o grupo para mostrar os animais nos seus devidos recintos, repassando informações como nome comum, nome científico, distribuição geográfica, habitat, hábitos alimentares, a importância da espécie no equilíbrio ambiental, sua defesa, comportamento, longevidade, etc.

O projeto em questão busca despertar a sensibilização, ensinando a importância do respeito aos animais, independente de sua aparência, e do equilíbrio ecológico, pois crê que fazemos parte de uma complexa interdependência entre todos os elementos do planeta

4.1.1 Entrevista

O local, como já explicitarei, abriga aproximadamente 600 animais. Localiza-se em terras que foram cedidas para sediar o criadouro por um terceiro, como será explicado a seguir. Ao todo o proprietário das terras possui 32 hectares, mas a ocupação do Criadouro se dá, como se verá, somente em uma parte.

O Criadouro Conservacionista São Braz, tem como dono ou gerente e fiel depositário do IBAMA, o criador Santos de Jesus Braz, que iniciou um trabalho de legalização para criação de animais, junto ao Órgão público, em 1995, o que se consolidou em 1996. O local é pioneiro no Estado, e hoje, é percebido como um mantenedor de fauna, acreditando ser um referencial no Estado do Rio Grande do Sul.

O entrevistado considera-se um ambientalista com bagagem de 30 anos de experiência, que apesar de reconhecer não saber tudo, possui um profundo conhecimento dos animais que lá vivem e que com ele convivem, diariamente.

Braz, durante dez anos, de 1983 a 1993, criava animais ilegalmente e diz que era um costume a criação de animais. Quando criança, inclusive, como morava “para fora”, ou seja, em ambiente rural, costumava atirar de bodoque, matando alguns animais, por não ter outra atividade que, naquele momento, pudesse realizar como brincadeira. Conta que certa vez, aos cinco ou seis anos de idade, matou um casal de sabiás, e posteriormente percebeu que eles tinham filhotes, que vieram a morrer em seguida. Depois disso ele nunca mais matou.

Sua criação começou quando ganhou um casal de “caboclinhos”, e logo em seguida adquiriu um casal de cardeais e, encantado com o canto dos pássaros, foi vislumbrando espaços maiores para criá-los, das gaiolas aos viveiros, e desses aos recintos. A partir daí surgiu a ideia de ter um Criadouro legalizado. O IBAMA, na Portaria 139-N, em 1984, instituiu os Criadouros conservacionistas. Ele alega um “amor incondicional” anteriormente à criação dos pássaros e hoje à própria causa.

Segundo ele, até 1994 não existiam órgãos com força suficiente para tratar o problema dos animais recolhidos. Hoje existem esses órgãos, IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), ICM (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), mas não tantas políticas públicas de meio ambiente no país. O mesmo órgão licenciador é o fiscalizador, o IBAMA. A vistoria acontece uma vez ao ano. Todos os recintos têm que seguir normas técnicas que darão ou não a liberação; elas seguem um parâmetro de tamanho, entrada de Sol, fornecimento de água, abrigo do calor e do frio. Essa vistoria é atuante em todos os criadouros e zoológicos. Ele coloca que é difícil estar absolutamente de acordo com as normas, até pelo próprio IBAMA, que traz animais que podem chegar sem anilha⁵², por exemplo. Se existem dois exemplares de uma espécie, é porque o próprio IBAMA os trouxe. Hoje, porém, a fauna está mais sob a tutela da SEMA, e órgãos ambientais e estaduais, até porque os animais são propriedades do Estado. A opinião do entrevistado é que o Estado do Rio Grande do Sul deveria ter mais políticas públicas que defendam a própria natureza, incluindo melhora de recursos para o Batalhão Ambiental, e uma equipe específica e qualificada para os problemas ambientais ligados à fauna, tão qualificada, equipada e de excelência quanto a própria Polícia Rodoviária Federal. Lembra exemplos de multas para caçadores, que faz parte de uma lei muito branda, e que não resolve o problema.

⁵² Argola de metal leve, colocada na pata de pássaros a fim de identificá-los. Trata-se de um dos materiais necessários a uma certa catalogação da licença do mercado de animais silvestres. Na ausência deste acessório a criação do animal representa irregularidade e poderá haver multa e apreensão para o proprietário. Não seria importuno dizer que também este objeto muitas vezes é falsificado.

Cita que a lei de crimes ambientais, Lei 9.605/98, é muito boa enquanto lei, e que o problema é não haver competência pública para fazê-la cumprir. Ele pensa que a punição deve “doer no bolso” do brasileiro, como o faz outras leis que se mostram mais efetivas no Brasil. Entretanto o próprio Braz reconhece que as normas estabelecidas não são suficientes para os animais. Explica que uma equipe técnica as estabelece, e é preciso segui-las. E lembra que o custo para uma obra em recintos como aumentá-los, por exemplo, é bastante elevado. E que uma verba federal ou estadual colaboraria nessas construções. Três recintos como o dos tigres, ou do urso, somariam um investimento de R\$ 115.000. Em um estabelecimento sem fins lucrativos esse investimento é muito alto.

De 1995 a 2000 o Criadouro localizou-se no Centro da cidade, quando só havia aves, em pequenos recintos. Até que um cidadão, Ary Glock, cedeu parte de sua propriedade rural, quatro mil metros quadrados, para dar espaço ao projeto do criadouro São Braz, agora nessa área mais distante da cidade, cuidada e mantida pelo criadouro. Isso possibilitou que o criadouro pudesse aumentar e, hoje, ser a maior instituição conservadora do Estado. Por ser um trabalho de interesse público sem verba pública, sempre contou e ganhou a simpatia da sociedade, recebendo doações de diversas formas. Há também os padrinhos dos recintos, que são as pessoas que, ao visitar, simpatizaram com um animal ou uma espécie e assim doam uma quantia por mês, ou alimentos, ajudando a manutenção do local e tendo seu nome, ou de seu estabelecimento ou negócio em uma placa do lado de fora do recinto. Esse tipo de doação que cobre mensalmente toda a nutrição e medicação do criadouro. É doadora mensal uma rede de supermercado, colaborando com aproximadamente 3.000 quilogramas de alimento/mês. As vigilâncias sanitárias, por exemplo, também contribuem, com carnes de abigeato, perfeitamente consumíveis para os grandes carnívoros, que são os mais caros de manter. Há ainda outras parcerias como manutenção de equipamentos e corte de grama. Os EPIs (equipamentos de proteção individual), como tênis e roupas são possibilitados pela marca MacBoot, mesmo patrocinador do aventureiro Richard Rasmussen, biólogo brasileiro apresentador de programas de televisão sobre a vida selvagem. Braz procura também comprar de produtores locais os artigos necessários, contribuindo com a produção local, e tendo menor custo.

Em relação a custos a falta se dá no recurso de Pessoal, ou seja, mão de obra para manutenção do local, bem como o sustento de sua própria família, que ali reside. Esse sustento é o que vem através da Educação Ambiental feita na visitação das escolas. O valor pago pelas escolas visitantes, segundo ele, é irrisório, e a alta temporada para essas visitas é entre setembro e dezembro.

Relato, abaixo, ainda conforme a entrevista, as causas que fizeram com que alguns animais viessem a ser abrigados nesse local, os nomes, em itálico, são como são chamados, carinhosamente, esses animais a fim de identificá-los e estabelecer uma conexão de maior empatia, imagino.

Rambo, um leão que já morreu, trabalhou 22 anos no circo, e de tanto pular na roda de fogo queimou a retina e perdeu a visão. Após ser recolhido do circo, foi encaminhado ao criadouro. A informação é de que teria vivido 26 anos. O recinto foi todo adaptado a ele, que caminhava mal. Esse leão já havia matado um tratador, e Braz foi advertido sobre o perigo que o animal representava por conta disso. Logo reconheceu que deveria haver alguma coisa errada na relação para que o leão chegasse ao ponto de matar o próprio tratador. Lembrando a proibição de animais em atividades circenses (Lei Estadual nº 12.994/08).

Assim é o caso da Leoa *Rosa Maria*, provinda também do circo; de tanto apanhar e levar chicotadas para fazer os malabarismos exigidos no circo, hoje apresenta uma deficiência neurológica, que a impede de manter o equilíbrio, fazendo-a oscilar e pender sobre três patas. O entrevistado coloca sua impressão sobre a leoa neste momento como “ela não sabe nem quem ela é.” Quando apreendida pelo Batalhão Ambiental, e comunicado ao IBAMA, nenhum zoológico a quis, por ser de idade avançada e ter a “neurose” como problema de saúde. Segundo ele, os zoológicos buscam a beleza, a qualificação do animal, para uma boa apresentação visual. Lá os animais são escolhidos, enquanto no criadouro o trabalho é o contrário, de acolhimento e de Educação Ambiental, na demonstração das atrocidades sofridas por alguns animais.



FIGURA 30 - Leoa
Fonte: Acervo da autora.

O urso pardo americano *Charlie* “dançava” em uma chapa quente de ferro, vivendo em uma jaula de 4 metros quadrados, no circo, antes de ser resgatado e enviado ao Criadouro. A parte interna de suas patas (conhecidas como almofadas ou coxins das patas) permanece queimada, dada sua atividade no circo.

Como podemos ver, pela figura, a jaula em que o urso viveu por dez anos de trabalho no circo não possibilitava qualquer movimento de corpo aceitável. Na comparação com minha altura, na foto, fica claro que a jaula não possibilitava que o urso ficasse sobre duas patas. É importante reparar que meus pés estão no chão, e não na altura do piso da jaula, mostrando que este espaço para a estatura e peso de um animal corpulento é, não só indigno, mas torturante.

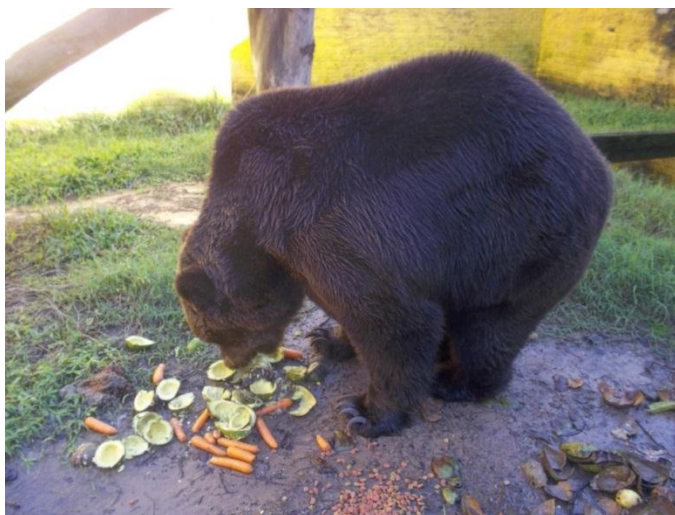


FIGURA 31 - Urso pardo americano
Fonte: Acervo da autora.



FIGURA 32 - Jaula onde o urso viveu durante dez anos de trabalho no circo
Fonte: Acervo da autora.

Os rapinantes do criadouro, corujas e gaviões, em sua maioria possuem fraturas ocasionadas pela maldade humana. Muitas vezes pela captura de pessoas com propriedades rurais no interior, onde esses animais podem predar, por exemplo, um pinto ou uma galinha. O caso de um animal silvestre caçar um animal doméstico representa o último refúgio do primeiro. Esse problema, segundo Braz, dá-se na comparação com os humanos em uma situação em que não mais tivéssemos o que comer, e passássemos a comer lixo. As aves, segundo ele, possuem uma consolidação de fratura muito rápida, o que a impede de voar para sempre, após um curto período de tempo entre a fratura e o socorro.

As serpentes, segundo ele, são tiradas da natureza e criadas domesticamente por mitos e lendas, pois sua interação com o ser humano é mínima.

Com relação ao tráfico de caturritas e papagaios, ele coloca como uma das maiores atrocidades. A motivação para comprar esse animal não deveria existir. E coloca que a fala das pessoas que criam esses animais frequentemente denuncia maus tratos, às vezes velados, à espécie, como o caso do papagaio que comia “Elma Chips”, pipoca, arroz, carne, além de estar confinado em uma pequena gaiola vivenciando a vida do homem e aprendendo a falar a voz humana. Ele alega que todas as caturritas que lá estão vieram de cárceres domésticos. Uma delas tem um bico atrofiado porque a dona havia colocado uma pequena barra de ferro, para que ela não destruísse os galhos de madeira, já que rói tudo. Lembrando que esses animais precisam debicar, pois se não o fazem sua mandíbula pode crescer anormalmente. Todos os animais “falantes” do criadouro já vieram “falando” de onde foram recolhidos. Eles são capazes de demonstrar estímulos afetivos da família, e as pessoas acabam querendo transformá-los em pessoas.

A jaguatirica ficou por vários anos em um CETAS (Centro de Triagem de Animais Silvestres) no Maranhão. Sua história é que seus pais foram mortos e o IBAMA acabou criando esse filhote. Foi decidido que não havia condições de ser solto na natureza, e acabou vivendo em um espaço muito pequeno nesse CETAS, até que a própria instituição pagou o voo para Porto Alegre/RS para que o animal passasse a viver no criadouro São Braz. Sua história é parecida com a do gato do mato. Nas figuras abaixo o animal sobre um tronco, em seu recinto, e sendo observado pelas pessoas em visita escolar, na atividade de Educação Ambiental do Criadouro.



a) b)

FIGURA 33- Jaguatiricas
a) Jaguatirica na jaula
b) Visitantes

Fonte: Acervo da autora.

Os macacos da Praça da Redenção de Porto Alegre também se encontram lá.

Os animais exóticos do criadouro são os leões, os tigres, o urso, os pavões, e os faisões. Lembrando que os pavões, que andam soltos pela propriedade, já eram criados anteriormente e Braz os considera praticamente domésticos.

O sorro (graxaim) que lá está foi criado por uma pessoa, domesticamente, e hoje se encontra “arisco”, não só pela sua natureza, como porque foi retirado de dentro de casa, transportado, e colocado no criadouro onde o movimento de pessoas é maior do que o que ele estava acostumado.



FIGURA 34 - Sorro (Graxaim do mato)
Fonte: Acervo da autora.

Existem ainda alguns espaços apartados no criadouro. São eles: o setor extra, onde ficam os animais que estão aguardando espaço para entrar no criadouro, nos recintos, ou até aguardarem transferência para outro criadouro; e a enfermaria, onde ficam os animais com problemas de saúde, e provas de crimes ambientais, como animais raros, vulneráveis, inclusive de serem roubados dali pelo alto preço que possuem no mercado do tráfico. Como fiel depositário, a guarda do animal é uma grande responsabilidade de Braz. Na enfermaria, portanto, ficam também os animais em quarentena, período de observação de possíveis zoonoses, a fim de cuidar para que não se espalhem para o restante dos animais internos.

Alguns benefícios que os animais têm por estarem aqui, e não onde estavam antes, podem ser observados a partir do que é oferecido em relação ao bem-estar animal e enriquecimento ambiental, por exemplo. Nos recintos dos papagaios há oco para entrarem; a descida para tomar água, os troncos são em forma de árvore, mesmo sem verde, pois os próprios animais cortam tudo. Ao nos depararmos com as jaulas, onde viveram tigres e o urso, torna-se óbvia a resposta acerca dos benefícios, já que eram lugares minúsculos. As gaiolas vazias também deixam clara essa sensação.

Braz salienta que em 19 anos e meio (na data desta entrevista), o criadouro nunca deixou de receber um animal, a qualquer hora, e de qualquer órgão ambiental. E afirma que, além de estarem bem cuidados, os animais estão bem melhor do que onde estavam antes.

Sobre a soltura dos animais e na opinião do entrevistado, os animais “falantes”, humanizados, refêns na mão do homem, não têm possibilidade de voltar à natureza, por não terem mais autodefesa, por não conseguirem buscar mais o seu alimento. Ele acredita que animais onívoros, frugívoros, felinos e porcos selvagens teriam alguma chance de retornar, mas falta política pública de meio ambiente para tornar isso possível.

Braz não tem autoridade para soltar animais, mesmo que percebesse, no seu saber empírico, que isso fosse possível. Quem poderia dizer e fazer isso é o órgão-autoridade fiscalizador. Porém, o IBAMA não tem um programa de devolução à natureza. Alguns criadores o têm, como o Paulo da fauna, com os macacos-prego, que são introduzidos de volta à natureza, em Canela/RS. Apesar de que na época em que estive lá, no São Braz, estava acontecendo um processo muito lento, mas muito sério de pré-adaptação para macacos-prego, no projeto de mestrado de Silvana Sita, estudante de psicobiologia. A opinião de Braz é que se o animal não tiver doenças, para não levar zoonoses para o ambiente, ele deve ser solto, sim. Vários animais não deveriam estar presos; segundo ele, porcos catetos, rapinantes, cotias, quati que é muito rústico, gatos do mato, etc.

A princípio parece que se alguns desses animais não forem recolhidos, acabarão sendo mortos pelos fazendeiros. Segundo ele, o fazendeiro deveria ser autuado e preso, ao invés de o animal ser recolhido. Ele concorda que a burocracia é muito responsável como barreira para liberdade de alguns animais. Ele coloca que a burocracia atrapalha em 80% e a boa vontade em 20%, e mais uma vez é citada a necessidade de políticas públicas de meio ambiente. A questão da reprodução, por exemplo, que é proibida, é uma contradição, pois animais em perigo de extinção poderiam ter suas espécies retornando à natureza, e não pode. Então qual o fundamento? Armazenar e mostrar para as escolas? Ele explicita um pouco sobre as possibilidades da reprodução para devolução à natureza e reprodução para comércio, mas não deixa claro qual a sua posição, dizendo que este “milagre da reprodução” também não é tão crível, pois vários animais são muito seletivos para se escolherem como casal, como os papagaios, por exemplo. Então a ação antrópica de determinação de reprodução não necessariamente funcionaria.

Dos aproximadamente 600 animais que lá vivem hoje, Braz acredita que nem 2% teriam chance de voltar à natureza, por terem vindo de zoológicos, gaiolas ou por terem-se ferido, gravemente. Segundo ele, alguns grupos de animais, possivelmente elencáveis naquele momento, e que poderiam ser devolvidos, seriam os catetos, cutias, graxains do campo ou do mato (canídeos), os “sebos negritos”, e algumas corujas que não estão fraturadas.

Apresentado o Criadouro, sua origem, sua história, um pouco sobre alguns animais e suas conexões com os órgãos públicos, voltamos a apresentar o projeto de Educação Ambiental que é desenvolvido no local, agora conforme a entrevista. O criadouro não permite visitação do público, somente para fins didáticos, garantindo-se assim como um espaço com vocação e finalidade para a Educação Ambiental, a partir do entendimento de que nenhum animal que está preso assim o deveria, e não deve ser objeto de espetáculo. Estão atrás das grades por responsabilidade humana.

O Projeto de Educação Ambiental, criado e aplicado neste espaço, intitula-se “Educação Ambiental na Prática”, e tem o objetivo de sensibilizar as pessoas que por lá passam que são, necessariamente, educandos e educadores, para conscientizá-los do quanto é importante a fauna brasileira. Essa sensibilização, “tocar o coração das pessoas”, nas palavras do entrevistado, dá-se a partir da mostra de animais, entre eles alguns mutilados, predados, humanizados, não tendo mais nenhuma finalidade para o próprio meio ambiente, dado seu alto grau de humanização, que se deu antes de chegar ao Criadouro.

A atividade de Educação Ambiental no criadouro é preferível para alunos maiores. Particularmente, Braz prefere trabalhar com estudantes a partir da 5ª ou 6ª série. Ali eles passam pelo espaço de Educação Ambiental, onde vão conhecer material sobre predação, conhecer os artrópodes de importância médica, como proteger-se de animais ditos perigosos sem matá-los, entender como algumas cobras, por exemplo, são importantes para nossa vida (o soro da jararaca deu origem ao remédio humano captopril, para hipertensão arterial) e outros benefícios dos bichos em nossa vida. São apresentados também os ninhos e suas posições, e assim a inteligência dos animais. A visita se dá com guias. E os estudantes vêm na figura do Braz uma referência. Os animais ali confinados servem de exemplo para que outros não sejam aprisionados ou predados. Eles estão ali para servir à Educação Ambiental, ou seja, de certa forma, a partir do cativeiro nega-se o cativeiro. Ele explica que o animal está ali por um erro humano.

Na ocasião da entrevista, Braz convida-me a voltar no mês de outubro, alta temporada das visitas para presenciar o “Projeto de Educação Ambiental na Prática” sob comando dele, de um veterinário e de um biólogo. Aqui a Educação Ambiental, diz ele, faz parte do dia a dia. Não tive oportunidade de voltar.

A sensibilização objetiva também apresentar argumentos que façam entender a importância de cada animal em seu meio, e sua importância mútua na vida do homem, além de alertar para as “maldades” que o homem faz. O interessante, segundo ele, é que as crianças, estudantes, que assim percebem o espaço, acabam percebendo e denunciando os

próprios pais, em relação a atitudes como caça ilegal, tentativa de estimação com animais que não são de “estimação”, e que acabam sendo humanizados, como dito anteriormente. Na opinião de Braz essas atitudes servem para alimentar o próprio ego, enquanto, na verdade, essas pessoas estão cometendo um crime descabido, que é o crime ambiental. Ele acredita que a Educação Ambiental praticada em seu criadouro fará com que os estudantes que se deparem com esta proposta, neste espaço, não serão compradores de animais no futuro. Já houve lá “devolução” de jiboia, arara e caturrita, todas compras legais, que as pessoas não quiseram depois, por pressão dos próprios filhos. Lá, hoje é proibido receber os pais dos estudantes. Somente educandos e educadores, mas ele gostaria de poder receber esses adultos. Ele acredita que eles também têm capacidade de absorver essas ideias.

Quando perguntei sobre o que procuram as pessoas que vêm aqui, se elas sabem que a proposta é diferente do zoológico, ele diz reconhecer que as pessoas não estão curtindo mais ver animais presos, mas que mesmo assim vêm com intuito de diversão, pois viram a foto do urso, do tigre, e são animais que não são da nossa fauna. Esse intuito já é descaracterizado na chegada. Quando os estudantes entram, passam por uma palestra, dizendo qual o fundamento, comportamento e direcionamento da visita. Mas diz que muitos grupos vêm, literalmente, para fotografar os animais, mesmo não sendo essa a ideia. Ele acredita que a Educação Ambiental deveria estar no currículo escolar a partir da 4ª série, em média. E que a Educação Ambiental não é só os bichos, e sim uma série de saberes sobre recursos naturais.

O posicionamento do entrevistado sobre os cativeiros é que não deveriam existir. Não deveriam existir animais presos. “Mas para isso nós precisamos falar numa coisa chamada Educação Ambiental e política pública”. Ele crê, ratifica o que foi dito, que com uma mudança de pensamento dos políticos brasileiros as coisas poderiam melhorar. Coloca que “A natureza trabalha em silêncio e não se defende. Mas se vinga.” Ele diz ter esperança de que um dia isso mude. Sua posição sobre a relação homem-natureza é a comumente conhecida e problematizada, a do homem dominador, que vai acabar quase extinto pela sua ganância, e pelo mal que fez à própria natureza.

Sua fala perpassa outros assuntos inerentes à Educação Ambiental, numa relação inevitável, com o tema que proponho. Ele conta que o termo Educação Ambiental está sendo muito repetido por órgãos ambientais, mas que efetivamente não se vê resultados, ou então se vê muito pouco resultado. Lembra problemáticas como aquecimento global, reciclagem de lixo, depósito impróprio de lixo, responsabilidade dos fabricantes de produtos eletrônicos, falta de responsabilidade no trato com a água como, por exemplo, conta ele, televisões

jogadas na beira de riachos como ocorreu perto de sua vizinhança. Braz utiliza bastante o termo “maldade do homem”.

Outra problemática relevante, citada pelo entrevistado, e muito real nas nossas proximidades, é a contradição da própria agricultura e seus venenos. Relembra que soube de um agricultor, bem próximo de Santa Maria, que colocou Furadan (inseticida) na lavoura para matar marrecos que comiam sementes pré-germinadas de arroz. Morreram ali marrecos, tarrãs, João-Grande, cabeça-seca, uma “ave-fauna” enorme em um banhado, um crime terrível contra a própria vida, segundo ele. Anos depois desse acontecido, ele conta que o mesmo agricultor estava na mesma lavoura, e cercado de vários daqueles animais, antes tidos com pestes, porém dessa vez o agricultor sentiu-se beneficiado por aqueles animais estarem ali, pois eram necessários a alguns processos na colheita. O Ministério da Agricultura deveria estar atento a isso, embora, coloca ele, já tenha melhorado. Então, se o homem pensasse no “amanhã”, ele não mataria. O problema é que o homem só pensa em dinheiro, só na questão financeira. Ele anseia que as próximas gerações possam ver os animais reais, e não apenas cartões postais ou material genético.

Entretanto, ele diz perceber uma mudança nas crianças, que não aceitam que os pais cacem. Ele cita, em seu entendimento, que a caça é uma cultura do brasileiro, ou até algo que ele, o brasileiro, “tem na veia”.

Sobre a contradição do fato de que alguns criadouros podem comercializar os *f 2*, como são chamados os filhotes de segunda geração, ele acredita que os órgãos ambientais, que assim permitem, acabam tentando se justificar pela questão popular. Essa é uma questão cultural e de educação, segundo ele.

Braz coloca que hoje já tem mudado a postura do próprio batalhão ambiental acerca dos motivos para levar algum animal para o criadouro. O preferível, hoje, é que, se não gravemente ferido, o animal encontrado em circunstâncias incomuns, porém dentro de seu habitat (casos de atropelamento, ou ferimento natural de sua vivência), deve permanecer onde está. E não levado ao cárcere, imediatamente. Isso já mudou para melhor.

Braz conclui sobre os cativeiros, que o homem que está na prisão ali, o está porque cometeu um crime, enquanto o animal está preso pelo crime do homem.

Em relação a pesquisas acadêmicas no local, ele conta que foram feitas várias. “Aqui é um laboratório a céu aberto”. Algumas pesquisas foram feitas no estudo de um animal que ali está em prol de sua espécie, ou seja, de outros indivíduos na natureza.

Sobre a indagação: Existem pesquisas sem nenhum retorno ao animal? Braz alerta sobre um documento obrigatório que indaga o que o estudante veio fazer? Em que vai

beneficiar o animal que está aqui? O que o ambiente vai ganhar com isso? Exemplo: um trabalho sobre o comportamento da onça pintada, por três acadêmicos. A primeira pergunta que o proprietário fez foi: O que a onça, a *Bela*, vai ganhar com vocês sentados, sabendo que ela é estressada, para dizer para o professor que passou cinquenta alunos na frente e ela ficou estressada? A resposta foi o enriquecimento ambiental, uma corda com pneu, peixes vivos no tanque, etc. Para o Braz valeu, pois se uma pesquisa é boa para o estudante, é boa para outros animais da espécie, que estão em liberdade, e especialmente para aquele animal que está sofrendo, preso, ela valeu a pena. Sem esse intuito, a pesquisa não será bem-vinda.

Mesmo assim, já houve simpósios de animais selvagens, onde ocorreram anestésias, talvez apenas para que mestrandos e doutorandos aprendessem a jogar um dardo. E eles podem fazer isso. Isso está previsto em lei. Os animais estariam também aqui para isso, para fins didáticos. Mas e o sofrimento do animal? Depois dessa experiência não foi mais permitido esse tipo de ação, já que o resultado não apresentava nada de positivo para o animal. Se fosse para tratamento, por exemplo, não haveria problema, pois a experiência científica já se daria juntamente com a necessidade de saúde do animal ou, por exemplo, para colocação de chips.

O entrevistado dissertou ainda sobre questões culturais que sugerem a caça e alimentação. Ele acredita que as pessoas podem mudar, mesmo depois de certa idade, apesar de ser mais difícil assim. Conta que um conhecido seu caçava tatus, um animal onívoro que é, hoje, o animal mais caçado no Rio Grande do Sul. Isso se dá pela preferência da carne, por serem animais pacatos, pela própria farra da matança de sair à caça à noite, com cães, e participar quase de um ritual lúdico, inclusive com consumo de bebidas alcoólicas, encontrar o animal, matá-lo, levar para casa e assá-lo no próprio casco, vendo na atividade da caça menos a prática de buscar o alimento, e mais a própria diversão que o legado da cultura da caça lhes deixou. À parte a crueldade óbvia (e, não obstante, devemos lembrar que a indústria da carne o é, diariamente,) o que se coloca aqui é que esse tatu caçado não teve um controle de zoonose; sua carne não é fiscalizada e liberada para consumo. A alimentação desse animal vem a ser deveras inóspita e, portanto, seu consumo não é uma atitude refletida⁵³.

Braz diz ainda, em tom de confissão, que aceitaria ser um zoológico, desde que houvesse ajuda disponível para que não fechasse as portas. Mas não seria um zoológico

⁵³ Concluimos aqui que a falta de esclarecimento em relação à própria salubridade desse tipo de alimentação, dialoga diretamente com a falta de esclarecimento sobre a reciclagem das culturas, enquanto costumes de um povo. Se pensamos que hoje a caça é um comportamento ultrapassado, irrefletido e cruel tanto o é, também, a decisão de alimentar-se perigosamente, no sentido da contaminação da carne, por exemplo. Nesse caso a rusticidade moral está vinculada à rusticidade de esclarecimentos e informações que *a priori* podem ser muito mais visíveis e necessárias diretamente à vida humana.

comum de visitação. E sim para grupos fechados para Educação Ambiental, próximo à atividade que já existe. Assim, elencaria pessoas para este trabalho específico, além da equipe que já tem. E crê que, dessa forma, mudaria muitos pensamentos.

As melhorias possíveis no criadouro, segundo o entrevistado, partiriam de incentivo governamental para triplicar a sala de Educação Ambiental, condições para que as crianças observassem de perto as jaulas dos animais, podendo entrar nelas para compreender a história dos animais, e depois pudessem observá-los no ambiente promovido pelo criadouro, e recursos para assistir filmes do animal na natureza. Para os animais as melhorias seriam condições de dar um hectare de terra para cada leão, por exemplo, que o espaço se aproximasse de um safári, e que os animais fossem semiconfinados, e não confinados. Que eles tivessem muito mais espaço. Ele considera o espaço utilizado razoável, poderia ser muito melhor.

Lembrou do trabalho feito anteriormente no espaço do entorno do criadouro, quando o campo estava fechado para a pecuária. Era um trabalho com mestrandos e doutorandos sobre borboletas, onde foram encontradas espécies raríssimas. Logo que o espaço foi aberto para pecuária, elas desapareceram.

Encerrando a entrevista, pergunto qual o principal argumento para contrapor o uso de animais em espetáculos? A que o entrevistado responde: “nenhum animal é astro de novela...” A resposta é o próprio animal em si.

Ele diz que, apesar de não ser vegano ou vegetariano, também é sensível ao abate animal. E diz-se um defensor da vida selvagem. Seu amor incondicional não é por animais domésticos, e sim selvagens.

Os resultados aqui contidos são provindos da experiência mais intensamente vivenciada, e por isso é a mais extensamente relatada. Nas outras visitas, tal como previ, não tive o mesmo acesso e imersão que me foi possível no São Braz. Por isto os próximos registros são muito mais concisos, porém dialogam com os dados aqui expostos.

4.2 Análise de dados: Quinta da Estância – Viamão/RS

A Quinta da Estância é uma fazenda de turismo rural, localizada na Estrada Estância Grande, 395 - Zona Rural, Viamão, sendo uma instituição particular familiar. Ela nasceu do desejo de uma professora em criar seus filhos em um ambiente mais natural, fugindo da selva de pedra das cidades, adquirindo, assim, um pedaço de terra naquela localidade. Logo, ela passou a levar em sua casa (pátio, terras), também seus alunos da escola, mostrando-lhes a

riqueza do ambiente natural, e ensinando-lhes sobre a preservação da natureza. A partir daí o ambiente da estância cresceu muito, e outras terras próximas foram sendo adquiridas. A fundação oficial ocorreu no ano de 1992, tendo recebido desde aí mais de um milhão de visitantes. Hoje o lugar é uma referência em lazer e eventos, e a sustentabilidade é um dos seus principais preceitos e categoria que costuma trazer prêmios à iniciativa. A questão da eletricidade e outras formas de “consumo consciente” são vivenciadas diariamente no local.

Essas informações acerca do nascimento deste espaço socioambiental foi-me dada por entrevista com um dos donos e administradores do local, filho da senhora supracitada. Sobre meus questionamentos acerca dos animais em cativeiro, sua resposta pertence ao discurso pronto e utópico a que estamos acostumados: todos eles deveriam estar na natureza. É claro que esta afirmação é muito positiva, e é também muito apropriada, mas precisa ser aprofundada. Em seguida, indagado sobre o futuro do criadouro conservacionista, o entrevistado colocou-me que seu pai pretende mantê-lo somente no tempo e medida em que esses animais necessitem do abrigo que podem oferecer. E o sonho é que algum dia a Quinta da Estância não contará mais com esses animais para exibição. Perguntei se essa atividade não faria falta para seus projetos de educação ambiental e publicidade, e ele, prontamente, respondeu que não. Esta, certamente, foi a pergunta/resposta mais importante da ocasião da entrevista.

As próximas informações encontram-se no site oficial da instituição. O discurso publicitário apresentado é o mais convidativo à mentalidade de uma proposta de vivência ambiental:

Quem visita a Quinta da Estância descobre a importância da palavra preservação. Descobre também que tudo começa pela educação e consciência ambiental, passando pelas mãos de cada um de nós. Desde sua fundação em 1992, a Quinta da Estância pensa em sustentabilidade como algo indispensável à vida das pessoas, essa busca contínua é uma filosofia de vida compartilhada com milhares de visitantes. A gestão consciente dos recursos do planeta e as ações sustentáveis são vividas diariamente, compreendendo relevantes e inovadoras práticas socioambientais.⁵⁴

A educação ambiental aplicada aos visitantes, cujo objetivo é este, visa à conscientização dos educandos em relação à natureza, da forma já conhecida por todos nós. O minizoo interno ao espaço e às iniciativas de educação ambiental configura-se da mesma forma do que em todos os outros espaços: os animais estão aqui por erro humano, agora serão usados como ferramentas de educação ambiental. Como em todos os locais o perigo

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.quintadaestancia.com.br/quinta-da-estancia/sustentabilidade>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ideológico é o encanto das crianças em ver os animais de perto ser maior do que sua compaixão pela situação de tristeza por estarem presos. Para exemplificar melhor, importo esta e outras propostas do próprio *site* oficial da Quinta da Estância, algumas bem como alguns de seus objetivos descritos.

Minha visita a este local deu-se junto aos alunos formandos do nono ano de minha escola, como passeio de formatura organizado por uma colega também professora. De todos os quatro locais, neste foi onde tive a experiência mais rasa, mas mesmo assim foi proveitosa. O passeio é guiado por funcionário do local. A caminhada no meio dos animais em cativeiro lembrou qualquer outro local deste tipo: viveiros pequenos em uma ampla área natural aberta, levando a pensar, no mínimo, por que não as tais “jaulas maiores”?

As histórias dos animais presentes no local assemelham-se também às histórias encontradas no São Braz. Muita tristeza configura o aspecto principal daqueles animais salvaguardados provenientes, todos, do tráfico ou maus tratos. Alguns recintos são maiores e permitem a entrada das pessoas, possibilitando a interação direta com algumas aves. O guia não perde de vista cada um dos visitantes, assegurando a segurança de humano e do animal. Não é para menos, já que o local, preliminarmente, atende crianças e jovens.

Na imagem abaixo vemos as crianças encantadas com a possibilidade de tocar no sapo. Esse tipo de atividade é comum na instituição, e ainda atrai muitos visitantes. Infelizmente a questão sobre se o animal quer ou não quer ser tocado nem sequer é levada em conta. Na ocasião de minha visita era também possível tocar e pegar uma cobra (tal como critiquei em capítulo sobre educação ambiental). Fica difícil pensar em respeito aos animais dessa forma. Mas ainda não há um otimismo sobre essa modificação de aula de ciências chamada de educação ambiental, já que se sustenta que o animal não está sendo ferido ao ser tocado. Talvez ainda seja muito cedo para esperarmos que a possibilidade de liberdade e livre-arbítrio do animal seja considerada na educação. Mas não é cedo para começarmos a exigí-la. Desta forma a problematização é necessária.



FIGURA 35 - Crianças tocando no corpo de sapo vivo
 Fonte: Site oficial da Quinta da Estância⁵⁵

O recinto considerado mais importante para a educação ambiental a que se propõe é o espaço em que os visitantes humanos devem entrar em uma jaula e carregá-la pelo recinto maior, em meio a alguns animais, “Viveiro de Inversão ou Gaiolão Humano– Atividade inovadora que inverte a posição entre visitante e animal. Participantes visitam viveiro enjaulados, enquanto os animais circulam livremente”. Dessa forma o humano sente a sensação de estar engaiolado, em um exercício de empatia. Durante o passeio são esclarecidas, brevemente, as formas de exploração animal responsáveis pelo aprisionamento dos animais que ali estão, como o tráfico, a criação doméstica e os maus tratos.

É orgulho da instituição que suas práticas, compromissos e conquistas estejam alinhados aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, dentre eles o criadouro conservacionista, “fundado em 1996, é o 1º Criadouro do Brasil com finalidade pedagógica de educação para a sustentabilidade e criação de banco biológico de espécies nativas como: papagaios, tucanos, emas, araras, capivaras etc.”. Além disso, salientam-se, na iniciativa, ações importantes ao nosso tema de estudo como:

Recepção, recuperação e reambientalização de fauna e flora apreendidos do tráfico: Desde 1996 a Quinta da Estância foi aprovada com área de recuperação e soltura de fauna e flora apreendidas pelo Ibama, Brigada Ambiental ou Polícia Federal. Desde então neste trabalho 100% voluntário já foram recuperados mais de 7 mil animais; Preservação de matas nativas e ciliares. A Quinta da Estância preserva e amplia suas áreas de matas nativas e ciliares. Toda esta biodiversidade é importantíssima na proteção dos córregos cristalinos, das bromélias e orquídeas, figueiras centenárias, bugios, pássaros, entre outras espécies de nossa flora e fauna. Ao todo, já foram plantadas mais de 60 mil novas árvores. Além disso, oferece condições de habitat a

⁵⁵Idem.

168 espécies de pássaros e inúmeros animais silvestres, alguns em risco de extinção, que vivem ou migram até a Quinta da Estância.⁵⁶

Os projetos de soltura e ambientalização são realmente de extrema importância ética ao nosso tema de estudo. Nenhum outro local visitado mantém, ativamente, ações como esta. Também a oferta de habitat natural aos animais livres é uma alternativa muito positiva e revolucionária, pois poderá aproximar humano e animal, em uma relação que seja benéfica aos dois. Outros projetos de extrema importância social podem ser vistos no site, e presenciados com agendamento. E a instituição é ganhadora de muitos prêmios de sustentabilidade. Importante salientar também seu “Código de ética desenvolvimento de reuniões anuais para treinamento de equipe evidenciando nosso combate à corrupção e busca constante por princípios éticos e sustentáveis em todas nossas relações”, parte também de um ODS.

Não posso ignorar, também, os animais de fazenda em cativeiro, disponíveis ao manuseio dos visitantes, o que não aprovo, ideologicamente, até porque ajuda a legitimar a coisificação da vida. Até porque a realidade imposta a esse tipo de animal não é fantasiada e amenizada como aparece ali, onde se pode dar mamadeira a um terneirinho, mas cruel. A instituição trabalha com lanches à base de derivados de animais, então, mais uma vez, a verdade é velada. Em um momento acaricia-se um animal, e no próximo momento, sua morte possibilitou o lanche do intervalo. Creio que uma instituição tão bem referenciada como a Quinta da Estância, pouco a pouco, pode ir resolvendo essas contradições, até por conta de seu engajamento ecológico.

As intenções da Quinta da Estância, enquanto instituição privada, são as melhores possíveis, é claro que levando em conta, principalmente, o ser humano e sem desprezar o aspecto mercadológico já que é uma instituição com fins lucrativos. Mas pela minha observação e interpretação, as iniciativas inerentes ao local costumam ser recicladas e repensadas, o que é revolucionário e condizente com a moral de nosso tempo, sempre devendo ser provinda da ética. Esse é o tipo de instituição que merece visitas com curtos intervalos de tempo para o percebimento de atualizações e mudanças no campo da relação humano-natureza, sempre na expectativa de fuga de um ego-antropocentrismo.

⁵⁶Idem.

4.3 Análise de Dados: GramadoZoo – Gramado/RS

O GramadoZoo é um zoológico privado, localizado na RS-115, km-35 (Várzea Grande), distante 700 m do pórtico de entrada da cidade de Gramado, situando-se somente a 7 km do centro da cidade, e está em funcionamento desde 2008. A uma distância de 700 metros encontra-se o Parque Gaúcho, uma espécie de museu da cultura gaúcha, que pertence ao mesmo dono. O ingresso vale pela visita aos dois locais.

A visita de observação no GramadoZoo foi de extrema importância para esta pesquisa. Sendo este local considerado e premiado como ocupante do décimo lugar no *ranking* de melhores zoológicos do mundo⁵⁷, por empresas de turismo. No *site* encontramos uma chamada cativante ao público:

(...) o GramadoZoo traz um novo conceito para o segmento. Bem-estar animal, pesquisa, educação e conservação ambiental são os pilares que norteiam as atividades do empreendimento. Composto exclusivamente por animais da fauna brasileira, oferece uma experiência de proximidade com os animais. No lugar das grades e jaulas, vidros blindados e enormes viveiros de imersão reproduzem com fidelidade o habitat das espécies. Venha viver esses momentos de aprendizado, reconexão com a natureza e diversão para adultos e crianças. (GRAMADOZOO, 2017).⁵⁸

Este zoológico estava no *corpus* pretendido de minha pesquisa desde o pré-projeto de tese, e se manteve. Meu primeiro contato com a instituição foi no ano de 2014, em visita com meus alunos, por planejamento de uma colega com quem eu compartilhava um projeto de educação ambiental. Na época estava imersa em dúvidas sobre o passeio, já que havia trabalhado com as crianças, durante todo o ano letivo, a importância da liberdade dos animais. Convencidos e esclarecidos do caráter diferenciado do GramadoZoo, especialmente porque todos os seus animais eram provindos de situações de negligência e não comprados ou caçados para estarem ali, fomos ao passeio, envoltos em nossas camisetas sobre direitos dos animais, e cuja estampa tinha criação própria das crianças. Nesta ocasião minha experiência analítica foi mínima, pois a responsabilidade pelos alunos, e as atividades em coletivo tomaram o tempo e energia para qualquer tipo de observação. Além do que naquele momento

⁵⁷O GramadoZoo foi o grande vencedor da América do Sul do prêmio Travelers' Choice™ Zoológicos e Aquários, que foi divulgado no dia 19, pelo TripAdvisor, o maior *site* de viagens do mundo. O parque de Gramado é o único representante verde-amarelo entre os melhores do mundo (10º) e primeiro colocado nos *rankings* da América do Sul e Brasil. O prêmio reconheceu as principais atrações em todo o mundo com base nos milhões de avaliações e opiniões do TripAdvisor. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/bichoamigo/2014/08/4652/gramadozoo-e-eleito-um-dos-10-melhores-do-mundo/>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.gramadozoo.com.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

eu ainda pretendia obter uma entrevista gravada com o responsável pela educação ambiental do local, o que foi impossível na situação. Trabalhei com os alunos, antes e depois, nossas questões ideológicas e a observação que fizeram acerca dos cativeiros.

Neste mesmo ano, independente da visita escolar, eu havia feito contato por *e-mail* e telefone, a fim de agendar uma entrevista pela minha pesquisa. A resposta vinha em forma de não resposta. Meus *e-mails* eram respondidos, mas sempre desviando do possível agendamento, pedindo outra e outra vez que eu enviasse meu projeto de pesquisa para avaliação do zoo, antes de comprometerem-se com minha visita acadêmica. A esta altura eu já havia obtido a resposta afirmativa e positiva da FZB-RS, mas planejei concentrar minha pesquisa em campo de uma só vez, e aguardava pela resposta do GramadoZoo, insistindo via *e-mail* e telefone, manifestando, inclusive, minha compreensão se a resposta fosse negativa, mas apelando por uma resposta. Que nunca chegou.

Vencida minha expectativa e estourando meu prazo de pesquisa, resolvi refazer a visita, desta vez analítica, sem compromisso de obter a entrevista, mas propondo-me a cumprir o objetivo de observação, interpretação e captura de fotos e filmagens obtidas no local. Na ocasião manifestei mais uma vez minha vontade de conversar com a educadora ambiental, e finalmente consegui que ela se dispusesse para tal, mas não no exato momento de minha tentativa. Horas depois voltei ao local e aguardei seu atendimento.

A bióloga, responsável pela educação ambiental então, finalmente, me respondeu que não havia a permissão para me dar informações sobre a educação ambiental do zoo que não havia sido concedida pela diretoria. Ela me atendeu na porta de ingresso do parque, de maneira mais informal possível, pedindo minha compreensão sobre essa negativa, e ponderando que recordava meus contatos por e-mail, justificando que nunca havia respondido de forma eficiente, porque nunca havia tido a clara permissão para tal. Aleguei minha compreensão, porém alertei que estando disponível no *site* e cartazes locais alguns preceitos e objetivos da educação ambiental proposta, bem como a própria vivência dela no caso dos agendamentos para públicos específicos ficava difícil entender o porquê a “informação” não poderia ser dada, já que ela é praticamente pública. Desta forma, é lógico, não adquirei a assinatura em termo de consentimento para pesquisa, tanto para a entrevista como para o uso de fotografias nesta tese.

De qualquer maneira não me furtarei de descrever as informações às quais tive acesso como visitante comum, através da própria experiência no parque, porque acredito serem importantes para meu tema de pesquisa, e inofensivas a qualquer instância, já que é um trabalho científico, e não uma denúncia. A fonte do que venho expor está acessível a qualquer

pessoa interessada; desta forma não creio estar descumprindo qualquer medida de prudência ou sigilo.

O discurso sobre a importância da conservação com o método da guarda de um banco genético, assim como encontramos em todos as instituições pró-zoológico, presencialmente ou *on-line*, também procede neste local. A reprodução é legalizada no local e alguns animais, como araras, por exemplo, já conseguiram se reproduzir. Ainda não há um programa efetivo de reinserção de animais na natureza, mas já há ciência de que o método para a criação dos filhotes para os quais se pretende a futura soltura deve ser diferenciado. Outra constante, que também não surpreende, é a observação do comportamento estereotipado, ou de apatia, na maioria dos animais, provavelmente provindos do estresse do cativo, o que nos garante que, mesmo com tantos cuidados e alguns fatores de enriquecimento ambiental, a saúde mental dos animais é sempre prejudicada na vida em cárcere.

Hoje o zoológico, que contém também um hospital, conta somente com animais provindos do tráfico, acidentes, maus tratos e trocas entre zoológicos (normalmente de animais cuja origem também são aquelas). Possui licença para comprar novos animais de criadouros legalizados, mas não o faz, porque a demanda de chegada de animais apreendidos pelas fiscalizações, necessitando abrigo ou tratamento é muito grande. Esta é uma informação preciosa à pesquisa. Nosso ponto de vista aprecia que os animais não sejam obtidos para manutenção de uma coleção, e sim com objetivo de seu atendimento individual. Porém é visível, até mesmo pelo ponto de vista comercial, que um novo “exemplar” de espécie é motivo de alegria pela complementaridade estética do espaço, o que é muito claro em todos os espaços que visitei, e pode ser averiguado na publicidade de cada local. O que confirma a veracidade de uma alegação que lá ouvi, manifestando que um dos objetivos de promover o bem-estar dos animais é agradar os visitantes, que se vissem um animal em mau estado não iriam querer voltar. Verdade inconveniente, se levarmos em conta o animal em si, a luta do abolicionismo, a preocupação pela proteção animal genuína. É salutar em ratificar que o bem-estarismo merece profundas revisões e que, quando conectado à questão mercadológica, não tem o menor valor moral.

A posição no *ranking* de melhor zoológico da América Latina é amplamente divulgada, e deve-se, em parte pela construção física dos recintos dos animais, que aparentam reproduções mais próximas possíveis do *habitat* de cada espécie, o que realmente é muito positivo e ainda raro. Os vidros em substituição às grades fornecem um aspecto moderno ao visitante, minimizando a ideia de gaiola. Pondero apenas que, para o animal, como podemos imaginar, o tipo de construção de um recinto não muda o fato de que aquilo é um recinto:

limitado, ordenado, previsível. Só para lembrarmos que a melhoria apresentada por um zoológico nem sempre (ou quase nunca) se deve apenas para um melhor atendimento do animal, mas muito mais para a relação com seu público. Isso não é nenhuma surpresa, se supomos que todos os zoológicos estão acolhidos e são seguidores da lei dos zoos, já explicitada e problematizada no subcapítulo 2.3.3.

A história de cada um dos animais sempre é um dado muito interessante, ainda mais para a colaboração de uma compreensão de que os animais podem estar melhores em cativeiro do que estavam quando foram encontrados. Mas esses dados tão específicos e diversos só teriam tido possibilidade de obtenção com uma conversa paciente com funcionário que soubesse das histórias. As poucas de que soube eram, sim, tão tristes como as já relatadas em outros locais, como a de uma arara que não voa mais, pois viveu por anos em uma gaiola tão apertada⁵⁹ que teve suas asas atrofiadas.

Aliás, o recinto onde estão algumas das araras, papagaios e outros pássaros, além de algumas tartarugas, é também motivo de orgulho deste zoo, pois é um recinto de imersão, ou seja, um recinto no qual os visitantes entram e ficam junto com os pássaros, sem telas, vidros ou grades, o que configura uma verdadeira modernização da ideia de relação humano-animal, pelo menos nesta situação específica. Nesse recinto também observei algumas brigas dos animais, resolvidas prontamente e pacificamente pela guia local que se mantém alerta. Fato é que as araras são animais territorialistas, e como na maioria dos cativeiros, incluindo os aquários, os animais não dividem espaço com indivíduos de sua própria família, e sim com “estranhos” os quais, eventualmente, podem tentar combater. O que também não se difere em nada se pensássemos na relação entre indivíduos humanos.

Em termos específicos de Educação Ambiental, baseio-me nas informações acessíveis no próprio *site*⁶⁰ do zoo, quais sejam:

A educação ambiental no GramadoZoo tem como meta ampliar a sensibilização, conscientização e a interdisciplinaridade, abordando a biologia e ecologia das espécies do Brasil. *Os animais e suas histórias de vida são utilizados como ferramentas*, exemplos para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental de qualidade, em que os alunos, a través da experiência vivenciada no zoo, aprendam sobre a importância de conservar e respeitar a natureza. (GRAMADOZOO, 2017) (grifo meu).

⁵⁹ Ou poderíamos chamar de “de tamanho impróprio”, o que me recuso, pois não há gaiolas apropriadas para araras, apenas porque araras não deveriam viver em gaiolas.

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.gramadozoo.com.br/escolas-e-grupos/educacao-ambiental>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

A explicação da utilização animal como ferramenta nos remete às emergências morais acerca do discurso dos direitos animais trabalhados nos capítulos de ética e dos direitos animais. A coisificação da vida fica clara. O bem-estar e a salvaguarda do animal em si não parecem ser fatores tratados com relevância para chamamento do público, ainda que para educação ambiental. O primordial parece ser sempre o aprendizado, o “proveito” que se pode obter dessas vidas.

Uma observação sobre os educadores ambientais desse zoológico é que todos eles são os próprios guias do zoológico. Todos os guias passam por um treinamento, e todo o treinamento já pressupõe o entendimento e a absorção da educação ambiental. E todos os guias/educadores ambientais são biólogos de formação.

O método de visita também pode ser conferido na página do zoo:

Ao chegar ao parque, as turmas são divididas em pequenos grupos e educadores ambientais acompanham os alunos durante todo o percurso do parque (trilha de aprox. 2 km de sentido único), interagindo com os estudantes e orientando-os sobre as características e curiosidades das espécies. Nos meses de setembro a novembro, devido ao grande número de escolas agendadas, o atendimento é realizado com educadores ambientais espalhados pelo parque. As visitas deverão ser agendadas com no mínimo 3 dias de antecedência e podem ocorrer em qualquer dia, sem restrição – de acordo com o horário normal de funcionamento do parque de acordo com a disponibilidade da equipe de educação ambiental.(GRAMADOZOO, 2017).

Também é atividade de educação ambiental no local a falcoaria, que é uma prática que, segundo o site *falcoariaonline*⁶¹, do biólogo Israel Pimentel: “*É o treino de aves de rapina para a caça de presas em seu ambiente natural, desenvolvendo a tolerância dos rapinantes à nossa presença. O treinamento serve para condicionar (impor condições) para que não seja uma atribulação e dificulte a nossa presença e interação em geral*”. Já a Associação Portuguesa de Falcoaria⁶², afirma que:

A falcoaria é a parceira entre Homem e Ave de Presa estabelecida com o intuito de caçar presas selvagens no seu meio natural. Existem outras atividades que se aparentam e relacionam com a falcoaria, como são as demonstrações de aves de presa, controlo de fauna, etc. No entanto, não se podem considerar como tal. Não condenamos estas atividades, pelo contrário, consideramos que são necessárias e importantes nos seus contextos, como por exemplo, na proteção da segurança aérea ou *educação ambiental*. (APFALCOARIA, 2018) (grifo meu).

Como vemos, a Falcoaria já se configura como proposta de educação ambiental em outros espaços. É possível encontrar na internet algumas menções que conectam a atividade

⁶¹ Disponível em: <<http://falcoariaonline.com/fo/>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

⁶² Disponível em: <<https://apfalcoaria.org/o-que-e-a-falcoaria/> Associação portuguesa de falcoaria>. Acesso em: 11 fev. 2018.

da falcoaria com a educação ambiental, entre elas artigos acadêmicos na área de biologia. Abaixo a descrição da atividade no GramadoZoo:

Nos sábados à tarde, ao lado da Oca indígena, acontecem as apresentações de Falcoaria (a partir das 15:30h aprox.). As apresentações não acontecem em dias de chuva. No GramadoZoo as técnicas de falcoaria são utilizadas como ferramenta de educação ambiental, para conscientizar crianças e adultos sobre a importância da preservação da fauna e para garantir o bem-estar das aves de rapina que vivem no parque. (GRAMADOZOO, 2017).

A notícia do correio do povo⁶³, acerca da atividade no Zoo de Gramado baseia-se na explicação do veterinário Renan Alves Stadler:

Segundo o profissional, responsável técnico do GramadoZoo, a arte milenar consiste em treinar aves de rapina para a caça. Mas, no zoológico da Serra, a falcoaria é utilizada com outro intuito: conscientizar crianças e adultos sobre a importância da preservação da fauna. “São aves que sofreram com a interferência humana e não conseguiriam viver na natureza. Muitas perderam amplitude e não conseguem mais voar. Por isso, são usadas para explicar a história de cada animal”, disse. (CORREIOS DO POVO, 2015).

Como vemos, o forte da educação ambiental com o uso de animais é sempre no intuito de ensinar a conservar; mas muitas vezes para as crianças esses ensinamentos acabam caindo na abstração, pois não vinculam suas ações do cotidiano com o bem-estar dos animais. Além disto, o uso dos animais sempre ensina a criança sobre nosso domínio, sobre o que podemos ou não podemos fazer, ou sobre o que podemos fazer depois que algum de nós cometeu um erro. Nunca encontramos o vínculo entre o aprendiz e o direito ou a vontade do animal em si. Mais uma vez: “educa-se” mostrando o resultado dos “não educados”; assim os animais são vistos como frágeis e perigosos ao mesmo tempo, vítimas e ferramentas ao mesmo tempo, estrelas que brilham no *show*, e que perdem a graça logo. Nunca são vistos como os sujeitos que são em si mesmos. Nunca são protagonistas da própria vida.

Por último gostaria de lançar uma reflexão, que é um desafio ao nosso olhar, nós de uma cultura que preconiza o amor por animais domesticados. É mais um exercício de empatia que nos é possível fazer neste espaço que visitei. O Parque Gaúcho, situado ao lado do GramadoZoo, como já explicitiei, possui uma série de exposições com objetos e cenários acerca da história do Rio Grande do Sul (pelota, maquetes, carretas, couros, pelegos, crânios

⁶³ Disponível em:

<<http://correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/Meio%20Ambiente/2015/11/572438/Zoologico-usa-tecnicas-de-falcoaria-para-auxiliar-na-educacao-ambiental>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

de bois, úberes utilizados como recipientes, estátuas, facas, ferramentas em metal, reprodução de um bolicho, de um rancho, de uma capela, do jogo de bocha, demonstração de vários costumes e hábitos gaúchos como a fabricação da erva mate, a degustação do chimarrão, contando, inclusive, com um *show* de doma de cavalos, etc.

O passeio termina em um galpão semifechado, conectado a uma mangueira (espécie de pátio) onde encontram-se presos em baias vários animais “de fazenda”, como diriam os livrinhos infantis tradicionais. Em uma delas várias ovelhas de diversas cores e tamanhos, incluindo uns filhotes que podem ser tocados pelas crianças, com a ajuda do tratador. De outro lado diversos cavalos, cada um em sua baia, alguns já encilhados, prontos para o passeio de monta, caso o visitante deseje, outros apenas como vitrine. E do outro lado cães, também presos cada um em sua baia, de todas as conhecidas raças gaúchas, um exemplar de cada uma: cimarron, buldogue campeiro e ovelheiros. Seus recintos eram muito pequenos e não havia um único objeto com que pudessem interagir. O calor era insuportável. Todos se encontravam apáticos e visivelmente tristes, alegrando-se apenas com a proximidade de seu tratador, e também com nossa proximidade. Eles também estavam em uma vitrine do Parque Gaúcho. Faziam parte da coleção de objetos.

O motivo para não estarem soltos, pelo que me foi colocado, são as brigas graves entre a buldogue e a cimarron. Decerto acreditei, pois conheço a tendência dessas raças. O que não me conforma é o conformismo de não proporcionarem, no mínimo um revezamento para a liberdade, que no caso dos cães se bastaria em transitar no próprio pátio local, sob as vistas de todos, e cercados de paredes. Quem conhece algum ovelheiro sabe que não há justificativa possível para ver nele um animal perigoso sob qualquer hipótese ou contra qualquer ser vivo. Os ovelheiros estavam presos ali, e servindo apenas de vitrine, porque em uma ocasião um deles pulou em uma senhora, sem que houvesse o menor prejuízo a ela, um comportamento natural do cão, às vezes desagradável, e que nesse caso determinou a prisão perpétua desse cão que em seu estado normal “trabalha” o dia inteiro, e é absolutamente dócil com pessoas e com outros cães. A frustração não pode ser maior. Foi-me colocado que à noite eles são encaminhados a outro canil, maior imaginei. Não, menor. Isso demonstra também que o idealizador do parque não parece ter realizado uma pesquisa mínima sobre os cães. E se realizou, tanto pior, pois então não é ignorância, é negligência. Cada um deles está apto a andar solto, acompanhando as pernas de quem quer que seja, o dia inteiro, tal como realmente são. E aqueles que, com todo o direito, não gostam dessa proximidade com os animais sempre terão o livre-arbítrio de escolher não vê-los e não tocá-los. Livre-arbítrio esse, ou qualquer outro, que nesse sistema, os animais jamais terão.

É uma grande tristeza presenciar esse ambiente. Mesmo vendo no tratador, que apenas segue ordens, um grande afeto e responsabilidade para com esses animais. A ironia é que todos esses cães gaúchos, em uma vida gaúcha tradicional, jamais estariam em vitrines. Para piorar havia uma placa em uma baia, justamente a do pacífico ovelheiro, que dizia para não tocar nos animais para nossa segurança e o bem-estar deles. Cômico se não fosse trágico como cada um deles implorava em olhares e gestos por contato humano. E quando transgredi as regras e os toquei, como para mim era óbvio, sua reação era a de mais profunda satisfação. O sistema de entretenimento do GramadoZoo, de certa forma, também usa cães, animais em contato com o humano há milênios, como exemplares “exóticos”. E isto não é, sob qualquer ponto de vista, normal, ético ou “gaúcho”.

A imagem abaixo é a única que me permitirei utilizar, e o faço para encerrar esta análise, por ser uma das fotos de capa do *site* do zoológico. Muito interessante observar sua estética, dividida entre os dois parques, a imagem mostra o que há de melhor e mais bonito nos dois espaços. Ambos nos remetem uma sensação de liberdade. A onça e o pássaro na floresta, explorando o local e, para além dele, à sua maneira fortuita e imponente. Ao lado crianças correm, espontâneas, junto ao cão, “o melhor amigo do homem” e, certamente, um dos “melhores amigos do gaúcho”.

Não é à toa que a estética da publicidade, que agrada os olhos da maioria de nós, não corresponde à realidade do cativo. Com isto não quero praticar um denunciamento simplório, pois é óbvio que sabemos que no zoológico os animais estão presos. Apenas faço uma releitura da estética visual desta imagem. Por algum motivo somos positivamente atraídos por ela. Se a fotografia utilizada mostrasse um cachorro preso sozinho numa baia de canil, ou a onça em seu recinto telado ou envidraçado, certamente, nossa sensação seria outra. O paradoxo não está tanto no fato, quanto está na nossa intuição do que é bom e mal, do que é bonito ou feio. Por mais racional que sejamos, e por mais que o GramadoZoo possa fazer o melhor trabalho possível para os animais, a imagem que a instituição quer como apresentação é sua própria utopia. Algo que não veremos na visita presencial. Essa imagem é um símbolo de que a conexão entre a arte e a sensibilidade está dentro de todos nós. E que a verdade fatídica do dito *melhor possível* ainda não é o que nossos olhos e corações desejam.



FIGURA 36 - Uma das fotos de capa do *site* oficial do GramadoZoo e Parque Gaúcho
 Fonte: Site oficial do GramadoZoo.⁶⁴

4.4 Análise de dados: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul – FZB/RS – Zoológico de Sapucaia

O Zoológico de Sapucaia está localizado na Rodovia BR 116 - Parada 41, km 253 - Sapucaia do Sul. Possui 160 hectares, abrigando cerca de 130 espécies dentre aves, répteis e mamíferos que formam um plantel com mais de mil animais nativos e exóticos. O zoo existe desde a década de 1930. Na entrada do zoo há uma placa antiga, imagem abaixo, na qual podemos ver uma referência estética muito similar com a figura da placa que utilizei no capítulo 2.3.1, quando quis ilustrar a sensação de coisificação da vida.

⁶⁴ Disponível em: <<https://www.gramadozoo.com.br/>>. Acesso em: 11 fev. 2018.



FIGURA 37 - Placa de chão antiga na entrada do zoo
Fonte: Acervo da autora.

Neste local foi-me possibilitada uma entrevista, a qual não vi a necessidade de gravar. Nela muitas informações importantes e interessantes foram-me colocadas com muita atenção e respeito à minha pesquisa. O diálogo foi muito transparente, e me forneceu resultados ricos à pesquisa. As pessoas que me possibilitaram a conversa eram do departamento de educação ambiental e do departamento de zoologia do zoo. Tenho certeza de que se tivesse me furtado deste momento, e analisado somente os documentos acessíveis na internet, não poderia sentir a segurança que sinto agora, nem ter o detalhamento de uma série de pequenas informações que configuram a solidez desta pesquisa. É a partir deste fértil encontro humano que relato o que vem a seguir.

O espaço conta com animais da fauna de diversos países e continentes, e também recebe animais do tráfico e maus tratos. Sobre os exóticos, no entanto, como o elefante, por exemplo, é visto que o zoológico, tal como me foi explicado na FZB de Belo Horizonte, conta com um sistema de permutas, no qual animais são reproduzidos e enviados, trocados ou emprestados (o mesmo sistema europeu do qual falei na ocasião de explicar a exportação do gorila da FZB/MG). Esse sistema de permutas, a meu ver e depois dos estudos sobre Ética e Direitos Animais, continua sendo a antítese de nosso desejo. Até aqui percebi que todos os animais provindos das polêmicas situações ainda piores do que o cativeiro para exibição tinham neste uma segunda chance de vida, ainda que não plena ou feliz. Mas ainda assim uma

segunda chance após sua injusta captura pelo humano na natureza. Esta é uma medida de remediação e, desta forma, é ética.

Entretanto a permuta de animais parece nada mais ser do que uma fábrica de animais para zoológicos que, isentando-se da inconveniente, denunciável e ilegal caça *in natura*, perpetua o sofrimento da clausura animal para novos filhotes que, sequer, conhecerão seu habitat, mas nem por isso terão uma plena experiência de vida no cativeiro ao qual se habitam por ocasião de seu nascimento e crescimento. Isto quer dizer que novos filhotes nascem em cativeiro, às vezes provenientes de inseminação artificial, fomentando o já explicado e criticado por mim, banco genético, dito importantíssimo para os defensores dos Zoos. Esses indivíduos passam por processo parecido, senão o mesmo, da fabricação dos cães de raça para a venda, questão em que o caráter mercadológico supera qualquer suposta justificativa da importância social ou estética de manutenção de uma raça.

Todos os animais exóticos, como em qualquer zoológico, estão privados de viver sua verdadeira natureza ecológica, tanto por não viverem em bandos ou família, quanto por não poderem caminhar ou correr os tantos quilômetros quanto fariam, ou mesmo por não se reproduzirem e exercerem seu cuidado parental, e todas as outras condições intrínsecas às espécies ou indivíduos, quer conheçamos estas condições, quer não.



FIGURA 38 - Rinocerontes deitados
Fonte: Acervo da autora.



FIGURA 39 - Chimpanzés caminhando em sintonia em direção à sombra
Fonte: Acervo da autora.



FIGURA 40 - Camelo, curioso tanto quanto aquele que o observa
Fonte: Acervo da autora.



FIGURA 41 - Zebra, vivendo sozinha em recinto
Fonte: Acervo da autora.

Desta forma, infelizmente, a morte por velhice ou por qualquer outra condição dos animais exóticos do Zoo de Sapucaia não significará, neste espaço, o fim da exibição desses animais. Pois será possível, e conveniente às políticas de sociedades zoológicas, a importação de novos indivíduos, nascidos apenas para esse fim. E reside aí o abismo entre a prática e a ética, na luta pela proteção animal. Outro ponto negativo que deve ser explicitado é, tal como no GramadoZoo, a utilização de cabos de fiação elétrica como uma das medidas de contenção dos animais em seus recintos.

Excetuando-se essa infeliz constatação, o Zoo de Sapucaia demonstra mais cuidado com esses animais do que tivemos testemunhando nas notícias acerca da polêmica de seu possível fechamento, por ideia do atual governador José Ivo Sartori, que busca, a todo e qualquer custo, cortar verbas estaduais a todo tipo de instituição e trabalhadores, que não seja a de seus pares políticos. Esta situação contemporânea a esta pesquisa não necessariamente se manterá *ad infinitum*, porém não surpreende. O fechamento do Zoo já foi desmentido; isso não ocorrerá, me foi dito com certeza por uma das representantes da administração. No entanto verbas necessárias a várias melhorias já aprovadas e possibilitadas por leis e espaços físicos na instituição como, por exemplo, a realocação dos carnívoros em um ambiente mais amplo e melhorado, não acontecerão por falta dessa verba. A bióloga que atua no departamento de zoologia, e que me cedeu muitas informações relevantes, coloca uma ponderação empática à situação dos trabalhadores do Estado, reconhecendo a negação de financiamento decente à educação e, por isso, na impossibilidade de exigir, arduamente, o capital para maiores melhorias no Zoo. O trauma e desesperança são tamanhos que o fato de

nunca ter faltado dinheiro para comida e medicamentos no Zoo parece uma sorte. Abaixo foto do amplo espaço de que usufruem patos e cisnes:



FIGURA 42 - Recinto de patos e cisnes
Fonte: Acervo da autora.

As histórias de vários indivíduos animais dos Zoos seguem o mesmo *show* de horrores já observados e relatados nos outros locais da pesquisa. O casal de tigres habitantes do FZB foi recolhido de uma casa, onde o dono desses animais possuía cerca de nove tigres. Ele os utilizava para ganhar dinheiro das pessoas que desejassem andar e tocar nos tigres (três mil reais), ou mergulhar e nadar com os tigres (cinco mil reais). A insanidade nos parece maior se considerarmos que havia público disposto a praticar e pagar por tais atividades. Um irmão tigre desse casal, proveniente da casa do tal homem, foi para o zoológico de Cascavel no Paraná, e foi justamente o animal famoso por estraçalhar o braço do menino que ultrapassou a barra de contenção, notícia amplamente divulgada nas redes de mídia, e que citei, anteriormente.

Outro caso interessante é o do tigre que, certa vez, foi doado ao zoo. Ele vivia em meio doméstico juntamente com dois cães da raça dobermann. Logo que chegou ao zoológico, caiu em depressão e não comia. Pesquisadas as causas possíveis para tal comportamento concluíram que o tigre sentia falta de seus companheiros cães. E era verdade. Trouxeram os dois cães para o recinto do tigre que apresentou melhora e agiu conforme seu comportamento normal (em cativeiro, mas normal). Posteriormente, e pouco a pouco, os cães foram sendo retirados da companhia do tigre, até que esse passou a suportar a ausência de

seus parceiros. Este caso nos demonstra uma surpreendente adaptação e dependência afetiva de um animal que na natureza costuma apresentar um modo de vida solitário. Mais um cuidado e responsabilidade que deveria ter o humano que procura domesticar e depois abandona, como se a vivência empírica do animal, mesmo que temporária, fosse inexistente ou anulada puramente pelo seu instinto.

Se compararmos com o GramadoZoo, que possui uma estrutura física dezenas de vezes menor do que o zoo de Sapucaia, e cujos ambientes são fortemente controlados e vigiados, o FZB apresenta condições paradoxais em relação à segurança dos animais. Por um lado a maioria dos recintos é maior, e muitos deles apresentam enriquecimento ambiental, o parque em si tem proporções gigantescas de natureza à volta e por dentro do zoo os recintos não são imediatamente colados todos uns nos outros e tudo isso nos parece muito bom. Entretanto uma fiscalização maior de guardas do local torna-se inviável. Desta forma os animais acabam ficando muito tempo expostos a situações adversas promovidas por um público despreparado, ou seja, pessoas comuns ignorantes em relação à natureza dos animais, ou à sensibilidade necessária à sua situação local. Essas pessoas são adultos acostumados à ideia de coisificação da vida, e que não colaboram na educação de seus filhos em relação ao respeito ao Outro. Provenientes dessa situação tão comum, quanto ruim, vários acidentes, incidentes e maus tratos podem ser observados.

Algumas dessas situações podem ser averiguadas na morte de um jacaré por ingestão de um brinquedo de borracha que representava um réptil, algo como uma iguana, de cor verde escuro e aproximadamente 40 centímetros, provavelmente jogado no recinto do animal por uma criança que notou a semelhança morfológica entre seu bicho de borracha e o jacaré. Nunca saberemos o que a criança pretendia com seu ato, ou se seu responsável deixou isso acontecer, deliberadamente, o fato é que ocasionou a morte do animal, cuja causa só foi descoberta, é claro, depois. O brinquedo hoje se encontra dentro de um vidro tampado, tal como outros pequenos animais no álcool ou formol, e é utilizado para fins educativos quando conta-se, então, a história que acabo de relatar. Também em outro vidro, e com mesmo propósito, estão pedaços de plástico e metal de algum objeto não possível de identificação, responsáveis pela morte de uma avestruz. Esses casos, provavelmente nunca aconteceriam se o animal não estivesse exposto ao público⁶⁵, e não se pode inferir, simplesmente, a negligência da gestão ou fiscalização do zoo, mas muito mais, a conscientização do público.

⁶⁵ Se bem que na natureza a ingestão de lixo tem matado milhares de animais, especialmente aves e répteis, o que nos leva de volta à problemática da falta de habitat saudável.

Outros casos, onde o sossego dos animais é estremecido pode ser conferido nos homens que batiam palmas e gritavam para que os macacos se mexessem mais, para que eles pudessem vê-los melhor. Outro homem comia salgadinho bem na frente de um macaco que o observava, faminto pela guloseima, numa posição clara de provocação e exercício de supremacia. Em outra ocasião um senhor, pai e avô de família, cutucou freneticamente uma fêmea de porco-espinho com um galho, para que ela saísse da toca e suas crianças pudessem vê-la. Ela nunca saiu da toca, em pânico, e depois se descobriu que ela estava com filhotes, e havia matado todos eles naquele momento, muito provavelmente em resposta à situação de estresse e/ou outras causas instintivas.

Tomei conhecimento também de um incidente onde um humano se machucou pela mesma falta de cuidado, e vaidade especista. Uma moça, por desejo de seu namorado para uma foto ousada, ultrapassou a barreira de contenção e encostou-se na grade do leopardo. O resultado foi um grande arranhão na cabeça da visitante pelo animal que tem costume de enfiar a pata pelas grades e puxar o que estiver ao seu alcance. Sabemos que um leopardo não é animal convidativo à proximidade para uma foto, pior ainda se tratar-se de um animal estressado pela apatia a que é condenado todos os dias. Segundo o relato, o choque do casal foi tão grande que eles foram embora paralisados e envergonhados pela situação, negando o socorro médico oferecido pela administração do zoo.

Não à toa observei, no dia da minha visita, a fiscalização de uma guarda uniformizada observando a movimentação, discretamente, no setor dos carnívoros. Depois do caso do leopardo no local, e do caso do braço do menino no zoológico do Paraná, os olhares se atentam. Certamente todo o cuidado é pouco, tanto para com os animais, como para com as pessoas na insustentabilidade da relação de curiosidade e superioridade para com outros animais.

Também a falta da atualização de civilização e sensibilização das pessoas testemunha fatos como denúncias e reclamações sobre o zoo acerca da velhice dos animais⁶⁶, da falta de filhotes⁶⁷, o fato de os animais estarem sujos, como se um banho os deixassem mais bem apresentados ao público⁶⁸, e outras reclamações que ignoram as condições naturais e

⁶⁶ Mais uma semelhança do mundo dos humanos para os humanos, onde idosos ainda são rechaçados socialmente, numa cultura em que é estabelecido que eles são um atraso de vida por aqueles que precisam conviver com eles; não têm mais um valor estético na indústria da moda ou utilidade mercadológica no mercado de trabalho; não têm rapidez em suas atitudes físicas ou mentais, nem apresentam a vitalidade ou graciosidade dos filhotes e jovens. Apenas a confirmação da falta de ética e reflexão neste mundo tão diverso e que se atualiza, ferozmente, em todas as instâncias que ignoram seu caráter amoral ou imoral.

⁶⁷ Como se a reprodução fosse, não um instinto natural dos animais, mas um compromisso do zoológico (e dos animais), para alegrar os olhos dos visitantes e atualizar o cenário do espetáculo.

⁶⁸ Tais como *pets* que são levados a *pet shops*?

limítrofes dos animais de cativeiro e da gestão do próprio zoológico, bem como a ética na relação para com esses animais que não existem para serem protagonistas de um *show* pago pelas pessoas ou, ao menos, não deveriam existir para tal. O que nos esclarece/confirma que, mesmo com uma atualização das demandas de socorro e cuidado para com animais inocentes, bem como demandas educativas em prol deles, o público nem sempre corresponde a essas atualizações, e vê no animal selvagem a mesma utilidade das vacas leiteiras, que existem para servir alguém, e quando não servem mais sua existência torna-se inerte ao consumo, portanto inútil, e deve ser finalizada. Toda a poética de ir ao zoo para “aproximar-se da natureza”, ou “aprender a respeitar os animais” é anulada pela existência desse público que “pagou ingresso, e quer ver”.

Curioso, revelador, e também constante em todos os espaços que visitei (incluindo a FZB de Belo Horizonte/MG, a qual não fez parte da pesquisa, mas onde também pude confirmar minha hipótese), é a presença de animais silvestres em liberdade usufruindo dos parques, habitando ou passeando, deliberadamente a arborização disponível dos locais de cativeiro animal. Situação, é claro, em que se vê a facilidade na busca por comida, mas que também faz refletir ao nosso bom senso, o quanto a preservação de um ambiente com riqueza vegetal e espacial poderia nos aproximar dos animais sem grades nem vidros.



FIGURA 43 - Recinto do urubu-rei
Fonte: Acervo da autora.



FIGURA 44 - Vários urubus em liberdade pousados muito próximo ao recinto do urubu

Fonte: Acervo da autora.

Logicamente, há diversos pássaros em recintos gradeados dos seis lados. Porém encontrei esta arara, que possivelmente pode voar, em recinto onde não há teto, ou seja, poderíamos supor que ela vive ali, por assegurar-se ser essa sua melhor opção. E parece poder sair e voltar quando bem entender.



FIGURA 45 - Arara em recinto a céu aberto

Fonte: Acervo da autora.

A reprodução é legalizada na FZB, e alguns animais conseguem cuidar bem de sua cria, como macacos-prego e veados campeiros. No escritório havia uma chocadeira com ovos de flamingos, que não vingariam no recinto por causa da grande incidência de lagartos (em liberdade), que invadem os recintos e os comem. Poderíamos supor que a capacidade de

reprodução provém de algum nível de bem-estar, e já vimos (nas caturritas do São Braz) que impedir esse processo instintivo pode denotar mais sofrimento. Desta forma outro paradoxo se coloca: deixar reproduzir representa mais animais no cativeiro, e não deixar representa sofrimento e negação da condição ecológica dos indivíduos adultos. Pela impossibilidade de soltura na natureza (abolição animal) e, portanto, em prol do melhor possível para eles (bem-estar animal), vejo que a saída mais ética é realmente promover, o máximo possível, tudo o que se assemelhe à sua natureza, mesmo sabendo que essa reprodução nunca será fiel o bastante.

No momento o departamento de zoologia faz o tratamento de saúde de um gavião que fica solto no parque todo o dia, e é recolhido à noite para medicação e abrigo em lugar seguro. Fato que considerei muito positivo e revelador, pois se estabeleceu a confiança entre humano e animal, e também porque houve o reconhecimento de que a liberdade faz parte da cura deste animal.

Sobre o projeto de Educação Ambiental da FZB muitos pontos são importantes a abordar. Diversas atividades são feitas para atendimento ao público no intuito deste fazer educação. Este ano de 2018, a funcionária responsável pela Educação Ambiental do local, uma professora municipal cedida, não foi cedida novamente. Desta forma há uma reconfiguração dos responsáveis pela educação ambiental para o ano que se inicia. De qualquer forma as atividades, já registradas, serão mantidas. Muitas delas contidas no *site*, que vou expor em seguida. E outras que me foram explicitadas durante a conversa como, por exemplo, o projeto dos *bottons*, em que a criança que levasse uma sacolinha e recolhesse seu próprio lixo durante o passeio ganhava um *botton*. Eles eram colecionáveis, e a educadora confirmou a aderência e satisfação do público em participar, assim como a diminuição do lixo deixado no parque, responsável, como se viu, pelo adoecimento e morte de animais.

Outro projeto que ganhou reconhecimento e ainda está atual é o “Dia do Lobo”, com o Grupo de Trabalho de Canídeos. Contando o parque com quatro indivíduos de lobo-guará, um casal e suas duas filhas que nasceram no próprio zoo, em 2008 e 2009.

Este trabalho gerou uma parceria com a Editora Globo; Maurício de Souza Produções, na produção de um gibi com uma única historinha, estrelada por Chico Bento. Na história Chico tinha como trabalho escolar levar um animal para a sala de aula e falar sobre ele. Como todos os animais mais fáceis de encontrar no meio rural já tinham sido eleitos por seus coleguinhas, e sabendo da ameaça de um lobo que caçava galinhas nas redondezas, Chico se pôs a caçá-lo para mostrá-lo como seu trabalho de escola. Depois de algum esforço Chico conseguiu apreender o animal. As pessoas vizinhas, sabendo do feito, animaram-se em fazer

algo com o animal. Criadores de galinhas queriam matá-lo, uma mulher queria um casaco de peles feito de seu pelo, e assim por diante, de forma que Chico Bento começou a repensar o que tinha feito, e a natureza do animal em resguardar-se. Reparou que dentro da gaiola o lobo-guará estava profundamente triste; resolveu então que deveria soltá-lo; e assim o fez.

No dia seguinte, na hora da apresentação do trabalho, o próprio Chico entrou na gaiola e apresentou-se à sala de aula como o animal que havia trazido, e sobre o qual todos deveriam saber um pouco mais. Suas palavras pertencem ao discurso do humano como dominador e destruidor da natureza, e assim fez a todos refletirem e até chorarem. Mais tarde foi à toca do lobo-guará e pôde vê-lo em família, concluindo que *às veiz tem coisa qui é mió num mostrá! I nem contá!*

O início dessa historinha remonta um pouco o texto de Drummond “Da Utilidade dos Animais”, onde a professora ensina aos alunos *a respeitar e usar* os animais. Aqui na história em quadrinhos, há a problemática deste direito implícita, ou até explícita, já que não é educativo que as crianças levem animais para a sala de aula porque eles não são objetos para nosso uso, nem mesmo para nossa aprendizagem. De qualquer forma o final da história é encantador. O distanciamento que devemos ter com a vida selvagem é, realmente, a única forma de preservá-la. Se Chico Bento tivesse mostrado às pessoas onde ficava a toca do lobo, que ele próprio só descobriu por persegui-lo, a vida daquela família estaria em perigo.

Transcrevo aqui as páginas de apresentação do gibi:

O “Grupo de Trabalho de Canídeos” criou o Dia Nacional do Lobo-Guará, para ser comemorado no mês de outubro, em todos os zoológicos do Brasil, visando chamar a atenção para esta espécie que vive no cerrado brasileiro. O parque zoológico do Estado espera mostrar um pouco do comportamento do lobo-guará que, como tantos outros, está ameaçado de extinção e precisa de ajuda para continuar existindo. É importante que cada um faça sua parte na luta para proteger, não apenas o lobo-guará, mas todas as espécies. FELIZ DIA DO LOBO!⁶⁹

Na página de trás um oportuno poema:

O Guará sonha. O mundo é um grande descampado iluminado pela lua. A vida é a liberdade de correr sem direção e sem medo. Os perigos existem, mas podem ser evitados. O Guará sabe, pela sabedoria maior da memória da raça, que houve um tempo feliz de muitas frutas e farturas, em que era mais frequente caçar do que ser caçado. Ele rosna satisfeito no seu sono tranquilo. Os filhotes se agitam e se ajeitam á procura de leite forte e quente da vida. É um pequeno momento de muita tranquilidade.⁷⁰

⁶⁹ Setor de Educação Ambiental Parque Zoológico/FZB-RS. In: Chico Bento em Mostre e Conte. Realização: FZB-RS e Maurício de Souza.

⁷⁰ Fonte: Carlos Queiroz Telles, o Caçador Solitário, 1992. In: Chico Bento em Mostre e Conte. Realização: FZB-RS e Maurício de Souza.

Também na ocasião da conversa com a gestão do zoo, foram-me mostrados e doados cartazes de conscientização para a luta contra o tráfico de animais, constantes de uma foto de um animal preso e frases questionadoras/reflexivas, como o que exponho abaixo. As informações contidas até aqui são providas da conversa presencial com o pessoal responsável pelo zoo, interpretadas e dialogadas com minhas próprias conclusões.



FIGURA 46 - Banner educativo, colocado ao lado de recinto de pássaros
Fonte: Acervo da autora.

Na ocasião também me foi entregue um folheto sobre o “Grande Manifesto contra o PL. 246”, que visava à extinção da fundação, descompromissando o Estado de suas funções em prol desta instituição. A chamada era para um Abraço Simbólico ao Parque Zoológico, e esclarecimentos acerca dele. Também afirma que o PL. 246 “*acabará com todas as conquistas realizadas pelo Povo Gaúcho*”, e dá o endereço para a assinatura à petição pública. Este folheto contém informações importantes ao público como as funções do Parque Zoológico, quais sejam: “*Participa de programas internacionais mantendo espécies ameaçadas de extinção, visando garantir populações viáveis para ações de conservação*”; “*Atua na recepção e destinação de animais apreendidos de traficantes, criadores ilegais e animais feridos em choques e atropelamentos, por exemplo*”; “*Executa atividades de*

sensibilização e educação ambiental, tanto dentro do Parque, quanto em escolas, hospitais, praças e eventos, além de receber escolas carentes” (FZB RS).

A partir de informações disponíveis no *site*⁷¹, podemos citar que em seu guia de Educação Ambiental:

A proposta do Centro de Educação Ambiental é fazer o público conhecer o Zoológico através do uso dos diversos sentidos, pois é através de ações interativas que as pessoas são estimuladas a conhecer e aprender, tornando-se multiplicadoras. Este guia apresenta atividades educativas que proporcionam o conhecimento, a informação e a sensibilização a fim de gerar uma conscientização para as questões ambientais.(FZB RS, 2017).

São atividades de Educação Ambiental neste local:

1. Visita às aves e aos répteis: É recomendada principalmente a turmas de 7º ano (6ª série). Assuntos abordados: diferenças básicas entre as aves e répteis, dimorfismo sexual, habitat, longevidade alimentação e extinção. O número máximo de alunos para essa atividade é de trinta.
2. Visita ao Lago Central e Carnívoros: Esta atividade proporciona conhecimentos da biodiversidade existente no lago central. Aspectos anatômicos, morfológicos, fisiológicos e ecológicos das aves e dos carnívoros serão abordados. O número máximo de alunos para essa atividade é de trinta.
3. Visita ao Setor de Nutrição e Carnívoros: Normalmente o Setor de Nutrição não recebe o público visitante. Mas considerando o valor educativo para os alunos, a visita orientada neste local é permitida, desde que o grupo solicitante especifique de forma clara o objetivo da mesma. Após, os alunos serão levados ao setor dos carnívoros, onde receberão informações sobre habitat, modo de vida e características morfológicas e comportamentais. O número máximo de alunos para essa atividade é de trinta.
4. Visita aos animais ameaçados de extinção: É uma visita educativa aos locais onde encontram-se animais ameaçados de extinção e possíveis soluções à preservação das espécies. O número máximo de alunos para essa atividade é de trinta.
5. Visita aos primatas e ungulados: A visita ao setor dos primatas visa abordar aspectos gerais sobre alguns primatas os ungulados (animais de casco nas patas). O número máximo de alunos para essa atividade é de trinta.
6. Palestra sobre os bastidores do zoo: É uma atividade que aborda os bastidores e curiosidades sobre o zoo, de maneira didática e pedagógica, respeitando a faixa etária dos alunos ou do público em geral. O número de alunos para essa atividade é de sessenta à oitenta alunos ou a combinar.
7. Visita ao minimuseu: Os alunos se organizam em pequenos grupos, juntamente com os professores, e observam a coleção de animais taxidermizados, conservados no álcool (70%), crânios, ovos, ninhos e muito mais. Essa atividade pode ser com ou sem agendamento.
8. Visita Auto Guiada: É uma visita realizada pelo próprio educador com o seu grupo utilizando um roteiro alternativo.
9. Campanha do Lixo Seco: Visa a divulgação de espécies da fauna nativa ameaçadas de extinção. Cada mês é trabalhado um animal que esteja no plantel do Parque. O projeto apoia a coleta seletiva do lixo seco, através da distribuição de sacolas e adesivos do bicho do mês.

⁷¹ Disponível em: <http://www.zoo.fzb.rs.gov.br/lista/865/Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental>. Acesso em: 27 nov. 2017.

10. Gincana Ecológica: Consiste em uma gincana anual com escolares da região. (FZB RS, 2017).

Assim como atividades fora do zoo “extramuros”:

Atividades desenvolvidas pela equipe do Zoo em instituições:

1. Zooanima: Consiste em visitas a hospitais e asilos da região, onde se desenvolve atividades específicas buscando auxiliar na geração de novos conhecimentos.
2. Eventos Culturais: O zoo participa de vários eventos, como: exposições públicas, atividades comemorativas, visita à escolas e, também, oferece oficinas e cursos de Educação Ambiental.

Zoo vai à Escola: É uma visita pedagógica à escolas da região, onde é exposto peças de animais, como: pele de cobras, crânios, animais conservados no álcool(70%), ovos, ninhos, banners e muito mais. (FZB RS, 2017).

Dentre as orientações prévias de aviso aos visitantes encontramos:

Grupos que não tiverem visita orientada agendada poderão seguir um roteiro alternativo e serem orientados pelo próprio professor. Este roteiro permite uma visita mais educativa para os alunos e contém informações sobre algumas espécies de animais; Os professores devem comunicar com antecedência aos alunos sobre as atividades que desenvolverão no zoológico, dando ênfase que além de um passeio, terão uma agradável aula prática; O setor de Nutrição Animal não recebe normalmente o público visitante, mas considerando o valor educativo para os alunos, fazemos a visita orientada neste local. (FZB RS, 2017).

No *link* “apresentação” na página do Zoo, encontramos um resumo dos objetivos de educação ambiental:

Um dos princípios básicos da Educação Ambiental é utilizar ambientes educativos e vários métodos para comunicar e adquirir conhecimento sobre o meio ambiente, dando ênfase a atividades práticas e valorização de experiências pessoais. Assim, as atividades educativas do Parque Zoológico têm como objetivo geral despertar no público o amor à natureza e a importância da preservação da biodiversidade vegetal e animal. (FZB RS, 2017).

Já as “dicas” colocadas no *site* como avisos prévios e apelos aos visitantes são de extrema importância, e encontramos algumas delas em placas no passeio do parque:

Colocar o lixo nas lixeiras; Ruídos estridentes são desagradáveis aos animais. Evite gritarias; Respeitem as plantas. Admirem as flores e não as colham. Desfrutem da sombra e não danifiquem as árvores; As cercas são os limites de segurança; Os animais não são mansos. Não os toquem; Os insetos são alimentos para muitas espécies de aves. Observe-os para aprender. Não os mate; A saúde dos animais ficará comprometida se receberem alimentos inadequados. O zoológico provê o necessário. Não lhes jogue alimentos; Desligue o rádio e escute o som da natureza; O recinto dos animais é o seu lar. Respeite a casa deles não jogando objetos; Os professores são responsáveis pelos alunos. Façam que estes lhes acompanhem. (FZB RS, 2017).

As imagens abaixo ilustram as placas das quais falei acima. Considerei importante trazê-las, inclusive utilizando sua estética antiga para simbolizar duas coisas: por um lado, o fato de que a preocupação com o bem-estar dos animais não é nova e, por outro, que essas placas não foram renovadas, ou não foram feitas com material apropriado para resistir mais às intempéries. Inevitável um desvio poético no meu olhar de ver nelas uma estética que ao mesmo tempo é triste e educativa, nostálgica, que informa, ensina, mas também apela ao livre arbítrio de cada um, sem ter qualquer opção de imposição ou intimidação.



FIGURA 47 - Placas informativas
Fonte: Acervo da autora

Eu leria cada uma dessas chamadas “dicas” supracitadas como mais intrínsecas a uma educação ambiental do que muitas atividades propostas como tal e, na verdade, nada mais são do que alertas básicos para o comportamento humano no zoológico. Daí a necessidade de problematizar politicamente a nomenclatura, mas paradoxalmente, de não entrar na discussão bilateral, com os educadores locais que estão seguindo regras e tradições. Não podemos esperar que as metamorfoses venham somente “de cima”, mas também não podemos estar cegos ao processo sistêmico político, procurando revolucionar, inertemente, o que está solidificado pela ordem imposta. A Complexidade se aplica aqui a pensar a multidisciplinaridade em todos os âmbitos, e desconstruir velhos costumes a partir da empatia e da reflexão crítica.

Percebe-se a ênfase na aprendizagem do aluno, em se falando de Educação Ambiental, mesmo quando o ensino em si se refere, claramente, a questões da disciplina de biologia, dialogando com o capítulo anterior, quando problematizamos a relação entre a Educação Ambiental e as aulas de ciências. Esta questão é uma constante em todos os locais visitados, por ser já um padrão tradicional de educação ambiental aplicado junto aos processos de conscientização da vida selvagem e da relevância da biodiversidade.



FIGURA 48 - Cartaz informativo sobre projeto de preservação à biodiversidade, colocado no Centro de Educação Ambiental
Fonte: Acervo da autora.



FIGURA 49 - Painéis para fotografia, no Centro de Educação Ambiental
Fonte: Acervo da autora.



FIGURA 50 - Cartaz informativo alertando sobre a violência contra os bugios em função da febre amarela
Fonte: Acervo da autora.

Posso concluir que, depois da conversa e análise do zoo e de seu projeto, da forma que me foi possível, as medidas tomadas para a educação do público são absolutamente necessárias, independente se a nomenclatura de Educação Ambiental se aplique ou não. As relações de negligência da complexidade da vida dos animais pelas pessoas, e suas consequentes violências demandam formas emergenciais de refrear ou desacelerar o problema. No entanto muitas das situações negativas que vimos aqui poderiam ter sido evitadas não fosse a tradição da exibição de animais em cativeiro. É provável que o fato da exibição de parte dos animais seja visto, atualmente ou logo, apenas como segundo plano pela sua recuperação ou salvaguarda no local estabelecido. O que não desresponsabiliza nem perdoa tudo o que venha de execrável no cativeiro para exibição.

De toda forma as pessoas da FZB-RS receberam-me com rara e notável atenção e transparência, não demonstrando qualquer receio ou defensiva à pesquisa, mesmo esclarecidas de meu ponto de vista ideológico. Foi-me dito também que a relação entre os zoológicos e os grupos de proteção animal supostamente contra eles deveriam reconhecer a necessidade do diálogo entre ambos, pois às vezes as instâncias precisam uma da outra. Concordo e dou ainda mais um motivo para essa necessidade, a de que os animais, momentaneamente, não ganham muito em uma disputa ideológica entre pessoas. Contudo e, como sempre, o fato de presenciar e observar os animais em cativeiro só me confirma a agonia e a frustração em mim mesma, quando os observo e rememoro esta observação, e ainda mais ao pensar neles mesmos, em sua própria situação individual de agonia e frustração. Mesmo não sendo “culpa” de ninguém, mesmo sem enxergarmos um vilão específico, mais uma vez a empatia e o “olho no olho” dizem mais do que mil palavras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas comumente têm medo da mudança porque temem o desconhecido. Mas a única grande constante da história é que tudo muda.

(Yuval Harari -Homo Deus)

Era o canário; estava no galho de uma árvore. Imaginem como fiquei, e o que lhe disse. O meu amigo cuidou que eu tivesse doido; mas que me importavam cuidados de amigos? Falei ao canário, com ternura, pedi-lhe que viesse continuar a conversação, naquele nosso mundo composto de um jardim e repuxo, varanda e gaiola branca e circular...

– Que jardim? Que repuxo?

– O mundo, meu querido.

– Que mundo? Tu não perdes os maus costumes de professor. O mundo – concluiu solenemente – é um espaço infinito e azul, com o sol por cima.

(Machado de Assis- Ideias de Canário)

A problemática da manutenção dos cativos animais hoje é ainda mais complexa do que imaginei, carregada de paradoxos, contradições, e cujo vilão é múltiplo e invisível, ao mesmo tempo.

Frequentemente, se não sempre, as conclusões acerca da busca por uma Educação Ambiental, tanto no âmbito dos estudos científicos como em palestras ativistas, motivacionais ou escolares, visam uma abertura de horizontes, de forma geral. Não à toa. A educação Ambiental necessita, como a ética, correr contra a maré, e tirar as pessoas de sua zona de conforto. Porém, hoje em dia, até mesmo a abertura de horizontes deve ser feita com cautela, e se ela não for focalizada para o bem, para a descoberta do que é importante, para nossa aprendizagem de coisas realmente relevantes, então poderá se tornar mais um monstro massacrante de nossa energia, nosso tempo, nosso cotidiano.

Mesmo para questões muito prudentes e dignas de nossa atenção, a avalanche de informação pode nos paralisar. Temos sempre a sensação de que não vimos tudo o que poderíamos sobre alguma coisa, não conhecemos tudo o que a mídia nos apresentou, mesmo sobre o assunto que tentamos dominar, estamos sempre muitos passos atrás das novidades e da história, agora bruscamente acessíveis. Eu mesma, neste momento, estremeço de pensar em quantas coisas não falei, quantas obras não citei, de quantas informações disponíveis posso ter me furtado, sem ter certeza se eram realmente importantes, ou sequer sabendo de sua existência. A ciência hoje continua dura, ainda que talvez mais verdadeira, porque sempre corremos o risco de estar ignorando algo. Além disto, o mundo inteiro “acontece” em uma rapidez *inacompanhável*. Para nos ajudar a dar atenção ao que realmente importa, pelo menos do ponto de vista científico, Harari nos ajuda, falando em três processos interconectados que são os que mais merecem nossa atenção:

1. A ciência está convergindo para um dogma que abrange tudo e diz que organismos são algoritmos, e a vida, processamento de dados.
2. A inteligência está se desacoplando da consciência.
3. Algoritmos não conscientes mas altamente inteligentes poderão, em breve, nos conhecer melhor do que nós mesmos.

E daí, que surgem três questionamentos-chave, segundo ele:

1. Será que os organismos são apenas algoritmos, e a vida apenas processamento de dados?
2. O que é mais valioso – a inteligência ou a consciência?
3. O que vai acontecer à sociedade, aos políticos e à vida cotidiana quando algoritmos não conscientes, mas altamente inteligentes nos conhecerem melhor do que nós mesmos? (HARARI, 2016, p. 398, 399).

Diante de todos estes questionamentos ficamos perplexos, não pelo absurdo que afirmam, antes pelo contrário, porque cada uma dessas afirmações e perguntas já não pertence mais ao campo da hipótese. Levando em conta as reflexões éticas deste trabalho, eu responderia a cada uma delas de forma muito simples: 1. Não, a vida não é somente processamento de dados, e devemos fazer o impossível para manter a mentalidade coletiva que lutará por essa máxima, quando chegar a hora; 2. A consciência é mais valiosa que a inteligência, pois nunca pode ser encontrada em uma máquina, e vidas valem mais que máquinas; 3. Não tenho certeza do alcance deste caos, mas só posso supor que ele representa a morte da autonomia e singularidade de cada sujeito. Todas as provocações de Harari, ou com as quais lidamos todos os dias, podem ser melhor trabalhadas e refletidas sob o método da complexidade. A admissão de que não é possível dominar tudo, que uma ideia nova nasce a cada segundo, e que não estamos separados de tudo isto, nos dá a segurança que necessitamos para continuar a pensar.

Retomando questões específicas desta pesquisa, recorro a introdução deste trabalho, procurando agora, na conclusão final, responder cada um de meus questionamentos (em itálico, para facilitar a leitura, e porque é uma reprodução da introdução) sobre a Educação Ambiental, sintetizando aqui o extrato de suas respostas:

Ela é baseada em quê? No ensino de biologia e ecologia, enfatizando a importância da conservação e do apelo e alerta para o horror do tráfico de animais; *Construída por quem?* Pelas associações zoológicas, e por cada instituição específica; *Depende de quê?* De guias – educadores ambientais, animais de exibição e público; *É destinada a que público?* Todos, mas especialmente aos educandos – crianças e jovens; *Para quê?* Para ensiná-los sobre a importância dos animais, utilizando-os, mas eu também afirmo que a legitimação da atividade enquanto categoria de educação regulariza uma situação indesejável que procede na manutenção dos animais presos; *Até quando será necessária?* Segundo os zoológicos e criadouros, sempre

será necessária, eu também concordo com isso, mas não com a forma como se tem feito; *É necessária?* Sim; *Quem adota, propõe, apossa, utiliza o conceito?* Todos aqueles que acreditam estar fazendo e recebendo educação ambiental desta maneira; *Quem o ratifica, retifica, legitima, fiscaliza ou critica o conceito?* Idem à resposta anterior; *Quais as perdas e ganhos derivados desta “Educação Ambiental”?* Perda: dar exemplo que podemos ensinar utilizando vidas como ferramentas; ganho: o apelo à compaixão na observação da indignidade da situação do animal cativo; *Em que medida ela funciona?* Seria necessária uma segunda pesquisa, focada no público, para poder responder a esta pergunta, mas eu tenho profundas reservas sobre seu funcionamento; *Seu propósito está claro para seu proponente e para seu público?* Não creio que o propósito esteja muito claro. Mas mesmo se estiver, ele não dialoga com a educação ambiental ética, crítica, política e reflexiva.

No que concerne aos Objetivos Específicos, apresentados na Introdução, foi pretendida a busca de respostas às seguintes questões diretamente relacionadas à problemática central deste trabalho: *Mesmo sendo feitas pesquisas científicas de animais em cativeiro, em que medida essas pesquisas podem colaborar para a qualidade de vida daquele animal ou do grupo selvagem de sua espécie?* Observei uma quantidade insignificante deste processo por pessoas externas aos zoológicos, não possuindo autoridade para responder a isso, mas empiricamente é possível inferir que as poucas pesquisas puras de que soube são um fim em si mesmas, não melhorando a vida dos animais em si. Muito embora alguns dos próprios zoológicos realizem pesquisas, as quais aí, sim, são úteis ao manejo e compreensão da vida selvagem; *Em que medida uma ética em relação à vida e bem-estar do animal é aplicada nas instalações dos cativeiros para fins de entretenimento/apredizagem humano?* Na menor medida possível, sempre objetivando o bem-estar do público, em primeiro lugar, e quando a preocupação é maior, a força política com a verba não corresponde aos objetivos pontuais do pessoal preocupado com a questão; *Que visão e políticas de Educação Ambiental têm os idealizadores/gerenciadores dos locais de exibição de animais?* Uma visão antropocêntrica e biologizante; *Que pensamentos e comportamentos na contemporaneidade fortalecem a continuação da cultura da utilização dos animais em cativeiro para fins de entretenimento humano?*

A mesma febre por domínio da natureza constante há séculos, porém hoje com filtros morais que, de fato, melhoraram as ações e motivos, mas que não subtraíram, por completo, a ideia de superioridade. O *Homo deus* é uma boa ilustração do que já está vindo a seguir na história da humanidade, e que inclui nossa relação com outros animais; *Quais as possibilidades do animal em cativeiro usufruir de uma qualidade de vida levando em conta*

seus instintos e necessidades? Praticamente nenhuma, dependendo do animal e situações pontuais; *Até que ponto se justifica a permanência dos pressupostos do domínio do ser humano sobre a natureza justificados por uma filosofia de base religiosa no comportamento contemporâneo de manutenção de animais em cativeiro?* Tem se justificado na falácia de que este domínio faz bem aos animais, ao planeta e educa pessoas. Criticamente trata-se do uso de uns "óculos" com uma nova lente a vislumbrar a situação, fato em si que não mudou quase nada, ou seja, as pessoas estão vendo os zoológicos de forma diferente, mas os animais não. Este é o principal ponto de nossa crítica.

A fim de concluir meus resultados, rememoro minha certeza prévia de que os zoológicos e criadouros eram sempre lugares muito ruins para os animais, que o sistema de manutenção desses locais era especialmente o vinculado ao mercado, ao lucro, e que todos os indivíduos abrigados nesses locais deveriam ser soltos o mais logo possível. A pesquisa provou que, em parte, eu estava certa. Se levarmos em conta os Direitos Animais, ou ainda antes, a ética, o sistema de permutas para aquisição de animais para zoológicos é algo que deve ser descartado o quanto antes. E para isto devem ser repensadas as bases de justificativas de biologia da conservação, já que ninguém pode afirmar que o tanto de infelicidade de alguns indivíduos em cativeiro (meios) justificaria novos nascimentos de seus descendentes para continuarem o processo de exemplificação de sua espécie (fins). A ironia desses locais, não posso me furtar de recolocar, é a atração de vários animais selvagens em liberdade, tanto na busca por abrigo e comida, quanto utilizando o próprio espaço amplo do local. Poderia imaginar que outra causa para o fenômeno possa ser a busca por proximidade com alguns semelhantes seus que se encontram presos⁷².

Em relação aos animais socorridos de ocasiões adversas, parece-me estar havendo um lema de "unir o útil ao agradável"; já que os animais não podem ser liberados, serão úteis onde estiverem; e aí entra uma educação ambiental biologizante, muito mais vinculada, como vimos, às aulas de ciências, do que ao respeito à vida. Como vimos, os animais chegados de tráfico, acidentes ou incidentes são em número tão grande que, mesmo possuindo licença para comprar novos indivíduos, alguns zoológicos não o fazem. Por dois motivos: não precisam, do ponto de vista que já têm muito que mostrar; e principalmente porque nem teriam local adequado para recebê-los, tendo em vista a natural lotação.

⁷² Relembro que no São Braz havia sempre um tucano "da natureza", ou seja, livre perto do recinto dos tucanos do criadouro. Ele posava e sobrevoava o local, diariamente. E podíamos vê-lo tão bem como víamos o que estava cativo.

Concluo, portanto, que a recepção dos animais apreendidos machucados ou sofrendo maus tratos é, sim, a tomada de decisão mais ética possível no momento emergencial, pois se conecta ao cuidado com a vida. O desprezo desta situação por qualquer purismo ideológico de nos afastar dos animais não configura uma medida ética, porque ignoraria o sofrimento do outro, negligenciando um auxílio possível. De qualquer forma a manutenção no cativeiro após a recuperação do animal deveria ser mais problematizada, e deveria haver maior vontade política da instituição e órgãos responsáveis (SEMA, IBAMA...) para que o retorno do animal ao habitat fosse possível ou, não sendo, para realmente proporcionar o melhor estado possível para o resto da vida do animal em cativeiro, considerando sua própria natureza e segurança e não priorizando o conforto para usufruto do visitante humano.

Sobre a problemática que se tornou maior do que havia previsto, a da conservação de espécie, e para a qual minha opinião é deveras polêmica, devo prestar maior esclarecimento, explicando os motivos que me levam a ser contra uma conservação para vida de vitrine: Se a caça para exposição, curiosidade e diversão humanas, bem como a destruição dos habitats foram ações de dominação humana exacerbada sobre outras espécies, também a manutenção dessas espécies, ignorando um processo histórico natural, ainda que cruel e injusto, protagonizado pelo animal humano, não deixa de ser um exercício de *Homo deus*, e como tal, seu valor ético é muito questionável.

A motivação sobre a soltura de animais criados quase que artificialmente para recompor um ecossistema é deveras benévola, visionária, quase fantasiosa. Contudo não há garantia alguma de que sequer haverá ecossistema para cada bisnetinho dos lobos-guará, por exemplo, hoje em cativeiro. Considerando, é claro, que as instituições consigam implementar, efetivamente, programas de criação de filhotes para reinserção na natureza, absolutamente diferentes do sistema que simplesmente os deixam crescer no recinto com ou sem suas mães naturais. E pressupondo também que até lá os caçadores tenham mudado de *hobby* (o que só será possível por meio da educação – essa sim – ambiental), abafando seu instinto primitivo, e canalizando essa energia para o esporte, ou algo que o valha.

De qualquer maneira a pergunta que devemos fazer é: Por qual motivo manter uma espécie? E a que custo? Não há remediação para todos os estragos humanos. A biologia da conservação, na melhor das intenções assim o deseja, mas a aplicabilidade prática e o sacrifício de vários indivíduos vivos hoje nos fazem pensar para além das manchetes bonitas e politicamente corretas. As propagandas sobre um mundo melhor para todos em um cenário com aves coloridas diz muito mais sobre nosso encanto em vê-las do que sobre o direito das aves em ir e vir, ou mesmo eventualmente, de nem surgirem em frente ao nosso olhar.

Hoje em dia, muito mais do que na década de noventa, não é absurdo pensar que os roteiros dos filmes sobre um parque de dinossauros sejam completamente realizáveis no mundo real, como refleti no capítulo da Educação Ambiental. Ao observarmos o ritmo do *Homo deus*, quem duvida de tais feitos está desatualizado. Da mesma forma não conseguimos uma resposta melhor do que “Mostrar do que somos capazes!” à pergunta: “Por que poderíamos desejar reviver os dinossauros?”. Não podemos nos enganar pela beleza da vida enquanto possibilidade, semente, desprezando a vida em si, vivente.

Desta forma mais ético, mesmo enquanto espaço lucrativo, é que os zoos utilizassem o capital não só nas “melhorias” do espaço físico, mas em projetos de reinserção de animais na natureza selvagem, bem como na recuperação de habitats. Popularizar e ensinar sobre essas ações, bem como educar olhares para este fim seria sim uma Educação Ambiental mais afetiva e mais ética.

Fazer nascer, fazer morrer, prender, transportar e assistir animais mentalmente doentes não podem ser, nem de longe, e nem sob justificativa alguma, atitudes necessárias à educação ambiental. Aliás, nenhum tipo de educação, sequer deveria ser conivente com essas ações. Essa assimilação/relação assassina anos de ascensão moral do ser humano, e justo com a bênção do que é mais caro ao desenvolvimento humano civilizado, a educação. Tem que haver algo de muito errado nisso.

Partimos do ser humano para a escrita deste texto, e a ele retornamos, sem tê-lo deixado no decorrer do estudo, mas ainda assim aclarando mais sua participação no princípio deste trabalho, e agora, no final. Partimos conhecendo e reconhecendo o que o *Homo sapiens* possui de mais primitivo e brutal, para compreender a continuidade dessas características nos *Homo sapiens* de hoje. Porém, afortunados, reconhecemos o que ele pode construir usando sua potência para o bem, ainda que continue a carregar alguns de seus instintos mais rudes.

A estrutura moral edificada pelo *Homo sapiens* a partir da sua objetividade e da sua subjetividade, ou seja, a partir de sua mentalidade racional e de seus sentimentos mais profundos deu origem a conquistas inimagináveis, entre eles o êxito da Educação Ambiental, um campo do conhecimento que nos leva a repensar, permanentemente nossas relações no mundo, no único que temos, por enquanto. Por que essas relações são importantes? Porque nunca estivemos sozinhos, e nunca estaremos. Esta reflexão permanente de pensar, olhar, cuidar e proteger o Outro, seja ele um curso de rio ou bicho deve ter advindo e continuar advindo de uma ética humana genuína, desligada de mercados, mídias e tradições, e também desligada da ameaça egoísta da falta de recursos para a nossa espécie.

Os recursos ambientais fundamentais à vida humana são, praticamente, os recursos ambientais fundamentais a qualquer outra vida. Não deixemos que “pintem de verde” tudo aquilo que legitima o aniquilamento do que queremos proteger, do que queremos que exista, simplesmente, e daqueles que achamos que não devem padecer, porque isso seria injusto. Porque sim, nós construímos a ideia de justiça. E o ente vivo, incluindo nós mesmos, só sabe que ela existe se a sente na pele, na *prática*. A justiça também demanda resistência. Resistência à negligência perpetuada pela cultura.

Nestes tempos em que vivemos no nosso país, a palavra resistência tem sido uma constante nas ciências humanas e sociais, pela avalanche de perversidade e ambição exercida pelos nossos governos, vexames indecifráveis aos quais nem sabemos mais como responder. Resistir, portanto tem muitos significados, e exige-nos paciências e renúncias. Mas se deixarmos de ser utópicos, se deixarmos de vislumbrar o horizonte, cada vez mais longe, mas também a gente cada vez mais à frente, não teremos mais pelo que caminhar, como nos explicou Eduardo Galeano, em “Las Palabras andantes”, citando Fernando Birri: “*A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*”

Utopias são urgentes, porque colocar em prática algo diferente é também urgente. Se os meios racionais não estão sendo suficientes para apresentar a pertinência de sua relação estreita com o mundo (como de fato nunca o foram), talvez seja hora de elevar a arte, a utopia e a subjetividade (a “demência” genial) para um âmbito mais realista – que não a faça, porém, perder sua categoria de poético, de afetivo. Trata-se de um movimento natural e circular de degeneração e regeneração, porém com uma proposta de mudança metodológica. Todas as potencialidades da relação entre utopia e estética serão bem-vindas como resoluções possíveis no debate acerca dos Direitos Animais e Educação Ambiental. Nadja Hermann nos confirma que:

A consciência estética permite um estranhamento a respeito de algo que nos afeta intimamente. A verdade obtida pela consciência estética é um modo lúdico de representação, que se realiza no jogo, uma das experiências humanas mais fundamentais. A estética modifica quem a vivencia e permite ver o mundo sob uma nova luz. (HERMANN, 2005, p. 29).

Não resta dúvida de que há meios ético-estéticos para exercitar a reflexão sobre os problemas de nossa relação com o resto da natureza, também não resta dúvida que muitos dos

animais existentes na Terra hoje são vítimas de um fascismo⁷³. Não contextualizarei esta palavra, historicamente por acreditar não ser necessário e para não traçar desvios maiores ao meu foco. O que preciso complementar é que não acredito na cura (sim, cura) de um fascismo através de outro fascismo. Com isso quero dizer que o movimento em prol da defesa dos animais deve concentrar-se, como muito o tem feito mundo afora com diversas ONGs através da demanda do amor, de um amor como sentimento doce e puro, de querer testemunhar o não mal, sem ver a quem.

A intolerância, sentimento compreensivelmente comum em muitas pessoas já sensíveis para a causa animal, em nada ajuda a conquista de adeptos. E quando tratamos de conquista de adeptos não se quer fazer um novo grupo político uma nova ordem social, embora, como vimos, seria um movimento bem natural do *Homo sapiens*. Também por isso foi importante desvendar este *Homo sapiens* para dissuadir o famoso, e não impróprio, mas quase sempre estéril, denunciismo, assim como a ode às advertências e decepções para com a espécie humana. O que devemos desejar é o bem pelo bem, a ética, na sua significação prática mais simples e absoluta. Isso porque nossa bandeira não é um partido, uma pessoa, uma ONG, uma teoria, e nem mesmo uma causa específica. Nossa bandeira deve ser a ética para com todos que a merecem, e os animais a merecem.

Este é o êxito: A conclusão de que se disparamos na escala intelectual em relação aos outros animais, nossos irmãos biológicos, que sejamos em todas as escalas da inteligência, inclusive de uma inteligência moral e ética. Porque a ética é o que nos move contra nossa própria barbárie, é o que considerando a natureza das coisas e seres, nos orienta a redirecioná-las. De certa forma a ética é também uma resistência à natureza, não sua simples compreensão.

Retomando finalmente minha pergunta inicial, que é: Como se justifica a permanência do domínio humano sobre a natureza no comportamento contemporâneo de manutenção dos animais em cativeiro, e qual a função da Educação Ambiental neste tema?

Essa permanência é justificada pela ideia de utilização, de coisificação da vida, de ambição do humano em conquistar maior poder e aproveitamento de tudo o quanto a natureza possa oferecer, mesmo de suas “falhas”. As raízes deste comportamento são grandes responsáveis por sua manutenção: instinto; racionalidade, religião, cultura e tradição. Porém nenhum desses comportamentos é absoluto e imutável. Essa condição é intrínseca ao humano,

⁷³2. [Política] Tendência para o excesso de autoritarismo ou para o controle ditatorial. "fascismo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/fascismo>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

tanto quanto sua capacidade de superá-la, no seguimento da ideia de ética. Tanto o sujeito humano como a espécie *Homo sapiens* apresenta resiliência e capacidade de superação de seus próprios limites. Bastariam esclarecimentos, exercícios de empatia, reflexões racionais ou, na pior das hipóteses, dar tempo ao tempo (no sentido da renovação natural e demorada de pessoas que, deliberadamente, não mudarão de pensamento e atitude).

Já a função da Educação Ambiental neste tema é problematizar essa relação, buscando uma aprendizagem de respeito à vida, à outridade, e desprezando tudo o que seja contrário a isto. Infelizmente a chamada educação ambiental que encontrei sendo praticada nos locais estudados continua sendo antropocêntrica e biologizante, no sentido que coloca a vida a serviço do ensino de uma ecologia⁷⁴. Ora, que importância terá o ensino sobre a ecologia, quando aquilo que a configura enquanto “eco” deixar de existir? Além do que, como copiei em rodapé, a ecologia estuda a relação dos seres com seu meio natural, e não andando em círculos por horas a fio em um espaço de dez metros quadrados, ou mais, ou muito menos, não importa.

Minha resposta leva em conta a experiência e estudos que venho desenvolvendo desde que estipulei este problema de pesquisa, e posso informar, assertivamente, que a justificativa da permanência do domínio humano sobre os animais também tem uma raiz especista, que se configura como um tipo de exploração humana sobre seu meio, tal quais vários outros tipos de exploração. A diferença é que, com o passar dos tempos, as nomenclaturas para tal exploração vêm sendo modificadas a fim de adaptarem-se à aceitação social. Enquanto o animal em cativeiro, assim como vários outros animais, continuarem sendo vistos como coisas, desprovidos da consideração do seu valor intrínseco enquanto ente vivo, não haverá mudança, e o comportamento humano seguirá em atalhos para perpetuar a cultura tal como a conhecem, sem força ou interesse para aceitar, inovar, ou anunciar uma mudança de paradigma. Portanto, a manutenção de animais em cativeiro, apesar de apresentar um cenário que tem se dinamizado, ainda está estabelecida como necessidade atual. O perigo é que esse movimento dinâmico, que poderia representar libertação, somente dê nova roupagem à escravidão e à exploração.

Neste sentido, como já coloquei, o papel da Educação Ambiental é romper com as justificativas e tradições e, em primeiro lugar, não ser, ela mesma, uma justificativa, nem transformar-se em tradição, para esse processo. A ecologia da ação, de Morin, novamente é

⁷⁴e-co-lo-gi-a (*substantivo feminino*) Parte da Biologia que tem como objetivo o estudo das relações dos seres vivos com o seu meio natural. "ecologia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/ecologia>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

lembrada aqui. Às vezes, a melhor das intenções pode determinar aquilo que abominamos. Entretanto, sequer há provas de que a perpetuação de zoológicos e criadouros em nosso século vão se ajustar a partir de estratégias bem intencionadas.

Pode ser que haja, sim, e mesmo hoje, um vislumbre “maquiavélico” capitalista por parte de muitas pessoas que sugam, financeiramente, a oportunidade da exploração e apresentação dos animais confinados, sem qualquer preocupação ética real. E não podemos deixar que o termo Educação Ambiental sirva de fantasia legitimadora para essa prática inadequada, desumana, impiedosa, repugnante, e já vencida em nosso tempo intelectual. Uma Educação Ambiental reflexiva, ética e crítica deve insistir, com todo o cuidado, que os animais confinados e tudo o mais que é exploração animal, não representam, de forma alguma, o mundo que buscamos; assim não pode estar associada e nem ser cúmplice das atividades que deseja combater.

Mas para isto é necessário que o tema dos Direitos Animais seja mais acolhido e popularizado nos discursos sobre Educação Ambiental. Pois a educação é a porta de entrada para a civilização moral. A educação permite a reflexão, levando em conta racionalidade e emoção, ciência e empatia, fraternidade e senso de coletividade, reciclagem de saberes e de fazeres. Só através dela é possível romper com as tradições descontextualizadas de nosso século, e com a normalização do horror, vinculada aos nossos *imprintings*. Pois através da educação a própria ética é realizável.

A Educação Ambiental é, sim, um campo vasto que permite, aceita, incorpora, abrange e inclui os mais diversos saberes e campos do conhecimento. Mas esta deve ser sua boa característica, e não aquilo que a dilui na iminência da abstração. Neste sentido, os Direitos Animais devem ser impulsionados a também pertencer a ela, especialmente nos casos em que ela, a Educação Ambiental, está sendo desqualificada por prestar-se, erroneamente, a propósitos maliciosos ou duvidosos, como no caso deste tema de pesquisa. Já que o termo Educação Ambiental tem sido usado na tentativa de servir a diversas propostas antropocêntricas que não representam o que se tenta construir eticamente neste campo. Talvez isto aconteça porque o termo Educação representa uma condição, uma possibilidade, uma espécie de serviço humano. E nossa cultura comum, essencialmente na busca do progresso humano tanto material como mental, utiliza-se de quaisquer recursos para promover o que propõe.

Ainda assim, não tenho como apresentar uma solução única que substitua isso que chamo de erro e de apropriação indevida da Educação Ambiental. Os animais que estão condenados a permanecer nos cativeiros estão submissos a qualquer propósito que lhes for

dado, já que ainda são vistos como “coisas”. De certa forma, poderíamos desejar que eles sirvam de exemplo para que outros de sua espécie não sofram naquela situação, como se fossem heróis que se sacrificam. Porém, a verdadeira ética não nos permite tal atitude, pois isso ainda representaria uso, o uso indevido de uma vida que importa por ela mesma. Ignorando a burocracia e as demais dificuldades, nossa problemática está resolvida, teoricamente, desde uma visão abolicionista: Nenhum animal deve estar confinado, sob nenhuma justificativa, e aqueles que, verdadeiramente, não apresentem condição de volta à natureza devem ser tratados da melhor forma possível enquanto viverem, sem serem usados como objetos de espetáculo, seja qual for o espetáculo, incluindo entretenimento, pesquisa e Educação Ambiental. Tanto porque isso lhes trará desconforto (dor, medo, irritação...) quanto pela imoralidade da ação que serve de exemplo a outros humanos.

Então a questão não é simplesmente ser contra a exibição de animais, ou o contato entre pessoas e animais. A questão é, em primeiro lugar, cuidar da vida que se encontra fragilizada, e que não possa mais responder por si mesma, da melhor forma possível. Podemos imaginar que muitas vezes esse cuidado pressupõe o respeito à privacidade do animal, não no sentido humano de pudor, mas no sentido de respeitar sua reserva, seus medos e agonias. O outro problema da exibição para educação é mais humano do que animal, como já foi dito diversas vezes neste trabalho: a imoralidade do *uso* de animais, pior ainda, esta atividade vista como um ensino pró-ambiental.

Mesmo não tendo uma única resposta final acerca de como extinguir a exploração animal nos cativeiros, seria impertinente que eu encerrasse este trabalho sem apresentar algumas propostas, ainda que somente no nível da teoria e da sugestão. Meu ponto de vista para tanto é institucional/prático; filosófico; e educacional. São elas:

1. Maior empenho em apoiar projetos de reinserção dos animais cativos em seus habitats naturais, bem como em projetos de enriquecimento ambiental para os recintos dos “casos perdidos”;
2. Proibição da reprodução dos animais para a manutenção dos cativeiros;
3. Aumento da fiscalização e prevenção do crime de tráfico de animais;
4. Extinção da autorização de compra e criação de animais silvestres, a partir de regularizações dos órgãos competentes (que permite a criação doméstica de animais da fauna exótica no Brasil (por total falta de sentido etobiológico e moral). Já que para o animal não faz a menor diferença. Se for para conscientizar o brasileiro sobre a riqueza de sua natureza isso não passaria de um fomento a um nacionalismo tosco, e

de um significativo vazio ético, já que reforçaria a ideia de fronteira e territorialidade para o cidadão, exatamente quando ele deve se sentir um cidadão terráqueo, e não um vivente entre muros. O mesmo vale para a lei invertida, a qual permite que animais da fauna brasileira possam ser comercializados para criação doméstica em outros países.

5. Enfraquecimento do apoio político para novos projetos de cativeiros animais (mas não para abandono de apoio aos que existem, pois os animais que o habitam precisam de mais do que subsistência!⁷⁵), como zoológicos e aquários, mesmo que para fins de pesquisa e “educação ambiental”;
6. Maiores estudos de alternativas para promover a manutenção dos habitats para as espécies selvagens, e não a conservação das espécies selvagens em cativeiro por falta de habitat;
7. Modificação ou anulação das “aulas de ciências” nos zoológicos;
8. Proposição de leituras críticas sobre Educação Ambiental por parte dos proponentes de Educação Ambiental;
9. Ética-estética na Educação Ambiental (durante o doutorado tive a oportunidade de ministrar, em eventos da universidade minicurso e oficina acerca da ética- estética na Educação Ambiental e sua conexão com os Direitos Animais. Testemunho que foram atividades coletivas muito positivas, fluidas, que geraram debates, reflexões novas, quebra de paradigmas, e alguns resultados significativos de produções artísticas dos participantes) Este é um conceito coerentemente aplicável a qualquer público por nós, educadores ambientais, ou quaisquer professores e outros profissionais que estudem os temas e saibam trabalhá-lo estimulando a sensibilidade. Além disso, ele gera frutos sob a perspectiva de microintervenção;
10. Desenvolvimento da ideia de ÉTICA FILOGENÉTICA baseada na empatia – empatia baseada nas semelhanças filogenéticas – um ciclo de respeito dialógico moral/biológico.

Sobre este último item gostaria de escrever mais algumas linhas. Percebida e também idealizada pelo Prof. Dr. Giovanni Maurício a proposta do desenvolvimento teórico de uma

⁷⁵ São notáveis os horrorosos casos de zoológicos abandonados por ocasião da guerra ou falta de verba, como o Montazah Al-Morour, em Bagdá/Iraque, conforme pode ser conferido em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/animais-agonizam-em-zoologico-abandonado-pela-guerra-no-iraque-20962567>>; o South Park Forest na Palestina, conforme: <<https://segredosdomundo.r7.com/250-animais-viraram-mumias-em-zoo-abandonado-da-palestina/>>; e o Zoológico de Caricuao, em Caracas/Venezuela, conforme: <<http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/animais-sao-abandonados-em-zoo-da-venezuela-e-50-morrem-de-fome/>>. Esses são somente alguns poucos exemplos de uma longa lista. As imagens são sempre perturbadoras.

ética filogenética me foi sugerida na ocasião de qualificação de meu projeto de doutorado. Apreciei profundamente a ideia, mesmo reconhecendo minhas limitações temporais e intelectuais para fazê-lo até a ocasião presente. Ainda assim sinto que consegui ter a compreensão do que venha a ser esse campo do conhecimento que deve, sabiamente, aliar biologia e moral, a partir da assimilação da objetividade e subjetividade de nossas raízes vitais, aliadas à apreensão ética. Para tanto, esforcei-me no primeiro capítulo da fundamentação em compreender e demonstrar, resumidamente, o que vem a ser a filogenética e, em seguida, ilustrar nossa empatia na similaridade fisiológica e etológica com outras espécies.

Propositadamente demonstro a aceitação da sugestão do professor Giovanni ao fim do meu trabalho, no intuito de registrar esta proposta como tentativa de resolução do problema de pesquisa apresentado e, ainda, de comprometer-me a continuar estudando, após meu doutorado e de maneira mais focalizada, o termo e significados da “ética filogenética” a fim de colaborar na consolidação da ideia que já existe intuitivamente em diversos lugares. O entendimento desta proposta pressupõe exercermos a ética para com outros seres vivos, em função de nosso irrefutável parentesco com outras espécies desde a origem da vida. Se a aplicação da ética necessita de motivos sólidos e exames apropriados sobre quem merece e quem não merece ser tratado com ética, esta proposta me parece representar a mais completa e complexa sapiência em relação a isto. Também será interessante costurá-la com a ética do respeito à vida de Schweitzer. Felizmente, ou infelizmente, detenho-me até aqui a tratar da ética filogenética, eufórica por ir além nesta ideia, juntamente com o professor que me presenteou com esta proposta, e por quem mais a veja como sólida e revolucionária, tanto quanto eu a vejo.

Continuando a justificação pelo afinamento deste estudo, envolto em tantos temas relevantes, assumo minha compreensão de que a pesquisa configura a expectativa dos discursos de apropriação da natureza pelo homem, com todo o arcabouço histórico e intelectual tradicionais das escritas em Educação Ambiental. Entretanto, justamente por achar este tema de suprema relevância não me aprofundei nele em específico, pois precisava o fazê-lo em relação a uma parte desta grande Natureza: os animais. Assim o faço para focar e recortar na melhor das intenções científicas, e não ignorando todas as implicações complexas da relação humano-natureza. Tendo certeza de que está tudo conectado, mas que não posso falar deste “tudo” nestas poucas páginas.

Em que pese a pretensão de verdade e comparação entre as diversas teorias filosóficas e jurídicas trazidas neste trabalho, afirmo que cada uma delas se completa e se complementa.

A possível transcendência de uma pela outra não anula a primeira, se pensarmos de forma complexa, assim como a última e mais aperfeiçoada não deve ser estimada *ad eternum*. Isso porque as pessoas, as coisas, o mundo, e também os animais estão em constante conexão, adaptação e transformação. Com isto não afirmo, de forma alguma, que esta pesquisa ou as teorias extraordinárias de autores competentes se darão por descartáveis ao longo dos anos, muito antes pelo contrário. Ressalto que cada uma delas, com cada um de seus tópicos, estabelecem o alicerce de um mundo verdadeiramente mais justo, e justamente por isto que, cientificamente falando, não posso escolher uma delas.

Faço minhas as palavras de todos os autores que iluminam este texto. E creio, fielmente, que meu estudo sobre eles conectou-se ao método e fundamento geral da pesquisa. Embora a autonomia para a pesquisa e a escrita seja uma dádiva de um doutorado é necessário referenciar e acreditar nas referências de quem, muito antes de mim, registrou sua preocupação ética para com os animais. E de quem se debruçou e ainda debruça-se sobre questões tão relevantes no plano da Biologia, do Direito, da Filosofia, da Psicologia e da Educação para que eu mesma possa desenvolver minhas próprias ideias e conexões com estas áreas. A educação ambiental assim deve se configurar na interdisciplinaridade sem, no entanto, perder-se na abstração e no vazio do relativismo ético.

Uma área do conhecimento que me encanta, e que não houve fôlego para que eu desse a atenção merecida, embora a pretendesse é a etologia. Por outro lado, além do tempo e de me estender em outras áreas, um dos motivos para eu não ter me aprofundado nela consiste, justamente, no que sustento enquanto causa principal para uma visão mais ampla e apurada da problemática do sofrimento animal: não deveríamos precisar comprovar comportamentos inteligentes dos seres, se cremos que eles merecem respeito pelo que sentem, e não pelo que pensam. Assim esse é um nicho que reservo para estudos futuros.

Minha intuição de ação individual após esta pesquisa é voltar-me para as potencialidades da minha profissão de educadora e tentar, ainda que utopicamente, colaborar com os indivíduos em formação para que pensem por eles mesmos e para que não separem sua racionalidade de toda a subjetividade que os compõem ou, em palavras doces e pedagógicas: não divorciarem mente e coração, tendência cultural do tipo de ensino doméstico e escolar que ainda vivemos.

Infelizmente não se pode dizer que cheguei a realizar microintervensões em minhas visitas *in loco*, nos zoológicos e criadouros, mas o quanto pude coloquei meu ponto de vista crítico em relação tanto à minha ideologia, quanto a situações pontuais que presenciei. Pode ser que alguns de meus questionamentos e comentários tenham levado algumas pessoas a

refletirem em prol de uma mudança de pensamento sobre os animais presos, ou ainda podem ter dado a pensar que eu era uma “radical”, intolerante às problemáticas. Em todo o caso tentei, eu mesma, realizar esta pesquisa da forma mais ética possível.

Inspirada na amiga Bianca Pazzini, defensora e autora dos direitos animais, com formação na área do Direito, afirmo que tratar com ética os animais, tema deste estudo, significa desconstruir a hierarquia e o preceito de que nós não somos animais. No atual momento vale mais agir com o que está posto, e não apenas lamentar antigas ideologias. Precisariamos desfazer os erros do passado agora, desconstruindo com eles os degraus da hierarquização e da arbitrariedade nas relações. Talvez nem fosse preciso ter compaixão, ou *ser bom*, se tivéssemos o dever do respeito. E aqui se coloca uma grande colaboração da racionalidade neste campo de estudo. O dever que por hora pode substituir a subjetividade, e que nos esclarece que, como seres civilizados podemos e devemos adotar deveres, neste caso o dever de respeitar.

Podemos concluir, ainda, que, fugindo de um pessimismo arraigado na observação das dificuldades práticas acerca do problema, é notável uma mudança de comportamento na humanidade acerca dos animais que com ela convive. E, assim, acreditando no ser humano como indivíduo complexo, não rotulado ou resumido simplesmente à sua genética ou vida social, percebo que diversas questões empíricas e morais estão implicadas na facilidade ou dificuldade de lidar com as quebras de paradigmas, com as dúvidas, com as noções de certo e errado, e com as pequenas revoluções. É necessário que uma nova ciência, de forma complexa e, portanto, ética, influencie a sociedade ao ponto de considerarmos valorosas todas as vidas que nos cercam, ainda que isto se configure em um lento processo, passo a passo. Certamente é um desejo que esta pesquisa possa ser mais um pequeno passo, dentre os milhões destes pequenos passos.

O mundo, essa eterna selva, está repleto de dramas e egoísmos naturais de cada espécie. Problematizamos as intervenções humanas de transformação do ambiente pela dimensão de suas ocupações, mas todos nós, seres vivos, pensamos primeiro em nós mesmos, pelo menos quase sempre. Não haveria sobrevivência na selva se esse não fosse o princípio instintivo. De fato não vemos o joão-de-barro construindo uma casa para o bem-te-vi. Porém o instinto de solidariedade está em nós, assim como em muitos animais, e é temporalmente incorreto insistirmos que *é chegada a hora da mudança*, porque a hora da mudança são todas as horas. Mesmo no princípio das civilizações tais como as conhecemos já havia gente preocupada com os pobres, com o direito ao livre pensamento, com os animais, etc. Devemos

apenas acelerar metamorfoses e intuitos do Bem, tal como todas as instâncias de nossa atualidade estão aceleradas.

Se no esforço desta pesquisa possa ter faltado bibliografia científica acerca do sofrimento dos animais cativos, não falta o convite ao seu olhar. Pois foi este olhar, o olhar no olho, não apenas nos ferimentos, nas moscas, nas paredes e grades castradoras, na água parada e escura, nos movimentos doentios, mas no olho dos animais, que deu sentido ao meu esforço, a estas páginas, a esta pesquisa, e especialmente à vida desses animais. Vida que existe palpitante, mesmo que quase “escondida”, imersa em seus corpos esgotados de apatia, e suas mentes pulsantes de desesperança. Só posso torcer que os nossos olhares, os olhares dos “sapiens”, mais e mais, se encontrem com os olhares desses animais, e entendam tudo, sem precisar de uma só palavra.

REFERÊNCIAS

BAÉZ, Christian. MASON, Peter. Zoológicos humanos: fotografias de fueguinos y mapuche em El Jardin d'Acclimatation de Paris, Siglo XIX. **Livro LVII de La Biblioteca del Bicentenario**. Santiago, Chile: Pehuén Editores, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental: Documentos de Referência para o Fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.3ed.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação, Órgão Gestor do PNEA, 2014.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental**. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

DARWIN, Charles. **A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **A Origem das Espécies**. Leça da Palmeira (Portugal): Planeta Vivo, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Espinoza: Filosofia Prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DENIS, Leon. Direitos Animais: um novo paradigma na educação. In: ANDRADE, Silvana. (Org.). **Visão Abolicionista: Ética e Direitos Animais**. São Paulo: Libra Três, 2010. p. 172-179.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DESCOLA, Philippe. Estrutura ou Sentimento: A relação com o animal na Amazônia. **MANA** [Online], Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 23-45, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2425.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

EL-HANI, Charbel; MEYER, Diogo. A evolução da teoria darwiniana. **ComCiência** [Online], Campinas/SP, n.107, 2009.

FELIPE, Sônia T. **Acertos Abolicionistas: a vez dos animais: crítica à moralidade especista**. São José, SC: Ecoânima, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FRANCIONE, Gary. **Introdução aos Direitos Animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

FUTUYMA, Douglas. **Biologia Evolutiva**. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética/CNPq, 1992.

GORDILHO, Heron José de Santana. **Direito Ambiental Pós Moderno**. Curitiba: Juruá, 2009.

GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da Educação Ambiental**. Campinas: Papirus, 2007.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **O Futuro da Natureza Humana: a caminho de uma eugenia liberal?** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Direito dos Animais: fundamentação e novas perspectivas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2008.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Direito dos Animais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

MILGRAM, Stanley. Behavioral Study of Obedience. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 67, p. 371-378, 1963.

MORIN, Edgar. **O Método 6: Ética**. Porto Alegre; Sulina, 2011.

_____. **O Método 2: A vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

MORRIS, Desmond. **O Contrato Animal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

NACONECY, Carlos Michelin. **Ética e Animais: um guia de argumentação filosófica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

OLIVEIRA, Sara Monise; OLIVEIRA, Hydée Torres. Fortalecendo a Educação Ambiental nos Zoológicos: reflexões sobre a percepção de recintos educadores para conservação de onças pardas. Revista do Mestrado em Educação Ambiental – **REMEA**, Dossiê Educação Ambiental, Rio Grande: Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, p. 259-289; janeiro a julho, 2015.

OST, François. **A Natureza à Margem da Lei: a ecologia à prova do direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PINKER, Steven. **Os anjos bons da nossa natureza: Por que a violência diminuiu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- REAGAN, Tom. **Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Porto Alegre, RS: Lugano, 2006.
- REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine. **O Pequeno Príncipe**. Rio de Janeiro: Agir, 2009.
- SANDERS, Aline; FEIJÓ, Anamaria. **Utilização de Animais na Investigação e Docência: uma reflexão ética necessária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- SCHWEITZER, Albert. **Cultura e Ética**. São Paulo: Melhoramentos, 1953.
- SINGER, Peter. **Ética prática**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- _____. **Libertação Animal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- _____. Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. **MANA** [Online], Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v2n2/v2n2a05.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- WALL, Frans de. **Eu, primata: por que somos como somos**. Cia das Letras, 2007. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/download-eu-primata-frans-de-waal-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA

ALCOCK, John. **Comportamento Animal**: uma abordagem evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ANDRADE, Silvana (Org.). **Visão Abolicionista**: ética e direitos animais. São Paulo: Libra Três, 2010.

BRÜGGER, Paula. **Amigo Animal**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2003.

ESCOSTEGUY, Angela (Coord.). **Queridos Animais** – Relações humanas & animais: novas áreas profissionais sob enfoque ecológico. Porto Alegre: L&PM, 1997.

FREITAS, Angélica. **Nossos Bichos**: guia dos animais da região de Pelotas e Rio Grande - RS. Pelotas, RS: União Sul-Americana de Estudos da Biodiversidade, 2014.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2012.

HINTZE, Helio. **Ecoturismo na Cultura de Consumo**: Possibilidades de Educação Ambiental ou Espetáculo? Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

KING, Barbara J. **O que Sentem os Animais?** Rio de Janeiro: Odisséia, 2014.

MAJOLO, Marco (Biólogo responsável). **Bichos do Brasil**: Descubra a maior biodiversidade do planeta. v. 1. Gramado, RS: GramadoZoo, 2014.

MÓL, Samilla. **A Proteção Jurídica aos Animais no Brasil**: uma breve história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MORIN, Edgar. **O Método 1**: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____. **O Método 5**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2012.

_____. **A Cabeça Bem Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

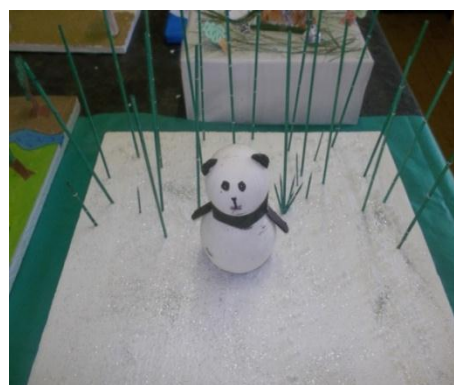
NASCIMENTO, Marcio. **Aves no Rio Grande do Sul**: a problemática do tráfico: educação e conscientização ambiental. Santa Maria: Pallotti, 2007.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina: Ed. Rodrigues, 2001.

SOUZA, R. R.; CARVALHO, D. S.; SINZINATO, D. M. S. Humanos no zoológico – a reação dos visitantes mediante os recintos animais do zoológico municipal de Volta Redonda/RJ. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, VIII, 2007, Caxambu/MG, **Anais...** São Paulo: Sociedade de Ecologia do Brasil, 2017. p. 1, 2.

APÊNDICE A

Registros dos Projetos de Educação Ambiental e Direitos Animais na Escola Municipal de Ensino Fundamental – E.M.E.F. Porto Seguro em 2014






A Generosa Tartaruga

Coitada da tartaruga
Todo mundo a julga
Mas o lixo dos mares
É ela quem junta!

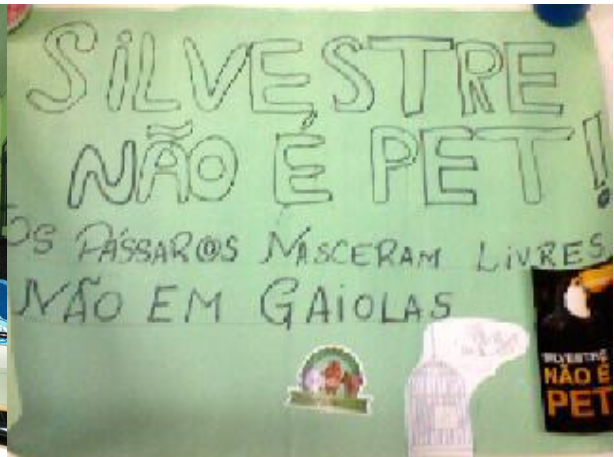
Vem bem devagarzinho
Com calma choca seus
ovinhos
E depois de um tempo
Vem com lindos filhotinhos!

Stefanny Ohara da Silva
5º ano C



APÊNDICE B

Registros dos Projetos de Educação Ambiental e Direitos Animais na E.M.E.F. Porto Seguro em 2015



APÊNDICE C

Registros dos Projetos de Educação Ambiental e Direitos Animais na E.M.E.F. Porto Seguro em 2017



ANEXO A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **PARADOXOS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS DOS CATIVEIROS DE ANIMAIS PARA EXIBIÇÃO SOB PRETEXTO DE ENTRETENIMENTO, PESQUISA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Pesquisador Responsável: Karine Ferreira Sanchez

Telefone para contato do pesquisador(a): (53) 9135.6115/ (53) 8132.6584

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

O motivo que nos leva a estudar o problema/questão da pesquisa: **Como se justifica a permanência do domínio humano sobre a natureza no comportamento contemporâneo de manutenção dos animais em cativeiro, e qual a função da Educação Ambiental neste tema?** é a preocupação com a permanência destes locais sob o ponto de vista das necessidades e bem-estar animal, e também com a manutenção de uma cultura pautada na Antiguidade, quando os animais foram determinados como objetos de uso humano.

A pesquisa se justifica nesta preocupação com a vida de outros seres sencientes, que não somente os humanos, seres que diariamente encontram-se em estado de grande sofrimento. Acredito que os valores de uma sociedade estão ligados às possibilidades/capacidades de empatia e ética, à fraternidade e solidariedade para com as necessidades dos seus próximos, sejam eles humanos ou não. A permanência dos espetáculos envolvendo a utilização dos animais traz um dilema entre ética e tradição que precisa ser superado. Estas atividades estão descontextualizadas se levarmos em conta o desenvolvimento e estágio das ciências e das novas correntes filosóficas. As possíveis “forças maiores” permissivas e fomentadoras deste tipo de atitude parecem se apoiar em argumentos religiosos, capitalistas e tradicionais que precisam ser problematizados por estarem sendo, na prática, postos à frente de uma ética básica.

O(s) procedimento(s) de coleta de dados será/serão da seguinte forma: Observação, participação voluntária e entrevista com o responsável pelo local. Neste local, especificamente, procuro buscar dados sobre a origem local destes animais, como eram tratados antes de virem para cá, como/por que vieram para cá, qual a visão de educação ambiental exercida neste Centro.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE OU DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, Santos de Jesus Braz da Silva, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **PARADOXOS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS DOS CATIVEIROS DE ANIMAIS PARA EXIBIÇÃO SOB PRETEXTO DE ENTRETENIMENTO, PESQUISA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**.

Fui informado(a) pelo(a) pesquisador(a) Karine Ferreira Sanchez dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Autorizo () Não autorizo () a publicação de eventuais fotografias que o(a) pesquisador(a) necessitar obter de mim, de minha família, do meu recinto ou local para o uso específico em sua dissertação ou tese.

Local e data: Criadouro Conservacionista São Braz, Santa Maria/RS, 02 de agosto de 2014.

Nome: Santos de Jesus Braz da Silva

Assinatura do sujeito ou responsável: Santos de Jesus Braz da Silva

Assinatura do(a) pesquisador(a): Karine Ferreira Sanchez



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **CATIVEIROS DE ANIMAIS PARA EXIBIÇÃO SOB PRETEXTO DE ENTRETENIMENTO, PESQUISA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: IMPLICAÇÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS**

Pesquisador Responsável: Karine Ferreira Sanchez
 Telefone para contato do pesquisador(a): (53) 9135.6115

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

O motivo que nos leva a estudar o problema/questão da pesquisa: **Como se justifica a permanência do domínio humano sobre a natureza no comportamento contemporâneo de manutenção dos animais em cativeiro, e qual a função da Educação Ambiental neste tema?** é a preocupação com a permanência destes locais sob o ponto de vista das necessidades naturais dos animais, e também com a manutenção de uma cultura pautada na Antiguidade, quando os animais foram determinados como objetos de uso humano. Solidifica-se assim também como uma pesquisa interna ao campo dos Direitos Animais.

A pesquisa se justifica nesta preocupação com a vida de outros seres sencientes, que não somente os humanos, seres que diariamente encontram-se em estado de grande sofrimento. Acredito que os valores de uma sociedade estão ligados às possibilidades/capacidades de empatia e ética, à fraternidade e solidariedade para com as necessidades dos seus próximos, sejam eles humanos ou não. A permanência dos espetáculos envolvendo a utilização dos animais traz um dilema entre ética e tradição que precisa ser superado. Estas atividades estão descontextualizadas se levarmos em conta o desenvolvimento e estágio das ciências e das novas correntes filosóficas. As possíveis “forças maiores” permissivas e fomentadoras deste tipo de atitude parecem se apoiar em argumentos religiosos, capitalistas e tradicionais que precisam ser problematizados por estarem sendo, na prática, postos à frente de uma ética básica.

O(s) procedimento(s) de coleta de dados será/serão da seguinte forma: Observação, participação voluntária e entrevista com o responsável pelo local. Neste local, especificamente, procuro buscar dados sobre a origem destes animais, como eram tratados antes de virem para cá, como/por que vieram para cá, e qual a visão de educação ambiental exercida neste Centro.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE OU DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, Rafael Sittoni Golzner, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **CATIVEIROS DE ANIMAIS PARA EXIBIÇÃO SOB PRETEXTO DE ENTRETENIMENTO, PESQUISA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: IMPLICAÇÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS**.

Fui informado(a) pelo(a) pesquisador(a) Karine Ferreira Sanchez dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Autorizo () Não autorizo () a publicação de eventuais fotografias que o(a) pesquisador(a) necessitar obter de mim, de minha família, do meu recinto ou local para o uso específico em sua dissertação ou tese.

Local e data: Quinta da Estância, Viamão/RS, 21 de novembro de 2016.

Nome: Rafael Sittoni Golzner - Quinta da Estância

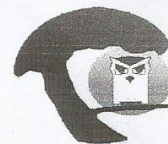
Assinatura do sujeito ou responsável: Rafael Sittoni Golzner

Assinatura do(a) pesquisador(a): Karine Ferreira Sanchez

ANEXO C



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **CATIVEIROS DE ANIMAIS PARA EXIBIÇÃO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: IMPLICAÇÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS**

Pesquisador Responsável: Karine Ferreira Sanchez

Telefone para contato do pesquisador(a): (53) 99135.6115

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

O motivo que nos leva a estudar o problema/questão da pesquisa é: **Como se justifica a permanência do domínio humano sobre a natureza no comportamento contemporâneo de manutenção dos animais em cativeiro, e qual a função da Educação Ambiental neste tema?** Trata-se da preocupação com a permanência destes locais sob o ponto de vista das necessidades e dignidade do animal, e também com a manutenção de uma cultura pautada na Antiguidade, quando os animais foram determinados como objetos de uso humano. Este trabalho é limitado a estudar a questão no estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa se justifica nesta preocupação com a vida de outros seres sencientes, que não somente os humanos, seres que diariamente encontram-se em estado de grande sofrimento. Acredito que os valores de uma sociedade estão ligados às possibilidades/capacidades de empatia e ética, à fraternidade e solidariedade para com as necessidades dos seus próximos, sejam eles humanos ou não. A permanência dos espetáculos envolvendo a utilização dos animais traz um dilema entre ética e tradição que precisa ser superado. Estas atividades estão descontextualizadas se levarmos em conta o desenvolvimento e estágio das ciências e das novas correntes filosóficas. As possíveis “forças maiores” permissivas e fomentadoras deste tipo de atitude parecem se apoiar em argumentos religiosos, capitalistas e tradicionais que precisam ser problematizados por estarem sendo, na prática, postos à frente de uma ética básica.

O(s) procedimento(s) de coleta de dados será/serão da seguinte forma: Observação, participação voluntária e entrevista com os responsáveis pelos locais visitados. Eventualmente serão realizadas entrevistas com outras pessoas que possuam experiência no assunto e que atuem no Rio Grande do Sul.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE OU DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, Lauro Jairo Jilio, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **CATIVEIROS DE ANIMAIS PARA EXIBIÇÃO SOB E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: IMPLICAÇÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS**.

Fui informada pela pesquisadora Karine Ferreira Sanchez dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Autorizo () Não autorizo (X) a publicação de eventuais fotografias que o(a) pesquisador(a) necessitar obter de mim, do meu recinto ou local para o uso específico em sua tese.

Local e data: Sapucaia, 8 de fevereiro de 2018.

Nome: Lauro Jairo Jilio

Assinatura do sujeito ou responsável: Lauro J. Jilio

Assinatura do(a) pesquisador(a): Karine Ferreira Sanchez

ANEXO D

Lei dos Zoos



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 7.173, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983.

Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Para os efeitos desta lei, considera-se jardim zoológico qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semi-liberdade e expostos à visitação pública.

Art 2º - Para atender a finalidades sócio-culturais e objetivos científicos, o Poder Público Federal poderá manter ou autorizar a instalação e o funcionamento de jardins zoológicos.

§ 1º - Os Governos dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão instalar e manter jardins zoológicos, desde que seja cumprido o que nesta lei se dispõe.

§ 2º - Excepcionalmente, e uma vez cumpridas as exigências estabelecidas nesta lei e em regulamentações complementares, poderão funcionar jardins zoológicos pertencentes a pessoas jurídicas ou físicas.

Art 3º - O reconhecimento oficial do jardim zoológico não significa, quanto aos exemplares da fauna indígena, nenhuma transferência de propriedade por parte do Estado em razão do que dispõe o [art. 1º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967](#).

Art 4º - Será estabelecida em ato do órgão federal competente classificação hierárquica para jardins zoológicos de acordo com gabaritos de dimensões, instalações, organização, recursos médico-veterinários, capacitação financeira, disponibilidade de pessoal científico, técnico e administrativo e outras características.

Art 5º - Os estabelecimentos enquadrados no art. 1º da presente lei são obrigados a se registrarem no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, mediante requerimento instruído com todas as características de situação e funcionamento que possuam.

Parágrafo único - O registro, com classificação hierárquica, representa uma licença de funcionamento para jardim zoológico e poderá ser cassado temporária ou permanentemente, a critério do IBDF, no caso de infração ao disposto na presente lei e à proteção à fauna em geral.

Art 6º - O enquadramento, na classificação mencionada no art. 4º da presente lei, poderá ser revisto para atualização, mediante requerimento do interessado ou por iniciativa do IBDF.

Art 7º - As dimensões dos jardins zoológicos e as respectivas instalações deverão atender aos requisitos mínimos de habitabilidade, sanidade e segurança de cada espécie, atendendo às necessidades ecológicas, ao mesmo tempo garantindo a continuidade do manejo e do tratamento indispensáveis à proteção e conforto do público visitante.

Art 8º - O funcionamento de cada alojamento está condicionado ao respectivo certificado de "habite-se" que será fornecido após a devida inspeção, pelo IBDF.

Art 9º - Cada alojamento não poderá comportar número maior de exemplares do que aquele estabelecido e aprovado pela autoridade que concedeu o registro.

Art 10 - Os jardins zoológicos terão obrigatoriamente a assistência profissional permanente de, no mínimo, médico-veterinário e um biólogo.

Art 11 - A aquisição ou coleta de animais da fauna indígena para os jardins zoológicos dependerá sempre de licença prévia do IBDF, respeitada a legislação vigente.

Art 12 - A importação de animais da fauna alienígena para os Jardins zoológicos dependerá:

- a) do cumprimento do [artigo 4º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967](#);
- b) da comprovação de atestado de sanidade fornecido por órgão credenciado do país de origem;
- c) do atendimento às exigências da quarentena estabelecidas pelo IBDF;
- d) da obediência à legislação em vigor e aos compromissos internacionais existentes.

Art 13 - Os locais credenciados pelo IBDF para atender às exigências da quarentena poderão cobrar os serviços profissionais prestados a terceiros, comprometendo-se a prestar assistência médico-veterinária diária.

Art 14 - Os jardins zoológicos terão um livro de registro para seu acervo faunístico, integralmente rubricado pelo IBDF, no qual constarão todas as aquisições, nascimentos, transferências e óbitos dos animais, com anotação da procedência e do destino e que ficará à disposição do poder público para fiscalização.

Art 15 - Os jardins zoológicos poderão cobrar ingressos dos visitantes, bem como auferir renda da venda de objetos, respeitadas as disposições da legislação vigente.

Art 16 - É permitida aos jardins zoológicos a venda de seus exemplares da fauna alienígena, vedadas quaisquer transações com espécies da fauna indígena.

§ 1º - A título excepcional e sempre dependendo de autorização prévia do IBDF poderá ser colocado à venda o excedente de animais pertencentes à fauna indígena que tiver comprovadamente nascido em cativeiro nas instalações do jardim zoológico.

§ 2º - Nos mesmos termos do parágrafo primeiro deste artigo poderá o excedente ser permutado com indivíduos de instituições afins do país e do exterior.

Art 17 - Fica permitida aos jardins zoológicos a cobrança de multas administrativas de até um salário mínimo mensal local, por danos causados pelo visitante aos animais.

Art 18 - O Poder Executivo Federal baixará os atos necessários à execução desta lei.

Art 19 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 20 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de dezembro de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

*Angelo Amaury Stabile**